



MARIA RAQUEL HENRIQUES DA SILVA

TESE DE MESTRADO EM HISTÓRIA DE ARTE

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

ABRIL DE 1985

AS AVENIDAS NOVAS DE LISBOA, 1900-1930



25330

Índice

<u>Introdução</u>	Pag.1
<u>Algumas questões metodológicas</u>	Pag.7
<u>I- Do projecto à realização</u>	
1. Breve reflexão sobre o desenvolvimento de Lisboa na época do projecto das Avenidas Novas.....	Pag.14
2. As raízes do projecto.....	Pag.18
3. O projecto do "Plano Geral de Melhoramentos da Capital" e a <u>Mémoire sur les études d'améliorations et embellissements de Lisbonne</u>	Pag.20
4. A Avenida da Liberdade - "1aparte" do projecto da Câmara Municipal de Lisboa de um "boulevard do Passeio Público às portas da cidade".	Pag.23
5. O projecto da "Avenida da Praça Marquês de Pombal ao Campo Grande" e a Lei das expropriações por zonas: da discussão nas Cortes à promulgação.....	Pag.26
6. Dificuldades e etapas na realização do projecto.....	Pag.34
7. A gestão republicana das Avenidas Novas.....	Pag.46
<u>II- A edificação das Avenidas Novas - as questões arquitectónicas</u>	
1. Brevíssima reflexão sobre a arquitectura em Lisboa em 1900.....	Pag.55
2. Sobre a crítica arquitectónica da Lisboa das Avenidas Novas.....	Pag.59
3. As Avenidas Novas: 1901-1910	
3.1. A Avenida Ressano Garcia.....	Pag.67
3.2. As Avenidas paralelas e incidentes.....	Pag.92
4. As Avenidas Novas: 1911-1920	
4.1. A Avenida da República.....	Pag.107
4.2. As Avenidas paralelas e incidentes.....	Pag.119
5. As Avenidas Novas: 1921-1934	
5.1. A Avenida da República.....	Pag.152
5.2. As Avenidas paralelas e incidentes.....	Pag.164

6. Conclusão: sobre as Avenidas Novas dos anos quarenta.....	pag.177
III- <u>As Avenidas Novas na crônica lisboeta</u>	Pag.184
<u>Posfácio</u>	Pag.210
<u>Notas</u>	Pag.214
<u>Anexo I - Listagem das primeiras edificações reali- zadas nas Avenidas Novas entre 1901 e 1930</u>	Pag.223
<u>Anexo II- Arquitectos, Engenheiros, Condutores de Obras Públicas e Construtores Cíveis in- tervenientes nas Avenidas Novas</u>	Pag.299
<u>AnexoIII- Nota sobre Frederico Ressano Garcia</u>	Pag.314
<u>Bibliografia</u>	Pag.316

Introdução

"...as avenidas do princípio do nosso século traçadas em xadrês regular, guarnecidas de altos prédios e de caprichosos palacetes, orla-
das de acácias e ailantos, zonas onde se não to-
pa pedra que tenha que dizer ou cunhal que te-
nha dado sombra..."

Norberto Araújo
Percepções em Lisboa

Abordar as Avenidas Novas como tema pressupõe à partida a convicção de que a história se faz reversivelmente, do tempo do passado para o futuro tanto como vice versa e que essa(s) resultante(s) instável que nós do presente permanentemente moldamos é um vórtice aparentemente inocente onde fluem todas as diferenças, todos os continentes que nos dividem numa massa nem uniforme ^{num heterogeneia} me que sempre nos espanta: o tom de uma época. Da mesma geração como de uma sucessão delas a que sempre espontaneamente depois sabemos colocar a etiqueta apropriada.

De facto a designação "Avenidas Novas" com o sentido múltiplo que ainda hoje lhe conseguimos vis^olumb^orar, surge apenas nos finais dos anos vinte. Significa então tanto como um espaço da cidade, uma forma de viver e sugere de imediato uma dada urbanística, uma certa arquitectura e um exclusivo grupo social. É uma imagem forte no imaginário em vontade de modernismo do lisboeta pós república e ainda não corporativo. Faz de imediato sonhar, porque as "Avenidas Novas" foram, como quase tudo no modernismo lisboeta, sonho mais do que realidade, quando não mero devaneio: grandes artérias de amplas perspectivas onde o prazer do carro tanto como o de andar a pé apelavam sensações novas, lisas e infundáveis, sem peso do passado, como se o futuro pudesse começar naturalmente, ali do Saldanha para cima, esquecendo o peso dos becos, das ruas estreitas e tortuosas da velha cidade e mesmo a Baixa opressiva, demasiado cercada pelos tristes prédios pombalinos. Em baixo tudo se misturava, o trabalho com a intriga, os mendigos e as prostitutas com as senhoras das três em hora de compras, os pregões dos vendedores ambulantes emudecendo o efeito das conversas na esquina do Martinho ou da Brasileira, em todas as portas de loja. Pelo contrário, o novo bairro era apenas a extensão, os vultos furtivos, o aconchego pequeno burguês das cortinas de renda dos prédios da João Crisóstomo, a sugestão funda das cantarias da Avenida da República ou a sobriedade, falsamente

discreta, dos palacetes da Cinco de Outubro. Por todo o lado os jardins, as árvores dos passeios, as pequenas lojas de r/c cheias de criaditas, a presença adivinhada das senhoras e das meninas por detrás de cada janela. Civilizado, higiénico, debruado com os carris dos eléctricos e os cabos da electricidade e do telefone, mesmo a poeira que se levantava dos pavimentos sujava menos naquela amplitude cheia da presença das quintas que por todo o lado se adivinhavam ainda. Ali tinha sentido o século XX, Lisboa _e porque não o país?_ podiam sentir-se Europa, sonhar que o provincianismo e o atraso não eram necessários, penetrados da abundância adivinhada dos rendimentos fixos que pagavam os alugueres dos prédios caros. Os carros particulares, o corte moderno da toilette das senhoras, o luxo dos ascensores, a abastança nutrida dos chefes de família ao fim da manhã, aquele reino da burguesia, nova de fortuna e de valores, que não ombreava com o povo como os aristocratas da Lapa ou de Sant'Ana, bem protegidos pelas muralhas que eram as avenidas, tudo tornava tangível a promessa de uma cidade outra, superficial e algo leviana, sem peias de passado, moderna e cosmopolita antes que portuguesa que o modernismo das capas de revista pregava.

Estas "Avenidas Novas" dos anos de 1920 que, como veremos, inspiraram folhetins e criaram tipos, haviam nascido quarenta anos antes dos projectos de extensão da cidade de Frederico Ressano Garcia, engenheiro de formação parisiense que na prosperidade, breve mas eficaz, dos anos 1870, havia conquistado o espaço que ninguém no Município queria, de programar a cidade liberal: além da linha do caminho de ferro da cintura, da Avenida 24 de Julho e da D. Amélia que dotaram a capital dos eixos fundamentais de contacto com o subúrbio, dos bairros de Campo de Ourique e da Estefânia visando servir uma Lisboa pequeno burguesa de funcionários e lojistas que haviam brevemente de trair o regime que assim os instalava, a obra prima do engenheiro, e também activo político do Partido Progressista, foi o traçado da Avenida da Liberdade com o seu Parque e o conjunto das vias divergentes irradiando da Rotunda que, para Norte, conduziã a um novo bairro que foi das Picoas antes de se tornar "Avenida Novas". Este projecto, como veremos, se era, no espírito do seu autor, um deliberado e intencional plano de crescimento racional da cidade que se abria com notável perspectiva para o futuro, foi, aos olhos de sucessivas vereações, sobretudo uma via que se revelaria utópica para enriquecer a Câmara e a cidade ouvia vagamente falar dele, considerando-o uma ambição desmedida de que poucos entendiam a necessidade, habituados aos velhos percursos que mal começavam a revelar-se insuficientes numa capital que só agora começava de facto a crescer.

Ressano Garcia adiantava-se a todos e por isso a realização do projecto que lhe levava mais de dez anos a elaborar, irá conhecer múltiplas travagens, a primeira logo após a sua difícil aprovação em 1888, provocada pela crise de

90 onde a morte do regime se anunciava. Arrancando finalmente em 1901, estava definitivamente traçado quando o franquismo vem, ~~2012~~⁸⁰¹⁵ anos depois, apressar a queda dos monárquicos. Mesmo assim os Republicanos, logo nas primeiras vereações, haviam de mostrar o seu desamor por aquela nova cidade que procurava iludir as mazelas e necessidades da Lisboa velha e que servia ainda quase só os privilegiados que eles pretendiam substituir. E, todavia, os anos de guerra que iam ficando próximos haviam de revelar quanto o projecto servia afinal tanto os novos ricos gerados pela República ou pela Guerra como os monárquicos de dez anos antes, num nivelamento da riqueza e do poder que fazia esquecer genealogias.

Que caracteres projectavam a modernidade de Ressano Garcia, incompreendida pela Lisboa oitocentista, para um tempo aparentemente tão distante? Ou poderemos supor que a cidade que adopta as Avenidas Novas estava já delineada em 1870, quando o engenheiro lhe entende as necessidades futuras? Que entre a geração de 1870 que assistira sem ver às Conferências do Casino e à doutrinação de Fontana, que deixara morrer Antero ou, de outro modo, Oliveira Martins e Camilo e a geração de 1920 que se moderniza através dos magazines e dos cafés decorados por Norte Junior, mais do que com os quadros da Brasileira ou o primeiro Salão de Outono, as diferenças são afinal apenas relativas e que o mesmo tom de época as banha, onde Pessoa e mesmo Almada são estrangeiros? Que entre uma e outra, a compreensão pelo projecto de Ressano Garcia era superficial, embora a força contida dos grandes eixos ortogonais moldando o novo espaço que nas pontas se cozia com a cidade antiga, tivesse sido, ao longo dos anos em que a cidade assistira desatenta à ^{plac}implantação, um instrumento da ~~uma~~ educação para a modernidade. Muitos valores que a burguesia lisboeta então procura adoptar estão já contidos nas propostas de Ressano Garcia: a beleza do conforto e da higiene, a claridade dos espaços, a vertigem do futuro através da velocidade, não eram isso que anunciavam as amplas avenidas dotadas subterraneamente de canalizações de esgoto e de gás, ornamentadas à superfície pelo macadam e pelas fitas prateadas dos carris dos eléctricos e engalanadas em toda a distância do olhar com os fios da electricidade?

Afinal fora o rotativismo liberal da monarquia agonizante mais do que a República, impotente para impôr um ideário pequeno burguês, que preparara os loucos anos 20 à lisboeta, oferecendo-lhe um espaço de modernidade que ficará como uma das poucas realizações notáveis das novas maneiras de entender a cidade antes que o novo regime, que já se adivinha no desprezo crescente pelos políticos, funda de outro modo os valores sociais em jogo, submetendo-os a uma paternal autoridade. Mas, também então, um digno sucessor de Ressano Garcia conseguirá, de certo modo como ele, servir os interesses futuros dos edificadores da cidade e propôr um espaço simbólico às representações colectivas que ainda dificilmente se prevêm.

Se a urbanística, utilizando com rigor os recente saberes técnicos, pôde assim projectar uma nova cidade que anunciava, perante os olhares desconfiados do lisboeta do século XIX, o que seria o quadro do quotidiano do século por nascer, a arquitectura implanta, nas suas margens, marcas carregadas de momento que atenuam a força algo intemporal da sucessão dos quarteirões, palco demasiado vasto e anónimo para uma cidade que se identifica ainda sobretudo no Chiado e no Rossio. Presa nos jogos estreitos da encomenda e dos interesses dos construtores civis que aqui nascem para a especulação imobiliária, enquadrada por parâmetros de gosto e de moda que, ao contrário do que acontece com a projectação da cidade, não são ainda veículos das novas tecnologias, a arquitectura das Avenidas Novas arrasta uma marca de efémero que notavelmente contrasta com a intensa prospectiva dos eixos que bordeja mas, por isso mesmo, permite um entendimento mais profundo da sociedade que a fomenta, subjugada já em grande parte às necessidades do lucro — o número significativo de prédios de rendimento construídos assim o prova — mas hesitante ainda entre o grande e o pequeno investimento, entre o risco da aventura e a segurança da pequena poupança, entre o grande prédio de aluguer anónimo e o prédio-moradia de dois ou quatro fogos independentes, cujos inquilinos se conhecem e pertencem ao mesmo grupo social do senhorio, habitando a moradia própria ao lado. Por outro lado, a importância dos valores decorativos com que esta arquitectura sem inovação nos processos de construção se dota, permite abordar os padrões de gosto de uma burguesia que elege a fachada da ~~uma~~ casa como emblema fundamental dos seus sonhos, ao mesmo tempo que nos deixa observar como determinados modelos, entregues à projectação mais qualificada de um arquitecto, são apropriados em réplicas sucessivas pelos construtores civis que são os grandes niveladores das diferenças inicialmente propostas para uma área de loteamento caro. Finalmente, no quadro definitivo dos grandes eixos projectados por Ressano Garcia, quase todos abertos nos primeiros anos do século, a arquitectura introduz também uma marca de tempos sucessivos: entre as primeiras edificações de 1900 e as últimas já dos anos 30, ou mesmo 40, medeia um vasto período em que diversas modas estilísticas se manifestam, de modos diversos implicados com a divulgação de modelos internacionais e com as tradições da arquitectura lisboeta que se vinha tipificando a partir da apropriação pombalina.

Abordaremos portanto as Avenidas Novas sob esse tríplice olhar do projecto urbanístico, da realização arquitectónica e da vivência ideal que o imaginário da cidade lhes vai inventando mais do que inventariando. Passaremos do tempo do projecto de meados do século XIX para o do início da sua realização na alvorada do seguinte, deter-nos-emos nas três décadas que demora a edificação e finalmente veremos como, em textos de revista ou de romance, se vive as "Avenidas Novas".

Sabemos todavia à partida que mais do que no projecto, marcado com uma qualidade que ultrapassa os diversos tempos que vamos percorrer e que lhe advém da marca de uma personalidade a quem uma cultura internacional serviu para entender notavelmente Lisboa ou que na reflexão desfocada e folhetinesca que algumas crónicas nos propõem, é na concretização arquitectónica que as contradições múltiplas da nova cidade que se edifica se manifestam: empobrecendo quase sempre o tecido bem ritmado que Ressano Garcia lhe propusera, deixa adivinhar quanto a sua realização dependeu da liberdade completa que foi dada aos promotores, no que contrasta, profunda e significativamente, tanto com a Lisboa de Pombal como com a de Duarte Pacheco, retratando assim, ainda que com o risco da caricatura, um momento quase único da vida da cidade em que os padrões de gosto não foram normativamente estipulados.

É também a arquitectura que nos permite corrigir a imagem sugerida nas crónicas dos anos 20 povoando as Avenidas Novas apenas com prédios e moradias de luxo habitados por uma burguesia abastada; as numerosas frentes de quarteirão preenchidas com prédios modestos ou ostensivamente decorados mas de má construção, apontam tanto para uma maior convivência social como impiedosamente desmascaram as fragilidades do que era a "burguesia abastada" lisboeta em vésperas do triunfo dos valores da ruralidade sobre os cosmopolitas que esses mesmos anos não conseguiram evidentemente impor. Ou, como ainda a arquitectura sibilamente nos revela, esses anos não queriam afinal que se impusessem.

Dizia Norberto Araujo no texto que citámos em epígrafe, que nas "Avenidas Novas" "se não topava prédio que tenha que dizer ou cunhal que tenha dado sombra", quer dizer não se encontra a história. Como se o presente pudesse ser apenas um hiato entre a memória do passado e a nostalgia do futuro. Ou, mais dramaticamente, como se o gesto actual fosse incapaz de ser elo enriquecedor das cadeias do(s) sentido(s) que nos moldam. Pelo contrário, as Avenidas Novas estavam cheias de positivas e negativas inércias passadas que foram alicerces do seu frágil e rápido presente. Mas a história não se inscrevia já em destacadas lápides ou em privilegiados percursos. Os tempos heroicos tinham passado. O que havia "que dizer" e as "sombras" nostálgicas apagando os vultos no negrume luminoso do passado, eram agora mais anónimos, menos precisos e todavia narravam já, nesses finais de 30 em que Norberto Araujo escrevia, uma intensa aventura que não pertencia ao presente. Faziam-se então as primeiras demolições e as primeiras remodelações. As Avenidas tinham envelhecido depressa mas nem assim conquistavam plenamente o direito a serem cidade. O desamor que sempre as envolveu continuava a manifestar-se e a Lisboa "novíssima" que então se erigia será muito mais amada, apta a satisfazer com a sua arquitectura normalizada e fiscalizada os sonhos modestos do lisboeta sempre à procura de um pai providencial que imponha a lei. Mesmo mais tarde, quando, a partir

de 1945, a jovem geração de architectos procurar libertar-se de espartilhos ideológicos e architectónicos, as Avenidas Novas não serão menos desprezadas. Não se lhes negava já a história mas essa história era toda negativa. Daí o ardor das cruzadas que levará a defender-se a quase total reedificação do espaço a que não se negavam potencialidades, viciadas embora pelo predomínio da rua.

Hoje, dos escombros que restam, não há que alimentar grandes esperanças de descobrir "sombas" ou histórias para contar. As pedras secaram porque as pedras também secam quando lhes falta o ambiente em que nasceram. Faltam as árvores, a pacatez dos eléctricos, o vulto audacioso e inesperado de um automóvel e aquelas distâncias imensas que se apagavam sobre os longes do Campo Grande. Em poucas outras áreas da cidade as mudanças foram tão radicais.

Não procuremos portanto ressuscitar as Avenidas Novas. Mas apenas entender porque é que elas cresceram assim, desde sempre feridas de morte. Nascidas de um projecto moderno e qualificado de extensão da cidade, as Avenidas foram o primeiro campo aberto de actuação dos promotores imobiliários ávidos de lucro, classe nova de construtores civis sem o officio dos velhos mestres de obras ainda activos no início do século, e que a memória da cidade baptizou de gaioleiros. Algumas encomendas privadas de maior mérito architectónico pontuaram-nas com modelos que raramente encontraram réplicas, excepção feita aos de Norte Júnior que orientam, ao longo de diversas maneiras estilísticas, toda a sua produção architectónica. E é essa marca contaminada de especulação e de gosto fácil e palavroso de Norte Júnior que fez a moda curta das Avenidas nos anos 20 e as tornou mediócras e definitivamente atiradas para a noite da não história aos olhos das gerações imediatas. Mas nós hoje gostamos das imagens desfiguradas. A história apaixona-se pela não história. Aventuremo-nos por essa ausência.

Algumas questões metodológicas

Como sugerimos na introdução, organizámos a reflexão sobre as Avenidas Novas em três áreas: a urbanística, a arquitectura e a sua imagem em algumas crónicas e romances.

Para abordarmos o projecto, utilizámos as Actas da Câmara Municipal entre 1888 e 1930 (1) onde se encontram referenciados quase todos os momentos fundamentais da sua elaboração e execução bem como as principais discussões a que deram origem.

Uma abordagem mais aprofundada desta área exigiria o estudo dos projectos e dos pareceres da Repartição Técnica da Câmara Municipal que estiveram na base das decisões discutidas e aprovadas pelas sucessivas vereações. Ainda que em termos indicativos, parecia-nos oportuno fazê-lo sobretudo no período em que, sob a direcção de Resano Garcia, os projectos são delineados. Deparamos todavia com obstáculos que, no curto período de investigação de que dispusemos, não puderam ser ultrapassados. Os pareceres e as plantas que os acompanham encontram-se por classificar em dois arquivos da Câmara Municipal de Lisboa - instalados um em S. Domingos e outro no Arco do Cego -- a que tivemos acesso graças à boa vontade dos seus responsáveis. Contudo, as inexistentes condições de trabalho e a massa acumulada da documentação não nos permitiu encarar o seu estudo sistemático, tanto mais que tal opção exigiria que viéssemos a restringir o âmbito da investigação às questões urbanísticas de tal modo são ricos e abundantes os acervos documentais existentes sobre esta área do nosso trabalho.

No estudo da arquitectura, começámos por delimitar o espaço e o tempo da investigação. Como critério adoptámos analisar, ainda que sumariamente, todas as primeiras construções das doze avenidas que desde os primeiros anos da execução do projecto são delineadas. Surgiram contudo algumas excepções: por exemplo, os primeiros troços das Avenidas Elias Garcia e Barbosa du Bocage que só em 1925 se decide prolongar até à Estrada do Arco do Cego, foram analisados, precisamente para nos fornecerem, já na transição para os anos 30, elementos de reflexão sobre a alteração ou não das tipologias e processos construtivos anteriores, bem como para nos permitirem seguir os percursos de alguns arquitectos, construtores ou meros promotores. Por isso também o limite cronológico que estabelecemos em 1930 - quando a quase totalidade das Avenidas está construída e se assiste a uma significativa mudança nos processos tecnológicos de construção pela divulgação do betão - foi ultrapassado: assim aconteceu na Avenida Defensores de Chaves, edifi-

cada nos seus troços superiores em grande parte já na década de 30. Deixámos todavia sempre de parte as construções que cabem quer em tipologias modernistas posteriores à moda "artes decorativas", quer, mais habitualmente, já no gosto anos 40. As primeiras porque são claramente excepção nas Avenidas Novas e não marcam a sua fisionomia global, as segundas por evidentemente obedecerem a uma normalização e imposição do gosto oficial, o que entra profundamente em ruptura com a liberdade de estilos e de maneiras que caracterizou a prática dos promotores ou dos encomendadores particulares que edificaram as Avenidas.

Os nossos instrumentos de trabalho foram fundamentalmente os Processos de Obras do Arquivo de Obras da Câmara Municipal de Lisboa: com a excepção de um número reduzido de processos que se encontram incompletos, faltando-lhes precisamente os dados iniciais, ou daqueles que, teoricamente existentes, se encontram requisitados por diversos Serviços onde também não foram localizados, pudemos, para cada um dos edifícios existentes ou demolidos, referenciar a data de construção - adoptámos sistematicamente a data do pedido oficial da construção - o nome do primeiro proprietário e também quase sempre o nome do construtor responsável pela obra, as plantas e desenhos de alçados apresentados com uma Memória Descritiva muito sumária que até 1913 é escrita na própria folha que apresenta o projecto e que depois, obrigatoriamente apresentada à parte (2), não deixa nunca de ser uma estereotipada repetição de algumas normas obrigatórias do Regulamento das Construções Urbanas, aliás como a maioria das peças gráficas que esquematizam apenas grosseiramente a planta da habitação e por vezes só o alçado principal, embora existam processos de obra muito mais completos. Ausente sempre está, com pouquíssimas excepções, o nome do arquitecto. A mais evidente é, antes de 1920, apenas Nicola Bigaglia o que é explicável por ele ser também, nos casos que analisámos, o construtor responsável. A situação normal é as peças gráficas, a Memória Descritiva e o pedido de construção serem apenas assinadas pelo proprietário ou, mais raramente, pelo construtor. E se, por volta de 1920, Norte Júnior, por exemplo, passa a assinar sistematicamente os seus projectos, não temos a certeza que todos os outros arquitectos façam o mesmo. Não o faz Edmundo Tavares que é, segundo testemunho do opúsculo Os construtores Civis Tomarenses, autor do nº93 da Avenida da República já de 1919 e cujo nome não aparece nunca no processo de obra. O mesmo arquitecto é também possivelmente autor do nº 24 da Avenida Duque d'Ávila de 1919-1922 segundo se pode inferir de um esboço de fachada publicado na Arquitectura Portuguesa (3) sem que o pro-

cesso de obra o possa confirmar. Deste modo, só através dos projectos então publicados sobretudo nas revistas A Construção Moderna e Arquitectura Portuguesa, mais raramente no Ocidente ou na Ilustração Portuguesa, pudemos identificar produções de architectos. É evidente contudo que haverá um certo número de edifícios que tiveram projectos de architectos e que as revistas referidas não publicaram. Restaria então uma única via: recorrer aos ^{seus} espólios ~~dos architectos de época~~ que não eram muito numerosos. Não avançamos por aí. Seria uma outra investigação visto que a maioria nem sequer se encontra referenciada. Admitimos por isso ~~que~~ que algumas obras de que não indicaremos architecto mas tão só o construtor responsável se encontram incompletamente referenciadas. É esta uma lacuna concreta do trabalho de inventário que realizámos (4).

Inventariados cerca de 570 edifícios, construídos ao longo de mais de três décadas, importava decidir o processo de tratamento a utilizar. Confessamos que hesitámos enquanto nos foi possível entre duas metodologias: ou privilegiar a análise cronológica por avenidas, o que viríamos a fazer, ou escolher preferencialmente alguns modelos tipológicos fundamentais e organizar conjuntos com as suas réplicas e variantes. Resolvemo-nos pelo critério que nos parece mais fiel e disciplinadamente servir a História da Arte, com a relatividade e modéstia com que tam entidade pode ser servida. Corremos assim o risco óbvio de uma certa repetição e de uma exposição global mais fatigante. Preferimo-lo ao de podermos forçar etiquetas numa matéria em que entre as diversas tipologias e as várias maneiras decorativas, nada de fundamental se alterava em termos de espacialidade interior ou volumetria exterior, de processo construtivo ou mesmo de imaginário de referência. Onde sobretudo estão sempre presente os dois modelos fundamentais que são a arquitectura lisboeta tradicional oitocentista quando não setecentista e a divulgação, via escolar, da produção académica francesa do início do século. Para lá destes dois parâmetros de referência, todos os agrupamentos, em termos de tratamento das fachadas, se são curiosos pelas implicações culturais que pressupõem, não encontram talvez suficiente fundamentação específica.

Preferimos assim a análise cronológica dividindo os trinta anos ao longo dos quais activamente se constroi nas Avenidas Novas, em três períodos, correspondendo cada um a uma década. Expliquemo-nos: se a arquitectura não se altera significativamente ao longo destes anos, se os processos construtivos e mesmo os padrões de gosto se mantêm referenciados aos dois modelos fundamentais que apontámos, outros eventos intervêm impondo certas diferenças. O primeiro é a proclamação

da República que vem oferecer aos construtores civis menos qualificados uma situação de permissividade de facto que não de lei, ponto de partida do primeiro surto quantitativo de edificações nos anos de 1912-1914 sobretudo nas avenidas perpendiculares ao eixo principal. Trata-se de prédios modestos, com limitados valores decorativos nas fachadas, de construção apenas mediana em que predominam sem subterfúgios critérios de economia e valores de resignação social. Anteriormente a 1910, fora sobretudo na Avenida da República que se construía e os prédios e as moradias então edificadas, se testemunhavam interesses múltiplos e já uma notável intervenção de construtores civis actuando como promotores, submetiam-se, com poucas excepções, a um critério de pretensa riqueza que os palacetes e moradias luxuosas pareciam exigir. A República, pelo menos momentaneamente, apoia os valores e os interesses de uma pequena burguesia em vontade de ascensão que, se não se apropria ainda de valores decorativos de ostentação, consegue pelo menos o capital suficiente para adquirir os lotes, que a primeira Câmara pós República decide vender a prestações, e realizar uma edificação que definitivamente marca com um cunho de modéstia muitas frentes de quarteirão das Avenidas Novas. Por isso o corte simbólico em 1910 como final de uma primeira fase mais eclética e socialmente elitista nos pareceu justificar-se.

Menos evidente foi situarmos o final do segundo período em 1920. Não só não existe então símbolo forte para apoiar essa data como cortamos pelo meio a actividade imparável dos gaioleiros que, embora mais intensa nos anos imediatos do pós guerra, se prolonga ainda pelo menos até 1922. Todavia, por sinais múltiplos mas difusos é evidente que a sociedade portuguesa muda nestes anos. Existe a convicção crescente de que a República chegara ao fim, o que culturalmente coincide com a emergência de uma jovem geração de artistas plásticos que pretendem veicular valores cosmopolitas de moda europeia. Do ponto de vista mais estrito da produção arquitectónica, nas Avenidas Novas embora a actividade dos gaioleiros se prolongue nos primeiros anos da década tal como determinados padrões de gosto que adaptavam o vocabulário decorativo académico e eclético do início do século francês às necessidades exhibicionistas dos novos ricos da guerra, trata-se já de uma sobrevivência que subsiste por efeito de inércia. De facto, nesses anos, precisamente em 1920, o jovem arquitecto Pardal Monteiro projectava aí o seu primeiro edifício que aponta uma significativa alteração na composição da fachada que, prédios próximos, já nos anos imediatamente anteriores anunciavam. Não desaparecerão de imediato as tipologias dominantes: ainda nos finais desta segunda década, Norte Jû-

nior constroi moradias idênticas às que realizara em 1906 e 1908, mas o novo gosto "artes decorativas" tenderá a impôr-se como moda que rapidamente todos os construtores civis vão adoptar. Deste modo a ruptura em 1920 visa mais acentuar as mudanças difusas que apenas se desenhavam ainda, do que traduzir de imediato uma dada situação que só a partir da segunda metade da década começa efectivamente a alterar-se. Essa ruptura simbólica permite-nos assim, mais do que isolar núcleos de produção coerente, reflectir sobre as vias múltiplas que, nestes anos de mudança, as Avenidas continuam a patentear. As mutações significativas que a realização dos primeiros projectos modernistas sugerem noutros pontos da cidade mal chegam aqui. Aliás, quando essa produção se começa a divulgar por volta de 1930, numa apropriação idêntica à que fora feita dez anos antes da moda "artes decorativas", as Avenidas estavam quase totalmente edificadas. Começava mesmo já a época das demolições.

Resta-nos justificar, dentro de cada uma das décadas, a abordagem diferenciada da Avenida da República e das restantes Avenidas e a divisão de cada um desses conjuntos em prédios e moradias. Embora se construam prédios praticamente iguais em todas as Avenidas, incluindo a da República, nesta há, com poucas excepções, uma preocupação de qualidade ou, pelo menos, de uma certa diferenciação que está significativamente ausente das outras Avenidas, onde o tom geral é dado pelo prédio de rendimento, modesto, nos anos de 1912-1914, pomposo e ostensivamente decorado entre 1918-1922. Por outro lado, determinados elementos arquitectónicos são pela primeira vez utilizados na Avenida da República, conhecem depois, nos quarteirões próximos, numerosas réplicas que muitas vezes alteram o seu discurso simbólico. Mas também acontece encontrarmos nas restantes Avenidas composições de fachada que nunca aparecem na primeira, que veiculam certa capacidade criativa das réplicas a partir das sugestões de modelos mais eruditos. Por este conjunto de razões, que aqui meramente apontamos, parece-nos pertinente separar a análise das Avenidas Novas em duas áreas, em que uma é como que a imagem sociológica positiva do conjunto mais vasto e incoerente do que se deixa supor, e a outra um vasto desfoque anónimo em que aflora aqui e ali uma certa vitalidade das margens.

Por razões idênticas analisámos separadamente a produção de prédios e moradias. Nos primeiros, as encomendas directas, mesmo na Avenida da República, são extremamente raras: os seus proprietários iniciais são construtores civis que os vendem mal a construção está concluída ao que constitui um verdadeiro grupo social com forte implantação na época - os senhorios que aqui encontram uma forma segura

e prudente de investimento de capitais quase sempre pouco mais que modestos. O objectivo lucro tendo assim que contemplar dois personagens, o construtor e o senhorio, exige um baixo custo de produção responsável pela mediania ou mesmo mediocridade da construção. Há contudo evidentemente uma hierarquia na qualidade da habitação que os prédios oferecem, mas que tende a exibir-se muito mais na decoração da fachada do que na organização interna dos fogos ou mesmo na qualidade da construção. Por isso, sempre que possível, distinguiremos do conjunto o número muito restrito dos prédios que são encomenda directa de um senhorio. Muitas vezes de dimensões mais modestas e ombreando com moradias que são residência própria do mesmo senhorio, estes prédios traduzem um tipo de investimento que poderemos considerar mais arcaico porque não privilegia tanto como o primeiro a exclusiva lógica do lucro, ou, pelo menos, o faz com uma certa preocupação moral de o justificar positivamente, através da maior qualidade do projecto, por vezes confiado a um arquitecto. Embora ao longo dos três períodos considerados encontremos sempre este tipo de encomenda, ela predomina evidentemente no primeiro e nos anos iniciais do segundo, e há então como que uma luta surda e não consciencializada entre estes senhorios pretendendo alugar um produto de qualidade que estimam como seu e os construtores civis promotores de prédios anónimos que apenas constroem para obter dinheiro e construir outros a seguir, luta que pressupõe distintos modelos de desenvolvimento das Avenidas Novas: os primeiros gostariam de criar um bairro de luxo, discretamente habitado por inquilinos seleccionados capazes de pagar a qualidade que eles lhes ofereciam, os segundos, preocupando-se em edificar o maior número possível de fogos, fomentam assim a penetração significativa de camadas da pequena burguesia numa área que em princípio se deveria distinguir da Almirante Reis ou do Bairro Camões. A distinção todavia sempre permanecerá e por isso a análise específica da produção de moradias afigura-se-nos plenamente justificada: nelas estão sintetizadas todos os sonhos que a sociedade lisboeta alimentou sobre si mesma ao longo dos anos em que forjou o seu espaço social.

O último capítulo da nossa reflexão procurará detectar os elementos constitutivos da imagem "Avenidas Novas" na vida lisboeta destes anos. Não tivemos aqui quaisquer preocupações de exaustividade. Consultámos as principais revistas da época, detivemo-nos numa ou outra crónica ou pequenos contos. Lemos depois, ao sabor de algumas sugestões do Professor José-Augusto França, alguns romances. O resultado é meramente tópico mas mesmo assim extremamente sugestivo. Veremos

que formas ingênuas revestiu o desamor pelas Avenidas Novas que considerámos já o sentimento predominante que a cidade adoptou em relação às questões abertas que esse espaço propunha e que poucos souberam entender. Efectivamente quase ninguém foi capaz de afirmar sem subentendidos como António Ferro: "à noite íamos namorar para as Avenidas Novas" (5), elogiando-lhes sem mais a distância, os passeios velados pelas árvores, aquele imenso céu aberto que pareciam sugerir um futuro nítido e imparável como uma linha recta.

I - Do projecto à realização

1. Breve reflexão sobre o desenvolvimento de Lisboa na época do projecto das Avenidas Novas

"... ao contrário das outras capitais, só Lisboa abre grandes avenidas lá para longe e conserva toda a porcaria dos seus bairros imundos (...) e centrais..."

A Construção Moderna, 1908

A importância axial no desenvolvimento de Lisboa do projecto da Avenida da Liberdade e das Avenidas Novas deve, ainda que sumariamente, ser referenciada no quadro geral do notável crescimento da cidade nos últimos anos do século XIX, traduzido sobretudo na criação de numerosos bairros periféricos, uns de iniciativa camarária - entre os quais se salientam o da Estefânia e o de Campo de Ourique, ambos projectados por Ressano Garcia no início dos anos de 1880 (6) - outros de iniciativa particular mas em que a Câmara acabaria largamente por intervir - Camões (7), Calvário (8), Campolide (9), Andrade (10), Açores e Brandão (11), estes já nos primeiros anos de noventa. Com maior ou menor rigor, todos eles procuravam adoptar a malha ortogonal que ia introduzindo na cidade focos de civilização, se entendermos por esta a rede viária dotada das infraestruturas básicas em termos de esgotos e canalizações e preparada para receber os carris dos eléctricos ou a futura circulação automóvel.

Sem que existisse um "plano geral de melhoramentos da cidade", anunciado por decreto lei em 1864 mas nunca definitivamente elaborado, estes bairros iam sucessivamente crescendo por pressões diversas, em que os interesses dos promotores particulares e a carência efectiva de habitação tinham prioridade. As obras arrastavam-se ao longo de anos mas essa lentidão acabava por ser positiva ao possibilitar a progressiva integração do bairro que ia sendo construído no tecido anterior. Os desajustes, que a ausência de uma planificação conjunta deveria causar, eram empiricamente colmatados por um longo período de adaptação aos percursos e às realidades sociológicas e culturais anteriores. Por exemplo, a memória das quintas, sobre as quais as novas extensões se erguiam, permanecia durante anos, alimentada por vivências suburbanas em que os quintais dos logradouros e a criação de animais

de capoeira desempenhava ainda uma função activa. Assim, ainda que sujeita já às pressões do significativo crescimento demográfico e dos interesses imobiliários, a cidade, por uma falta de recursos que a todos afectava e que o Município sentia com especial gravidade, pôde alargar-se por assimilações e mudanças paulatinas, num ritmo algo orgânico que fora a forma tradicional de crescimento das cidades europeias.

Por outro lado, a relativa facilidade com que estes bairros se erguiam libertou o espaço mais qualificadamente urbano de pressões demográficas, que de outro modo se tornariam insustentáveis exigindo o que nunca se fez: a renovação do tecido dos velhos bairros. Apesar de todos os apelos de sucessivas vereações para que se estudassem "planos de melhoramentos", do eco que teve na imprensa, no Parlamento e na Câmara o Inquérito aos Pátios de Lisboa, mandado elaborar por A. Montenegro (12) e de todas as reflexões e atitudes políticas mais ou menos oportunistas que a habitação para as classes mais desfavorecidas dava lugar, os únicos projectos que existiam visavam apenas grandiosamente ultrapassar as dificuldades de circulação que as velhas vias tortuosas e estreitas provocavam aos recentes deuses do carril.

Logo em 1880, o engenheiro Miguel Paes defenderá a ligação através de tuneis do Intendente com S. Bento e o lançamento de viadutos metálicos entre o Largo do Caldas e o Chiado e entre a Graça e a Estrela (13). Na sequência destas propostas, o engenheiro francês Émile Boussard apresentava à Câmara, em 1889, um requerimento "para a construção e exploração d'uma passagem em túnel entre a Rua do Príncipe e o Largo do Corpo Santo e bem assim a concessão eventual d'uma rede de passagens que ligadas com a primeira, ponham em comunicação os dois primeiros pontos com o Largo do Conde Barão e a Rua de S. Bento" e, ainda no mesmo ano, se dava conta, em reunião da Comissão Administrativa, que terminado o prazo "para o recebimento de propostas e projectos para a construção de uma ponte metálica partindo de S. Pedro de Alcântara e terminando na Graça, apenas foi apresentado um projecto pelo representante em Lisboa da Société John Cokerill de Seraing, Bélgica e de F. Seyrig, engenheiro de Paris e que esse projecto não satisfaz" (14). Ainda em 1906, Fialho de Almeida sonhará na sua "Lisboa Monumental" (15), com estes tuneis e pontes mas nada virá a ser feito, passados os anos da grandeza do ferro e das primeiras comoções pelos transportes eléctricos. Aliás em consonância lisboeta com o Barão de Haussmann, sempre que se pensava nos bairros velhos da cidade, só em termos de demolição se previam soluções. Em 1908, o engenheiro Melo Matos afirmava nas páginas de A Construção Moderna sob o estrondoso título "Um rasgão através do Bairro Alto": "seria um crime de leza patriotismo deixarmos permanecer por mais tempo a ignomínia

que se chama Bairro Alto" (16) e, em termos ainda mais significativos: afirmava-se em 1913, na Arquitectura Portuguesa que "Mouraria, Bairro Alto e outros (...) do que precisam é de camartelo e picareta demolidores" (17). Mais discretamente e algo saudoso, Júlio Dantas escrevia em 1914 na Ilustração Portuguesa: "De vez em quando aparece nos jornais a mesma notícia sensacional: vai arrasar-se a Alfama (...) está bem. Julgo entretanto dever lembrar aos homens cultos do município a conveniência de não se ordenar uma demolição "in integro" e de se fazer conservar como monumento devidamente restaurado uma pequena parte da antiga Alfama" (18).

A falta de meios, a solicitação de projectos mais imediatamente rendosos e a crise profunda em que os anos de guerra mergulham definitivamente o regime impedem que quaisquer destas exigências de civilização se realizem e a cidade continuará a crescer por alargamentos sucessivos sobre o termo, conservando o tecido vivo ainda que deteriorado dos seus bairros iniciais.

As grandes obras que lentamente o Município vai realizando são, além de alguns dos novos bairros, a abertura dos grandes eixos de penetração e urbanização. Se o projecto fundamental é o da extensão Norte de autoria de Ressano Garcia que, além das Avenidas Novas, cria o Bairro Barata Salgueiro e o das Picoas, articulando ao mesmo tempo, a partir da Avenida da Liberdade e da Rotunda, uma série de eixos fundamentais com preexistências da cidade - de um lado, a Alexandre Herculano e a Brancaamp com o Rato, do outro, a Duque de Loulé com a Estefânia ou a Rodrigo da Fonseca e Camilo Castelo Branco com Santa Marta, é necessário recordar que, nos mesmos anos, se projecta a Avenida dos Anjos, rebaptizada em 1903 com o nome de Dona Amélia, por proposta do Conde d'Ávila, então presidente do Município (19). Realizada com outra lentidão por o seu leito se implantar em tecido já fortemente urbanizado, marca uma outra direcção de extensão da cidade, socialmente menos privilegiada do que a primeira e que será por excelência área de fixação pequeno burguesa.

Havia contudo quem pensasse num plano mais vasto. Em 1903, é presente na sessão da Comissão Administrativa de 29 de Janeiro, um ofício da 3ª Repartição que Ressano Garcia dirigia: "referindo-se ao plano geral de melhoramentos da capital mandado elaborar por decreto ditatorial de 2 de Setembro de 1901, informa que já se deu começo a esse trabalho (...) julga conveniente destacar d'esse plano a parte já estudada da qual remete uma planta, compreendendo os seguintes melhoramentos:

1 - uma avenida de cerca de 4 150m de comprimento estendendo-

Ilustração.
1

-se do extremo Norte da Avenida António Augusto de Aguiar até ao Paço do Lumiar servindo as povoações de Palma de Cima, Palma de Baixo e Telheiras.

2 - Uma Rua transversal àquela com um único alinhamento de 2 350m destinado a comunicar o centro da cidade e a ligação entre as povoações com Telheiras e Campo Grande.

3 - um vasto parque florestal."

Perante esta proposta, acompanhada por um notável conjunto de plantas já tecnicamente elaboradas, o Conde d'Ávila propõe "uma comissão para fazer um estudo detalhado do assunto". Todavia, a maioria dos vereadores defendendo a inviabilidade dos projectos devido aos fracos recursos da Câmara, "o senhor presidente considerava preferível adiar toda e qualquer resolução sobre o assunto". Nem em termos de mera aprovação sem compromissos concretos imediatos se obtinha consenso: o pensamento urbanístico de Ressano Garcia visando dotar a cidade de uma rede estável e coerente de vias de penetração e circulação, ultrapassava largamente as capacidades de reflexão da vereação lisboeta que, como veremos, nesses anos mal entendia ainda a necessidade das grandes avenidas que se rompiam para lá da Rotunda das Picoas.

Aliás a Câmara, tal como a cidade, era naturalmente mais sensível às necessidades da Lisboa ribeirinha. Em 1906, numa acção conjunta com a Sociedade de Propaganda de Portugal nesse ano fundada, defende-se, a propósito do alargamento da Rua do Arsenal, "uma lei de expropriações por zonas com a vantagem de se poder construir à margem do Tejo, do Terreiro do Paço a Cascais, uma grande avenida tão necessária e indispensável numa cidade como Lisboa (20). A partir de 1908, será sobretudo o vereador e arquitecto Miguel Ventura Terra o grande defensor desta via de desenvolvimento da capital, sem contudo obter mais êxito do que o alargamento e regularização da Avenida 24 de Julho. Era para o interior que a cidade definitivamente crescia, embora não conseguisse também aí criar o seu Parque projectado desde os anos de 1880 e com novas versões republicanas em que, também em vão, Ventura Terra se empenhava.

E a última grande realização camarária, antes de se entrar no largo período de refluxo que a situação de guerra e a instabilidade política justificavam, foi ainda a aprovação de uma nova grande artéria através do tecido suburbano da cidade: em 1907, (21) é proposto que se proceda ao estudo "de uma avenida partindo do Largo do Rato e conduzindo ao Largo da Estrela atravessando o respectivo jardim, ligando assim o populoso Bairro da Estrela com a Avenida". Nascia assim

a Avenida Pedro Álvares Cabral. Como quase sempre acontecera, já a Companhia dos Caminhos de Ferro de Lisboa se havia adiantado, fazendo aprovar, logo em 1904, as linhas de tracção eléctrica da Estrela, Buenos Aires e Campo de Ourique (22), esclarecendo um dos motores fundamentais desta expansão empiricamente realizada, sem reflexão global sobre a cidade: servir os poderosos interesses das novas redes de transporte. Outro, bem articulado com este, referia-se evidentemente aos interesses não menos decisivos dos promotores imobiliários, ávidos sempre de novas avenidas e de novos bairros onde lotear era fácil e rápido e o lucro seguro.

Todavia, estes projectos, que foram instrumentos fundamentais dos novos interesses de civilização que esses grupos representavam, tiveram ao seu dispor o saber e a dedicação de uma notável equipa de técnicos de que Ressano Garcia era a alma. Os resultados foram, fundamentalmente por isso, de uma qualidade surpreendente, capazes de abrir a cidade às novas exigências económicas e ao mesmo tempo conservar-lhe um ritmo que não lhe traía a memória.

2 - As raízes do projecto

"(as Avenidas Novas)... não é possível fixar-lhes data. Há que considerar a época do projecto, os primeiros rasgamentos, a denominação, as edificações, tudo em largo período cíclico do qual não se apura para fixar um ano definido".

Norbero Araújo
Pesquisações em Lisboa

Contudo, o autor citado (23) ^{refere} uma data na genealogia do empreendimento: 1870, ano em que o Conde de Valbom, Joaquim Thomás Lobo d'Ávila, então ministro das Obras Públicas, teria iniciado "um projecto grandioso de um boulevard do Passeio Público do Rocio ao Campo Grande" (24).

Por seu lado, Francisco Cândia (25), depois de evocar que "a primeira alameda do Campo Grande plantou-se em 1801 dando impulso à obra do Ministro do Reino D. Rodrigo de Sousa Coutinho", cita o alvitre de Jacome Ratton para que "destes lugares (Campo Grande e Campo Pequeno) se construía uma amena estrada plantada de árvores até à cidade de Lisboa" (26).

Outro limiar é frequentemente citado: 1859, ano em que o então

presidente do Município, Júlio Pimentel propõe "que se mande estudar desde já a abertura de uma larga rua, ou boulevard, ou alameda que partindo do fundo do Passeio Público corte pela parte inferior do Salitre e siga pelas terras de Vale de Pereiro até S. Sebastião da Pedreira ramificando-se para o Campo Pequeno" (27). A proposta é aprovada e enviada à Comissão Técnica e, como as anteriores, não tem consequências.

Mais surpreendente e curiosa é, logo em 1908, a posição de um articulista do Ocidente (28) a propósito das obras da Avenida das Picoas e do Parque Eduardo VII, ao afirmar que com elas "realiza-se o sonho do Marquês de Pombal que traçava o plano de alastrar Lisboa no sentido do Lumiar e Campo Grande", recordando que "ainda hoje existem nos Arquivos do Município os projectos e os planos que ele mandou desenhar com o fito de pôr em prática o engrandecimento da capital".

Efectivamente, se quisermos encontrar a genealogia mais longínqua do projecto de extensão da cidade aprovado em finais do século XIX, é ao plano de Eugénio dos Santos, Carlos Mardel, E. S. Poppe e A.C. Andreas, mandado traçar por Manuel da Maia em 1756, que devemos recuar, segundo o qual "podia-se partir da Praça do Comércio e seguindo a Rua Aurea, atravessando o Rossio, continuando sempre numa linha recta, desenvolvida a par de Valverde, chegava-se a S. Sebastião da Pedreira, novos limites norte da cidade, a cerca de três quilómetros e meio do Tejo" (29).

Ilustração
2

Deste conjunto de referências, interessa sobretudo concluir que a extensão de Lisboa através dos grandes eixos das Avenidas Fontes Pereira de Melo, António Augusto de Aguiar e Ressano Garcia, aprovados em 1889, se enraizava num viver da cidade de mais de um século de tal modo que, através da nova rede ortogonal que é proposta, sobreviverão, com os seus velhos nomes, velhas estradas só posterior e incompletamente regularizadas como a Avenida Sá da Bandeira, a Rua do Arco do Cego ou de S. Sebastião da Pedreira e que algumas das novas avenidas respeitam o essencial do traçado de anteriores: a Avenida Marquês da Fronteira foi, em parte, a Travessa de S. Francisco Xavier, a Duque d'Ávila, um troço da Estrada da Circunvalação enquanto a Avenida Conde de Valbom e as Ruas Tomás Ribeiro e António Cândido são apenas com novos nomes, respectivamente, das velhas Rua das Cangalhas, do Sacramento e Travessa das Picoas (30).

Ilustração
3

De outro modo deveríamos evocar os engenheiros de Pombal que traçaram uma nova cidade sobre a memória quente e generosa dos percursos vivos do burgo medieval e com essa subtil capacidade sábia e empírica

criaram um tecido urbano espantosamente moderno. Cem anos mais tarde não se tinha perdido ainda esse frêmito de raízes e a cidade burguesa e liberal respeitará, com notável maleabilidade, as velhas e tortuosas estradas que ligavam o coração de Lisboa ao subúrbio e ao termo, sobrepondo-lhe, sem rigidez excessiva, a rede do sentido da nova modernidade: os grandes eixos ortogonais, instrumentos activos da civilização, das canalizações de esgotos, electricidade e gás, como dos carris dos eléctricos. Ao mesmo tempo que, obscuramente, abria já essas Avenidas, então excessivas, ao futuro agente totalitário da cidade do século XX: o automóvel.

De outro modo ainda a programação da cidade pombalina deve ser citada: tal como então aconteceu, a cidade das Avenidas Novas não foi um projecto fácil e impôs-se, pragmático e desenvolvimentista, contra a cidade dominante. Se, no século XVIII, Queluz foi a resposta de uma Corte superficial e ultrapassada à Lisboa da Praça do Comércio, no século XIX, poderíamos opôr a imagem lúdica e heróica de uma Avenida da Índia, marginando o Tejo do Terreiro do Paço a Belém, carregada de estátuas e saudade, ao tecido monótono e loteado das quintas dos subúrbios à espera do investimento do capital. Junto a Eugénio dos Santos poderíamos perfilar Frederico Ressano Garcia. Num e noutro caso houve legislação especialmente criada e influxo directo de capitais privados. Faltar-nos-ia apenas quem contrapor ao Marquês, que os reis igualmente distraídos foram... Os presidentes do Município Rosa Araújo, Fernando Palha ou o Conde d'Ávila, o próprio Ressano Garcia enquanto Ministro da Fazenda do Governo Progressista de José Luciano de Castro entre 1897 e 1900, deram importantes contributos para o triunfo do projecto que acusará sempre, todavia, a fraqueza do executivo. De tal modo que será necessário esperar pelo Estado Novo para que seja totalmente cumprido.

3. O projecto do "Plano Geral de Melhoramentos da Capital" e a Mémoire sur les études d'améliorations et embellissements de Lisbonne.

Depois dos projectos pombalinos para a urbanização das zonas ocidental e oriental da cidade, apenas esboçados, Lisboa viveu, na primeira parte do século XIX, sem qualquer reflexão sobre si mesma, e só na conjuntura regeneradora dos anos de 1860, se apresenta com premência a necessidade de modernização.

O primeiro documento fundamental que então nos surge é o decreto de 31 de Dezembro de 1864 de que transcrevemos os artigos 34, 37 e 38 (31):

art. 34 - O Governo mandará imediatamente proceder a um plano geral de melhoramentos da capital atendendo nele ao das ruas, praças, jardins e edificações existentes e à construção e abertura de novas ruas, praças, jardins e edificações com as condições de higiene, decoração e cómodo alojamento e livre trânsito do público.

§ - Este plano será elaborado por uma comissão composta de um engenheiro e de um arquitecto, empregados no Serviço das Obras Públicas, de um engenheiro proposto pela Câmara Municipal e de um vogal do Conselho de Saúde Pública do Reino indicado pelo mesmo Conselho. Esta comissão terá às suas ordens os necessários empregados técnicos.

(...)

art. 37- São declaradas de utilidade pública e urgente todas as expropriações necessárias para inteira execução do plano ordenado e feito em conformidade com os antigos antecedentes e aprovado pelo Governo.

art. 38- Logo que seja aprovado pelo Governo o plano de edificações e melhoramentos da cidade de Lisboa nos termos dos artigos antecedentes, às condições d'esse plano ficam sujeitas as novas edificações, as reedificações, aberturas de ruas, praças e jardins."

Como sistematicamente irá acontecer, o decreto não tem consequências imediatas. No ano seguinte, em 1865, P.J. Pezerat, engenheiro chefe da Repartição Técnica da Câmara Municipal, fará publicar em francês uma Mémoire sur les études d'améliorations et embellissements de Lisbonne em que, curiosamente, justifica o Governo pelo atraso de Lisboa "dans ce progrès d'améliorations qui se manifeste depuis 15 ou 20 ans dans les principales capitales" por, até então, se ter primordialmente ocupado da construção de estradas e caminhos de ferro que, não só esgotaram os rendimentos do Estado, como exigiram que se recorresse a empréstimos. Depois de destacar a importância que se deve dedicar ao porto de Lisboa, salienta a necessidade de um plano geral de reconstrução sobretudo para os novos bairros e enuncia os dois apoios fundamentais a esperar do Estado: em primeiro lugar, uma lei de expropriação e, depois, a concessão de facilidades a companhias de empreendedores "qui avec leurs propres capitaux et ceux des établissements de crédit qui se fondent actuellement à Lisbonne e à Porto, pourront exécuter à leurs frais les plus grands travaux publics et privés, et même fournir au Gouvernement et à l'administration municipi-

pale des combinaisons qui concilient tous les intérêts, et ménagent les coffres de l'État et de la municipalité."

Desde já afloram algumas questões que nos parecem essenciais: embora se tenha já iniciado nestes anos o crescimento demográfico da cidade, não parece ser essa a razão que move os intuitos de quem insiste na sua necessidade de expansão. Por outro lado, surge claramente, tanto no decreto de 1864 como no texto de Pezerat, que esse desenvolvimento se deverá fazer mercê de expropriações para a construção de novos bairros. A par da urgência das obras do porto de Lisboa que a tornariam centro europeu do comércio mundial, é a necessidade de permitir às "companhias de empreendedores" dispôr de novos terrenos para construção, mais do que a efectiva necessidade em termos demográficos, que norteia o pensamento dos reformadores.

Todavia, mesmo esta necessidade de criar investimento ao capital é, no quadro débil e dependente do desenvolvimento nacional e lisboeta, mais um desejo que uma permência e por isso durante dez anos tudo ficará na mesma. Só em 8 de Maio de 1876, a Câmara acusa a recepção de um ofício do Director Geral interino das Obras Públicas (32) participando que "se nomeou uma nova comissão composta do engenheiro Luís Victor Lecocq, director da fiscalização dos Caminhos de Ferro do Norte e Leste, do architecto de 2ª classe Raphael da Silva Castro, do engenheiro proposto pela Câmara Municipal Frederico Ressano Garcia e do vogal da Junta Consultiva de Saúde Pública por esta indicado, o dr. Matheus Cesário Rodrigues Moacho para (...) elaborar os projectos que forem precisos para a conclusão do plano geral de melhoramentos da capital".

Do trabalho desta comissão não nos foi possível apurar mais do que nos é dito, dez anos depois, em 1886, por Miguel Correia Paes no seu segundo opúsculo sobre os Melhoramentos de Lisboa Engrandecimento da Avenida da Liberdade: "Tendo a comissão, nomeada em 25 de Abril de 1876 para estudar, em virtude da disposição da Lei de 31 de Dezembro de 1864, os melhoramentos de Lisboa, e compostas dos meus prezados amigos Marcellino Craveiro da Silva, Luís Victor Lecocq e Rafael da Silva Castro (...) apresentado em 27 de Dezembro de 1881, o seu relatório acompanhado de diferentes plantas, formando a carta de Lisboa, na escala de 1/ 1000, trabalho importantíssimo que se deve consultar sempre que se projecte qualquer melhoramento na cidade (...) e embora lhe falte aprovação superior (como determina o artigo 38º da mesma lei) e, por isso, não seja por enquanto obrigatório (...)"

Concluimos, fazendo fé nas palavras de Miguel Correia Paes, que

Ressano Garcia não fez parte dos trabalhos da Comissão até ao final. O que aliás nos aparece confirmado por duas informações colhidas no Arquivo Municipal. No ano de 1880, na Sessão da Câmara Municipal de 19 de Abril, é lido um ofício da Comissão do plano geral de melhoramentos da capital que "pede por oito dias a planta geral da Avenida da Liberdade afim de ser incluído este grande melhoramento no plano geral que está elaborado". Em 5 de Janeiro de 1882, outro ofício da mesma comissão envia à Câmara, a pedido desta, "o ante-projecto (4 cader-nos com desenhos e um de peças escritas) da Direcção Geral das Obras Públicas, da avenida no prolongamento da Rua Nova da Palma até à Estrada de Sacavém".

Deste modo, por razões não apuradas, a Comissão elabora o seu "plano geral de melhoramentos" sem contacto directo com os Serviços Técnicos da Câmara Municipal de Lisboa, que está então procedendo já à concretização do projecto de extensão da cidade para norte sem que tal nunca apareça enquadrado num "plano geral de melhoramentos", e acaba por ser totalmente ultrapassada, como podemos concluir pelo parecer do vereador Alves Branco Jr. na Sessão da Câmara Municipal de 24 de Maio de 1880 em que é aprovado o projecto do Bairro Camões: "O projecto tinha o defeito de não estar em harmonia em coisa alguma que se tenha resolvido ou estudado relativamente aos melhoramentos da cidade". E acrescenta que "devia haver um plano e todos os melhoramentos serem subordinados a esse plano".

4. A Avenida da Liberdade - "1ª parte" do projecto da Câmara Municipal de Lisboa de um "boulevard do Passeio Público às portas da cidade"

Não se traduzindo portanto em resultados concretos o projecto de plano de melhoramentos previsto pelo decreto de 31 de Dezembro de 1864, tudo recomeça, agora decisivamente, em 1876.

Na Sessão da Câmara Municipal de 24 de Janeiro desse ano, o vereador Lourenço da Fonseca afirma que o deputado Ferreira de Miranda apresentava nesse mesmo dia "ao corpo legislativo" um projecto de lei prevendo o aumento da dotação da Câmara Municipal de Lisboa e a promulgação de uma lei de expropriações por zonas "limitada unicamente aos terrenos precisos para a abertura da Avenida em projecto a partir do Passeio Público do Rossio."

Não é nossa intenção analisar aqui o processo lento e difícil da realização da Avenida da Liberdade. Mas é-nos fundamental realçar, ao

contrário da posição que tem sido sistematicamente defendida pelos estudiosos do tema,* que nele se movem e cruzam dois modos bem diversos de entender o desenvolvimento da cidade. Enquanto a opinião pública e mesmo grande parte da vereação depressa identificará a Avenida com o espaço libertado do Passeio Público, a posição dos que de algum modo a conceberam foi sempre de que ela se estenderia para lá do que serão os seus reais limites. "Em direcção a S. Sebastião da Pedreira" (33), "a S. Sebastião da Pedreira e Campo Grande" (34), "até às portas da cidade" (35). Extensão indefinida é certo, mas sistematicamente afirmada, permitindo concluir que o actual projecto deveria retomar o velho propósito de rasgar uma linha de comunicação da cidade com os seus arrebaldes a norte, respeitando os trajectos tradicionais.

E, se de imediato, a vereação que aprova em 12 de Outubro de 1877 a proposta de Rodrigo Afonso Pequito, apresentada em 23 de Agosto do mesmo ano, consagrando "a grande avenida do Rossio a S. Sebastião da Pedreira e outras novas vias (...)" participa nessa visão algo romântica que tem sido salientada, vendo nela sobretudo um engrandecimento da capital e o simbolismo da demolição das grades do Passeio Público, outro entendimento da cidade está já presente e esse não tem sido valorizado: na Sessão referida, o próprio proponente "lembra a conveniência de antes de se pôr em discussão a sua proposta virem para a mesa os planos e trabalhos já feitos para a abertura da grande avenida projectada". E é chamado Frederico Ressano Garcia que desde há três anos dirigia a Repartição Técnica para onde entrara por concurso documental. Afirmar este que "em virtude das dificuldades que em qualquer direcção apresentavam os terrenos situados ao norte do Passeio Público, não podia o boulevard seguir um alinhamento único desde o referido Passeio até às portas da cidade e que, em sua opinião, não convinha dar-lhe a mesma largura nos alinhamentos sucessivos; mas que, no primeiro destes, o qual mais directamente interessava à discussão (...) devia a futura Avenida ser dirigida exactamente no prolongamento do actual Passeio e ter a largura deste com as suas ruas laterais fazendo-se por esta forma concorrer o Passeio depois de transformado para a magnificência daquele lanço rectilíneo inquestionavelmente tanto mais belo quanto mais extenso fosse (36).

* Refira-se por exemplo o estudo já citado de Maria João Madeira Rodrigues ou a tese de licenciatura de Maria da Conceição Oliveira Marques

Em 21 de Julho de 1879 é apresentado em Sessão da Câmara Municipal pela mesma Repartição Técnica e aprovado o projecto da "1ª parte da Avenida", "embora ainda não concluído", e na Memória Descritiva que o acompanha, afirma-se que essa "1ª parte (...) (terminará) em uma praça circular de 200m de diâmetro d'onde irradiam quatro ruas de 30m - uma em direcção ao Rato, outra ao local do novo edifício da Penitenciária e Entre-Muros, outra para Santa Marta e finalmente outra para os sítios do Campo Grande e Benfica" (37).

Necessário é concluir que se a Avenida da Liberdade é para a cidade de Lisboa e mesmo para a vereação que a promove sobretudo um emblema de um desejo de modernização, não o é para a Comissão Técnica que a projecta e a vê apenas como uma "1ª parte" de um empreendimento que é desde sempre concebido como um todo. Aliás se a actividade de F. Ressano Garcia não é entendida por todos, ele não está contudo de modo nenhum isolado. Em 1886, quando se está já a iniciar a luta pela aprovação dos passos seguintes do projecto, F. Simões Margiochi (38) recordará claramente que se a Avenida foi concebida como "um grande ventilador da cidade baixa" e "um passeio público", "o principal" era vir a ser "a grande artéria de comunicação para o norte da cidade" substituindo a rua de S. José, a de Santa Marta e a calçada de S. Sebastião que, por serem demasiado íngremes, "estreitíssimas e perigosas", "impedem o estabelecimento d'alguma linha férrea de qualquer dos sistemas".

De outro modo se pode ainda provar que a Avenida não era, no espírito dos que efectivamente a projectam, o "curto rompante de luxo barato" que Eça de Queiróz (39) sagaz mas também superficial a ridicularizar os actos nacionais, nela quis ver. Como anteriormente referimos, o lançamento público do projecto é acompanhado por diligências nas Cortes para fazer aprovar uma lei de expropriações por zonas que deveria dotar o Município do instrumento legal para a sua rápida realização e dos meios financeiros necessários se fosse aprovado, como então já se pretendia, que as expropriações abrangessem, além dos terrenos necessários para a construção da Avenida, faixas laterais até 50m onde se constituiriam lotes para venda imediata. O facto desta proposta não ter sido aprovada é que fundamentalmente explica todas as lenti-

dões na realização do projecto e não , como em geral se afirma, a inexistência de um projecto. Este existia global já em 1876, não terminado todavia como o próprio Ressano Garcia salientou, mas só dez anos depois se consegue fazê-lo passar. E vamos ver com que dificuldades e oposições.

5. O projecto da "Avenida da Praça Marquês de Pombal ao Campo Grande" e a Lei das expropriações por zonas: da discussão nas Cortes à promulgação.

Nas Actas das Sessões da Câmara Municipal encontra-se, por diversas vezes nos anos imediatos, referências à necessidade de se voltar a pôr a questão dos "recursos pecuniários" com que o governo deveria dotar a cidade, diligências que conduzem em 1885 à promulgação da Carta de lei de 18 de Julho de 1885 aprovando a reforma administrativa do Município de Lisboa que, nomeadamente, lhe concede a possibilidade de chamar a si a "abertura de ruas, praças e avenidas" (40) e, logo em 1887, na Sessão de 26 de Novembro, o presidente Fernando Palha, apoiando-se nesse novo instrumento legal, propõe "em nome da Comissão Executiva, a abertura d'uma avenida que ligue o Campo Grande com a Praça do Marquês de Pombal na Avenida da Liberdade, conforme a planta geral que apresentava para os senhores vereadores examinarem" (41).

Embora não nos tenha sido possível encontrar esta planta nos acervos não classificados da Câmara Municipal de Lisboa, é evidente que ela é peça intermediária entre a apresentada em 1876 e a que será aprovada em 1888, e é esta continuidade de trabalho, que desde há dez anos encontrara o essencial da sua expressão, sempre dirigido e impulsionado por Ressano Garcia, que explica que o projecto lançado com forte envolvimento polémico pelo engenheiro Correia Paes em 1885 para o prolongamento em linha recta da Avenida (42), não tenha sido considerado pela Repartição Técnica, apesar de contar com entusiastas e empíricos apoios na vereação. Não cabe, no âmbito do nosso trabalho, discutir a pertinência das respectivas posições, mas importa-nos salientar que a não aceitação do projecto do notável entusiasta dos melhoramentos da capital não foi decidida sobre o momento, significando sim o triunfo das directrizes de Ressano Garcia cuja excepcional capacida-

de de trabalho se impõe sem contestação às vereações municipais.

Não bastava todavia o apoio da vereação para o projecto se efectivar. Tentando criar factos consumados, e conquistar quase à força o apoio da cidade e das Cortes, em 1886 fora aberto concurso para o Parque da Liberdade e aprovada a verba de 200 000\$000 reis para a sua construção. Contudo, o Município não tinha meios para o realizar e sabia-o. Em termos políticos o momento era favorável: iniciara-se em 1887, ano da morte de Fontes Pereira de Melo. recorde-se, o segundo governo progressista de José Luciano de Castro de que era Ministro das Obras Públicas Emídio Navarro. Tanto Fernando Palha, presidente da Câmara Municipal de Lisboa como F. Ressano Garcia militavam nas fileiras do partido e isso explicará a consonância da acção que se vai verificar, traduzida imediatamente no projecto de lei sobre expropriações por zonas, apresentado pela Câmara ao Governo e que este envia para discussão às Cortes em 28 de Maio de 1888. Doc. 1

A discussão vai ser tumultuosa (43), sendo a intervenção de fundo da opposição na Câmara dos Deputados feita por Dias Ferreira e, na Câmara dos Pares, Ernesto Hintze Ribeiro, herdeiro de Fontes à frente do Partido Regenerador. O que sobretudo é dito é que a lei era inconstitucional na sua pretensão de expropriar faixas de 50m para lá do leito das avenidas a abrir. Dias Ferreira qualifica-a de "ataque aberto ao direito de propriedade", tanto mais "sem uma necessidade urgente de interesse público", clarificando: "as más circunstâncias financeiras de uma corporação qualquer que precisa dos terrenos dos seus administrados para os vender, e para com o produto d'elles fazer bonitos (itálico no texto do discurso), não são e nunca foram motivos legais e racionais de expropriação". Dirá de novo mais adiante: "pede-se o sacrifício da propriedade do cidadão em benefício da Câmara Municipal de Lisboa não para ela remir as suas dívidas ou acorrer a algum melhoramento de salubridade pública mas para fazer bonitos para construir um parque na Avenida da Liberdade e para fazer outra avenida nas Picoas". E exaltando-se sobre esta medida sem precedentes, nem cá nem no estrangeiro, afirmará: "Começa por nós esta imagem da comuna" e, já a terminar, dirá: "Para mim a obra mais indispensável do país é o saneamento da cidade de Lisboa, que não pode ser sacrifica-

do aos parques, nem às avenidas(...) a tudo quanto é de utilidade duvidosa".

A proposta será todavia aprovada pela maioria progressista em 5 de Julho de 1888 e é, em seguida, enviada à Câmara dos Pares onde, como já referimos, o discurso de fundo da opposição é calorosamente pronunciado por Hintze Ribeiro que frisarà também que o que estava em causa "é acima de tudo uma questão constitucional", perguntando: "Porque não se constroem um Tribunal de Justiça, um edifício do Correio, um Liceu, hospícios?", e respondendo: "Porque não há meios." Irá contudo mais longe perante a pretensão do projecto de que a exigência de se expropriar "uma faixa além dos terrenos compreendidos no plano de obras" se justificaria "a fim de que as novas edificações obedeçam a determinadas condições de aformeseamento e de hygiene" - dirá que "o argumento nem sério é", e a seguir:

"A Câmara expropria e revende por alto preço; portanto o terreno é caro, muito caro. Ergue-se talvez um ou outro prédio de mais cuidada aparência e construção para se destinar ao próprio uso de quem o possui. Mas isto é uma excepção. De resto porventura os prédios para locação obedecem a boas e elegantes condições architectónicas? (...) Quem ali comprar terrenos para construir casas de aluguer, leva-se de um pensamento de especulação; todo o seu fim é tirar o maior lucro (...) Continuaremos a ver como até agora temos visto nas imediações da Avenida alçar e fechar umas enormes cómodas fiixas (que outra coisa não são os prédios que ali há) com muitas gavetas, muitas repartições e muitos escaninhos, em que se acomoda muita gente e de que se recebem muitos alugueis.

"Pois pensa o Senhor Presidente do Conselho que os proprietários vão edificar prédios que se destinam à especulação (...) com belezas architectónicas?! O que os proprietários querem é construções baratas, muitas vezes com prejuízo da própria solidez. O que desejam é que os seus prédios sejam ocupados por muitos locatários a fim de tirarem uma remuneração que largamente os compense da despesa que fizeram".

E já a concluir, Hintze Ribeiro dirá ainda: "Fala-se de um plano e de planos, de uma avenida e de mais avenidas e de praças e de ruas adjacentes e afinal não se sabe o que é (...) Demais votamos este projecto completamente às escuras sem uma luz que nos esclareça (...)", terminando com uma pergunta evidentemente cheia de subentendidos: "A Câmara Municipi-

pal é que dirige e ministra por si directamente a execução das obras ou fica com a faculdade de subrogar os seus direitos a qualquer intermediário que apareça?".

As largas transcrições que acabámos de fazer parecem-nos plenamente justificadas porque através delas pressentimos todo um sentir colectivo da cidade para quem os projectos em causa serão durante muitos anos excessivos e desnecessários. A cidade já tinha uma Avenida, para quê "mais avenidas e praças e ruas adjacentes...?" "Bonitos" apenas com que a Câmara mal disfarçava afinal o seu essencial objectivo: recuperar "à custa da propriedade dos cidadãos" "as más condições financeiras" em que se encontrava muito provavelmente secretamente aliada "a qualquer intermediário que apareça". O projecto então apresentado era apenas ainda um esboço mas se fosse já ^{que} definitivamente será aprovado em 4 de Outubro de 1889 não mereceria maior atenção. As necessidades da cidade como os cidadãos as sentiam e os chefes políticos da opposição enunciavam eram sobretudo "a salubridade pública" ou, como na Câmara dos Pares dirá Tomás Ribeiro, "as que importava realizar nos bairros de Alfama e Mouraria". O mesmo conselheiro deixará ainda no ar a pergunta: "Onde estão os bairros para operários?"

O projecto da Avenida das Picoas ao Campo Grande é assim encarado sobretudo como um negócio para a Câmara, que se propunha apossar-se violenta e subitamente de bens de cidadãos para, talvez mancomonada com um "sindicato" do tipo do que então construía o Bairro Camões, revender com elevado lucro uma quantidade imensa de terrenos para edificação. As novas "avenidas, praças e ruas adjacentes" eram apenas um instrumento dessa operação especulativa já que a cidade delas não precisava.

Seria incorrecto considerar que o modo violento e acusatório com que a opposição regeneradora recebe o projecto de Ressano Garcia traduzia apenas a "política do dia" própria de todas as oposições: criticar e travar tudo o que é da iniciativa do governo. Para lá dessa opposição evidentemente política, existe, empiricamente embora, uma reflexão sobre o futuro da cidade. Se questões como a da salubridade e da necessidade de se construir "bairros operários" devem ser consideradas muito exactamente como argumentos políticos já que

a vereação presente, tal como as anteriores e seguintes, as considerava prioritárias - o que não significa, sobretudo no caso da segunda, que as medidas propostas e mesmo iniciadas tenham revestido real eficácia - outras, então afloradas, traduzem o que poderia ser uma via alternativa da modernização da cidade: em vez de rasgar para norte "novas avenidas" não seria mais importante refazer o tecido arcaico dos velhos bairros, sobretudo os de Alfama e Mouraria? Com maior radicalidade ainda, Tomás Ribeiro havia considerado "malbaratado tudo quanto no embelezamento de Lisboa se dispender em local de onde não se divise o Tejo". Modernizar a cidade não por ampliação mas por reorganização do seu espaço histórico era o que Pomba fizera no século anterior, era também o que Hausmann projectara recentemente em Paris e se fizera já anteriormente em Londres. Porque não resolver assim a Lisboa moderna? Em vez de se construírem as grandes avenidas através dos campos do subúrbio, porque não as rasgar no corpo da cidade, demolindo e reconstruindo segundo as novas exigências da civilização os velhos bairros? Apenas aflorada neste momento decisivo, essa possibilidade virá a ser largamente debatida. De modo empírico e utópico quase sempre, como o faz em 1908 Abel Botelho na revista Arquitectura Portuguesa (44):

"Imagine-se o efeito perspectival soberbo d'uma destas avenidas flaqueando os morros da Penha de França, da Graça e do Castelo; ou d'outra que, costeando S. Roque fosse à Penitenciária por Campolide; ou ainda uma que(...) ascendesse da Ribeira de Alcântara ao alto de Santa Catarina". E, evidentemente, esta questão prende-se com a levantada por Tomás Ribeiro sobre a necessidade de se preservarem as vistas sobre o Tejo em qualquer plano de extensão da cidade. A grande avenida não deveria ser essa tão sonhada marginal de Santa Apolónia a Belém que arredasse ou escondesse os tugúrios que envolviam o mercado da Ribeira na 24 de Julho e transformasse em novo passeio público as margens do Rio? A ampliação da cidade para norte não seria afinal uma traição aos velhos lugares, ao coração da urbe? Vinte anos mais tarde, de novo em 1908, Ventura Terra, então vereador da primeira Câmara republicana de Lisboa, pedirá que "se proceda ao estudo de um plano de melhoramentos da cidade por forma que sem prejuízo das obras iniciadas nas novas ruas, avenidas, praças, etc. a edificar, se agrupem quanto possível na margem direita do Te-

jo(...)" (45) e de novo em 1915, o mesmo planeará ainda "uma grãde e larga esplanada à margem do Tejo mais larga, mais extensa e mais imponente do que a Avenida da Liberdade" (46)

Em 1888 contudo, quando a aprovação da lei de expropriações por zonas dota a Câmara Municipal de Lisboa de meios para a realização do projecto de extensão de Ressano Garcia, estas vias divergentes de desenvolvimento da cidade apenas tenuamente se esboçam, numa opinião geral dominada pela inutilidade dos "bonitos" especulativos.

Outra questão, agudamente tocada no discurso de Hintze Ribeiro que largamente transcrevemos, não terá também quaisquer repercussões: ele duvidava, com razão perante o exemplo concreto do que se ia edificando nos lotes marginando a Avenida da Liberdade, que os prédios dos novos bairros viessem a obedecer "a boas e elegantes condições architectónicas" mas, de acordo com a atitude global que caracteriza a oposição nesta discussão considerando "inútil", de "duvidoso interesse" ou mesmo "repugnante" todo o projecto, nenhuma alternativa ou remediação é naturalmente proposta. Pensava a oposição, e assim o disse, que o projecto havia de morrer antes mesmo de nascer. Todavia, contrariando estas expectativas, a nova cidade iria para diante.

Nesse mesmo ano de 1888, na sequência da discussão e aprovação da proposta de lei de José Luciano de Castro, é promulgada a Carta de Lei de 9 de Agosto declarando de "utilidade pública e urgente as expropriações dos prédios rústicos e urbanos compreendidos nas zonas que forem necessárias à Câmara Municipal de Lisboa para construir o parque da avenida da Liberdade e ruas adjacentes, paralelas e incidentes e para a abertura da Avenida das Picoas ao Campo Grande e ruas adjacentes, paralelas ou incidentes" e, logo em 13 de Abril de 1889, é apresentado pela Repartição Técnica "o projecto das novas ruas a abrir nas imediações do futuro parque da Liberdade e bem asssim o projecto da Avenida das Picoas ao Campo Grande e ruas adjacentes à mesma Avenida", assinado por Ressano Garcia e datado de 14 de Novembro de 1888. Trata-se indiscutivelmente do ponto de chegada de um trabalho, que fora incansavelmente prosseguido ao longo de mais de dez anos, cuja "1ª parte" tinha sido apresentada em 1877 e que era, evidentemente, resposta às propostas de abertura de uma

Doc. 3

Doc. 4

avenida "até às portas da cidade que, como vimos, foram numerosas vezes formuladas com maior ou menor grau de empirismo. Logo em 1877, Ressano Garcia afirmara que tal "boulevard" não poderia "seguir um alinhamento único desde o referido passeio até às portas da cidade e que, na sua opinião, não convinha dar-lhe a mesma largura nos alinhamentos sucessivos" e, por isso, defendemos que nunca a Repartição Técnica da Câmara Municipal e o seu engenheiro chefe foram influenciados pelas propostas de Miguel Correia Paes para prolongar, num único alinhamento, a Avenida da Liberdade. Considerando definitivas logo em 1877 "as dificuldades que em qualquer direcção apresentavam os terrenos situados ao norte do Passeio Público", a solução do Parque e de um conjunto de vias divergentes a partir da Rotunda fora a adoptada, com um pragmatismo e rigor evidentemente raros num meio dominado por uma visão de cidade eminentemente empírica, confusa e tradicionalista e só essa continuidade pode explicar a qualidade notável dos projectos agora apresentados. Organizados em dois corpos distintos - o 1º, "Projecto das ruas adjacentes ao futuro parque da Liberdade" e o 2º, "Avenida das Picoas ao Campo Grande - compreende um acervo exaustivo de plantas gerais e por ruas com indicação das expropriações e terraplanagens a realizar com os respectivos orçamentos, a largura das faixas de rodagem e dos passeios, os perfis transversais tipos, as directrizes dos canos de esgoto e os programas de loteamento para as edificações adjacentes.

No caso do 2º projecto- "Avenida das Picoas ao Campo Grande". o eixo fundamental é a "Avenida Central com 60,0m de largura" entre a "rotunda projectada no sítio das Picoas" e a praça projectada "ao sul do Campo Grande de forma que se aproxima de circular" com 1 517m,90 de comprimento. Paralelas a esta Avenida, são projectadas duas outras mais estreitas - as futuras António Maria Avellar, depois 5 de Outubro e Pinto Coelho, depois Defensores de Chaves - e, articulando o conjunto destes três eixos, uma rede predominantemente ortogonal de perpendiculares. ^{segundo as} as futuras Duque d'Ávila, Hintze Ribeiro (depois Miguel Bombarda) e José Luciano (depois Elias Garcia) - ultrapassando a nova rede até às preexistentes Rua das Cangalhas (futura Visconde de Valbom) e do Arco do Cego, enquanto a futura Martinho Guimarães (depois Av. de

ILUSTRAÇÃO

4

Berne) deveria inflectir, depois do cruzamento com a António Maria Avellar, para ligar à Rua de São da Bandeira e ao Largo do Rego.

Visando sobretudo urbanizar num loteamento racionalista uma zona ainda rural, respeitavam-se contudo, como inicialmente já sugerimos, preexistências dos velhos caminhos e estradas do termo, introduzindo, na rigidez da malha ortogonal, variantes que prolongam no novo espaço ritmos da cidade antiga. Contudo, a articulação fundamental é obtida pela monumentalidade do eixo da Avenida central que carrega consigo o eco dos grandes eixos da cidade baixa, os pombalinos, a Rua Augusta ou a Rua do Ouro e a Avenida da Liberdade, articulação que se intensifica no jogo de correspondência entre a Rotunda e a praça das Picoas que, embora com significados novos, conservam de algum modo a recordação das velhas praças, do Terreiro do Paço e do Rossio. Deste modo, se a cidade se afasta do rio avançando para o interior, como que transporta consigo uma memória activa dele e pressente-se nesse percurso um simbolismo de ascensão, do passado para o presente, das rotinas tradicionais para os espaços abertos da aventura da civilização.

Parece-nos assim que não é apenas tecnicamente que o projecto de Ressano Garcia é notável - nele vibra uma certa segurança e um sonho de bem estar que as redes ortogonais asseguram, veículos que são das canalizações de esgoto, água, gás e electricidade e dos carris do novo transporte público e por isso se opõe às insuficiências do velho tecido íngreme e tortuoso da cidade, mas há nele também uma escala que permanece lisboeta, encaçada em preexistências múltiplas que o rodeiam e penetram e que talvez tivesse sido perdida se o projecto de prolongamento da Avenida da Liberdade através do Parque se tivesse concretizado.

Curiosamente os críticos de Ressano Garcia que não-de surgir no período seguinte de dinamismo urbanístico da cidade - os architectos de Duarte Pacheco - não entendem este fluir lisboeta que percorre as novas artérias. Cristino da Silva (47) valorizará de novo Miguel Correia Paes, criticando o projecto realizado "que lamentavelmente não aproveitou para a exposição da cidade as zonas naturais" provocando por isso o gasto de "rios de dinheiro principalmente por môr da

da ligação da Av. Fontes Pereira de Melo onde houve de construir uma série de importantes viadutos". Paulino Montês, por seu lado (48) depois de considerar que "as avenidas e as ruas da Lisboa moderna foram riscadas como traçado de esgotos ou de via férrea", criticará também a Fontes Pereira de Melo "demasiado estreita em relação às da Liberdade e República", crítica evidentemente pertinente mas apenas de um ponto de vista de sobrevalorização da circulação automóvel porque, de outro modo, a Avenida Fontes Pereira de Melo, lançada sobre a velha estrada de S. Sebastião, ladeando o mata-douro e abrindo-se de um lado para a Estrada da Cruz do Tabuado e, do outro, para a Rua do Sacramento e Estrada das Picoas, servia percursos tradicionais que nenhum boulevard aberto através do Parque Eduardo VII para as lonjuras da Penitenciária assegurava.

É todavia evidente que não são os méritos urbanísticos em termos de capacidade de ampliar sem destruir uma certa imagem de Lisboa que fazem aprovar o projecto de Ressano Garcia. Na sequência da Carta de Lei de 9 de Agosto de 1888, que legitima as expropriações por zonas, incluindo faixas até 50 m para o exterior das novas avenidas, a rápida abertura destas surgia aos olhos da Câmara quase só como um negócio rentoso. O decreto de 4 de Outubro de 1889 sanciona os planos já aprovados pela vereação e, logo a seguir, o edital de 12 de Novembro de 1889 torna pública a relação dos proprietários a expropriar. No citado decreto é fixado o prazo de 36 meses para a execução de todas as obras a partir da sua adjudicação "ou aos proprietários dos prédios, compreendidos nas zonas em que se projectam as mesmas obras (...) ou aos empreiteiros que delas se encarregarem, se os aludidos proprietários não quiserem usar da preferência(...)".

Doc. 5

Doc. 6

Veremos de seguida quanto este optimismo, traduzido na afixação de um período de obras de três anos, havia de sair logrado...

5. Dificuldades e etapas na realização do projecto.

Na Memória Descritiva de Ressano Garcia precisava-se "a economia do projecto": "basta vender gradualmente e sucessivamente todos os terrenos disponíveis por aquele preço (7\$377 reis no caso dos terrenos do Parque da Liberdade,

3\$709 reis na zona das Picoas) que facilmente atingirão e, dentro do prazo de seis anos, a contar d'aquela em que se houver feito a respectiva despesa, para que todos os melhoramentos compreendidos no 2º projecto saiam completamente de graça ao Município". Na Sessão de 13 de Abril de 1889 em que o conjunto dos projectos é apresentado, o presidente, ao mesmo tempo que afirmava que "em conclusão a Câmara podia estar sossegada quanto a obter, pela lei de expropriações por zonas, os meios necessários para a realização dos projectos", interroga-se⁴ seria fácil a venda de tantos terrenos em seis anos...

Esta dúvida era evidentemente legítima considerando sobretudo que, se os anos de 1880 tinham ainda podido viver da riqueza regeneradora de 1870, os de 1890, com o Ultimatum e a crise brasileira, inauguram-se em clima de forte recessão financeira. A cidade contudo ia-se modernizando: precisamente em 1890 é inaugurada a linha férrea da cintura (também projecto de Ressano Garcia) e a Estação do Rossio ao mesmo tempo que entra em funcionamento a linha de americanos do Arco do Cego ao Lumiar. As fontes monumentais do Rossio e a cúpula do Coliseu dos Recreios, inauguradas no mesmo ano, exemplificam, com certa espectacularidade, o triunfo da via europeia no desenvolvimento da capital. Ainda nesse ano são também aprovados os projectos particulares para a construção dos bairros Andrade e da Calçada dos Barbadinhos. Que a aventura em que a Câmara embarcara com os projectos de extensão da cidade tinha razão de ser e futuro podia ainda ser comprovado pelo pedido à Câmara em 1891 para autorizar "uma linha de tramways entre as portas de S. Sebastião passando em frente ao Jardim Zoológico pela Rua Marquês Sá da Bandeira, Estrada do Rego e Campo Pequeno até entroncar na linha do Lumiar". Pretender-se-ia servir a nova Praça de Touros então já em construção e que será inaugurada em 1892? Evidentemente o parecer da Câmara é negativo por se tratar de "ruas condenadas" (49), mas não provava esse empenho quanto as novas avenidas eram já uma necessidade no espaço da cidade que se alargava?

Todavia apesar deste quadro de prosperidade, a crise manifesta-se profundamente e não só os proprietários expropriados deixaram ultrapassar o prazo em que poderiam tomar o em-

preendimento em mãos, como tardava em surgir "empreiteiros que dele se encarregassem". Como haviam de surgir para financiamentos tão vultosos, se, em 1891, a venda de terrenos no Casal do Rolão a Santo Amaro, adquiridos pela Câmara e postos em praça "por preço bastante baixo para atrair os capitais com a condição de neles se edificar desde já", eram vendidos a ritmo desanimador? (50)

Aliás a questão não era só a falta de investimento: a recessão tinha imediatamente, como sombra ameaçadora visível, a crise de trabalho que profundamente atingia a classe operária. E, como que justificando Anselmo de Andrade que afirmava que os empreiteiros "aterrorizavam os governos do dia com a ameaça de milhares de desempregados" (51), em 23 de Dezembro de 1892, o vereador Martinho Guimarães propõe "para debelar a crise de trabalho", entre outras medidas, que se diligencie a "organização de uma companhia ou empresa para a realização dos projectos da Avenida das Picoas ao Campo Grande e do Parque da Liberdade". E, perante uma Câmara, em crise permanente de recursos, esta vai ser a via procurada, dando afinal razão a Hintze Ribeiro que, veiculando boatos ou notícias insistentes, logo em 1887 na Câmara dos Pares, interrogava se a execução das obras seria feita pela Câmara ou por "qualquer intermediário que apareça".

Contudo, a dificuldade era que mesmo um "qualquer intermediário" não aparecia e por isso, em 1893, ano 1 do gabinete Hintze Ribeiro-João Franco, mais uma vez por iniciativa de Martinho Guimarães, a Câmara delibera pedir auxílio ao Ministro da Fazenda "para poder empreender a obra de construção das avenidas e Parque. Em resposta, o Ministro, prometendo apoio, afirmou todavia que "as dificuldades financeiras do governo não lhe permitiam representar esse apoio por quaisquer adiantamentos em dinheiro" (52).

Martinho Guimarães não desistiu. Afirma que "a obra podia ser realizada com os recursos actuais da Câmara (...). Que apenas seria necessário para dar começo às obras o levantamento de um empréstimo para proceder às expropriações mas que a Câmara dando de hipoteca as propriedades que possui e as que iria adquirir facilmente conseguiria levantar esse empréstimo". Não muito facilmente no entanto já que a primeira "operação financeira" planeada com a Companhia de Crédito Predial fracassaria e só no ano seguinte Martinho Guimarães

podia anunciar que o empréstimo de 400 contos(...) se realizaria com a Caixa Geral de Depósitos ao juro de 5% com a amortização em 30 anos (53).

Era uma grande vitória, tanto mais que a reunião com os quarenta maiores contribuintes da cidade, cujo parecer consultivo era necessário para a realização da operação, fora claramente negativo: a primeira reunião convocada não pudera efectuar-se por terem comparecido apenas dezassete e, na segunda, em que estiveram presentes vinte, apenas sete votaram favoravelmente (54). Na opinião geral tratava-se dos "bonitos" de que falara Dias Ferreira em 1887 e de obras de excessiva grandeza para a pobre Câmara de Lisboa que antes deveria preocupar-se com o pagamento das suas dívidas. Como esta opinião não era vinculativa, o processo podia avançar: com os 400 contos da Caixa Geral dos Depósitos, iniciam-se em Outubro de 1894 as expropriações para a abertura da Rua Fontes Pereira de Melo. A Câmara tomava claramente a operação em mãos embora, nesse mesmo ano, tenha de novo alimentado a esperança vã de ter encontrado o "empreiteiro" que a aliviasse: efectivamente em 26 de Dezembro é presente na Sessão da da Comissão Administrativa uma proposta de Henri Lusseau que, em 1887, ganhara o primeiro prémio do concurso para o projecto do Parque da Liberdade, para "tomar a seu cargo, sem garantia de juro ou subvenção alguma, a construção das ruas e praças que fazem parte do projecto da Ex.ma Câmara relativo aos terrenos da 1ª zona em continuação da Avenida da Liberdade e em volta do projectado Parque da Liberdade, adquirindo para esse efeito os terrenos não municipais que, segundo o mesmo projecto, têm de ser expropriados a terceiros". Além de outras obrigações, a Câmara ficaria obrigada pelo acordo "a conceder à empresa a construção das ruas e praças na 2ª zona precisamente nas mesmas condições e com as mesmas vantagens e encargos já mencionados com respeito à 1ª zona". Esta proposta é acompanhada de dois extensos pareceres, um de Ressano Garcia, director geral das obras e outro de Martinho Guimarães, vereador do Serviço da Fazenda. O primeiro, recordando que "decorridos quase cinco anos depois da data de 21 de Fevereiro de 1890 (quando aspirara o prazo do direito de preferência concedido aos proprietários a expropriar) ainda a Câmara não pode infelizmente dar execução a uma lei que ela própria solicitou e que, restringindo em favor do Municí-

Doc. 7

Doc. 8

Doc. 9

pio, o direito de propriedade consignado na Carta Constitucional, suscitou grande oposição em ambas as casas do Parlamento", afirma que "a proposta apresentada agora pelo cidadão francês, Mr. Lusseau (...) merece ser devidamente considerada pela Ex.ma Câmara porque pode talvez habilitá-la a realizar o vasto plano de melhoramentos que se projectaram com o fim de atender às crescentes necessidades do embelezamento da capital e de satisfazer às exigências da comodidade, da saúde, da segurança e do bem estar dos seus habitantes". Depois de cuidadosamente analisar e pontualmente criticar, considerará "a proposta (...) vantajosa para o Município, sob o ponto de vista técnico e económico" mediante certas considerações, uma das quais "obrigar o concessionário a receber, pelo seu custo, não só os terrenos mas também quaisquer prédios urbanos que a Ex^a Câmara adquira até à assinatura do contrato definitivo, para execução parcial dos projectos aprovados" o que permitiria "que se prossiga desafogadamente na execução dos melhoramentos para que se contraiu ultimamente o empréstimo de 400 000\$000 reis, saldando esta dívida dentro de um ano".

Quanto ao parecer de Martinho Guimarães, tem para nós a especial importância de historiar todo o processo. Assim depois de recordar as mais antigas referências ao projecto "desde que no reinado de D. Maria I, a iniciativa de D. Rodrigo de Sousa Coutinho converte a chã estéril de Alvalade em arborizado passeio (...)" aos "primeiros alvitres postos em letra redonda para se ligar o Campo Grande com a cidade (...)" e de defender que as obras da Avenida da Liberdade "havam necessariamente, para que de todo se justificassem, aliar ao belprazer (...) a conveniência que resulta da melhor e mais directa comunicação com as estradas de Lisboa", "conveniência (que) não seria decerto realizada, ficando-se no troço limitado à extensão da Avenida rematada pelo Parque da Liberdade", conclui que "foi inspirada na evidência desta verdade a solicitação da Lei de 9 de Agosto de 1888, seguida da de 4 de Outubro do ano seguinte".

Contudo, continua Martinho Guimarães, surgira "um obstáculo mil vezes mais irremovível do que todos os que a essas leis se haviam oposto", a crise de 1890 que considera responsável pela "súbita paralização de todas as iniciativas", obrigando "as administrações a resignarem-se na esperança de mais propícios tempos a empresas d'esta ordem". Finalmente, "passados cinco anos de provações e desalentos(...)

eis que esta Câmara toma, sob minha proposta, a iniciativa de um empréstimo que negociado em favoráveis condições, lhe permitisse acudir à crise de trabalho que tem sido natural consequência do geral desequilíbrio", empréstimo que tem como objectivo "o prosseguimento da penetração ampla e rasgada através os meandros do norte da cidade, até se atingir o termo que anda desde há 70 anos apontado (...) a abertura da Avenida das Picoas, enfim".

^{Tedavia}
~~Então~~, sendo o valor do empréstimo "relativamente diminuto para tão extensa obra", era evidente que com ele apenas se podia "concorrer para a sua continuação" e não para o seu termo e por isso a actual proposta feita à Câmara por Lusseau ganha enorme importância. Martinho Guimarães adere às indicações que lhe fizera Ressano Garcia, propõe que se acrescente o direito de inspecção para a Câmara aos actos da empresa e termina sugerindo um voto de louvor "ao distinto engenheiro director geral das obras, pelo zelo, diligência e espontânea dedicação(...)"

O "Contrato Provisório celebrado com Mr. Lusseau" ^é assinado em 7 de Fevereiro de 1895 e, segundo a 3ª condição, tornar-se-ia definitivo "quando Mr. Lusseau ou a empresa que ele organizar houver entregado no cofre municipal o depósito de garantia de 75 000\$000 reis", dentro do "prazo máximo de um ano". As obras de abertura das avenidas e ruas da 1ª zona deveriam começar "no próprio dia em que a Câmara lhe fizer a entrega dos trabalhos por ela executados" e as do Parque "o mais tardar seis meses depois do dia em que este contrato se tornar definitivo". Segundo a 24ª condição, "terminadas (estas) obras a Câmara obriga-se a conceder a Mr. Lusseau(...) a construção das ruas e praças compreendidas na zona que (...) abrange a Avenida das Picoas ao Campo Grande e as ruas adjacentes, paralelas ou incidentes".

^{No entanto}
~~Então~~, nunca o contrato definitivo viria a ser assinado. Durante os anos de 1896 e 1897 há correspondência entre a Câmara e o architecto francês que procuraria obter sucessivos adiamentos que vão sendo concedidos cada vez com maior cepticismo. Ainda em 1901, Lusseau fará uma nova tentativa de retoma do projecto, então apenas restringido ao Parque: Ressano Garcia dirá então, dando parecer desfavorável às novas propostas, que o fracasso do contrato provisório de 1895 "se explica pela pouca ou nenhuma simpatia que

que já então inspiravam os negócios portugueses às praças estrangeiras"(55). Mas as obras, alimentadas pelo empréstimo contraído em 1894, não sofreram qualquer abrandamento: as expropriações para a abertura das Avenidas Fontes Pereira de Melo e António Augusto de Aguiar prosseguem e, em Janeiro de 1895, é proposto a urgência do processo judicial para a expropriação da Condessa de Camaride necessária para a construção do troço final da Av. Fontes P. de Melo e já da Rotunda das Picoas e começo da Av. das Picoas. Que o processo era irreversível prova-o o contrato feito com a Companhia Carris de Ferro de Lisboa para a exploração de 26km de novas linhas pelo sistema da tracção eléctrica que deveriam ser construídas nas avenidas a abrir, nomeadamente na Avenida das Picoas. E, em 1897, quando Ressano Garcia abandona a direcção da Repartição Técnica, para ser Ministro da Fazenda do governo de José Luciano de Castro, é proposto que à Avenida das Picoas seja dado o seu nome (56).

Nesse mesmo ano é proposto e aprovado que a rua nº9 do projecto das zonas "que deve correr paralela a oeste da Av. Ressano Garcia passe a chamar-se "António Maria Avellar", a nº10 "que deve comunicar a Estrada da Circunvalação com a Praça do Campo Pequeno, paralela a leste da Av. Ressano Garcia", "Pinto Coelho", a nº4, "uma das mais importantes pois que é destinada a ligar a Praça do Campo Pequeno com os sítios de Palhavã e Benfica", "Rua Martinho Guimarães" e a Rotunda das Picoas "Praça Mouzinho d'Albuquerque" pois que então se pensava, por proposta do presidente do Município Zofimo Pedroso, "que nesta praça seja levantado um monumento destinado a comemorar as nossas recentes vitórias em África e no qual sejam inscritos os nomes dos portugueses que para ela concorreram" (57). Contudo, logo no ano seguinte, esta praça é escolhida para colocar a estátua do Marechal de Saldanha e, em consequência, em 1902 aprova-se que ela se designe por "Duque de Saldanha" e que o nome "Mouzinho d'Albuquerque" passe para a Rotunda de Entrecampos (58). Treze anos depois todos estes nomes serão alterados mas, de momento, justificavam-se na memória próxima da cidade que se ia edificando.

Ainda em 1897 é posto em praça o programa das condições para a arrematação de uma empreitada de terraplanagem a fazer nas Ruas Fontes P. de Melo e António A. de Aguiar

que no ano seguinte está concluída, altura em que se procede já ao revestimento do viaduto. Em 1899, é aberta praça "para fornecimento de 3 000m³ de brita de basalto para o empedrado da faixa de rodagem "dos lanços mais a jusante" das citadas ruas, operação que será concluída em 1900. Antes, também em 1899, a Comissão Técnica apresentara "as plantas e o perfil tipo do pavimento e canalização de esgoto das ruas Fontes P. de Melo e António A. de Aguiar", considerando conveniente remetê-los à Companhia de Gás e Electricidade para que "esta trate desde já de estudar a distribuição de candeeiros e canalizações n^{as} aquelas ruas, preparando-se para assentar um e outros" (59).

Concluídas estas ruas em tempo recorde, logo em 1900 se abre praça "para a arrematação da empreitada de terraplanagens" para a abertura de um troço da "Avenida Ressano Garcia até à Estrada da Circunvalação" (60), ao mesmo tempo que se procedem às primeiras correcções ao projecto de 1886, nomeadamente um estudo de "variantes para a ligação da Praça Mouzinho d'Albuquerque com o Largo da Estefânea" e uma proposta "para alterar por razões económicas o traçado da Rua António Maria Avellar" (61).

Ainda em Dezembro de 1900 - o que mais uma vez prova a rapidez dos trabalhos - é pedido que "com a possível brevidade se estabeleça (...) o encanamento de água para abastecimento do lanço em que falta na rua Fontes P. de Melo, Praça M. d'Albuquerque e do lanço já construído da Avenida Ressano Garcia", de modo que, em Abril de 1901, se considera que essa mesma zona "já pode ser aberta ao público (...) comunicando-se também a abertura das ruas aos serviços de limpeza e polícia de segurança (62).

Doc. 10 A

No mesmo ano, é discutida e aprovada a proposta da Companhia dos Caminhos de Ferro de Lisboa para a construção da linha entre as praças Marquês de Pombal e Mouzinho d'Albuquerque pela Fontes P. de Melo e deixam-se desde logo aprovados os projectos de linha entre a Fontes P. de Melo e a estrada de Palhavã pela António A. de Aguiar e entre a praça Mouzinho d'Albuquerque e o Campo Pequeno pela Av. Ressano Garcia, acertando-se que "ficará assim, desde a Avenida da Liberdade uniforme a rede de trânsito por tracção eléctrica" (63)

Havia ainda grandes dificuldades a ser vencidas: embora os lotes se comessem a vender - e o optimismo pudesse ter

razão de ser considerando por exemplo a venda de um lote a Cândido Sotto Mayor na Fontes P. de Melo por 1\$00 reis superior à base de licitação e mesmo as efectuadas "perto da Praça Marquês de Pombal" "por 4\$600 reis superior à base de licitação - as despesas ultrapassavam sempre as previsões e, nesse mesmo ano de 1900, como poderia a venda de lotes compensar o montante da indemnização, fixada judicialmente, a pagar à Condessa de Camaride que, da primitiva avaliação em 30 contos de reis, fora fixada em 90 135\$180 reis?

Em 12 de Dezembro de 1901, quando se inicia a presidência do Conde d'Avila, é apresentado pelo vereador José Belo uma proposta para se contrair um novo empréstimo de 400 000\$ 000 rs a ser pago "em conta corrente na Caixa Geral dos Depósitos ao juro de 5% e parzo de 30 anos", exactamente portanto nos moldes em que fora contraído o primeiro empréstimo em 1894.

Documento
10

De novo se evoca "a grandeza do melhoramento que tantas belezas traz para a nossa cidade" que representa também "um emprego de trabalho e no seu resultado um aumento de riqueza pública" e se repete claramente que "para conclusão de tão importante obra não tem este Município recursos pecuniários":

Aprovada esta proposta e obtido o novo empréstimo (autorizado pelo decreto de 24 de Dezembro de 1901), iniciam-se as negociações com os proprietários a expropriar na 2ª zona. Rapidamente se decide "liquidar definitivamente a expropriação da parcela pertencente à Companhia Geral de Gados" - e os lotes aí traçados são dos primeiros a serem vendidos ainda em 1902 - mas com todos os outros proprietários, à excepção de Francisco Tomás Carrasqueiro, falham. A propósito destas operações apresenta o presidente em 12 de Julho de 1902 um circunstanciado relatório concluindo que, sendo as exigências dos proprietários cada vez maiores "a Comissão Administrativa tem de desistir por enquanto da conclusão da Av. Ressano Garcia(...) até os poderes públicos decretarem as providências necessárias para se levar a cabo esse melhoramento sem injusto gravame para o Município".

ILUSTRAÇÃO
5

Doc. 10

Parece contudo poder concluir-se que este relatório do presidente se destinou sobretudo a pressionar a vereação a conceder-lhe maior liberdade na condução dos processos já que, na mesma sessão, após a sua leitura, por proposta de Pin-

Doc. 12

to Basto "o senhor presidente é autorizado a negociar com os proprietários dos terrenos a expropriar (...) dentro das verbas de receita e despesa que constam da representação da Comissão Administrativa de 12 de Dezembro de 1901" e, logo no mês seguinte, é efectuada a expropriação aos herdeiros de Francisco Izidoro Vianna no montante de 107 596\$087rs, quando, segundo a avaliação da Câmara, ela seria de 65 125\$825rs e, mesmo assim, o presidente considerou "que trazia para o Município um lucro líquido de 55 745\$075rs na hipótese considerada acerca do preço de venda dos terrenos"! Doc. 13

Finalmente em Novembro, o presidente comunica à Comissão Administrativa que fechara "ad referendum" o acordo com a Condessa de Camaride, Maria Isabel Freire d'Andrade e Castro, acrescentando que "era a última parcela de terreno que faltava para se abrir a Av. Ressano Garcia e que, caso a Câmara aprove a aquisição altamente vantajosa e a tutela a confirme, daria ordem para imediatamente se atacarem com toda a força os trabalhos afim de no próximo ano poder ser aberta ao público a Avenida na parte compreendida entre a Praça do Saldanha e o Campo Pequeno". Doc. 14

Aliás, avançando por sucessivos actos consumados, já o Conde d'Ávila, na Sessão da Comissão Administrativa de 7 de Agosto, havia informado que "no próximo sábado às três e meia, proceder-se-à à inauguração das obras da 2ª zona, Avenida Ressano Garcia ao Campo Grande". Quando recordamos a pompa e eco na imprensa que tivera a abertura simbólica das obras da Avenida da Liberdade, 23 anos antes, compreendemos quanto este empreendimento era de facto, como vaticinara Hintze Ribeiro em 1888, um assunto que só interessava ao Município e que a cidade não se mostrava capaz de imediatamente absorver. Não havia grades nem velhos teatros para derrubar mas, simbolicamente, poder-se-ia dedicar uma elegia às 443 oliveiras que, em 15 de Outubro de 1902, vão à praça para serem vendidas - acabavam de ser desenraizadas dos terrenos expropriados aos herdeiros de Francisco Izidoro Vianna...(64) Doc. 15

O ano de 1903 é o decisivo nas obras da 2ª zona: logo em Fevereiro é posta em praça a arrematação da faixa de cantaria de terraplanagens necessária para a abertura da Av. Ressano Garcia e, em Julho, é adjudicada a empreitada de terraplanagens na Rua A.M. Avellar, ao mesmo tempo que se realizam obras idênticas nas ruas transversais à Fontes P. de Melo .

Os trabalhos da Ressano Garcia, sobretudo, avançam com grande rapidez de modo que, também em Fevereiro, é já comunicado à Companhia dos Carris de Ferro de Lisboa a "conveniência que haveria de proceder ao assentamento das suas linhas nas ruas oriental e ocidental da Av. Ressano Garcia até ao Campo Pequeno logo que estejam(...) efectuados os trabalhos de terraplanagem, canalização geral do esgoto e bordadura dos passeios mas antes de se dar começo ao empedrado da faixa de rodagem" (65) e , ainda em 1903, a mesma Companhia apresenta à Comissão Administrativa o projecto para a linha eléctrica que pretende estabelecer "no lanço da Avenida Ressano Garcia entre a Av. Duque d'Ávila e a Praça do Campo Pequeno" aprovado pela 3ª Repartição (Obras), com a condição de serem colocados os postes em pontos escolhidos de modo que se tornem compatíveis com o arvoredado e com os candeeiros da iluminação pública(66).

Deste modo, em 11 de Dezembro pôde ser assinado o auto de inauguração da Avenida e, nesse mesmo mês, a Comissão Administrativa solicita à Companhia das Águas que "proceda ao assentamento da sua canalização no leito da Ressano Garcia antes de construído o pavimento definitivo.

Doc. 16

Finalmente, no ano seguinte, a Avenida entrará no conjunto das vias privilegiadas da cidade ao ser incluída, com a Fontes P. de Melo, a Rua Aurea, Augusta, Prata e Praça do Município, num projecto da Companhia Reunida de Gás e Electricidade para a iluminação eléctrica e daí a naturalidade do parecer do vereador José Belo contra a pretensão dos feirantes de Lisboa, pedindo a instalação da feira no Campo Pequeno nos meses de Agosto e Setembro: "(tal instalação) (...) dificultaria a venda e desvalorizaria os terrenos municipais ali existentes" (67). Por idênticas razões é negado o pedido das associações operárias para instalarem uma estátua de José Fontana "na via pública que comunica a Praça Marquês de Pombal com Campo Grande: "O local não é próprio para monumento tão modesto", tendo sido sugerido o jardim em frente ao Mata-douro. (68)

O ano de 1904 é fundamentalmente o da venda de lotes e já de construção como veremos - logo em Março são postos em praça, além de outros marcados anteriormente e não arrematados, mais 44 nas Avenidas Ressano Garcia, Fontes P. de Melo, A. M. Avellar, Duque d'Ávila e algumas transversais à Fontes. Apre-

Doc. 17

ciando o resultado das vendas um mês depois, o presidente afirmou terem elas atingido 95 529\$695rs, sendo 72 455\$349rs referentes à 2ª zona, propondo desde logo que fossem separados 15 000\$000rs "que serão destinados ao pagamento do custo do viaduto que deve ser construído para o serviço das linhas da Companhia Real nas Avenidas Ressano Garcia e A. M. Avellar", (69) obra que virá a ser sucessivamente adiada e construída apenas já durante o Estado Novo.

A venda de lotes continua e, em Maio do mesmo ano, estão já marcados mais 48 em diversas avenidas e as vendas somam, um mês depois, 41 842\$663rs. São então postos em praça, pela primeira vez, lotes nas Avenidas Hintze Ribeiro, José Luciana, Barbosa du Bocage e, logo em Janeiro de 1906, também na João Crisóstomo, Martinho Guimarães e Júlio Dinis, esta ainda apenas designada por "rua projectada em frente da Praça de Touros". O movimento é ainda ascendente neste último ano já que, em Novembro, estão em praça 46 lotes na 1ª zona e 170 na 2ª, e destes pela vez 12 na 1ª zona e 21 na 2ª.

Simultaneamente as obras prosseguem: em 1903, são aprovados os projectos e orçamentos "das obras necessárias para complemento das zonas constando do prolongamento da Av. Pinto Coelho" (70), em 1904, fazem-se expropriações na Estrada do Arco do Cego para o alargamento da Duque D'Ávila, em 1905, é feito, a pedido já de moradores, o prolongamento das canalizações de gás da Duque d'Ávila para a A.M. Avellar e, em 1906, é aberta uma nova avenida denominada "praia da Vitória" ligando a Praça do Saldanha com a Rua da Estefânea.

Doc. 18

Muito está evidentemente ainda por fazer - troços fundamentais das Avenidas Pinto Coelho, A. M. Avellar, Martinho Guimarães e B. Bocage - mas podemos considerar a inauguração em 29 de Novembro de 1906 do serviço por tracção eléctrica através da Avenida Ressano Garcia, símbolo suficiente de que o projecto de 1888 estava realizado. Previram-se então três anos para a sua concretização. Haviam passado 18 mas, se recordarmos que as expropriações só se iniciaram na 2ª zona em 1902, o tempo utilizado fora excepcionalmente breve. Tinha-se entretanto vivido a crise dos anos de 1890 que devemos considerar a causa fundamental do atraso e tinha sido preciso lutar contra todas as oposições que viam no projecto apenas os "bonitos" e no empenho da Câmara, a fome especulativa. Tão grande foi a falta de empenho da cidade em geral na sua rea-

lização que é justo considerá-lo quase só obra de um reduzi - do punhado de homens que precisamente então davam os nomes às principais Avenidas: Ressano Garcia, Antônio Maria Avellar, Martinho Guimarães, entre outros, sobretudo pessoal técnico que não adquiriu nome político. Homens que foram mais técnicos do que políticos mas, profundamente ligados ao poder, a sua época estava a terminar e a vereação republicana que, em 1908, os substitui não os poupará a críticas.

7. A gestão republicana das Avenidas Novas

Uma das últimas acções programadas pela vereação monárquica, a expropriação dos terrenos da Viscondessa de Sá da Bandeira para alargamento da rua com esse nome, construção da Av. Visconde de Valbom e prolongamento da Duque d'Ávila, J. Crisóstomo e H. Ribeiro, é a primeira a ser duramente analisada pela gestão republicana(71).

Doc. 19

Considerada irregular porque, para a sua elaboração, não teria sido consultada a Repartição Técnica, logo à partida na análise fria dos orçamentos, a operação prometia um prejuízo à Câmara de cerca de 28 000\$000rs, montante que havia necessariamente de ser muito mais elevado por existir o compromisso, impossível de cumprir, de realizar as obras em 8 meses e todos os atrasos exigirem o pagamento ~~de juros~~ de juros de indemnização de 5% ao ano sobre o valor dos terrenos. É ainda dito que "pelo actual contrato e ao inverso dos anteriores projectos, a Câmara valoriza especialmente os terrenos que ficam pertencendo à Viscondessa e concluído evidentemente que "a operação foi altamente ruínosa para o Município".

Não sendo possível, no âmbito do nosso trabalho, procurar confirmar a acusação da nova vereação, o que desde logo nos parece evidente é que há uma alteração profunda na apreciação do projecto que é agora minuciosamente reduzido às questões financeiras. Não é nunca posta a questão de se saber se a expropriação poderia ter sido feita em melhores condições nem referidas as vantagens que adviriam para a cidade do rasgamento das avenidas até ao nó fundamental que era o Largo do Rego.

Todo o projecto está, aos olhos da nova vereação, contaminado dos erros políticos dos monárquicos e isso provará

à exaustão o vereador Bairros Queiróz que em 7 de Outubro de 1909 apresenta um desenvolvido relatório sobre "as contas das Picoas". Começa por recordar que "em Setembro anterior" demonstrara já que "estando previsto no orçamento em vigor, elaborado pela última vereação monárquica a verba de cerca de 452 000\$000rs como receita proveniente da venda de terrenos pertencentes a estas zonas e, como despesa, a quantia aproximadamente de 356 000\$000rs, que a primeira não tinha atingido até 31 de Agosto senão 43 000\$000rs(...) e que a despesa efectuada tinha sido de cerca de 104 000\$000rs" e por isso, "de acordo com a maioria dos seus colegas", "a situação fora comunicada ao governo: a actual vereação (encontrara) contratos especiais consumados com alguns proprietários, relativamente a expropriações nas ditas zonas que obrigavam à conclusão dos trabalhos num prazo relativamente curto e de cuja falta de cumprimento resultarão graves prejuízos para a fazenda da cidade". Es^{se} pesado condicionalismo determinara que não se mandassem suspender as obras. Mas agora impunham-se medidas decisivas "ou ver-se-à forçada a suspender imediatamente os trabalhos (...) onde se empregam cerca de 400 pessoas".

Passa depois Bairros Queiróz a historiar o processo, recordando com evidente intenção, sublinhada por itálico no texto da acta, que, quando a Câmara resolveu contrair o 1º empréstimo em 1893, "os quarenta maiores contribuintes por maioria o rejeitaram". Esquadrinhando depois todas as despesas e receitas em estudo minucioso, conclui que "até 1908" a 1ª zona apresentava um deficit de 357 865\$864rs e a 2ª também o deficit de 11 002\$933rs, a que soma imediatamente o de 1909 até Agosto no montante de 61 962\$952rs. E, já a terminar, dirá ainda que "para salientar ainda mais a consciência (itálico no texto da acta) com que foi elaborado o orçamento, basta ver que na 2ª zona das Picoas só havia até Dezembro de 1908 terreno para vender na importância de 29 contos mas que isso não foi obstáculo bastante para impedir que esse ~~terreno~~^{terreno} figurasse por 256 contos!" Embora o acinte o rigor na análise da gestão monárquica sobre "as obras das Picoas" contenha evidentemente uma forte carga política, parece-nos que existe, para lá dela, questões mais profundas que envolvem de novo uma maneira diferente de entender o desenvolvimento da cidade. As vereações mo-

nárquicas, envolvidas desde os anos de 1850 no projecto de extensão da capital, tinham também tido oportunidade de se aperceberem do que afirmavam agora os republicanos: ele não era tão rendoso como se havia pensado, na verdade as despesas ultrapassaram sempre as receitas, sobretudo pelos montantes elevados que custaram as expropriações e pela lentidão com que se vendiam os terrenos. Por outro lado, a construção do Parque da Liberdade, que deveria ser o cerne das obras da 1ª zona e proporcionar à cidade elevados benefícios, fracassara totalmente. Todavia a atitude de sucessivas vereações fora sempre a de iludir os deficits e avançar para a frente com a esperança de que os lucros acabassem por chegar, atitude que não era totalmente infundada pois, como a análise republicana das contas provava, os deficits eram muito menores na 2ª do que na 1ª zona o que seria ainda incrementado com o progredir da edificação. Havia ainda a considerar o desenvolvimento e modernização que os novos bairros traziam à imagem global da cidade que justamente orgulhava quem os havia promovido. Finalmente, as vereações monárquicas não tinham que preocupar-se com os deficits: profundamente articuladas com o poder político e económico, sabiam que às grandes companhias de Água, Electricidade, Gás e tracção eléctrica, aos senhorios como aos construtores civis e a numerosas pequenas indústrias laborando na sua órbita, a extensão da cidade interessava tanto como ao próprio Município.

Diferente era evidentemente a gestão republicana que, em oposição ao governo, promovia agora os valores da honra e da clareza dos orçamentos a argumento político. Mais tarde, quando o balanço da gestão republicana da cidade se começar a fazer alguém falará das "vereações pé de meia cujo critério fundamental consistia em obter saldos" e então se recordará o "gênio inventivo de Resssano Garcia que em plenos anos 20 está à espera de continuadores" (72).

De outro modo ainda podemos analisar o desamor evidente dos republicanos pelo projecto em que as Câmaras anteriores se tinham empenhado. Logo na primeira reunião da vereação, presidida por Anselmo Braamcamp, em 3 de Dezembro de 1908, Ventura Terra faz uma longa intervenção defendendo a prioridade de desenvolvimento a dar à margem do Tejo que passaria por exemplo, pelo "estudo do alargamento da Rua do Arsenal sob a orientação de construir na parte correspondente ao

r/c e 12 andar das casas do lado norte um amplo pórtico aberto sobre a rua". Deste modo, de novo se põe a questão que, em 1888, Tomás Ribeiro levantara na Câmara dos Pares: em oposição à cidade avançando para norte, não seria mais lisboeta privilegiar-lhe o desenvolvimento ribeirinho?

Dada a fragilidade política e económica de todo o período republicano, que se agravará definitivamente com o início da Primeira Grande Guerra em 1914, nunca a Câmara de Lisboa disporá de meios para defender os projectos de Ventura Terra, limitando-os às obras de beneficiação da Avenida 24 de Julho e, por isso, de novo, a modernização da Baixa ficará adiada. Era mais fácil aceitar a inércia dos grandes eixos que, da Praça do Comércio, há mais de um século imprimiam uma clara direcção aos projectos de extensão... mas obviamente sem acusarem Pombal, muitos pensavam que os monárquicos lhes haviam deixado a pesada herança de gerirem uma cidade que crescia errada, de costas voltadas para o Tejo, definitivamente ferida do vício de imitação de um Paris cuja grandeza não se deveria desejar.

Não significou porém a desafecção republicana ao projecto de Ressano Garcia uma paragem. Não só se continuaram as obras - em Janeiro de 1909 decorre o calcetamento das Ruas J. Crisóstemo e H. Ribeiro e, em Junho do mesmo ano, há autorização para se adquirir "faixa de cantaria recta e curva e pedras para caldeiras de árvores para o Largo Afonso Pena - como se procura intensificar a venda de lotes, introduzindo-se, significativamente e veremos adiante com que consequências, a modalidade de vendas a prestações. Na Sessão da Comissão Administrativa de 21 de Março de 1912, o presidente mostra a sua satisfação pelo movimento das vendas que demonstraria "que os capitais não estão assustados" e que a resolução da Câmara (a venda a prestações) "foi uma medida acertada visto que dos 10 lotes vendidos, 6 foram-no naquelas condições":

Procuram mesmo as primeiras vereações republicanas introduzir um novo dinamismo no projecto e, embora fora do âmbito do nosso espaço de análise, não podemos deixar de referir a proposta de Ventura Terra, logo em 1908, para "um novo estudo do projecto do Parque Eduardo VII por forma a poder ser vendida uma faixa do terreno que o circunda (...) (para que) o produto da venda desses terrenos seja exclusivamente

destinado às expropriações necessárias para a construção do Parque e à edificação de um grande palácio para exposições e festas". Seria mais um projecto logrado mas em que muito se apostou de modo que a venda, em Abril de 1912, do primeiro destes novos lotes a Clementina Pratt, por 20\$000 por metro quadrado, num total de 474m² e 9 527\$000rs, seria saudada como grande e promissor acontecimento. Mais nenhum lote seria vendido na nova avenida implantada no espaço que anteriormente se destinava à area do Parque e, de novo aqui, o vereador architecto verá frustrados os seus projectos de engrandecimento da capital.

Curiosamente foi também Ventura Terra quem, a propósito da construção da Av. Praia da Vitória, havia de sugerir(73) a modificação do seu nivelamento "levantando-o quanto possível num só trainel em toda a sua extensão, melhorando assim o seu efeito tanto sob o ponto de vista de comodidade como de boa perspectiva", no que mostrava comungar na concepção urbanística que basicamente presidiu a todo o projecto, privilegiando os grandes eixos ortogonais, e visando mesmo corrigi-lão sentido de maior obediência aos princípios o que, a ser feito, se poderia acrescentar a "comodidade" e a "boa perspectiva", não deixaria de acentuar também a monotonia do conjunto e a diferença em relação ao tecido orgânico da velha cidade, numa radicalidade de inovação em termos de malha urbana que Ressano Garcia havia sabido evitar.

Outro projecto destas primeiras vereações republicanas - também de Ventura Terra e, como os anteriores, nunca realizado - pretendeu resolver em moldes originais a questão do viaduto sobre as então já Avenidas da República e Cinco de Outubro. Segundo a proposta apresentada em Novembro de 1910, importava decidir se se construiria, neste troço o caminho de ferro "em subterrâneo ou deveria fazer-se a sua remoção para além do Campo Grande". A Comissão de Estética, recentemente criada na Câmara Municipal, também por iniciativa de Terra, pronunciar-se-ia pela segunda hipótese mas, no ano seguinte, é defendida a "passagem inferior". O assunto será de novo discutido em 1915 afirmando-se então que "o viaduto prejudicaria a perspectiva da Avenida". Mais uma vez se provava que a opção urbanística pelas grandes perspectivas, que os "boulevards" do século XIX europeu haviam herdado de modelos barrocos seiscentistas e setecentistas empobrecidos, permanecia actual no

gosto lisboeta, mas também este projecto terá ainda que aguardar mais de vinte anos a capacidade de iniciativa do Estado Corporativo para finalmente se realizar, mais próximo aliás das propostas iniciais de Ressano Garcia do que das de Ventura Terra.

Muito de acordo com o novo ideário republicano, que em Lisboa foi sobretudo positivista e anti-católico como queria Teófilo de Braga, foi a proposta apresentada ainda em 1909 pelo vereador Costa Ferreira para que se construíssem escolas nos novos bairros, justificando: "em outros tempos quando se construía um bairro, escolhia-se logo o lugar para a Capela, actualmente é indispensável que a Escola substitua a Capela". (74). De acordo com esta posição, Ventura Terra sugere, no ano seguinte, que fossem concedidos à Liga Nacional de Instrução 3612m² de terrenos compreendidos nos alinhamentos das Avenidas H. Ribeiro, M. de Tomar e J. Crisóstomo (...) a comportar exclusivamente uma escola primária". Contudo, tal como acontecera em 1904 ao projecto para a Igreja das Picoas, a construção da escola não se realiza e, futuramente, será o ~~projecto da~~ Igreja que triunfa quando, em 1934, o Cardeal Cerejeira apadrinhar o projecto modernista de Pardal Monteiro.

Fracassado também o ~~projecto~~ ^{desejo} que, já na agonia do regime, em 1923, será apresentado pela "representação de republicanos residentes na Av. Elias Garcia" para erigirem um monumento, naquela via pública, "desejando prestar homenagem à obra verdadeiramente democrática iniciada pelo grande republicano que foi Elias Garcia", afinal o selo dos ideais republicanos limitar-se-ia nas Avenidas Novas apenas aos novos nomes que, logo em 6 de Outubro de 1910, são propostos e aprovados para as principais artérias: "República" e "Cinco de Outubro" expulsam os nomes de "Ressano Garcia" e "António Maria Avellar" e a justificação foi óbvia: "a primeira é uma das mais belas artérias da capital e como consequência lógica foi escolhida, a segunda por lhe ficar paralela". Em seguida foram rebaptizadas a Elias Garcia (ex José Luciano), Miguel Bombarda (ex Hintze Ribeiro) e Berna (ex Martinho Guimarães) e, só mais tarde, a Defensores de Chaves (ex Pinto Coelho) (75).

Assim, de um modo geral, a vigência do regime republicano marca um efectivo abrandamento da conclusão do projecto: em 1910 estão ainda por fazer os alinhamentos do pavimento e passeios na parte da Pinto Coelho, entre a J. Crisóstomo e

Elias Garcia, em 1915 procedem-se a expropriações "para alargamento e rectificação desta Avenida e abertura e conclusão do troço da Miguel Bombarda entre a Defensores de Chaves e a Rua do Arco do Cego e, em 1916, discute-se ainda se a Travessa das Picoas deverá ser alargada ou substituída por "uma rua com a largura de 15m ligando o Largo de S. Sebastião da Pedreira com a Avenida Duque d'Ávila". Também a venda de lotes abrandará nos anos de guerra: em Janeiro de 1916, o presidente constata que "a venda de terrenos tem diminuído porque as construções estão muito caras" e, ainda em 1919 se sugere, por exemplo, que para um lote na Av. Cinco de Outubro tornando para a António Serpa que fora à praça três vezes por 18\$00 o m², de desça a base de licitação para 15\$00 por m². Como veremos, estes são também os anos da maior actividade dos "gaioleiros" e, deste modo, podemos entender o duro juízo do vereador engenheiro Raul Caldeira que, em 1923, constata que "a assistência técnica à cidade não tem sido de molde a lisongear-nos, pois bastava dizer que de há dez anos para cá se não fazia estudo algum geral, no que se referia a redes de esgotos e iluminação". E, num gesto que cortava radicalmente com a ideia nunca expressa mas sempre implícita de que das últimas vereações monárquicas só mal se herdara, afirma claramente: "Desde o desaparecimento do grande mestre da engenharia portuguesa que fora Ressano Garcia, nunca mais se esboçara com amplitude e segurança qualquer trabalho vasto de interesse citadino (...) de modo que a cidade foi caindo pouco a pouco na miséria em que hoje se encontra".

Um tempo de viragem explicitamente se anuncia neste discurso e, de facto, é já o afã que caracterizará a cidade dos anos de 1930 que se pressente nas últimas vereações republicanas, marcado pelo pragmatismo e pelo abandono da luta política que, nos anos do imediato pós guerra, tornara totalmente inoperantes as sessões da Câmara Municipal. As Avenidas Novas entram então no ciclo final da sua realização, ultrapassando já em certa medida os projectos iniciais de Ressano Garcia. Em 1924, inicia-se o agitado processo de expropriação à firma Simões & Simões Lda. de "parte da sua quinta denominada das Galveias ao Campo Pequeno necessária para realisar a continuação da Avenida Defensores de Chaves até ao Largo Dr. Afonso Pena, da Rua Elias Garcia até à Rua do Arco do Cego, da Rua Barbosa du Bocage até à Avenida Defenso-

res de Chaves e para realizar o alargamento da Rua do Arco do Cego entre a Rua Elias Garcia e o Largo Afonso Pena, mais as faixas marginais até às três primeiras ruas com a profundidade de 50m, tudo em conformidade com o projecto das zonas aprovado por decreto de 4 de Outubro de 1889 (...) "(76).

Segundo a mesma proposta, a Câmara aprovava também "o projecto da continuação da Rua Barbosa du Bocage(...)através dos terrenos da firma Simões&Simões não expropriada pelo projecto de zonas(...) e obtém "a área necessária para regularização dos alinhamentos do Largo Afonso Pena, conforme o citado decreto".

A discussão da proposta far-se-à em Maio de 1925 (77) sendo então defendidas duas posições: Raul Caldeira, que é um dos mais activos vereadores deste período, desempenhando papel essencial na tentativa de resolver o problema dos "gaioleiros", considerará que se trata de dar andamento a um "assunto que há 36 anos se vinha arrastando na Câmara", enquanto o engenheiro chefe da Repartição de Obras, Gomes Meleiro defenderá que "pelo projecto de zonas das Picoas, a Rua Barbosa du Bocage não passa da Avenida Defensores de Chaves". É contudo a primeira posição que triunfa e as obras iniciam-se rapidamente. No ano seguinte, pede-se que se realizem "as precisas formalidades para a expropriação dos terrenos do Estado que se tornam necessários ao prolongamento da Avenida Miguel Bombarda e rectificação da Avenida D. de Chaves" e ainda a conclusão da Avenida de Berna até à estrada de Palhavã já que "a Câmara está sendo prejudicada na venda dos terrenos que ali possui independentemente de tal facto estar causando graves transtornos aos moradores daquele local que se encontram rodeados de ruas intranstaveis".

Ainda em 1925 fora aprovada uma proposta da Comissão de Toponímia que, considerando que "não se compreende que sendo as Avenidas da República e Cinco de Outubro cortadas por 9 arruamentos transversais todos iguais quer em largura quer em comprimento, uns se denominem ruas e outros avenidas como sucede com as Avenidas M. Bombarda, Berna e Duque d'Ávila" e que "tendo estas artérias ao centro placas devidamente arborizadas com pavimentos aos lados", propõe "que se devam classificar como avenidas e não ruas". Apesar da oposição de um vereador que afirmou que "examinando a planta da cidade existente na 3ª Repartição, reconhecia-se a razão porque os

arruamentos que atravessam as Avenidas da República e Cinco de Outubro, uns eram denominados ruas e outros avenidas - estas tinham maior largura e eram mais extensas devendo algumas pelo projecto de melhoramentos da cidade prosseguirem ligando-se a outras ruas", a proposta foi aprovada.

Em final de 1926, quando se estuda "o alcatroamento entre a Praça dos Restauradores e a extremidade norte do Campo Grande" está prestes a iniciar-se o processo, então ainda insuspeito, de conversão das Avenidas Novas num conjunto privilegiado de vias submissas ao rei automóvel. Precisamente era então que, finalmente, a cidade começava a olhá-las como um bairro onde era chic viver...

II - A Edificação das Avenidas Novas - - as questões architectónicas

1. Brevíssima reflexão sobre a arquitectura em Lisboa em 1900

"(...) Felizmente que hoje já não são possíveis os apaixonados e mesquinhos preconceitos que no 3º quartel do século passado separaram os architectos em clássicos, românticos, neo-góticos, racionalistas, etc. Hoje o ecletismo é universal".

Adões Bermudes, 1905 ^{da Sociedade} *in Anuário dos Architectos Portu-
gueses, ano I.*

"(...) por enquanto os poucos suculentos recursos de que dispomos, limitam-se quase à pedra de lancil e perpeanho, à tábua a três fios, ao tijolo "burro" e à barrinha de meia polegada(...)".

Idem

Estes excertos da Comunicação apresentada pelo architecto Adões Bermudes na Associação dos Architectos Portugueses, na sequência da sua participação em Madrid no VI Congresso Internacional dos Architectos de 1904 (78), balizam os dois parâmetros de referência na arquitectura portuguesa do início do século. Em primeiro lugar, a construção totalmente tradicional, quer pelos materiais, quer pelos instrumentos de produção. Adões Bermudes refere-se, na mesma comunicação, ao cimento armado, "de todos os processos modernos de construção (...) é um dos que reúne mais condições construtivas adaptáveis ao maior número de aplicações", mas acrescenta "até hoje porém não se chegou a encontrar a forma artística correspondente ao emprego deste processo de construção". Curiosamente não fala no ferro que, todavia, nos finais do século fora empregue, com grande rigor técnico e perturbante beleza pelo mestre dos architectos portugueses, José Luís Monteiro, primeiro na notável Estação do Rossio e depois na Sala de Portugal da Sociedade de Geografia. Esta não referência explica-se pela opinião corrente, nos meios de arquitectura, de que o ferro só funcionava como material fundamental num número restrito de edificações mas também por, nestes anos, ele se ter de cer-

to modo efeminado, subjugado aos jogos decorativos da arte nova em relação à qual, que fora aliás o tema fundamental do Congresso, o architecto, afirmando que "têm aparecido deliciosas e originais criações manifestadas sobretudo nas artes industriais", não deixa de manifestar algumas desconfianças perante "uma tal abundância de flora directamente copiada da "horta" que faz lembrar o regime vegetariano". Por falta directa de contacto com os modelos e por uma rigidez de formação, Adães Bermudes, como aliás todos os outros architectos e críticos, não se apercebia das potencialidades novas, em termos sobretudo de espacialidade interna, que a arte nova implicava, reduzindo-a apenas a um estilo, com tanto direito à existência como outras modas anteriores, alimentando assim o "eclectismo universal" que afirmava ser a característica epocal da architectura.

Construção tradicional com uma fachada de estilo legendam de facto suficientemente a actividade de Adães Bermudes, como a da maioria dos architectos seus contemporâneos. Não todavia a de todos. Houve práticas mais inovadoras nestes anos que se, de modo algum, conseguiram criar uma ambiência de mudança nem marcar a construção corrente, apontam para um dinamismo e vontade criadora particularmente notáveis num meio que lhes é absolutamente estranho. Tal como Adães Bermudes não revelava qualquer sensibilidade pelos caracteres inovadores mais significativos da Arte Nova, a maioria da crítica perante obras maiores destes anos, como o Palácio das Cortes de Ventura Terra, o Banco Lisboa e Açores do mesmo autor ou algumas magníficas moradias de Raul Lino, deter-se-à apenas nos enleios das fachadas com um vocabulário estereotipado que utilizava do mesmo modo para elogiar a produção de Norte Júnior ou de qualquer expositor de estudos de monumentos nas primeiras exposições da S.N.B.A.

Estes equívocos explicam-se evidentemente sobretudo pela ignorância superficial e inconsciente de todos - incluindo Ramalho Ortigão e Fialho de Almeida que, se nos legaram magníficas peças literárias sobre o quotidiano monótono e medíocre da cidade, são no entanto grandes responsáveis por esse tom crítico fácil e arrasador que, muito ainda no espírito da vencida geração de 70, estava sempre pronto a erguer a cumes ingénuos o estrangeiro e a denegrir, pela redução a

um pretenso denominador comum de mediocridade, tudo o que de menos mau na cidade se ia fazendo.

Todavia, havia razões mais sérias para que essas obras de grande qualidade - e às que citámos, podíamos juntar algumas outras - passassem despercebidas ou fossem elogiadas segundo formulários que serviam para todas, mesmo às que francamente não passavam de caprichos de desenho. Tanto o Palácio das Cortes como o Banco da Rua do Ouro de Ventura Terra participavam, pelo rigor e precisão da sua depurada gramática decorativa, evidentemente ainda de uma arquitectura historicista, filha directa da academia parisiense, mais ou menos penetrada de discretos ecletismos. Quanto às casas de Raul Lino - e pensamos sobretudo, neste período do início do século, na que realizou para Alexandre Rey Colaço no Monte Estoril ou para o Conde Armand na Quinta da Comenda - também elas se integram, pelas citações decorativas, num estilo eclético, em que a referência à "estilização portuguesa" podia, embora com grande imprecisão, ser evocada. Quer dizer, algumas das melhores obras da arquitectura portuguesa de novecentos filiavam-se, sem rupturas visíveis, nas tradições arquitectónicas do século XIX. O que têm de inovador está coberto por maneiras estilísticas correntes. Daí uma certa desculpa dos críticos que, não sabendo apreciar um edifício senão pela fachada e pelas suas referências eruditas ou rústicas, não podiam evidentemente valorizá-las. E, no entanto, o magnífico espaço do vestíbulo de entrada do Banco Totta e Açores aberto a toda a altura do edifício, o notável trabalho de apropriação do espaço do velho convento beneditino que o moderniza respeitando-lhe as referências de gosto fundamental ou, de outra maneira, a sensibilidade e requinte da organização interna das casas de Raul Lino que referimos, todas voltadas para a valorização da relação interior exterior e para as especificidades dos respectivos habitantes, sem dúvida das mais modernas e inovadoras de quantas se realizaram ainda durante muitos anos em Lisboa, são obras que, de algum modo, devem ser integradas nas correntes europeias da época de modos diversos preocupadas com uma redefinição da responsabilidade arquitectónica, entendida sobretudo como criação intencional de espaços de vida.

Citámos intencionalmente Raul Lino e Ventura Terra, unindo-os através da grande qualidade de algumas das obras que rea-

lizaram nestes anos. E se o primeiro nunca se tornará um architecto da cidade não esqueçamos, contudo, o seu projecto de um prédio a construir sobre os terraços do palácio Foz de 1903 ou a requintada moradia da Fontes Pereira de Melo que em tudo devem ombrear com o gosto cosmopolita, filtrado por uma criativa reapropriação da volumetria de palacete lisboeta, que Ventura Terra patenteia na casa da Viscondessa de Valmor.

A estas obras e a estes architectos há que juntar também o nome de Álvaro Machado que, no colégio da Mme Roussel na Avenida da República ou no projecto do Bairro das Roseiras para o Alto Estoril, revela através de diversas maneiras estilísticas, um gosto pela modulação dos volumes discretamente ritmados por valores decorativos submetidos a uma funcionalidade claramente assumida em que, de algum modo ecoam preocupações comuns à arquitectura alemã da época.

Não era efectivamente por reflexões deste tipo que passava a crítica architectónica de 1900. Aliás, como sugerimos, as obras que citámos foram ilhas isoladas que não tiveram descendência. O melhor do tom da época é dado pelo Bigaglia do palacete Lambertini, pelo Norte Júnior da casa Malhoa, pelo Adães Bermudes do prédio da Avenida Dona Amélia obras que, ao contrário das anteriores, se integram num gosto entendível e que conhecerá múltiplas réplicas e apropriações em que uma intervenção menos erudita - que Norte Júnior perfilhava na casa Malhoa - conduzirá à realização de espécimes muito curiosos, em termos de imaginário da época: por exemplo o palacete Barros de Cesare Ianz no Estoril, o de Francisco Vilaça em Cascais*, o do Visconde de Sacavém na Lapa.

Esta forte corrente de gosto de época, submetendo os valores architectónicos ao discurso metafórico das fachadas acabou aliás de algum modo por submergir os melhores architectos que, sem nunca cederem a modas retóricas, tendem a abandonar a via inovadora de se exprimirem sobretudo pelo gosto intenso do agenciamento dos espaços, pensados simultaneamente em termos de funcionalidade e de expressão simbólica.

A partir de então o que encontraremos nas Avenidas Novas é suficiente para entendermos a arquitectura portuguesa dos primeiros 25 anos do século. Domina o "ecletismo" a que se referia Adães Bermudes, mas praticado à lisboeta, sobre o vasto pano de fundo do prédio de rendimento que se deixará também colorir por essa maneira do tempo. Todavia, embora

* actual Museu Etno Centro Guimarães.

sem a qualidade das obras iniciais do século que referimos, algumas notáveis fachadas se construíram ainda. Outras, menos notáveis, são contudo generosos livros abertos a deixarem-se ler, imagens fieis dos sonhos recentes de uma burguesia que ingenuamente queria dotar-se de história.

Por detrás desses livros de imagens, alguns architectos encontramos que não havia muitos em Portugal. Ramalho falava de 15 para 1902 (79) enquanto o Anuário ^{da Sociedade} dos Architectos Portugueses de 1906 referia 30. Todavia, nas Avenidas Novas, não chegaremos a contar nestes anos mais que uma dezena. A lista vasta e imparável é a dos construtores civis. Que se apropriam do "ecletismo", por vezes com surpreendente capacidade criativa. A construção, essa abandona alguns daqueles honestos instrumentos do século passado que Adães Bermudes enunciava e não os substituíra ainda por nenhuns outros.

E se encontramos nas Avenidas, uma ou outra obra notável da architectura lisboeta de 1900, quando finalmente, a meio da década de vinte, os architectos de Lisboa conquistam "a forma artística correspondente ao emprego deste processo de construção (o betão)", é fora das Avenidas que a nova architectura se anuncia, articulada com recentes equipamentos que não cabiam no seu espaço, já quase totalmente edificado.

2. Sobre a crítica architectónica da Lisboa das Avenidas Novas.

Ao abordarmos a análise da architectura que ao longo de três décadas foi lentamente preenchendo as "faixas de 50m para lá do leito das Avenidas" e cuja legitimidade de expropriação foi tão veementemente contestada, convém recordar um passo importante da intervenção de Hintze Ribeiro na Câmara dos Pares durante a discussão da Lei de expropriações por zonas em 1888, em que contesta firmemente o argumento da oposição ao tentar defender que a expropriação das faixas marginando as avenidas visaria garantir "que as novas edificações obedecam a determinadas condições de aformoseamento e de hygiene". Dissera o chefe dos Regeneradores que o "argumento nem sério é" e provara que quem aí viesse a adquirir terrenos sera guiado "de um pensamento de especulação", acrescentando profeticamente, inspirado pelo exemplo da Avenida da Liberdade: "Continuaremos a ver(...) alçar e fechar umas enormes cómodas fixas (...) com muitas gavetas, muitas repartições e muitos es-

caninhos em que se acomoda muita gente e de que se recebem muitos alugueis".

Curiosamente, 18 anos depois, Fialho de Almeida na sua "Lisboa Monumental" voltará a utilizar esta expressão de "prédios-cômoda" e, não sendo natural que conhecesse o discurso de Hintze Ribeiro, será de admitir que a expressão foi corrente durante os largos anos do fim do século XIX português para designar o abominado prédio de rendimento que preenche, indiscriminadamente, as novas artérias da cidade, com grande independência em relação à sua estratificação social - de facto de Campo de Ourique à Avenida da Liberdade ou ao Bairro Camões, da Rua dos Açores à Estefânea, na Avenida Ressano Garcia como na Dona Amélia, ele é o sinal visível, ao longo de mais de 60 anos, desde 1860 quando a cidade liberal começa a crescer até plenos anos 20 em que atinge o seu máximo refinamento, da mediania financeira e cultural da burguesia lisboeta.

Que seria com essas "cômodas fixas" que as novas avenidas, grandiosamente programadas, haviam necessariamente de ser preenchidas não tinha dúvida Hintze Ribeiro ao votar de vencido o projecto de extensão. E, implicitamente, afirma que a oposição, que promovia o empreendimento, não tinha também qualquer dúvida sobre o caso. Defender o contrário "nem sério é".

Para que tudo fosse diferente teria sido necessário estipular, como sistematicamente virá a ser pedido, sobretudo a partir de 1906, normas rígidas sobre a "estética das edificações". Porque não foram desde logo, à semelhança do que fizera Pombal no século XVIII ou, mais proximamente Haussmann em Paris, tomadas medidas que garantissem a grandiosidade pretendida para as novas artérias?

A resposta a esta questão obriga-nos a considerar que, como os Regeneradores claramente proclamaram em 1888, foram de facto as necessidades de refazer as críticas finanças municipais que presidiram à aprovação do projecto, ou pelo menos à sua dinamização. A Câmara precisava de dinheiro. Contava o ^{to}be-lo rapidamente com a venda dos terrenos e os impostos sobre as novas construções. As próprias dificuldades de realização do projecto, o não aparecimento de empresas privadas que o tomassem em mãos, o preço muito mais elevado do que o inicialmente previsto que atingiram a maioria das expropriações, mais premente tornaram essa necessidade. Desse modo, como impôr ainda exigências aos compradores dos lotes que aliás,

na sua maioria, eram apenas modestos investidores? Se as vereações monárquicas não o puderam fazer, menos ainda havia a esperar das republicanas que precisamente para tentarem dinamizar as vendas, instauraram o regime de prestações...

Aliás, curiosamente, embora a Sociedade dos Architectos Portugueses tenha sido fundada em 1902, só em 1906, quando a construção das novas áreas da cidade atingia já um ritmo quantitativo notável, é que surge a sua primeira proposta para uma "comissão artística junto da Câmara Municipal" com poderes para aprovar ou rejeitar os projectos sob o ponto de vista estético" (80). Ora, segundo a interessante brochura do auto-intitulado Filius Populi (81) "o grande desenvolvimento urbanístico de Lisboa nasceu em 1906 dum sonho acalentado por três tomarenses, simples operários carpinteiros (que) (...) idealizaram constituir-se em sociedade para construir uma propriedade para venda tal qual se vendiam móveis ou outros objectos de primeira necessidade". Apesar de não se poder aceitar com grande rigor esta pretensa certidão de idade do "desenvolvimento urbanístico de Lisboa", até porque a intensificação da construção vinha já de alguns anos anteriores - Costa Campos afirma, com maior correção, em 1907 na Construção Moderna (82) que "por motivos de ordem económica (...) o capital passou a ser colocado na construção de casas e neste últimos 20 anos construíram-se bairros inteiros em tão curto espaço de tempo que mais parece cenas de mágica" - é evidente que a reacção, quer dos profissionais envolvidos, quer da crítica mais ou menos literária surge à posteriori, perante manchas significativas construídas nas zonas novas da cidade, provando desse modo que, como anteriormente já afirmámos, o projecto de extensão ultrapassa, ainda nos primeiros anos da sua execução, a capacidade de absorção da cidade que vive no início do século ainda ao ritmo oitocentista de um século XIX que mal conhece a aceleração do processo industrializante.

A Câmara não dispunha de "disposição alguma legal" (83) em que pudesse fundamentar a exigência de um padrão estético, assim se reponde em 1908 ao pedido de providências da Sociedade dos Architectos, e a elite cultural da cidade não tinha força nem coerência para propôr e defender projectos concretos de fundamentação legal. Aliás, outras dificuldades devem ser consideradas: além da lentidão com que as novas artérias vão surgindo o que, em termos de arquitectura, dificultaria

à adopção de padrões estéticos precisos numa época dominada por sucessivas variantes de gosto, há sobretudo a considerar que, enquanto Pombal ou Haussmann refaziam centros de cidade com necessários e indiscutíveis critérios de utilidade urbana estrita, a extensão de Lisboa abria-se sobre áreas do termo com função fundamentalmente residencial, em que, quer a diversidade dos lotes quer a possibilidade de opção por moradia ou prédio, tinha todo o cabimento. A cidade alargava-se mas a sua dimensão urbana continuava, e continuará largos anos ainda, bem contida na densa e bem ritmada malha anterior e, nos bairros recentes de ruas excessivamente largas e longas, só as silhuetas rápidas dos eléctricos imprimiam de leve o eco de Lisboa.

É certo que, antes da tentativa da Sociedade dos Architectos em 1906, já A Construção Moderna, desde os seus primeiros números, abordava a questão da "estética das ruas":

"Impunha-se da máxima conveniência e absoluta necessidade que às posturas municipais existentes (...) se juntasse qualquer coisa que obstasse à falta d'arte de que a maioria dos edifícios é tão fértil(...)"
 "É inadmissível (...) que a municipalidade (...) só intervenha (...) na parte que diz respeito propriamente à higiena da habitação (...) a parte estética das fachadas não pode ser desprezada porque dela depende indiscutivelmente a boa harmonia e sumptuosidade das ruas e praças(...).

"Desejamos boas proporções (...) ponto essencial de uma boa composição; compreensão exacta do que é esta parte do edifício; emprego simples e sincero das formas de arquitectura; sua colocação artística; composições modestas mas atraentes enfim tudo o que denote bom gosto e engenho que aformoseando a cidade ateste a nossa capacidade artística(...)"

Este importante texto, assinado por Portal e publicado em Dezembro de 1900, dá o tom do que será a crítica arquitectónica nos vinte anos seguintes: imprecisa e empírica ao solicitar "qualquer coisa que obstasse à falta d'arte", apegando-se a conceitos tão genéricos e indiscutíveis como "bom gosto" e "engenho", só aparentemente austera ao apelar para o "emprego simples e sincero dos materiais" e para a "construção modesta mas atraente" porque, como largamente veremos, é à

"colocação artística" das formas que renderá os maiores incômodos, entendendo por isso um prazer duvidoso pelo decorativismo mais ou menos sobrecarregado das fachadas.

Nos anos seguintes, a questão da estética das ruas continuará nas páginas da revista a merecer apelos que à partida se sabem sem resposta: em 1902, a propósito do elogio ao "home" inglês, dir-se-á: "Quem percorrer essas ruas que vão curtando em rectas intermináveis as frescas hortas arrabaldinas(...) sente-se dominado por um frio desconsolo, pela falta dessa espécie de sorriso acolhedor, quase humano que deve ter uma fachada". Mais concretamente, em 1903, aventava-se que "talvez a Sociedade dos Architectos ou outra qualquer associação técnica pudesse elaborar um programa suficientemente minucioso das bases de um estudo das edificações da Praça Marquês de Pombal e d'algumas das ruas dos novos bairros ricos", questão naturalmente sem resposta, repetida em 1906 quando um real dinamismo percorria a arquitectura de Lisboa: "Que se criasse uma corporação especial em grande parte técnica que velasse pela distribuição de ruas e praças no interior da cidade (...) tendo sempre em atenção o aproveitamento paisagista dos seus acidentes e a estética das suas edificações". (84)

Em 1907, constatando que "a Avenida Fontes Pereira de Melo orlada em grande parte pelos barracões do Matadouro produz uma desagradável sensação" e que "a rotunda da Avenida da Liberdade defrontando com vastas terras lavradas e com umas cocheiras e gradeados de jardins a par de casas de moderno estylo não provoca sentimento algum", pergunta-se se "na Exposição Anual das Belas Artes não haveria vantagem em orientar os esforços dos architectos no sentido de apresentarem vistas perspectivas das novas ruas em que ainda não existem construções?", propondo-se mesmo "prémios de municipalidade".

O conjunto destas citações poderia fazer crer que uma opinião crítica, ainda que sem força junto à Câmara e ao governo, fora surgindo à medida que a nova cidade se ia lentamente edificando. Não nos iludamos contudo. Na mesma revista, correspondendo aliás a uma opinião generalizada, defendia-se em 1908 (85) a urgência de um "rasgão através do Bairro Alto" e, no mesmo ano, fala-se com entusiasmo da transformação do Castelo de S. Jorge em luxuoso hotel, segundo uma proposta do Conde do Paço do Lumiar e do architecto Rosendo Carvalheira, servido por "ascensores entre o planalto de S. Jorge e a ci-

dade baixa".

Precisamente o mesmo articulista Melo Matos, debruçando-se em 1908 sobre os "Melhoramentos de Lisboa", propõe que se estabelecessem "prêmios para que os proprietários do Largo do Carmo dessem às casas um aspecto medieval, em correspondência com as ruínas do convento, que os do Loreto dispusessem as fachadas em estilização que se harmonizasse com os Lusíadas e onde lado a lado se visse o gótico medieval ~~e~~ o clássico da Renascença sem que o conjunto deixasse de ser artístico, se não consentissem nas proximidades dos Jerónimos senão edificações em estilo manuelino(...)".

Para as classes populares já o mesmo activo engenheiro propusera a solução em 1903, quando foram publicados os resultados alarmantes do inquérito realizado aos "Pátios de Lisboa": bastaria embaratecer os transportes "de maneira que alugar casa no campo ficasse mais barato que viver nas espeluncas descritas". E, à semelhança do "rasgão" urgente no Bairro Alto, em 1909, criticando o projecto de abertura da Avenida Álvares Cabral então em discussão na Câmara Municipal, de que o arquitecto Ventura Terra foi um dos mais entusiastas defensores, propunha que o "engenho" se aplique no citado Bairro, na Mouraria e Alfama.

Se é nas páginas de A Construção Moderna que mais cedo encontramos uma tentativa de reflexão sobre a nova extensão da cidade e as suas edificações, realizadas com empirismo e por vezes grande ignorância e gosto duvidoso, noutras revistas da época encontramos idênticas propostas e considerações.

Nas páginas do Ocidente (86) onde em 1902 excepcionalmente se apoia o empréstimo contraído pela Câmara Municipal para a realização da Avenida Ressano Garcia e adjacentes - "a abertura da nova Avenida Ressano Garcia e a construção do bairro de que ela há-de ser principal artéria serão dos mais notáveis melhoramentos da cidade" - já em 1901 se dizia das novas artérias que "a pretensão do chic, a desfaçatez com que cada qual embeleza a seu mau gosto a frontaria da casa impertinente farão daqui a pouco que os olhos não tenham um cantinho de cidade simpática em que possam descansar" e, por isso, chaga-se a ter saudade do modesto pombalino".

Em 1909, a propósito da inauguração da estátua do Duque de Saldanha, Caetano Alberto considerando que a Praça "é uma

das mais amplas da nossa cidade", afirma contudo que "a grandeza não é suficiente para lhe dar beleza porquanto a irregularidade e por vezes o fantástico das construções que a circundam mau cenário fazem a qualquer monumento com que se decorassem" e a concluir: "A liberdade ampla de cada qual construir a sua barraquinha como a tola fantasia lhe sugere aliada à acomodaticia prática dos mestres de obras produz por toda a cidade, ainda que seja nas avenidas e praças monumentais, esses abortos arquitectónicos que a cada passo encontramos".

Mais radical é ainda Abel Botelho no artigo, citado já, "Apologia da curva". Depois de duramente criticar "a tola obsessão edílica" "tão arbitrária como pueril" assentando "uma esquadria implacável sobre estes voluptuosos coleamentos de colinas", considera que "essas infindáveis linhas, hirtas e uniformes, são invariavelmente orladas de bisarmas e monótonos caixotes, inexpressivos, banais, maciços e hirtos como túmulos. Por forma que a Lisboa nova saíu esta coisa árida e geométrica que vemos, desabrida, inclemente, sem suavidade, sem frescura, sem imprevisto, sem claros ~~de~~repouso - uma grande sensaboria de pedra".

Mais rara mas igualmente destrutiva é a crítica à própria construção. Num importante texto que já citámos também, João Prudêncio, nas páginas do Ocidente, em 1908, depois de, ao contrário de Abel Botelho, rasgadamente elogiar a "série das grandes avenidas da Praça dos Restauradores ao Campo Grande", afirma: "A maior parte das construções lisboetas deixam muito a desejar quer sob o ponto de vista da elegância, quer da higiene, do conforto e da solidez. A obra de fãncaria predomina. As portas e as janelas não ajustam perfeitamente; os soalhos estão cheios de gretas; os estuques ameaçam desabar. Mas que admira se não há escolha nos materiais nem perfeição no trabalho, atendendo-se unicamente à ilusão e à barateza!"

Como veremos, na análise concreta dos diversos períodos de construção das Avenidas Novas, o pior estava ainda por vir porque a "ilusão" e a "barateza" cada vez mais se tornarão, ao longo das décadas de 1910 e 1920 qualidades exclusivas do prédio de rendimento e mesmo de muitas moradias lisboetas. E não é de estranhar que assim seja. Se o próprio proprietário, quando encomenda a sua casa, exige economia, a utilização de materiais vulgares simulando os de maior qualidade e não hesita muitas vezes em transformar uma moradia em dois fogos

autónomos, como pedir qualidade aos construtores?

A solução do problema não poderia por isso advir de qualquer comissão de estética. E até porque esta chegou efectivamente a ser criada. De facto, fracassada a proposta da Sociedade dos Architectos em 1906, três anos depois, durante a vigência da primeira vereação republicana, Ventura Terra apresentaria um novo projecto (87):

"Sendo indispensável melhorar quanto possível os serviços relativos à estética da cidade de Lisboa e ao seu conforto sob o ponto de vista artístico, principalmente no que diz respeito à construção e conclusão das avenidas, praças, ruas, jardins, etc. e ao aproveitamento das suas magníficas perspectivas (...) proponho que esta Câmara Municipal nomeie uma comissão denominada "comissão de Estética Municipal" que proporá todos os melhoramentos que neste sentido julgar convenientes e será consultada todas as vezes que a Câmara o julgar necessário a bem do embelezamento e conforto artístico da capital".

Esta Comissão viria a funcionar, solenemente dirigida pelo próprio Presidente da Câmara, mas os seus pareceres nunca tiveram naturalmente qualquer carácter vinculativo e quando, no ano seguinte, Terra apresenta uma nova proposta que visava dotá-la de uma capacidade mais circunscrita mas mais concreta:

"Proponho que de futuro todos os terrenos municipais que tenham de vender-se ou aqueles em que o Município possa ter qualquer intervenção ou direito e sobretudo quando se trate das principais ruas, avenidas, praças, etc., imponha no contrato de venda ou cedência ou na respectiva licença, a obrigação dos interessados se sujeitarem a determinadas condições de estética (...) (que) a não ser em casos verdadeiramente excepcionais não obrigarão a construções mais dispendiosas do que as que correntemente se fazem em Lisboa, tendo portanto mais em vista a disposição artística e boas proporções das fachadas do que a riqueza dos materiais que deverão contudo ser de boa qualidade."

Apesar do cuidado e equilíbrio da sua formulação, a proposta nem sequer virá a ser discutida. Mais ainda do que as vereações monárquicas, as republicanas serão pulverizadas por lutas de influência e, até cerca de 1920, a liberdade e a im-

punidade dos construtores serão maiores que nunca. E apesar do empirismo e ingenuidade com que se entende a cidade, soube-se na própria época encontrar as razões desta desoladora situação: "O que nos falta é cultura artística e não só as classes populares enfermam desta doença mas também as superiores que em geral se consideram ilustradas" (88). Mais agudamente, dissera-se já em 1891: "Primeiro que tudo faltam-nos as tradições, falta-nos o gosto, falta-nos a popularidade das obras de arte (...) mas o escolho mais terrível do problema, o elemento mais hostil deste meio estéril e infecundo para a germinação da arte - é a nossa pobreza (...) A obra de arte é regateada, como as compras no mercado (...) O artista é pobre e o consumidor pobre é" (89).

Poder-se-ia argumentar que esta situação não era nova nem no país nem na cidade. E esta fora-se fazendo e, como dirá Norberto Araujo em 1936, "Lisboa tem um sentimento" (90). Poderá esse "sentimento" ser ainda pressentido nos novos bairros ou, como duramente se afirma, "nenhuma alma existia já nessa grande sensaboria de pedra"? Sabendo-se quanto os juízos dos nossos meios de cultura no final do século são geralmente percorridos por dicotomias radicalizantes, que ou promovem um nacionalismo bafioso e excessivo ou se afundam na destruição da própria possibilidade de existência da nação, convém antes de mais entender o próprio crescimento desses bairros.

Vimos já como o leito das ruas foi afinal rapidamente escavado... Vejamos agora como vão sendo povoadas as "faxas laterais" audaciosamente apropriadas para subvencionar, com a venda do seu tecido loteado, a continuação do empreendimento.

3. As Avenidas Novas: 1901-1910

3.1. A Avenida Ressano Garcia

Apesar da "Planta da Cidade de 1911", ⁽⁹¹⁾ cujo levantamento se refere sobretudo ao ano de 1908, nos apresentar as Avenidas Novas praticamente desertas, a verdade é que a Avenida da República está, em 1910, edificada em mais de 50%. Dos cerca de 60 edifícios até então construídos, com a excepção de uma cavalariça com o nº 66, no quarteirão acima do Campo Pequeno,

ILUSTRAÇÃO

6

e de um colégio no nº13, que aliás funcionava também como habitação, os restantes eram prédios e moradias: dos primeiros identificámos 36, alguns porém com uma volumetria muito próxima das moradias que somavam pelo menos 19 números (92).

A edificação foi surgindo quase ao mesmo tempo em todos os quarteirões, se não considerarmos a faixa acima da Avenida Barbosa du Bocage até ao Campo Pequeno, que só no final dos anos 1920 foi desanexada da Quinta das Galveias, e a que fica compreendida entre a actual Visconde de Seabra e a José Carlos dos Santos, edificada no final da década de 1910. Também o último quarteirão da Avenida, do lado esquerdo, entre a António Serpa e o viaduto, é tardio com excepção do nº95. Note-se contudo que, acima da José Carlos dos Santos, na faixa que logo em 1902 fora expropriada à Companhia Geral de Gados, existe um núcleo de uma moradia e três prédios, os nºs 98 a 104, edificados entre 1903 e 1905. Todavia, no conjunto, há uma certa progressão e, dentro do primeiro período que estamos a analisar, as frentes de quarteirão até à Visconde de Valmor estão quase totalmente edificadas, enquanto para norte as manchas construídas ficam isoladas.

Mais arbitrária é a distribuição relativa de prédios e moradias embora se possa verificar uma tendência, nem sempre cumprida, para ocupar os gavetos com as segundas que ficam então ladeadas de vastos espaços de jardim com acesso directo pelas avenidas laterais. O caso mais extremo surge na faixa direita entre a Hintze Ribeiro e a Visconde Valmor organizada apenas em quatro lotes, todos ocupados por moradias, dos quais se constroem os dois mais vastos neste período. Estas situações correspondem evidentemente a algumas das mais qualificadas intervenções arquitectónicas e são sinal imediato de poder económico. As outras moradias, com áreas menos dimensionadas, situam-se com muito poucas excepções, nos lotes imediatamente anteriores ou seguintes a estas figuras tónicas, criando assim, ao longo da Avenida, núcleos de intensificação simbólica do significado social que lhe era atribuído e nelas se fixava o olhar do transeunte e irradiava à volta a carga de sumptuosidade recebida, iluminando, com uma luz reflectida, tudo o que à volta era contudo o claro outro lado da imagem...

De facto às moradias feitas nesta fase quase sempre por encomenda directa - o que nem sempre significará todavia que

~~fossem~~ para habitação dos proprietários: veja-se, por exemplo, o caso do nº38 que a Viscondessa de Valmor sempre destinou a aluguer - contrapõem-se a maioria dos ^{prédios} construídos por iniciativa de construtores civis em lotes por eles adquiridos e destinados à venda imediata.

Curiosamente, quando mais tarde, a partir de finais dos anos 20, se começa a reflectir sobre a funesta obra dos gaioleiros, considerar-se-á que até à 1ª Guerra Mundial, os prédios "eram feitos por encomenda directa" e que a "indústria de construção de prédios para venda" só então surge e com ela a degradação profunda da qualidade da construção(93). A verdade é que a existência de tal "indústria" é bem anterior e não é necessariamente sinónimo de "má construção". É aliás mesmo anterior à iniciativa proclamada como acto inicial da nova prática no já citado opúsculo de Filius Populi: antes de os "três simples operários carpinteiros tomarenses" se terem constituído em sociedade para "construir uma propriedade para venda tal como se vendiam móveis ou outros objectos de primeira necessidade", em 1906, já havia quem fizesse o mesmo como prova a intensa actividade do construtor Manuel Avelino da Rocha precisamente nas Avenidas Novas. Só na Av. Ressaño Garcia constrói ele, sendo sempre responsável pelas obras o construtor António Gaspar, 7 prédios, entre 1901 e 1905: os nºs 4 e 6 (1901), 9, 11 e 27 (1904), 29 e 31 (1904-05), estes ligados depois de terem sido projectados como separados. Como veremos, encontrá-lo-emos na mesma época, igualmente activo em algumas das avenidas laterais.

Outros construtores civis encontramos com a mesma prática na Av. Ressaño Garcia até 1910: António Luís Guerra, proprietário do nº20 (1903-05) de que foi construtor responsável também António Gaspar, Manuel d'Oliveira, proprietário e construtor do nº12 (1904), José Joaquim Luís Guerra, proprietário com António Rodrigues da Silva do nº67 (1907) e construtor também do nº61 (1908) para Manuel da Costa Vasques, José Maria Francisco Miranda, proprietário do nº14 (1903) e do nº43.

No conjunto da Avenida, no período considerado, a actividade destes construtores civis não nos parece ainda predominante, mas é extremamente significativa porque prova muito claramente que, ao contrário do que futuramente se há-de dizer, desde o início esta nova área da cidade abre-se com grande

facilidade ao investimento de pequenos capitais. Porque se tratava de facto de pequenos capitais ^{como} ~~que~~ qualquer análise de custos de produção provaria. Num artigo de A Construção Moderna já citado (94), Costa Campos recordava, ^{em 1967} ~~que~~ "por motivos de ordem económica(...) o capital passou a ser colocado na construção de casas(...)" o que M. Villaverde Cabral (95) confirma: "o sector pela baixa tecnologia estava ao alcance de qualquer empreiteiro que dispusesse de um capital circulante mínimo". Que assim era prova-o também os próprios prédios que se edificavam segundo um modelo simplificado do prédio de rendimento herdado, quer nos processos tecnológicos quer na organização volumétrica, do prédio pombalino que José-Augusto França filiou em modelos setecentistas anteriores. O que sobretudo o diferencia são as suas menores dimensões, uma miniaturização global que sendo aparentemente contraditória com a imensa largura e extensão das novas avenidas, traduz assim melhor os valores instáveis de uma classe recente ainda sem padrões de referência próprios: a Avenida tornar-se-à em si mesma, com os seus passeios e as suas árvores, a sua clareza civilizada, o ritmo recente dos eléctricos e as primeiras vertigens automobilísticas, o emblema fundamental de quem aí mora, burgueses modernos que portas a dentro afeiçoam os pequenos espaços, as tais "cómodas de muitas gavetas" onde o acolchoado das almofadas e dos bibelots substitui com vantagem a solenidade das imensas salas hirtas que pareciam povoar mal os prédios de rendimento das gerações anteriores.

Nas tipologias deste início do século predominam nas realizações mais modestas, como são quase todos os prédios de construtores civis que citámos, as fachadas que se haviam vulgarizado por toda a cidade: geralmente com três andares, a que se juntavam a cave e o sótão, este sobretudo rapidamente transformado em mais um andar, eram apenas dinamizadas pelos ritmos alternados da distribuição dos vãos e das varandas de ferro forjado. Os azulejos que, ou a cobriam totalmente ou se dispunham em estreitas faixas, sublinhando a separação dos andares e o espaço dos vãos, eram o elemento decorativo mais específico desta pobre arquitectura lisboeta que, no entanto, valorizava com acerto empírico as modulações da luz e em que as pequenas variantes introduzidas permitiam estabelecer uma hierarquia de qualidade: recorria-se então às cantarias, emoldurando com maior ou menor requinte, os dife-

rentes vãos que podiam também ser valorizados por um jogo mais apurado na sua distribuição. Neste caso as janelas geminadas indicam sempre uma maior preocupação qualitativa. Os fechos centralizando as vergas das janelas, as mísulas de apoio às varandas, o ritmo das cimalhas quase sempre coroadas com varandins cerâmicos, as pilastras adossadas debruando verticalmente os bordos, as molduras de marcação dos andares, a originalidade das grelhagens das varandas ou do desenho da porta eram outros tantos elementos distintivos.

Deste modo, entre o despojado gaveto sobre a Duque de Ávila, ILUST. 7 com o nº11, de 1904, em que praticamente não existem quaisquer desses emblemas valorativos, e o nº67, tornejando para a Barbo- ILUST. 8 sa do Bocage, de 1907, que apresenta no corpo de ângulo um frontão recortado e procura cerrar a fachada com um ritmo mais elaborado de distribuição de vãos, com molduras de aresta viva separando os andares, as diferenças são evidentemente mínimas mas entende-se, de um para o outro, uma maior preocupação em dignificar a mancha do edifício em termos de inserção no espaço urbano da rua.

Nos lotes intermédios dos quarteirões, este modelo de prédio tradicional, enriquecido quase só pelas cantarias dos vãos, tende praticamente a repetir-se procurando por vezes criar conjuntos: é o que acontece com os nºs 12 e 14 de 1904 ILUST. 9, 10 e 1903 e com os nºs 4 e 6 de 1901, estes nobilitados com a u- ILUST. 11 tilização de vãos geminados, inseridos em elaboradas molduras. No extremo da Avenida, os nºs 100 a 104, de 1903 a 1905, pe- ILUST. 12 la repetição do mesmo módulo, criam uma ampla fachada toda aberta à intensidade da luz, levemente modulada pelas sombras das varandas e pelo ritmo equilibrado dos vãos.

A estas frentes, correspondia um corpo paralelepipedico, organizado em profundidade que o saguão permitia e, sobre os logradouros que nunca faltam nestes lotes alongados, erguia-se o ritmo fácil das marquises e escadas de ferro garantindo às traseiras a animação desarrumada e doméstica de qualquer bairro lisboeta, numa organização volumétrica elementar, invólucro adequado ao espaço interno da habitação, centralizado no saguão e irradiando daí, através do largo e escuro corredor, à frente em direcção às duas salas e eventualmente um quarto e, para trás, à cozinha e casa de jantar entre as quais se situa por vezes mais um quarto. No espaço intermédio, os restantes quartos e a casa de banho. Nenhuma inovação nes-

ta espacialidade sem modulações nem surpresas, ao longo das diversas variantes que referimos, mesmo nas mais elaboradas, a não ser a melhor ou pior qualidade dos estuques, soalhos, madeiramentos ou elementos decorativos secundários.

Além dos prédios de rendimento edificadas e vendidos por construtores civis, alguns deles ~~empromissor~~ início de carreira, encontramos outro conjunto mais heterogêneo, com as características fundamentais da tipologia "prédio de rendimento", mas de qualidade quase sempre mais elevada e com implícita vontade de diferenciação. De um modo geral, são encomendados directamente, se não a arquitectos pelo menos a construtores civis de reconhecido mérito, embora se deparem situações em que os produtos finais nem sempre se distinguem dos produzidos pelos promotores trabalhando por conta própria, traduzindo, desse modo, o rigor do programa económico que uns e outros se impunham.

Imediatamente significativo deste 2º grupo seria o prédio nº1, tornejando para a Praça do Saldanha, projectado em 1902 por José Luís Monteiro para José António Carreira e que foi publicado num número de A Construção Moderna desse ano (96). Embora o prédio não tenha chegado a ser construído, vale a pena determo-nos nele: tratava-se de um vasto gaveto, organizado em três corpos e três andares, valorizando uma fachada tradicional, ritmada apenas pela alternância das varandas e dos vãos, com discretíssimos elementos decorativos de gosto academizante: as finas molduras debruando as vergas superiores das portas, as mísulas das varandas sugerindo uma articulação dos andares, as estreitas pilastras adossadas, coroadas de pináculos enquadrando o corpo central e os topos do edifício, o pequeno frantão central. O conjunto era sóbrio, satisfatório dentro de um programa económico que certamente foi imposto mas também excessivamente humilde para uma grande praça nova da cidade.

Do outro lado, o nº21-27, construído apenas em 1907-08, Ilust. 13 obedece, com evidente proximidade, ao desenho proposto por José Luís Monteiro que surge por isso como valor exemplar: de novo encontramos o ritmo despojado dos vãos de sacada, articulados pelas estreitas varandas de ferro forjado e meramente sublinhados pelo rigor do desenho das molduras superiores das janelas ~~que~~, no 1º andar, ~~particularmente~~ particularmente enriquecidas, num lavor de artesanía segura que, todavia, se anula na

Ilust. 13

Ilust. 14

volumetria global predominantemente pobre, desadequada em relação ao imenso espaço em que se perde, com o qual mantém uma relação ambígua, tecida de ausência. Como se existisse uma secreta vingança da cidade tradicional e oitocentista, amesquinhando a grande rotunda e dando o tom de passado sobrevivente à artéria nobre que se anunciava: entra-se na nova Praça, como na nova Avenida, sem nenhum programa de monumentalidade, sem rasgo de pessoalização, ao sabor da encomenda que toda poderosa se institui norma e deixa no rasto os sinais visíveis da sua mediania económica e menoridade cultural.

Apesar de não realizado, o prédio projectado por José Luís Monteiro, fielmente encarnado no edifício fronteiro, desenhado também por ele ou por um dos fieis e dedicados desenhadores de que ele foi mestre, permite-nos caracterizar logo à partida o 2º grupo de prédios de rendimento da Avenida Resano Garcia: nenhum outro possuirá muito maior dignidade do que o do velho arquitecto que, submissamente, lhes indicava o caminho, nenhum também conseguirá ter a originalidade pessoalizada que a este faltava.

O nº10, tornejando para a Avenida Duqua d'Ávila, projectado por Artur Júlio Machado para Moreira Rato em 1905 é, em termos de fachada, mais elaborado: o r/c forrado de cantaria e dinamizado pelas lojas, o ritmo mais cerrado da distribuição dos vãos, a marcação dos corpos por estreitas pilastras adossadas apresentando pequenos capiteis jónicos que pontuam o 3º andar, traduzem um sóbrio gosto académico que se expressa ainda nas marcações morfológicas das janelas, molduras, painéis e cimalha ornada de varandim e pináculos enquadrando a janela central das águas furtadas com tímpano e fecho central. Trata-se indiscutivelmente de um exemplo da qualidade que os projectos de desenhadores camarários, como era Artur Júlio Machado, podiam atingir, sendo possível ver nele ainda o rasto da actividade de José Luís Monteiro que, na Escola de Belas Artes como na Câmara, era o mestre incontestado dessa discreta arquitectura assumindo com dignidade os valores de utência.

. Ainda projecto do mesmo desenhador são os nºs 24 e 26, construídos em 1907 para A.A. César dos Santos que edificara já em 1905 uma moradia no lote imediato: trata-se de prédios sem o desenho cuidado do anterior, sujeitando-se decerto a um programa mais económico mas que têm em comum com ele, e também com o de José Luís Monteiro, os mesmos valores de uma

ILUST. 9, 13

ILUST. 14

arquitectura que se dignifica pela descrição e rigor de um saber técnico apenas enobrecido por reduzidos e padronizados elementos decorativos. Como querendo dar razão à afirmação ingênua de José de Figueiredo defendendo que "a arquitectura pode dizer-se está hoje inteiramente feita" e por isso "reduzida quase sempre a uma arte de catálogo"(97).

Menos elaborado em termos de fachada, mas com qualidade de construção igualmente elevada, era o imenso prédio de gaveto sobre a José Luciano, com o nº46, construído no ano seguinte para Joaquim Santos Lima e de que foi construtor responsável Joaquim Tojal. A simplicidade assumida e mais tradicional na arquitectura lisboeta de uma distribuição pouca densa dos vãos, deixando valorizar as superfícies lisas em que as faixas de azulejos, já influenciadas pela modulação arte nova, e o varandim sobre a cimalha acentuam a planimetria, enriquece-se pelas entradas monumentalizadas inseridas em molduras de grande arco, pelos conjuntos discretos dos pequenos tímpanos coroando o último andar e a janela central das águas furtadas e pelas mísulas e fechos ornamentados de estilizados motivos florais. Muito curioso e significativo é a existência dos jardins de inverno, totalmente em ferro e vidro, sobre a entrada principal que, mal se diferenciando das marquises construídas nas traseiras, introduzem, em termos de gosto de época, uma inesperada tônica de empobrecimento da nobreza da fachada onde a utilização do ferro deveria ser mais comedida, mas constituem também sintoma evidente de que esse gosto não triunfara ainda completamente nestes anos, o que é confirmado pelas belíssimas grelhagens das entradas principais que utilizam o mesmo material com objectivos claramente nobilitantes, aliás plenamente conseguidos.

Deste modo, se o nº11 que anteriormente analisámos revela uma prática arquitectónica de desenho de escola, em que os valores académicos são correctamente utilizados, este nº46 é os valores mais positivos da construção civil lisboeta corrente que assume com grande qualidade mas menor coerência formal, fazendo-nos penetrar nesse mundo dinâmico da apropriação não erudita e criativa dos modelos gerando réplicas autónomas.

Outro prédio de gaveto, o nº25, construído também nestes anos, revela preocupações muito diversas. Trata-se deliberada-

ILUSTR. 15,
15 A, 15 B

ILUSTR. 16,
16 A, 16 B,
16 C, 16 D

mente de um prédio de luxo evidenciado pela abundância das cantarias forrando totalmente o r/c e ainda os primeiros andares do corpo central e dos laterais, pela descrição cuidada das molduras dos vãos apresentando fechos delicadamente esculpidos e pela significativa utilização da cantaria também nas varandas substituindo o ferro que, como sugerimos, vinha sendo considerado material pobre e por isso indigno da fachada onde introduzia sempre um sabor popular que aqui é evidentemente recusado.

Todavia não é apenas pela utilização dos materiais que o prédio procura diferenciar-se. Os valores decorativos a que recorre são também muito diversos, afastando-se tanto do modelo acadêmico como da maneira corrente entre os construtores civis. As pilastras adossadas coroadas por máscaras femininas, enquadradas entre pequenas volutas e corolas, os delicados motivos florais que decoram as janelas do corpo de ângulo e que se repetem nos laterais, o desenho recortado dos frontões amparados por fechos de remate circular, as breves molduras que dinamizam superiormente os corpos em que se inserem as janelas nobres do 1º andar, são elementos ornamentais ecléticos, curiosamente hesitantes entre o enquadramento acadêmico e a tentação arte nova, deixando sugerir ou uma intenção que foi apenas vagamente realizada por incapacidade de organizar coerentemente tão diversas sugestões ou, mais naturalmente, um gosto capaz de aceitar citações alheias mas ainda disciplinadamente submetido à lição da academia. O conjunto possui todavia uma invulgar qualidade decorativa que, se não consegue dinamizar e envolver toda a pesada massa do edifício, cria pontualmente uma espantosa integração eclética da linguagem aberta dos motivos escultóricos em volumetrias compactas ~~que~~ ^{que} sugeram^{to} o despojamento de alguma arquitectura alemã contemporânea que Miguel Nogueira, em 1913, mostrou também entender quando projectou o nº23 da mesma Avenida que aliás o confronta do outro lado do gaveto. Spropomos evidentemente uma possível atribuição que contudo deverá ser confirmada.

Também o prédio nº95, construído em 1909 participa, com elose. 17 maior coerência mas menor rasgo, nessa vontade de acentuar os 17A, 17B. valores de luxo do prédio de rendimento, através de uma maior 17C, 17D dinamização da fachada e diversificação da gramática decora-

tiva que aqui permanece mais fiel à norma erudita, interpretada todavia com grande ecletismo. A variedade de molduras dos vãos, enriquecidas com colunas, fechos e frisos, as pilastras simuladas, acentuando ao nível dos primeiros andares, os valores horizontais e abrindo-se, nos últimos, também em simuladas colunas geminadas, os capiteis engrinaldados que prolongam a sua exuberância nas molduras que ladeiam o pequeno tímpano central sugerindo um motivo de concheado, a entrada principal nobilitada por destacado arco profusamente ornamentado, todos estes elementos se submetem ainda à planimetria não recusada da fachada mas tendem já à sua valorização volumétrica que, anos mais tarde, se tornará moda em prédios de semelhante ostentação.

A quem atribuir estes prédios que, logo no primeiro período de edificação da Avenida, revelam já quase todo o seu percurso arquitectónico?

Em relação ao nº25, qualquer conjectura mais fundamentada é impossível por o respectivo processo de obra se encontrar incompleto, não nos informando sequer do seu construtor responsável. Do nº95, sabemos ter sido construído por Joaquim dos Santos que, associado a Manuel Pires foi também construtor da moradia nº77, projectada por Norte Júnior e que, anos mais tarde, foi também construtor responsável e coproprietário inicial com Manuel dos Santos do nº26 da Avenida Duque d'Ávila de 1920, prédio que faz parte de um notável conjunto de 4, três dos quais têm autor confirmado: Norte Júnior dos nºs 22 e 28, Edmundo Tavares do 24.

Nesta época, Edmundo Tavares estava ainda longe de ter concluído o curso e, por isso, não é plausível atribuir-lhe este ou outros prédios de período tão recuado. Será admissível admiti-lo como obra não assinada de Norte Júnior, já que a moradia que referimos, aliás da mesma época, também não é ainda assinada pelo architecto? Qualquer tentativa de resposta é conjunctural e exigiria confirmação. Mas indiscutível é que, orientada ou não por mão de architecto, no modelo de prédio de rendimento surge nestes anos de meados da década, uma variante nova de gosto.

Os outros prédios então edificados por encomenda directa são muito mais modestos, em nada se distinguindo das volumetrias simples que encontrámos nas obras dos promotores. Logo no início da Avenida, os nºs 3 e 5, construídos em 1902, res-

pectivamente para Guilhermina Augusta Salazar Wagner e Augusto Freire d'Andrade Salazar d'Eça, pelo conceituado construtor civil João Rodrigues Sebolle, revelam-nos muito claramente a pobreza deliberada da maioria das encomendas, mesmo quando os proprietários dos lotes pertenciam a um grupo social destacado, neste caso familiares da Condessa de Camaride, que recebeu em lotes para edificação parte do montante a que tinha direito pelas expropriações realizadas. Trata-se de prédios com uma qualidade de construção aceitável mas em que o único requinte são as molduras delicadas dos vãos que não conseguem todavia dignificar minimamente o conjunto que é demasiado humilde.

O mesmo construtor é também responsável, em 1906, pelo nº63 para Maria Luísa Salazar Carreira, com maior riqueza dos emolduramentos mas com a mesma modéstia global. Também os nºs 17 e 33, de 1910 e 1902, participam nessa ~~mesma~~ medíocre mediania que, como acontece neste último, se acentuava ainda quando a construção se destacava isolada. De qualquer forma, ^{ou}trta-se ainda de variantes, escassamente diferenciadas, do modelo que considerámos, desenhado por José Luís Monteiro e nunca construído. Aliás, curiosamente, João Rodrigues Sebolle era também o construtor responsável desse prédio. ILUST. 19

De dimensões mais reduzidas, construíram-se ainda, tanto por iniciativa dos promotores como de encomendadores directos, um conjunto de pequenos prédios, apenas com um ou dois andares, que pela sua volumetria se aproximam ^{mas} da moradia do que do prédio de rendimento, traduzindo uma curiosa hesitação, que tenderá a desaparecer nos períodos seguintes, entre duas tipologias que implicavam valores sociológicos muito diversos. Sintomático desta hesitação foi o que sucedeu com os nºs 29 ILUST. 22 e 31. Em 1904, o proprietário do lote Manuel Avelino da Rocha, solicita a construção de dois prédios contínuos com r/c e três andares, segundo ~~a~~ tipologia modesta que encontramos nos outros que então também edifica. No ano seguinte, todavia, pede a alteração do projecto. Os três andares são reduzidos para um e enriquecidos com uma disposição pouco habitual dos vãos e a introdução de inesperados elementos decorativos: dois conjuntos de pequenos elefantes, colocados sobre as ombreiras das portas principais suportando as mísulas dos jardins de inverno, também de desenho raro. O todo adquiriu assim o tom algo

precioso de dois pequenos palacetes urbanos geminados com um toque de exotismo extremamente raro que é impossível não articular a uma solicitação privada. É muito provável de facto que a mudança de programa tenha sido exigida pelo aparecimento de um comprador para os prédios — o promotor continuou a assegurar a construção e a ser seu proprietário até à conclusão da obra mas a figura do senhorio, procurando uma mercadoria mais diferenciada, interveio naturalmente pelo meio.

Do mesmo conjunto fazia parte ainda o pequeno nº27, pertencente ao mesmo proprietário Manuel Avelino da Rocha, com uma organização de fachada e uma volumetria global francamente mais modestas, decalcadas sobre o mais simples e tradicional prédio de estreita rua da cidade a que se acrescentaram a varanda corrida, o pequeno jardim de inverno e o corpo das águas furtadas especialmente nobilitado.

Ilust. 22

Menos exóticos são os nºs 59 e 61 mas com idênticos valores, visando promover um tipo de habitação capaz de proporcionar ao mesmo tempo o rendimento ao senhorio e uma vivência mais privatizada ao inquilino. O primeiro apenas com r/c e um andar foi construído por G.F.Baracho, nome que pertence ao conjunto dos construtores civis com prestígio adquirido no início do século. A organização da fachada, muito simples, é enriquecida com as cantarias que do soco se estendem aos corpos laterais, com as modulações nobilitantes das molduras arqueadas, os pequenos capiteis sob a cimalha e sobretudo o grande frontão ornamentado com um tradicional motivo floral em estuque. Ao lado, o nº61, construído no ano seguinte por J.Joaquim Luís Guerra, parece procurar um certo acerto de vizinhança, recorrendo à mesma articulação da fachada em três corpos, mas alternando o jogo dos fr^ontões que são agora dois e triangulares, coroando os corpos laterais, enquanto os movimentos em arco de círculo são transferidos para as molduras dos vãos que animam o corpo central. Trata-se de pequenos jogos formais que, embora não iludam a modéstia dos programas, são capazes de criar uma certa diferenciação em que facilmente se intuem muitos dos seus pressupostos sociológicos. A arquitectura, incapaz de significar por si mesma, é instrumento privilegiado dos desejos e das fragilidades de quem constroi e de quem habita.

Ilust. 23

Mais modestos ainda, próximos de muitas das edificações

das Avenidas perpendiculares, eram os nºs 39 e 41 de 1904, que ILUST. 24 submetem drasticamente o programas decorativo à funcionalidade trivial.

Pertencem também a esta tipologia híbrida entre o prédio ILUST. 25, 26 e a moradia, os nºs 19 e 21, edificadas respectivamente em 1909-10 e 1907, tendo sido de ambos construtor responsável A. Pedrosa. Tanto como em alguns dos exemplos anteriores que citámos, é sobretudo a diversidade de soluções de fachada a partir de volumetrias muito simples que torna significativos estes edifícios. Como se houvesse um gosto espontâneo em criar, nos rostos das habitações, a diferenciação securizante de que o quotidiano urbano constituía quase sempre a clara negação. Recorria-se para isso a modelos diversos, empiricamente apropriados: o palacete tradicional no caso do nº21, jogando os valores de uma sobriedade discreta através da utilização minuciosa das cantarias emolduradas e decoradas com um saber artesanal seguro e, ao lado, a residência eclética, com certo sabor italianizante na organização das varandas, desenhando-se entre arcos geminados bem lançados, central e lateralmente apoiados em colunas, enquanto o remate da cimalha, com um gracioso movimento ondulado e ritmado por pináculos, acolhe uma sugestão do gosto efêmero característico do chalet. A articulação empírica entre a horizontalidade do corpo central e a verticalidade dos laterais, a alternância das varandas em cantaria no 1º andar e em floridos ferros forjados no 2º, numa correspondência simples de contrários, contribuem ainda para tornar este pequeno prédio imagem súbita de uma urbanidade civilizada e mesmo requintada, capaz de participar nos jogos de salão, fáceis e cheios de subentendidos.

A passagem destes pequenos prédios de rendimento comedido, a deixar supor o à vontade dos senhorios, para as moradias, faz-se quase imperceptivelmente. De facto entre o nº21 que ILUST. 27 acabámos de citar e o nº2, a diferença é apenas a eliminação 27A, 27B de um andar, deixando esta tipologia híbrida adivinhar quanto 27C, 27D estes prédios, algo fragilizados na sua função de utência, e as moradias apropriando a genealogia no palacete oitocentista, visavam servir afinal o mesmo grupo social, numa existência paralela e de certo modo antagónica às finalidades do verdadeiro prédio de rendimento. Aliás, como noutros casos aconteceu, houve neste nº2 uma hesitação real entre a tipologia a

escolher: assim o primeiro projecto propunha um efectivo prédio de rendimento com r/c e 4 andares e, só posteriormente, o mesmo proprietário, Pedro Afonso Pequito, reduz o programa a um andar, mantendo todos os caracteres volumétricos e decorativos do primeiro projecto.

Todavia tanto o prédio com o nº21 como esta moradia, e-
 legendo o mesmo gosto pelas volumetrias e valores decorativos
 mais tradicionais, são apenas uma pálida imagem de grandeza pe-
 rante um exemplar mais verdadeiro, como o espectacular nº18, ILUST. 28
 tornejando para a Av. João Crisóstomo, construído em 1906 pa-
 ra Augusto Fernando Berniand e de que foi construtor respon-
 sável João Rodrigues Sebola, que anteriormente já encontrá-
 mos. Trata-se de um luxuoso palacete, dentro de um gosto de
 referência académica, de que desconhecemos se é ou não projec-
 to de architecto, em que ecoa, com exuberância mal contida, o
 amor da ostentação que, todavia, é, significativamente, melhor
 assumida nesta residência de citação oitocentista do que será
 na maioria das que procuram padrões de gosto relativamente
 mais modernos. A abundância das cantarias, sob a forma de co-
 lunas, molduras ou frisos, ritmando os vãos que não precisam
 do brilho fácil dos jogos de alternância, antes assumem o ri-
 gor e a discrição da repetição, sugerem uma riqueza e um con-
 forto estáveis, capazes de aceitar a civilização sem propria-
 mente se submeter aos seus excessos. No entanto, a notável qua-
 lidade do trabalho artesanal, pela sua minúcia e sobreposição,
 provoca também uma sensação de preciosismo decorativista, al-
 go contraditória com o rigor que a composição pretende sugerir.
 Trata-se evidentemente de uma réplica, de compleição artifi-
 cial, e não um modelo alimentado pelas raízes vivas do presen-
 te. Erguida no solo recente da monumental Av. Ressaio Garcia,
 de certo modo se assemelhava a uma planta de estufa. Mais do
 agrado da crítica e da cidade em geral foram outras moradias
 onde mais se sentia as contradições e sonhos dos anos 1900.

Uma das primeiras a ser construídas foi o nº64, no quar-
 teirão seguinte à Praça do Campo Pequeno, projectada por Raul ILUST. 29
 Lino para Joaquim de Jesus Ferreira. Nela é evidente a quali-
 dade de todas as obras do então jovem architecto, menos en-
 volvente e articulada, contudo, do que, por exemplo a "Mon
 salvat" do Monte Estoril que projectara logo em 1901. Recor-
 rendo a elementos de rusticidade deliberada, como os cunhais

dos beirados, as pedras rústicas ritmando as janelas, o peso do alpendre, ela é fundamentalmente uma presença de subúrbio que, se acertava bem com o sítio distante e ermo em que surge, não contém qualquer reflexão ou sequer consciência activa do espaço urbano que se estava criando e que ela marginava.

Também de Raul Lino é o projecto inicial do nº3 da Praça do Saldanha, edificado em 1902 para Guilherme Charters H. de Azevedo. Todavia, ainda durante a aprovação do projecto, houve alterações significativas, sobretudo no movimento dos vãos o que, de imediato, contribuiu para um grande desequilíbrio global que, na magnífica localização de que disfrutava, fazia ressaltar a modéstia excessiva e empírica da praça e deixar-se abrir para espaços vastos de jardins, espreitados por modestas traseiras. PLVST. 30

Pelo contrário, a moradia que Ventura Terra projectou em 1905 num quarteirão central da Avenida, no nº38 para a Viscondessa de Valmor, responde como nenhuma outra construção da época -arriscaríamos mesmo as seguintes - de um modo original e criativo às solicitações urbanas da nova artéria. PLVST. 31

Aliás, como realçou recentemente Eduardo Martins Bairrada (98) é significativo que disso se tenha apercebido o júri que lhe atribuiu o Prémio Valmor desse ano: "A disposição da planta, fora dos moldes comuns, não só contribui para a beleza do edifício em si, como também para a perspectiva agradável do cruzamento de duas artérias, revelando quanto seria conveniente para a estética dos novos bairros, que este problema fosse semelhantemente resolvido em todos os principais cruzamentos, correndo assim para a quebra da monotonia das avenidas muito extensas e criando desta forma aspectos de outras tantas praças ou rotundas que muito concorrem à beleza da cidade".

O arquitecto que três anos depois, enquanto vereador da Câmara Municipal, sonhará sobretudo em abrir a cidade ao rio, devolvendo-lhe as suas margens aperfeiçoadas pela arquitectura, mostra aqui quanto entendia a grandeza da nova Avenida e como sabia que os edifícios deveriam enriquecê-la, quebrando-lhe com o seu corpo o risco das perspectivas únicas.

"Palacete" lhe chamava com rigor A Arquitectura Portuguesa (99), com uma ostentação sincera e sóbria de riqueza que só urbana pode ser e para que concorrem tanto elementos de um

vocabulário classizante como os concheados das bow-windows e do friso sob a cimalha e as colunas jónicas engrinaldadas, como outros mais ecléticos e algo rústicos, as persianas das janelas, a ornamentação em losangos do telhado, a integração dos azulejos. O grande janelão central por cima da porta principal e as dimensões estreitas das janelas introduzem ainda uma notação vagamente neoromânica, muito livremente tratada e submetida ao equilíbrio notável e elegante de toda a composição. Finalmente, a tonalidade doirada da pedra com que rimam os verdes das persianas e os tons dos azulejos, constituem componentes de refinamento e distanciação que não nos permite nunca uma familiaridade excessiva com o edifício que se afirma pleno, como realidade em si mesmo e não mero objecto de utências mais ou menos distraídas.

Contudo também a organização funcional interna é notável, destruindo, por exemplo, o hábito enraizado de separar a casa de jantar da sala e dividir esta numa multiplicidade de saletas — o r/c tem apenas, além da cozinha e dispensa, de um lado um vasto escritório e, do outro, em sequência e comunicação directa, a copa, casa de jantar e salão de grandes dimensões. E embora R. d'Almeida, no artigo de A Arquitectura Portuguesa afirme que "a sua disposição interior obedece logicamente ao exterior", é evidente que houve uma raríssima capacidade de dialéctica entre as exigências de uma habitação de luxo, confortável, moderna e assumidamente grandiosa e as solicitações pressentidas das imensas avenidas vazias.

Ainda o mesmo articulista, lamentando que a Senhora Viscondessa "não fizesse dela habitação própria", reflecte que "não é vulgar fazer-se (construir para ^{alugar} ~~habitar~~) com a bizzaria com que esta foi feita". "Bizzaria" é certamente a qualificação que menos convém a esta belíssima habitação mas temos de aceitá-la para qualificar a atitude, evidentemente rara e original da grande senhora. Particularmente nas "Avenidas Novas"...

De algum modo, a par desta moradia, devemos colocar o nº1, tornejando para a Praça do Saldanha, edificada em 1906 para Engrácio Supardo, no lote para que, quatro anos antes, José Luís Monteiro desenhara o prédio que já referimos. Desconhecemos se houve aqui, como parece provável, intervenção de architecto ~~alugue~~ como habitualmente, o processo de obra

JUST. 32

JUST. 13

apenas cita o nome do construtor João Rodrigues Sebola que assumira também a responsabilidade pelo prédio que não chegaria a passar dos caboucos, todavia aproveitados para a nova edificação. Tratar-se-á de uma recomposição que o próprio José Luís Monteiro terá naturalmente realizado?

Na diversidade de maneiras estilísticas que as moradias então construídas na Av. Ressano Garcia percorrem, é evidente que esta se encontra, pelas referências decorativas, mais próxima do palacete academizante com o nº18 do que dos projectos mais ecléticos e libertos de Ventura Terra ou mesmo Norte Júnior. Por outro lado, as janelas do r/c, com os peitoris simulando pequenas varandas de cantaria, são absolutamente iguais às que encontramos numa das moradias de Bigaglia na Av. Duque d'Ávila, enquanto a utilização de colunas marmoreadas foi corrente em alguns prédios de Ventura Terra, JLUST. 28

Seja qual for o seu autor, esta moradia constituía, até 1910, quando Norte Júnior constroi, com maior modéstia, do outro lado da Praça, o gaveto para a Praia da Vitória, o único símbolo assumido da riqueza e exotismo que todos desejavam para as Avenidas. Que tenha sido no corpo breve de uma moradia e não num conjunto grandioso de prédios que esses valores se incarnassem, eis o que era o que não poderia deixar de ser...

Álvaro Machado constroi também neste período na Av. Ressano Garcia, além do notável colégio com o nº13, em que a seguir nos deteremos, uma moradia, o nº45, para Olympia de Macedo Branco, em 1905. Invulgarmente o architecto que, como é habitual não assina nem o projecto nem a Memória Descritiva, afirma nesta, em desabafo: "Atendendo porém à economia desejada pela proprietária, todas as vergas das janelas serão construídas em tijolo, revestido de cimento e fingindo a tinta de óleo", deixando claramente transparecer o pesado condicionalismo financeiro da encomenda. Talvez por isso, a moradia é de grande despojamento mas o architecto sabe aceitá-lo da melhor forma, valorizando-o numa articulação de volumes em três corpos, sobriamente ritmados pelo movimento das janelas e das molduras, ligadas ao nível das bandeiras nos conjuntos mais significativos e enriquecê-lo com o janelão sobre a entrada principal que, com a sua moldura em pesado arco, dá a nota neoromânica cara a Álvaro Machado, embora a secura da decoração das originais molduras do r/c do corpo de ângulo, JLUST. 33

detendo-se num geometrismo deliberado, anunciem com grande antecedência em relação à divulgação lisboeta, um gosto artes decorativasque aliás as grelhagens confirmam.

Nem rústica como o nº64 de Lino, nem grandiosamente urbana como a de Terra, a casa de Álvaro Machado, construída exactamente nos mesmos anos, era excessivamente discreta para poder constituir-se em modelo. Quando, como a tantas outras sucederá, chegar para ela a hora da demolição, em 1954, o arquitecto da Câmara A.Couto Martins, contra os seus hábitos ou simplesmente respeitando os seus gostos, ainda lembrará: "Trata-se de uma boa moradia, obra do falecido arquitecto Álvaro Machado". Mas a resposta foi clara: "Tratando-se de uma artéria importantíssima em que a existência da moradia representa ridículo aproveitamento das possibilidades que oferece (...) a Câmara não deverá dificultar à sua desapareição". E Couto Martins acabou evidentemente por prestar a informação "nos termos normais": "Não apresenta valor architectónico excepcional (...) embora se trate de uma boa moradia(...)pode-se autorizar a demolição"(100).

Um outro modelo que também nunca terá réplicas condignas, extremamente simples e adaptado aos baixos orçamentos que normalmente eram requeridos, é, nos mesmos anos, proposto por Nicola Bigaglia que, entre 1905 e 1907, edifica pelo menos cinco moradias, duas na Ressano Garcia e três na Duque d'Ávila. Afastando-se da riqueza a que pudera recorrer em anteriores obras — o palacete Lambertini de 1900 e o Mayer de 1902, ambos na Avenida da Liberdade, em que diversamente desenvolvera propostas ecléticas de referência renascentista, Bigaglia soube adaptar-se, sem grandes cedências de gosto, ao cliente das Avenidas Novas.

Com um número de andares variável, mas sempre de reduzidas dimensões, as suas moradias são inconfundíveis pela elegância geral das proporções, o gosto moderado pelo decorativismo, mais usado como introdutor de ritmo nas fachadas do que como elemento autónomo, as varandas de cantaria, as pequenas janelas de molduras sempre diferentes em pormenores quase artesanais e sobretudo pelos remates que se afastam da pobreza repetida dos frontões, para adoptar uma certa geometrização de recortes que a voga artes decorativas, vinte anos mais tarde levará à exaustão.

Bigaglia, que além de architecto, dirige nestes anos um activo atelier de marcenaria e decoração, é um dos importantes criadores do gosto da Lisboa do início do século, sobretudo em termos de interiores que ele fraccionava em numerosas salas de pequenas dimensões, recolhidas sobre si mesmas, num sentido de aconchego que era contudo muito superficial e algo falso na cidade que tinha na Avenida da Liberdade a sua verdadeira sala de visitas. Em termos de fachadas, o seu toque pessoalizado não teve sucessores directos mas é um elemento activo do gosto pelo ecletismo através da diversidade de maneiras que vimos manifestarem-se com exuberância em alguns dos prédios-moradias que abordámos. Aliás, parece-nos evidente uma influência directa sobre os nºs 29 e 31 do nº 16 que ficou no lote vizinho ao ostensivo palacete tornejando para a Av. João Crisóstomo. No conjunto das moradias que então projectou esta é sem dúvida a mais elaborada, com notável requinte na distribuição das aberturas, discretamente veladas para o exterior, nessa sugestão de interioridade que a sociedade lisboeta dificilmente sabia entender e muito menos usar.

A outro architecto coube, mais do que a Bigaglia falecido em 1908, encontrar, com pouco dinheiro, o modelo certo de moradia para as Avenidas Novas. Sê Lino, Terra e Álvaro Machado, dos mais importantes architectos de Lisboa nestes anos, aqui realizaram um reduzido número de obras e Bigaglia fez obras de um modo geral menores, Norte Júnior inaugura em 1905 uma intensa actividade que se prolonga pelo início dos anos 40. É ele por excelência e sem qualquer dúvida o architecto das Avenidas Novas, não só pelo número de obras que realizou mas pelo estilo que implantou, que todos os construtores civis seguiram e, como mais tarde veremos, pela notável capacidade de se moldar às mudanças de modas architectónicas que se sucedem ao longo de três décadas.

Logo em 1903, antes da crítica dele se ocupar através das obras, já Fialho de Almeida se refere ao ainda Joaquim Norte, precisamente por ter alcançado o 1º prémio no "Concurso às pensões Valmor" (101) com um "projecto de circo equestre" que classifica de "espécie de pantheon romano cilíndrico e maciço a cuja entrada adaptou o grande arco da porta da última Exposição de Paris (:::)" . Não ficou em Paris muito tempo o architec-

Ilust. 9

Ilust. 35

to "por não se querer sujeitar aos moldes convencionais, entendendo em sua consciência que nada iria aprender de novo(102).

Logo em 1905, Norte Júnior ganha o Prémio Valmor com a casa Malhoa e, em 1906, projecta as duas primeiras moradias na Ressano Garcia, o nº36 para Branco Rodrigues e o 77B para Antônio da Costa Correia Leite, dito Mário Artagão. Em 1908, realiza o 77A para Amélia Augusta Pereira Leite.

ILUST. 36
ILUST. 37
ILUST. 38

Estava encontrado o tipo ideal de moradia para as Avenidas Novas, entre uma variante mais simples e airosa com um odor de casa portuguesa - de que foi protótipo notável a casa de Malhoa - e outra, compacta e rica de cantarias, capaz de fazer parar qualquer transeunte. Entre uma e outra, a hipótese do exotismo de sabor suíço, com torreão ou mirante sobre o telhado de bico.

Curiosamente, os artigos de A Arquitectura Portuguesa que analisam duas destas vivendas (103), são assinados por arquitectos. Álvaro Machado, detendo-se no nº36, afirma que "predominando na sua composição reminiscências do estilo românico, lembra pela sua imponente loggia que encima a entrada principal e pela varanda que lhe serve de coroamento uma das modernas vilas italianas(...)".Salientando assim o partido eclético do arquitecto, Álvaro Machado discretamente critica: prefere ao "aspecto mais importante da casa", sobre a Av. Resano Garcia, a fachada da Visconde Valmor onde "a composição é mais sóbria" e interroga-se se não "poderá acusar-se de pouco lógico o grande arco da fachada principal porque não se lhe acha encontro bastante forte no cunhal que lhe dá origem" e, embora acabe por concluir que "o que parece ilógico, torna-se aceitável", um breve veneno não deixou de ser lançado.

Rozendo Carvalheira, a propósito do nº77B, enumera:"aqui um trecho de entablamento clássico(...) além um arco florentino de amplo traçado(...)mais além a arcatura claustral da renascença(...)enfim uma quase orgia de brincados motivos de todas as correntes artísticas do passado e do presente" e por isso considera o arquitecto "essencialmente um eclético" recordando contudo, com reticências expressas, "que se no começo da sua carreira poética, muitos líricos de génio efervescente perpretaram girândolas mirabolantes de versos multimétricos(...) outros mais sóbrios e prudentes se fixaram em duas ou três variedades, das 11 que a arte ensina e deram-se muito

bem com isso com grande brilho para o seu nome e honra para a poesia(...)".

Além destas obras, Norte Júnior projecta, ainda em 1909, ILUST. 39 o nº42 para José Luís Vinagre, com essa volumetria híbrida entre o prédio e a moradia. A articulação da fachada num conjunto de estreitos corpos verticais de movimentação elegante e algo brincada pelo jogo de não correspondência que entre eles se estabelece mais acentua a individualização do edifício como se se quisesse ocultar a função de rendimento que o move.

Mais uma vez Norte Júnior mostrava saber naturalmente interpretar os desejos de uma burguesia apenas mediantemente abastada que deixando-se conquistar pelo negócio imobiliário, pretendia contudo distanciar-se da actuação dos construtores civis, defendendo um certo princípio moral de lucro justo ou, ainda menos conscientemente, o rendimento em pequena escala pelo mérito estético.

Deste modo, sobretudo por uma insinuante e espontânea capacidade de fazer seu o imaginário do cliente, Norte Júnior agradava e se os colegas, não lhe poupando encômios, lançam algumas dúvidas sobre a sua "imaginação fácil e brilhante", a maioria dos críticos, até plenos anos 20, considerarão que as casas de Norte Júnior são quase só o que vale a pena ver na Av. Ressano Garcia e a moda deste estilo "gracioso e elegante" instalar-se-à triunfalmente com variantes ligadas quase só ao orçamento disponível.

Todavia, há ainda quem pretenda como moradia composições mais exóticas em que os valores de ostentação se submetem a ILUST. 40 um gosto ingénuo pelo inédito. É o que acontece por exemplo na moradia com o nº32 de 1905, com uma composição extremamente desarticulada e cuja fachada posterior, em 1909, por iniciativa da proprietária Ana Albino Salgado d'Araujo, é espantosamente enriquecida de arcarias com estranhas loggias laterais, mirante e um telhado organizado em sobreposição de corpos. Trata-se, aliás já como a construção inicial, de uma obra marcadamente ingénua, apropriando-se com rudeza de um exotismo que se pretenderia cosmopolita mas que fica simplório a ornamentar-se de vasos de flores sobre a balaustrada do varandim.

Idêntica evolução se passou com o nº60 acima do Campo ILUST. 41 Pequeno que, em 1909 se compunha de dois pequenos chalets

deliberadamente rústicos e que, no ano seguinte, Fernando Soares, construtor civil que foi discípulo dedicado de Norte Júnior, enriqueceu com uma decoração compósita em que predominam os elementos de concheado que, nos corpos laterais, coroam a cimalha numa rude sugestão de tímpano. As estranhas molduras das janelas que rebuscadamente constroem a diferença, o motivo de escada em duas linhas divergentes, a multiplicação dos telhados de bico, são os simples instrumentos da composição que se desfaz em soma. Posteriormente, a escada nobilitante viria a ser retirada empobrecendo um pouco a sugestão de ingenuidade da composição, mesmo assim curiosa evocação dos chalets do Monte Estoril que tanto haviam provocado as iras de Ramalho Ortigão. Aliás, que outra coisa era senão suburbio aquele percurso do Campo Pequeno a Entrecampos através da barreira da linha férrea?

Houve contudo um construtor civil que, ainda neste período, melhor entendeu as exigências da arquitectura que, entregue ao livre arbítrio dos encomendadores, deveria todavia ser esteiro fundamental para uma efectiva utência urbana da nova Avenida. Olhando mais para Ventura Terra do que para Norte Júnior, José Rogrigues Prieto constroi para Abel José da Cruz, mesmo em frente à Praça de Touros, uma moradia e um prédio, com os nºs 87 e 89, a primeira em 1906 e o segundo em 1909, num esquema sociologicamente muito curioso de que encontramos outro exemplo nos 24 e 28, também prédio e moradia, construídos para o mesmo proprietário, António Augusto César dos Santos.

Ilustr. 42

A propósito da moradia nº 87, dizia o crítico de A Construção Moderna (104) que apresentava "cunho inconfundível a que chamam arte nova" e, de facto, embora a volumetria da construção seja em tudo conforme aos esquemas habituais de construção em profundidade, não existindo qualquer articulação original das massas - o que a própria disposição sobre a Avenida, ocupando toda a largura do lote e colando ao prédio imediato aliás impediria - em termos de fachada, no lançamento dos grandes arcos das janelas centrais, nas molduras delicadamente trabalhadas das janelas com um vocabulário vegetalista interpretado com requinte, na riqueza dos ferros forjados, há claramente um gosto novo, libertando-se da superfície que dominava as composições neoromânicas, para procurar, em arabescos de

curvas rápidas, um ritmo tridimensional.

Além destes dois edifícios, conhecemos outros projectos deste curioso construtor civil. Um deles, "prédio de rendimento a ser construído na Av. Ressano Garcia", foi publicado na Construção Moderna (105) embora nunca construído. Mais do que os projectos anteriores, deixa claramente transparecer que foi Bigaglia o mestre em que se inspirou: os pequenos frontões que decoram a cimalha com os característicos fechos laterais, o recorte amaneirado das janelas, as finas pilastras adossadas ritmando verticalmente a fachada, sugerem imediatamente o exemplo do nº16 da mesma Avenida, edificado em 1907. Significativo é que se trata de uma apropriação positiva, que no prédio e moradia que citámos se autonomiza através de um olhar também para a moda arte nova que se ia divulgando e que aliás o professor italiano foi dos primeiros a apontar na moradia que realizou na Av. Antônio M. Avellar. De recortes e colagens se ia fazendo assim alguma da arquitectura das fachadas da Avenida. Como quem folheia uma revista e lhe decalca as ilustrações.

Falta-nos finalmente referir um dos mais notáveis edifícios da Ressano Garcia: o nº13, tornejando para a Av. Duque d'Ávila, projectado por Álvaro Machado para colégio de Anna Roussel. Trata-se de uma das obras fundamentais deste arquitecto, em que o gosto neoromânico adquire uma correcta formulação pelas proporções globais das massas, embora o ecletismo acabe por ser dominante: de facto, a desproporção entre as colunas e os arcos aparentemente pesados que as suportam, se pretendem valorizar a função fundamental das paredes que as suportam são contudo, sobretudo no corpo central, demasiado frágeis para que essa desproporção não seja apenas um artificio deliberado. Nos corpos laterais, as pequenas colunas assumem ainda mais claramente esse papel apenas decorativo não sendo apoio de arcos nenhuns. Por outro lado, algumas grelhagens das pequenas janelas e particularmente os magníficos frisos e painéis de azulejos, de padrão geométrico e rico colorido, introduzem uma sugestão artes decorativas que aliás é mais clara nas moradias que Álvaro Machado projectou alguns anos depois (106). Em termos de espaço urbano, trata-se de uma proposta muito original de criar ritmo na malha ortogonal das Avenidas, que deve ser comparada à que Ventura Terra realiza no ano seguinte com o nº38, ritmos que contudo não chegam a

instalar-se devido à ocupação dos gavetos fronteiros por prédios mais elevados e volumetria compacta.

Também os monumentos para a nova Avenida são pensados antes de 1910. Em primeiro lugar a Praça de Touros que como monumento deve ser considerada, dando finalmente a uma prática com tantos e fervorosos praticantes, o merecido templo. Projectada por A.J.Dias da Silva e construída em 1891-92 antes da abertura das Avenidas se ter iniciado, foi contudo já pensada em função do novo espaço. Na sessão de 16 de Fevereiro de 1889 da C.M.L. é lido um ofício da Real Casa da Misericórdia em que se afirma: "Tendo sido condenada a antiga Praça de Touros no Campo de Sant'Ana e destinada para estabelecimento da Escola Médico-Cirúrgica o local(...)entendeu a administração(...)que devia escolher outro(...)O sítio que lhe pareceu mais próprio para o aformoseamento da cidade e comodidade do público é o baldio denominado geralmente "Campo Pequeno" no centro do qual se pode construir com todos os aperfeiçoamentos modernos um formoso edifício que dando novo aspecto à-quele largo(...) tanto vai concorrer com as avenidas para ali projectadas para o aformoseamento daquele ponto da cidade":

ILUST. 45

De acordo com esta proposta a Câmara cedeu o terreno e a edificação faz-se de imediato, reatando afinal uma velha prática que as touradas no Campo de Sant'Ana haviam feito esquecer: segundo Francisco Câncio (107) as primeiras touradas no Campo Pequeno realizaram-se em 1740, levadas a cabo pela irmandade de Santo António Pobre de Sacavém e repetiram-se pelo menos até 1748. Construída a nova Praça, recorda ainda o mesmo autor, nos primeiros tempos o movimento fazia-se todo pela Estrada do Arco do Cego mas, depois da construção das Avenidas, "o aspecto do Campo Pequeno da Avenida Ressano Garcia e muito principalmente da Av. da Liberdade, em tardes de touros, era dum colorido e duma animação de que nos dias de hoje se não pode fazer a menor ideia". Também neste reatar com a memória de um local famoso dos arrabaldes de Lisboa, a nova área da cidade se cozia intimamente com a velha. Como não havia de ter as suas mesmas insuficiências e fragilidades?

Quanto ao gosto neo-árabe em que o edifício é construído, seguindo de perto a Praça de Madrid e que tivera antecedentes românticos de qualidade, fora reactivado na Avenida da Liberdade na casa Conceição e Silva de Lusseau, exactamente com

a mesma data que a Praça do Campo Pequeno mas, nas Avenidas Novas, será necessário esperar pelo fim dos anos 20 para o encontrarmos.

Enquanto a Praça de Touros se projectou e construiu rapidamente, a Igreja das Picoas que teve concurso em 1904 e deveria ser construída segundo o gosto neoromânico em terrenos "devotamente oferecidos pela Condessa de Camaride"(108) nunca passou da primeira pedra lançada em 8 de Dezembro desse ano. *ILUST. 46*
Aqui, como noutros casos, será preciso esperar pelo dinamismo do Estado Novo dos anos 30 para se passar à realidade.

Também em relação ao viaduto para passagem da linha férrea, tudo foi sendo adiado. O projecto de Álvaro Machado de 1906, divulgado e elogiado na Construção Moderna(109) e no Ocidente, defendido também em sessão da Comissão Administrativa da C.M.L.- "será um padrão atestando o interesse e boa vontade da actual vereação no engrandecimento da cidade"- onde foi afirmado que "estão as indústrias facultando o pagamento dos seus trabalhos em prestações" nunca passou de projecto, no imediato por falta de meios financeiros e posteriormente pelas alternativas que se foram pondo ao viaduto e que já referimos. *ILUST. 47*
A Avenida foi continuando interrompida, verdadeiramente cortada por uma barreira que, sobretudo na Avenida Cinco de Outubro, originava uma série de ruelas que faziam perder, juntamente com as hortas do Mercado de Gados, a memória do recente passado. Dos túneis que, sob o viaduto, garantiam a passagem para Entrecampos dizia-se em 1914 (110) que eram "pequeninos e microscópicos(...) não só insuficientes mas até propícios aos mais lamentáveis desastres", facto que era agravado por "o movimento de peões entre a Avenida da República e a Praça do Campo Grande estar a atingir proporções que exceedem toda a expectativa". *ILUST. 48*

Na verdade o único monumento construído foi, entre 1904-09 a estátua ao Marechal Saldanha, na sequência do concurso em 1890 ganho por Thomás Costa. Erguido sobre pedestral de Ventura Terra, é obra modesta e convencional baseado "num orçamento exíguo" como justamente se disse nas páginas da Ilustração Portuguesa(111) onde era considerada também "desproporcionada com a amplidão do recinto, fechado por uma cintura de altos prédios". *ILUST. 49*

Nesse mesmo ano, ^{de 1909} era aberto concurso para o Monumento Comemorativo da Guerra Peninsular", polemicamente ganho pelos *ILUST. 50*

irmãos Oliveira Ferreira, embora o projecto de arco de triunfo de Ventura Terra fosse incomparavelmente superior. A construção vai arrastar-se ao longo das décadas em que as Avenidas vão sendo edificadas e, em 1926, o vereador A.Guisado, criticando os tapumes que o envolviam, afirmava que "melhor seria (...)deixá-lo a descoberto pois sempre ficaria mais decente" (112). Tal como acontece com a estátua ao Marquês de Pombal, a inauguração será feita apenas pelo Estado Novo em 1933 e de-la José Augusto-França fez a justa apreciação: "De todos os monumentos do princípio de novecentos, sendo o mais vistoso e o mais ingénuo, é o que melhor acerta com o gosto dos proprietários dos palacetes farfalhudos das Avenidas Novas - ao cimo das quais se ergue como propositado resumo estético"(113). E esse "resumo estético" desfraldado cerca de 30 anos depois da construção dos primeiros "palacetes farfalhudos", num contexto político e cultural tão diverso, podia afinal enfileirar, apesar do "João Gonçalves Zarco" de 1927 e do breve surto de modernismo escultórico, dentro da próxima "idade de ouro da estatuária nacional". Se o gosto arquitectónico parecia ter mudado radicalmente, o imaginário lisboeta esse continuava, ainda que mais discretamente, a comover-se com o "vistoso" e o "ingénuo".

3.2. As Avenidas paralelas e incidentes

Em relação à Av.Ressano Garcia, duas diferenças fundamentais são imediatamente detectáveis nas restantes Avenidas até 1910. Primeiro, o ritmo muito mais lento da construção, sobretudo nas Avenidas mais a norte, nomeadamente José Luciano e Barbosa du Bocage em que não se constroem mais de seis edifícios. Mesmo na António M.Avellar, a edificação avança muito lentamente, irregularmente distribuída nos primeiros quarteirões, enquanto, acima do cruzamento com a Hintze Ribeiro, nenhuma edificação parece existir. Quanto à Pinto Coelho, ela está nas circunstâncias da José Luciano e Barbosa du Bocage, praticamente sem edifícios e aliás por abrir nos troços superiores.

Em segundo lugar, a qualidade arquitectónica, com muito poucas excepções localizada quase só na António M.Avellar e, já secundariamente, na Duque d'Ávila, é evidentemente me-

nor e a intervenção de architectos quase inexistente para lá das duas Avenidas citadas. Também a variedade diminui, a favor de uma maior repetição de certos modelos simplificados.

Aparece assim uma clara hierarquização das Avenidas em termos de qualidade de construção, que vai da Ressano Garcia à António M. Avellar e desta à Duque d'Ávila. Nos períodos seguintes veremos que a ordem espacial não será respeitada e, nas Avenidas a norte, surgirão obras mais significativas do que nas centrais - João Crisóstomo, Miguel Bombarda, Visconde Valmor - que, com uma ou outra excepção, serão sempre as mais pobres em termos de arquitectura.

Também um certo sentido na distribuição relativa de prédios e moradias que observámos na Ressano Garcia, com uma tendência evidente para estas se concentrarem em núcleos à volta dos gavetos, deixa agora de ser detectável. Curiosamente, estas Avenidas que terão no conjunto muito maior percentagem de prédios do que de moradias, quando comparadas com a Ressano Garcia, neste período são sobretudo moradias que se constroem particularmente na António M. Avellar onde havia, até 1910, apenas 4 prédios e, pelo menos, 12 moradias, o que nos parece efectivamente apontar que a função urbana destas novas áreas da cidade só muito lentamente vai sendo adquirida e que, em relação à cidade, elas são de imediato uma oferta excessiva.

Encontramos à partida, na António M. Avellar, projectando habitações próprias dos encomendadores, os mesmos nomes de architectos: Ventura Terra constrói, em 1905, o nº1 para Silva Graça, Norte Júnior a casa de Malhoa com o nº6, também em 1905, Nicola Bigaglia, logo em 1904, o nº48 em gaveto sobre a J. Crisóstomo, Álvaro Machado, já mais tarde, em 1909, o 56 para Avelino Lopes Cardoso.

A casa de Ventura Terra é, neste caso, sobretudo a casa de J. J. Silva Graça. José de Figueiredo que a analisa na Arquitectura Portuguesa (114) afirma que "proprietário e architecto estudaram-na nas suas menores minúcias e aquele(...) tornou-se num verdadeiro e valioso colaborador de Ventura Terra". Deste modo, a casa não utiliza os tijolos senão "nos fundamentos" por o proprietário ter chegado "à conclusão de que o emprego desse material era nocivo para a saúde", como também não existe nem entre as paredes nem entre os vários andares "um

ILUST. 54

único vazio tornando-se portanto impossível a existência de depósitos de ar confinado" e "todo o aproveitamento do edifício(foi) feito em harmonia com a necessidade da pessoa a que era destinado".

Mas ~~le~~ nesta imensa habitação de luxo -que virá a tornar-se em 1930 o hotel tão desejado nos anos 20 e nunca construído - a marca do arquitecto é evidente e José de Figueiredo, que tanto o criticara cinco anos antes pelo seu pavilhão para a Exposição Internacional de Paris, caracteriza-o aqui com rigor: "O volume é de resto para Ventura Terra tudo. Quando constrói não procura nunca desenhar, modelando à superfície das paredes combinações mais ou menos consagradas". E já antes dissera que "Ventura Terra detesta os placages e abomina a mentira", daí "poucos ouros, pouquíssimos capiteis e nenhuma alegorias simbólicas".

De modo muito diverso do que fazia na Ressano Garcia, mas com garra semelhante, Ventura Terra valoriza sobretudo a função "casa", na sua utência sem dúvida, mas não menos na sua componente simbólica. E então a "casa", se deve servir as pessoas, serve também a rua e a cidade. Hoje dificilmente poderemos visionar este corpo compacto mas acolhedor pela multiplicidade de varandas e jardins de inverno, pelo ritmo das escadas e pelo imenso jardim, sinalizando à distância, acostado ao torreão, a entrada de uma nova cidade.

Pouco acima respondia-lhe, num jogo algo sibilino de opostos e subentendidos, a recente casa de Malhoa com que Norte Júnior iniciara a sua carreira. Tudo era de facto diferente. A opção pela grandeza e pelo fausto contra o ridente pequenino. Os jardins solenes contra os canteiros e os vasos nos alegretes. O gosto da fala sombrio das grandes superfícies ritmadas apenas pelas esquadrias precisas e repetidas das janelas e das molduras cegas contra os coloridos frescos de azulejos, invadindo com risos irregulares todas as superfícies disponíveis, já fraccionadas pelos diferentes desenhos das aberturas. A entrada majestosa e delicadamente distanciadora contra essa porta quase entreaberta, convidando-nos a todos a estar como em nossa casa. A construção que se adivinha rigorosa, arrancada da terra com saber e trabalho contra o gesto despreocupado de uma mão hábil que vai compondo à superfície do chão o desenho aqui e ali. E todavia, raramente duas

habitações devem ter sido tão certas. J.J. Silva Graça e J.B. Malhoa tiveram com certeza a casa dos seus sonhos. Amavam-na, ajudaram-na a construir e viam-se nela. A arquitectura foi aqui um espantoso instrumento de explicitação de gostos e imaginários cruzando-se num mesmo momento. Confronto nunca chegou a existir porque o burguês lisboeta era cidadão como Malhoa, não como Ventura Terra e os gestos de cosmopolitismo se o impressionaram nunca o redimiram. Será, naturalmente, a casa de Norte Júnior que se prolongará pelas Avenidas em réplicas sucessivas de si própria.

Na imensa Avenida que assim estimulantemente se abria, nada mais de verdadeiramente interessante existia nesta época. A casa de Bigaglia no nº48 afirmava o ecletismo amável do autor que aqui abandona as referências estritas ao seu italianismo por um gosto mais desenhado à superfície, detendo-se na moldura da janela principal numa sinuosidade algo arte nova na sua feição mais imediatamente cativante. Este traço fácil viria a fazer escola também e, como já sugerimos, não será difícil ver aqui a fonte, por exemplo, de um construtor como José Rodrigues Prieto que encontrámos como autor dos nºs 87 e 89 da Ressano Garcia e mesmo de algumas moradias que Miguel Nogueira mais tarde construirá. ILUST. 53

Dê maior qualidade era a casa de Álvaro Machado. Realizada em 1909, quando o modismo neoromânico cedia já à apropriação eclética e superficial de Norte Júnior, é sobretudo notável pela articulação de volumes num lote estreito e profundo que gera uma discreta fachada sobre a rua em que o toque de originalidade se centra nas mísulas que sustentam a pequena varanda descentrada do 1º andar. Reunindo no mesmo edifício, aliás como sucedia já com o colégio da Ressano Garcia, um consultório e uma casa de habitação, a disposição é feita com um sentido de utência claramente assumido onde a colagem decorativista em voga não tem cabimento e o resultado exprime com rigor os valores de uma residência urbana de qualidade, o que na época quase só Ventura Terra e Raul Lino, quando nisso se empenhavam, souberam fazer. ILUST. 54

Além destas três moradias, edificaram-se nestes anos, na António M. Avellar, um núcleo significativo de outras, sobretudo nas frentes de quarteirão entre a Duque d'Ávila e a Hintze Ribeiro que, aliás, será completado, com a mesma vinculação

de gosto, nos anos iniciais do 2º período cronológico que marcâmos.

Muito semelhantes entre si, apontam para a predominância de uma volumetria cúbica muito tradicional em que a articulação das massas se submete a uma composição elementar. O gosto na decoração dos vãos, quase sempre finamente emoldurados, os frisos em estuque, a utilização de fechos e mísulas, o recorte das cimbalhas tendem, com maior ou menor eficácia, a aproximá-las de um modelo ideal de palacete urbano que tinha, como vimos, no nº18 da Ressano Garcia o seu exemplo mais grandioso.

Tanto o nº52, tornejando para a Av.J.Crisóstomo, construído em 1906 pra L. Bernardo da Silveira Estrela, promotor que nos anos seguintes edificará mais algumas moradias na mesma Avenida, como o nº77 em gaveto com a Hintze Ribeiro, de 1908, são protótipos deste tipo de gosto, adoptando soluções diversas na organização de um lote de gaveto que o 1º ilude, ocupando-o com o jardim - solução que no período seguinte voltará a ser adoptada na mesma área - e que o 2º assume com uma nobilitação do corpo central. Todavia, num e noutro, é a mesma opção por um tipo de fachada que valoriza especialmente um imaginário de estabilidade a que curiosamente se opunha a diversidade de soluções que encontrâmos na Ressano Garcia. Ilust. 55
Ilust. 56

Em versões mais modestas e menos coerentes, integram-se também no mesmo tipo de gosto os nºs 51 e 53 de 1905 e o 79 já de 1910. Ilust. 54,
55,
59

Como autor de nº 77 encontramos pela primeira vez o architecto Jorge Pereira Leite que é algumas vezes citado na Construção Moderna realizando sempre, no caso de moradias, projectos idênticos. O nº 52 que inicialmente apresentava um desenho muito modesto, apenas grosseiramente esboçado nas peças gráficas que acompanhavam o pedido de construção em 1906, sofre em 1910 obras nobilitantes, consistindo na ampliação de mais um andar amansardado e na criação de dois jardins de inverno nas traseiras, abertos por graciosas janelas de sugestão palladiana. O autor destas alterações feitas para o novo proprietário Comendador Evaristo Lopes Guimarães, foi certamente também Jorge Pereira Leite, de acordo com a reportagem que, em 1913, aí realiza O Ocidente(115) que lhe atribui aliás toda a construção.

No nº280 da Construção Moderna em que se publica o pro-

jecto para o nº 77, o articulista esclarece que se trata de uma construção da Companhia de Crédito Edificadora Portuguesa "conceituada empresa construtora que há trinta anos tem feito em Lisboa e arredores centenas de construções em que tem firmado os seus créditos de seriedade no cumprimento dos seus contratos(...)". Não é todavia a "Companhia" a responsável pelo gosto das habitações já que, nos mesmos anos, realiza também os projectos de Norte Júnior na Ressano Garcia: os proprietários "que a ela têm recorrido, têm sempre encontrado uma inexcedível boa vontade e rectidão, auxiliada pela competência do seu antigo e hábil construtor, sr. Pires". Parece assim evidente que os proprietários que nestes anos constroem na António M. Avellar, ao contrário dos da Ressano Garcia, escolhem um tipo de moradia em que Jorge Pereira Leite se especializa que, numa resistência evidente aos ecletismos, arte nova, rústico, neo-românico ou português, adopta o partido do classicismo, nas versões académicas que o século anterior divulgara. Como se a uma certa estratificação social que parece existir da Avenida principal para as outras, correspondesse uma estratificação de gosto e de imaginário: as classes médias assumem os valores da permanência e da discrição em oposição à vontade de luxo ostensivo e exótico de alguma burguesia mais abastada. Explicar-nos-emos melhor se recordarmos que Norte Júnior projecta na António M. Avellar para Malhoa a sua moradia mais discreta, jogando num gosto grácil, simpático a qualquer transeunte, enquanto na Ressano Garcia, nos anos imediatos, realiza espectaculares e rebuscados palacetes. E mesmo quando, à medida que se progride nos anos 10, a encomenda tende cada vez mais a nivelar-se por este último modelo, mesmo nas Avenidas secundárias, traduzindo assim uma generalização dos valores de ostentação mais óbvios que atingem a máxima expressão nos anos do pós guerra, veremos que o número de realizações mais ostensivas é afinal extremamente reduzido, e mesmo esse penetrado, mais ou menos subrepticamente, por imposições de poupança que lhe atenuam as pretensas marcas de diferença. É afinal o modo de estar médio-burguês que convém à burguesia lisboeta e por isso, muito mais que os escassos modelos exóticos que se construíram sobretudo na Ressano Garcia, são os da António M. Avellar, securizantes pelo tradicionalismo das volumetrias e pelo simbolismo recatado da decoração, que irão povoando as Avenidas perpendiculares a esses dois grandes eixos.

É o caso precisamente do nº 73-75 da Avenida Duque d'Ávila JUST 60
 la construído em 1905 para Paiva & Irmãos, promotores de al-
 guns prédios da mesma Avenida. O construtor responsável foi
 Joaquim Francisco Tojal e ignoramos se há nome de arquitecto
 a quem atribuir o desenho desta moradia de vocação palaciana,
 organizada em r/c e 12 andar. O corpo nobre, enquadrado por
 pilastras adossadas que se repetem nos bordos, engrandece-se
 pela varanda em cantaria do 12 andar, pelas janelas de saca-
 da geminadas envolvidas em molduras e pelo recorte da cimalha
 que de certo modo unifica o mesmo motivo que se anunciava já
 na porta principal, dentro de um esquema morfológico que o
 século XVIII pusera em moda. As cuidadas cantarias das janelas,
 o requinte minucioso da decoração das mísulas, fechos, moldu-
 ras, pequenos frisos ou grinaldas, que afirmam na pedra a mes-
 ma capacidade de artesanaria que a porta de madeira ou o portão
 de ferro igualmente manifestam, são instrumentos fundamentais
 da imagem de luxo discreto e urbano que não precisa de recor-
 rer aos riscos incertos dos novos modelos de fachada para a-
 firmar a riqueza e o bom gosto. A arquitectura surge assim
 como ténue interventor de uma realização que quase tudo deve
 à qualidade de uma magnífica construção tradicional, unifican-
 do um conjunto de práticas artesanais em que o labor da pedra,
 da madeira, do ferro ou do gesso se revestiam de ^{uma} importância
 e de um tempo de intervenção concreto idêntico ao do pedrei-
 ro. E são esses tempos e saberes empíricos, largamente conso-
 lidados por gerações de artesãos ou de operários, que dão o
 tom de grandeza e distinção a habitações como esta. A burgue-
 sia era aqui herdeira plena dos esquemas de organização social
 que haviam beneficiado a nobreza, em que a qualidade era uma
 discreta voz que canalizava para si os labores dedicados e
 antigos de uma sociedade tradicional que não punha em causa.
 O tempo não era dinheiro ainda na cidade que dificilmente se
 industrializava. Por isso as casas burguesas como esta cons-
 truída para uns Irmãos Paiva se pareciam tanto com os palace-
 tes da nobreza. A ausência de valores próprios que poderiam
 testemunhar não são aliás muito conclusivos. No lote confinan-
 te, no nº 71 por exemplo, outra opção se adoptara.

Trata-se de um dos edifícios que Bigaglia projectou para JUST 61
 a Av. Duque d'Ávila nestes anos, precisamente em 1906 para
 António Pereira de Matos. Segundo o projecto apenso ao pedi-
 do de construção, ~~trata-se de uma~~ moradia, também de r/c e

12 andar, apresentava uma referência de gosto que, mais eclética do que a anterior, participava contudo no mesmo universo de citação academizante, filtrada pelas práticas e aditamentos empíricos de muitos anos de utilização dos mesmos modelos. O construtor responsável era João Rogrigues Sebolla que encontramos com a mesma função no sumptuoso palacete com o nº18 da Ressano Garcia ou no nº1 da mesma Avenida. Embora o processo de obra nenhum outro projecto apresente, sabemos pela Construção Moderna(116) que houve uma significativa alteração. Decidindo construir mais um andar, constituindo um fogo independente, o proprietário confiou a nova realização a Nicola Bigaglia que, conservando a organização morfológica do r/c, em que se salienta um arco abatido falsamente apoiado lateralmente em dois pares de pequenas colunas, submete toda a fachada a um gosto mais liberto da citação de escola, imprimindo-lhe a sua inconfundível maneira: na distribuição dos vãos que se encurtam, miniaturizando de certo modo toda a composição, decorada na cimalha com os habituais motivos de fechos verticais aqui ecleticamente interligados em pequenos frontões. O resultado era mais um produto dessa ambígua tipologia de prédio-moradia de que encontramos diversas manifestações na Avenida Ressano Garcia, traduzindo de outro modo as hesitações de uma burguesia endinheirada, tentada pelo investimento imobiliário mas incapaz de o transformar ainda numa simples e medíocre máquina de rentabilização como faziam já a maioria dos construtores civis.

A mesma situação é manifesta também nos nºs 42 e 46 da mesma Avenida, ainda de N. Bigaglia. Construídos em 1904 e 1905 para Marcelino Augusto Branco, eram dois pequenos prédios-moradia, de r/c e 12 andar, constituindo fogos independentes, onde o arquitecto misturava, num ecletismo fácil e de agrado certo, pobres referências arte nova - no recorte dos vidros, nos motivos florais que ornamentavam as molduras inferiores das janelas do 12 andar, no próprio recorte dessas molduras - com os frisos de azulejo de gosto tradicional, o conjunto mergulhando aliás numa certa ingenuidade espontânea de composição que todavia não chegava para equilibrar a pobreza manifesta de todo o programa. Ilustr. 62

Finalmente, na Avenida Praia da Vitória, tornejando para a Praça do Saldanha, Norte Júnior projecta já em 1910, para Nuno Pereira de Oliveira o que pode ser considerado um mode- Ilustr. 63

lo de gosto intermédio entre a sugestão do palacete e as modestas vivendas de Bigaglia que citámos, todavia penetradas de citações de moda, que, mais do que qualquer delas, será o veículo fundamental da expressão mais sociológica que arquitectónica das hesitações da burguesia lisboeta entre o luxo e o recato modesto que, de modo idêntico, se manifestavam também tanto na ordem económica como na cultural. Com o tempo esse modelo envolverá para réplicas cada vez mais pobres e modestas, mas aqui trata-se ainda de uma curiosa fusão, muito própria do génio volúvel e certo do arquitecto, entre a ostentação deliberada das moradias que edificara na Ressano Garcia e a sua proposta inicial, algo juvenil e sensivelmente pensada em termos do proprietário, que fora a casa Malhoa. Das primeiras possuía o luxo das cantarias monumentalizadas em dois frontões coroando os corpos laterais e a entrada abrindo-se entre uma curta coluna profusamente decorada de grinaldas e máscaras, citações ecléticas de escola que o homem prático que Norte Júnior se ia tornando tende a olhar com crescente sobranceria. Mas as proporções gerais, a organização das massas em volumetrias de simplicidade elegante, o átrio de entrada abrindo-se por um portão de ferro forjado, material também profusamente utilizado nas varandas e no coroamento da cimalha, os frisos de azulejos, um certo amaneiramento grácil na distribuição dos vãos e na diversidade das suas molduras, davam à moradia um evidente ar de família com a casa Malhoa de que deve ser considerada uma variante, mais urbana e impessoalizada.

Melo Matos que a analisa na Arquitectura Portuguesa (117) evoca "o lápis(...) ao sabor da fantasia, traçando arcos de volta abatida que soube combinar com rígidas padieiras e arcarias de volta inteira, geminadas todas. Os balcões de sacada assentando em encachorramentos e a variedade das ornamentações nos extremos do edifício mostram a pujança imaginativa do artista". A arquitectura era isto. Esse toque fácil e rápido, as colunas, os fechos, os estuques lavrados, misturados sempre numa composição original, algo brincada que trazia "assim àquela praça tão deserta, quanto vasta a obra inconfundível de quem não quer subordinar-se à burocracia". Ao contrário do palacete nº73 da Duque d'Ávila ou dos que começavam a pontuar a Cinco de Outubro, a opção pelo tradicionalismo dava lugar à citação displicente do que a escola legara, numa exi-

bição de luxo mais imediato, acessível aos sonhos de todos os novos ricos recém chegados, projecto de nivelamento que Norte Júnior soube incomparavelmente organizar.

Já antes, em 1908, o mesmo architecto realizara nº 20 da Visconde Valmor, ao lado do palacete que Terra três anos antes projectara, uma moradia para Constantino Quadrio de Carvalho que era uma variante pobre dos seus projectos mais afeiçoados e que, por isso mesmo, procurava provar que a obra de architecto era compatível com todos os orçamentos. Trata-se de um vasto edifício que curiosamente funde a volumetria tradicional do pequeno prédio lisboeta pesada e compacta, articulada apenas pelo ritmo das aberturas, pelas estreitas varandas de ferro forjado e, eventualmente, as faixas de azulejos, com um corpo lateral onde a atenção do architecto se concentra, dominado pelo arco redondo da varanda do 1º andar, pretensamente de peso neoromânico mas de facto meramente decorativo, impressão que a moldura em estuque claramente reforça. O coroamento deste corpo, por um frontão em linha quebrada centralizado pela mal inserida decoração floral de gosto academiante, é ainda outro acrescento que nada tem a ver com o resto, provocando uma desagradável articulação com a pobreza excessiva das águas furtadas. Obra evidentemente menor, no catálogo já vasto de variantes que Norte Júnior ia compondo, ela mereceu contudo, tanto como as anteriores, os elogios rasgados de A Construção Moderna e de A Architectura Portuguesa (118). O palacete cedia aqui ainda à citação do prédio modesto, deixando perceber quanto era afinal a sólida construção civil de prática tradicional e estética empírica o verdadeiro ali-cerce desta architectura que lhe colava depois a marca de um luxo de época, aqui modesto e disconforme, na atitude abusiva de toda a cidade que ia entendendo e vivendo a civilização como um toque superficial de adereço sobre os corpos rígidos e antigos em que não sabiam introduzir a flexibilidade.

Assim Norte Júnior ia impondo a moda. E os discípulos começam a surgir. O principal foi Fernando Soares que realiza em 1910, o nº 14 da Av. Praia da Vitória, pequena moradia articulada, como se vai tornando hábito em dois corpos, o menos extenso dos quias avança, destacando grandes janelas, mais vasta e ornamentada a do 1º andar, coroada de frontão. Este deslocamento do corpo nobre para um dos topos da construção, retirando-lhe a porta de entrada, é afinal a única inovação

destas fachadas, gesto superficial de quem pretende introduzir a displicência e uma certa liberdade em estruturas que permanecem incontestadas. A utilização das molduras, das grelhagens e dos frisos de azulejos de pobre sugestão arte nova comungam nessa mesma maneira de vulgarizar o que poderia considerar-se o vocabulário decorativo moderno. Todavia, a permanência do gosto pelas citações académicas, a insinuação de uma certa rusticidade, sobretudo a composição global, herdada directa das práticas tradicionais de edificação lisboeta, dotam de evidente modéstia estas moradias, onde o gosto Norte Júnior se cristaliza. Ser moderno é apenas um vago requebro do corpo que depressa se recompõe na disciplina geométrica do frontão e se espraia apenas no espaço breve e marginado das varandas e dos frisos de azulejos, eventualmente na riqueza emblemática de um vitral.

Destas mesmas referências participa o nº20 da Hintze Ribeiro de 1905, mandado edificar pela "Construtora Portuguesa de Amado & Santos", com plantas assinadas pelo arquitecto J. Santos que não voltaremos a encontrar: no 1º projecto, apenas com r/c e 1º andar, era talvez a sugestão de Bigaglia que predominava, no desenho em linhas oblíquas das sacadas do 1º andar que se insinuava também no recorte inferior do corpo central do r/c, numa apropriação bastante desajeitada do que era um gosto de moda pela diversidade das linhas de composição. Contudo esta tosca vontade de fazer moderno se era contrariada por toda a articulação volumétrica, mais evidentemente o foi ainda quando, no 2º projecto, se acrescentou um andar amansardado, onde a opção por uma maneira mais académica, introduzia um remate pesado e eclético num conjunto que quisera apostar na fragilidade sugestiva dos tempos modernos. JLWST. 66

Ainda em 1910, Fernando Soares constrói na Av. Júlio Dinis uma moradia para Guilherme Nicolau dos Santos que representa um outro modelo que pela primeira vez encontramos já que a casa de Lino de 1904 da Avenida Ressano Garcia era sobretudo a opção pela rusticidade que assumia. Por evidente exigência do encomendador, o construtor ultrapassa aqui o gosto ornamental que ingenuamente captara em divulgações muito secundárias do formulário arte nova, resituando-se na moda neoromânica - que é todavia quase só o desenho de alguns arcos inteiros envolvendo os janelões, lateralmente apoiados em colunas - esbatida numa apropriação "portuguesa", manifesta no movimento JLWST 67

dos telhados duplos e sobretudo nos beirais que se estendem à porta principal. Determinados pormenores, como as janelas geminadas do r/c ou a que lhe corresponde no 1º andar, com uma marcação de colunas verticais ou ainda as molduras salientes em segmento de círculo de outras janelas, são fragmentos de um certo entendimento do renascimento português que se tornará, sobretudo no resultado nobilitado do solar seiscentista ou setecentista, outra componente de importância crescente nesta procura arqueológica do estilo nacional. E embora já desde os começos do século a questão viesse a ser ventilada e quase todos os arquitectos que temos encontrado - com a excepção clara de Ventura Terra - tivessem já apresentado projectos mais ou menos fantasiosos de "casas portuguesas" que bebiam todos nos desenhos iniciais de Raul Lino, só a partir de 1910 o formulário se generalizará, em concretizações mais ou menos conseguidas. Encontraremos algumas delas precisamente no período seguinte, bem aclimatadas na ambiência de um certo retorno às origens que a República quis ser, em termos sociais e ideológicos.

A par destas moradias mais elaboradas, outras mais modestas se continuavam a edificar, que eram ainda apropriações simplificadas do palacete urbano oitocentista - é o caso, por exemplo do nº35 da Hintze Ribeiro, de que foi construtor responsável Zacharias Gomes de Lima, em 1909. A modéstia assumida do programa dispensa o emblema nobilitante habitual, constituído pela porta central formando conjunto com a janela de sacada do 1º andar e o frontão para adoptar a entrada lateral e o ritmo simples dos vãos que apenas a varanda recortada do 1º andar dinamiza. Assim se provava, neste final da 1ª década de construção nas Avenidas Novas, quanto, apesar de todas as divulgações engenhosas de Bigaglia e depois Norte Júnior e mesmo Fernando Soares, apoiadas e incentivadas pela crítica empírica das revistas da especialidade, muitos continuavam a preferir a imagem modesta, securizante e tradicional de habitação de qualidade que o século anterior legara à cidade.

Definitivamente abandonada como modelo hipotético para as Avenidas Novas estava a tipologia Chalet de que existe todavia um bom exemplo no nº21 da Duque d'Ávila construído pelo conceituado Frederico Augusto Ribeiro para Librada Garcia, num local próximo da ligação da velha estrada de Arroios com a do Arco do Cego, fora evidentemente da malha ortogonal das

Avenidas Novas. A sugestão de subúrbio do seu corpo lateral erguido em imagem ingénua de torreão que o telhado de quatro águas coroava se estava ali certo, não convinha evidentemente à cidade nova que os eléctricos haviam permitido nascer.

Se na edificação de moradias se assiste nestas Avenidas a uma tal diversidade de propostas, sob o denominador comum de empobrecimento dos modelos que encontrámos na Ressano Garcia, os prédios de rendimento são, mais claramente, apenas variantes mais pobres do gosto tradicional que o nº46 da Av. Ressano Garcia particularmente ilustrava. Aliás é o construtor desse edifício, Joaquim Francisco Tojal, que encontramos, nestes anos, na Av. Duque d'Ávila como responsável pela maioria dos prédios edificadas, em que se salienta os nºs 63-69, ILUST. 70 tornejando para a Pinto Coelho, o 79 e o 131, respectivamente ILUST. 71 de 1910, 1905 e 1908. De uns para os outros, a diversidade 72 dos recursos decorativos é quase inexistente: de facto, a maior riqueza das molduras e fechos de algumas janelas do 79 ou os pequenos círculos centrais que pontuam os andares do 131, não criam nenhuma diferenciação significativa nestas fachadas ritmadas sobriamente pelas varandas de ferro forjado, a habitual distribuição dos vãos, o recorte das cimalkas em desornamentados frontões, as faixas de azulejos que dificilmente dinamizam esses vastos corpos, onde um certo predomínio do anonimato tende a instalar-se. Todavia, ao contrário do que irá acontecer no período seguinte, a sua construção obedece ainda a padrões tradicionais de qualidade que, sem recorrer a uma racional organização dos espaços internos nem a modernos materiais, garante uma dignidade de utência e mesmo de organização das fachadas que asperações de "gaioleiros" que estão na forja dificilmente manterão.

Aqui, mais do que nos programas menos rígidos das moradias, se revela quanto este início de século deve em arquitectura tudo aos anteriores, situação que foi, aliás, imprimindo às Avenidas o cunho lisboeta, mediano quando não francamente pobre, manifesto por exemplo no vasto gaveto da António M. Avellar com a Duque d'Ávila, construído em 1906, onde o ILUST. 13 objectivo rendimento se multiplica em módulos, deixando presenciar um estreito viver que apenas a proximidade de algumas moradias gratificava. As traseiras, por outro lado, garantiam a vida activa, monotonamente quotidiana que o espaço acumulado dos logradouros, o ferro das marquises e das escadas de

serviço enquadravam. Contudo, a cidade não se transplantava com a facilidade oportunistas que os promotores pretendiam de modo que estes prédios modestos, de três andares, perdendo as ruas estreitas e acidentadas que pela Lisboa velha lhe constituíam o chão, emudeciam sem expressão, nesses imensos cruzamentos onde nenhuma animação urbana existia ainda.

Mas o movimento anunciava-se imparável e a actividade dos principais construtores começa a alastrar: J.F. Tojal, além dos prédios que referimos, constroí em 1910, outro vasto gaveto entre a Pinto Coelho e a Praia da Vitória, com uma organização morfológica praticamente igual às anteriores, o que tem certamente que ver com o facto de serem os mesmos proprietários, dois irmãos Lopes Paiva, que lhe encomendam tanto os nºs 18 como o 28 da Pinto Coelho e aliás também a moradia com o nº 79 da Duque d'Ávila. ILUST. 74

De construção e organização de fachadas ainda muito semelhantes a estes eram, por exemplo, os nºs 20 e 23 da Av. J. Crisóstomo de 1905 e 1908, o 16 da Av. Hintze Ribeiro de 1904, o 18 e 28 da Visconde Valmor de 1908 e 1910, estes construídos ambos para Domingos Serzedello, o 37 da Av. Pinto Coelho com requintadas molduras nos vãos geminados dos corpos laterais e ainda o notável 61 da António M. Avellar de 1905-06, que apresenta como elemento diferenciador um refinado conjunto de entrada principal, com a porta ladeada por duas pequenas janelas de arcos redondos. Encomendas directas ou não, a finalidade de rendimento é o denominador comum de todos estes edifícios em que uma afirmada planimetria da fachada, acentuada pelas molduras das cimalhas, pelas estreitas volumetrias das varandas e pelos frisos de azulejos, se referencia a um padrão de gosto normalizado, posto em moda em meados do século anterior. ILUST. 75
76
77
78
79
80
81

Todavia, entre o desenho cuidado e firme do ^{arquitecto} ~~engenheiro~~ das Obras Públicas Rafael da Silva Castro que é autor do 25 da Visconde Valmor e possivelmente também do 18 do mesmo proprietário, ou do nº 61 da António M. Avellar de que é responsável o conceituado construtor civil G.F. Baracho e o nº 20 da J. Crisóstomo, empobrecido nos emolduramentos, uma diferença se presente que a construção verifica: efectivamente, este último prédio de que foi construtor J. Joaquim Luís Guerra, activo promotor que actua nestes anos a par de António Luís Guerra, certamente seu irmão, parece ser o mais antigo prédio das Avenidas Novas a apresentar sintomas precoces de ruína. Logo em

1906, quando o prédio está ainda em construção, são pedidas alterações, acompanhadas por um sumaríssimo e confuso desenho sobre a planta, que deixam transparecer, com muita evidência má qualidade e desonestidade: "cobrir parte dum pátio, transformar uma porta em fresta, substituir duas dispensas por armários e suprimir um retrete". Por isso, a vistoria em 1926 pôde confirmar "insuficiência das fundações na empena que o separa do nº22(...) esta empena afundou-se(...) provocando a quebra das vergas das janelas mais próximas, desníveis nos pavimentos, deepreendimento de alguns azulejos que revestem a frontaria(...)", conjunto de observações que se vão tornar quase um formulário, abrangendo quarteirões inteiros. O mesmo construtor, ainda neste período, constroia além dos nºs 76 e 86 da Av.Barbosa du Bocage, o nº38 da Visconde Valmor que, logo em 1923, exige também consolidação dos alicerces. Contudo o nº22 da Av.Praia da Vitória de que foi também o responsável em 1910, amplo prédio tornejando para a Pinto Coelho, apresenta uma qualidade muito superior e mesmo uma volumetria bem valorizada pelo ritmo do emolduramento das cimalthas eo recorte das janelas de sacada geminadas do gaveto. JLUSF. 82

A par destes prédios, onde a função de rendimento era claramente assumida, edificaram-se também, nestas Avenidas, alguns que cabem na tipologia híbrida de prédio-moradia. Repare-se, por exemplo, que entre a moradia com o nº35 da Hintze Ribeiro e o pequeno prédio da mesma Avenida com o nº24-34 JLUSF. 83 também de 1909 ou o 31 da Visconde Valmor de 1904, não existe JLUSF. 84 qualquer diferença significativa de volumetria nem de organização morfológica. Apenas as duas portas laterais, em vez de uma, asseguram as entradas autônomas para os diferentes fogos. Todavia, mais do que nos normalizados prédios de rendimento com três ou quatro andares, assiste-se nestes a uma deliberada vontade de diferenciação que traduzindo-se num apuramento mais cuidado das molduras dos vãos ~~em~~, na utilização de pequenas pontuações decorativas ou num original recorte da cimaltha, visam sempre criar, a quem habita e a quem olha, um sentimento de distanciação em relação à cidade repetida e anônima que a toda a volta irá crescendo.

4. As Avenidas Novas: 1911-1920

4.1. A Avenida da República

Como anteriormente referimos, ao contrário do que acontece nas restantes Avenidas, a edificação na Avenida da República decorre sobretudo no primeiro período, o que talvez seja a razão fundamental para que, neste segundo, encontremos maior número de obras que são encomendas directas e por isso mesmo mais cuidadas. Como veremos, a contrapartida desta situação é a intensa actividade dos construtores civis em todas as outras Avenidas. Em suma, mais ainda do que até 1910, ou pelo menos de modo mais deliberado, a Av. da República distingue-se como a grande fachada de que todos os quarteirões envolventes são quase só as traseiras.

Contudo, alguns prédios de rendimento sempre ocupações de ostentação se constroem ainda: logo em 1911, o nº8, em ILUST 85 vasto gaveto para a Duque d'Ávila, cuja volumetria se articula bem com o nº79 desta Avenida que anteriormente analisámos, (ILUST 74) os nºs 53 e 55 de 1912, propriedade do activo construtor Domingos Serzedello que encontrámos já nas Avenidas laterais ILUST 86 construindo prédios praticamente iguais e, nos quarteirões acima do Campo Pequeno, já no final do período, os nºs 76 de 1920, 92, 94, 96 de 1919, finalmente o 106 de 1919-20. Trata- ILUST 87 93 -se evidentemente de um conjunto heterogénio mas que se articula com as variantes que já encontrámos, desde a mais sóbria, herdeira da vulgarização feita por desenhadores da Câmara do vocabulário academizante e executada com rigor artesanal como acontece com o nº8 e o 53, àquela que vimos surgir das mãos dos primeiros gaioleiros, escondendo uma real quebra de qualidade de construção sob uma colagem decorativa, cujo percurso podemos seguir do nº94 ao 76, passando pelo 106, numa linha ascendente de procura de efeito sobre uma estrutura que lhes é comum.

Protótipo exemplar deste gosto ostentatório é o nº15, edificado tardiamente em 1919, quando toda essa faixa da Avenida estava já construída e que se celebraria dez anos mais tarde quando a pastelaria de luxo "Versailles" se instalou no r/c. O proprietário inicial foi João Antunes Lopes, cons- ILUST 89

trutor civil tomarense, segundo o opúsculo de Filius Populi, e o construtor responsável foi José Thomás de Sousa que, nas restantes Avenidas, muitas vezes encontraremos, quase sempre em prédios de semelhante pendor decorativo, vulgarizações de modelos que nos parecem pertencer a Norte Júnior e que têm o seu centro irradiador no nº206-218 da Avenida da Liberdade de 1915 e o melhor conjunto na Duque d'Ávila. O objectivo é destruir a planimetria da fachada, introduzindo-lhe com vigor a modulação volumétrica, numa articulação mais ou menos conseguida das bow-windows com a linha recortada das varandas, sendo o conjunto ainda adensado pelo uso abundante de grinaldas, capiteis, colunas, fechos e molduragens pesadas, forros de cantaria que, neste edifício, como em tantos outros, são quase só imitações em estuque.

Que a mão de architecto não tenha passado por aqui é admissível, atendendo ao desacerto evidente na articulação de numerosos elementos, de que é particularmente característico o mirrado torreão, quase escondido por detrás da grande janela de águas furtadas, e que nem sequer chega a possuir o efeito nobilitante que evidentemente se pretendia. Todavia, este e outros prédios, embora não evidenciem senão os nomes do construtor e do proprietário, são certamente desenhos ^{seus} do próprio Norte Júnior ou de Edmundo Tavares, quer de desenhadores ou condutores de obras que utilizam modelos correntes e publicados para criar, a partir deles, algumas variantes que, por sua vez, poderão ser de novo alteradas no decurso das obras, deixando transparecer um dinamismo curioso que, sem grande qualidade, vai criando um tipo de prédio de rendimento rico que tardará a morrer, anos 20 a dentro, quando a mutação radical dos meios tecnológicos e outras modas vierem impôr um novo gosto.

O centro imagético de prédios como este não está todavia nas mãos do architecto ou do construtor. São o estucador e o canteiro os verdadeiros autores destas fachadas, onde deliberadamente parece instalar-se o horror ao vazio e se multiplicam os emblemas ingênuos de ostentação, numa progressão complexa onde a marca da intervenção artesanal, criando efeitos novos a partir de uma gramática relativamente estereotipada, é o elemento valorativo fundamental. Existe aliás em algumas inesperadas volumetrias de pñomenor uma certa energia de massas que, se não chegam para transfigurar toda a composição,

incutem momentaneamente a sensação de que a decoração poderia provocar, nos seus cruzados percursos, o próprio eclodir do dinamismo arquitectónico.

Sintoma evidente de que neste período, na Av. da República, se tende a impôr uma arquitectura mais cuidada, embora continuem a não existir directrizes globais, é o que acontece com o nº37. O projecto inicial de 1917 é de um edifício modesto de r/c para padaria, com composição elementar e sem qualquer valorização decorativa que José Alexandre Soares, arquitecto da Câmara, não aprova "visto a sua execução numa Avenida de tal importância, não ser permitida" (119). Um segundo projecto é apresentado no ano seguinte, mantendo o vasto edifício de r/c mas nobilitando-o pelo forro em cantaria e pela porta, abrindo-se num vasto arco coroadado de ~~uma~~ retórica janela de águas furtadas integrada num frontão. A padaria deve ter existido com esta fachada mas, em 1919, é pedida a ampliação. Neste 3º projecto, a especialização comercial desapareceu mantendo-se embora o r/c de lojas, e o edifício apresenta dois pavimentos. Em 1920, nova ampliação é feita: trata-se então já de um vasto prédio com quatro andares, cúpula lateral e um corpo tornejante nobilitado por uma composição ritmada pelas molduras das janelas. Quando ainda decorrem obras, em 1922, nova alteração é proposta que corresponde ao projecto definitivo só concluído em 1924: vasto prédio com 5 andares, de grande qualidade de construção e uma discreta fachada, em que a elegante porta principal e o conjunto de portas de lojas do r/c são o único vestígio do 2º projecto de 1918, nada tendo restado do modesto 1º.

Um pouco já fora de moda por não recorrer aos brilhos fáceis e quase sempre falsos da ornamentação e articulação volumétrica em voga, trata-se contudo de um dos mais notáveis prédios de rendimento da AV. da República que, menos feliz no frontão que coroa o corpo de ângulo, consegue valorizar a fachada plana, herdada do prédio de rendimento lisboeta que o pombalino promovera, através do ritmo despojado da alternância das janelas e das varandas de diversa extensão, das pilstras adossadas isolando os corpos de topo e o central e das molduras horizontais que criam leves áreas de sombra, articulando-se com a cobertura de ardósia do último andar. O requinte discreto da porta principal, cujo desenho existia

JLVSF. 90

já no nº46 da mesma Avenida de 1906, é um eco do que acaba- (ILUST. 15A)
 va por ficar de uma superficial moda arte nova e as marquises
 traseiras, totalmente em ferro e vidro, casando-se bem com
 o ferro do caramanchão e do terraço sobre os anexos, são pro-
 va rigorosa da mestria que a utilização deste material conhe-
 ceu na época, relegado embora para utilizações menos nobres
 e aliás poucas vezes revestindo a qualidade que aqui exhibe,
 excepcional e felizmente bem conservada. O mesmo se deve di-
 zer da magnífica porta de acesso à área residencial, com cer-
 teza das mais belas realizações do ferro neste período já a-
 vançado e que, ao contrário do que é usual acontecer, é ain-
 da valorizada pela despojada moldura de cantaria que a envol-
 ve.

O proprietário do prédio na sua última versão é Alberto
 Graça e o construtor, que substituiu José da Silva responsá-
 vel pelos primeiros projectos, é José Rodrigues Martinho que
 encontraremos construindo prédios de qualidade sempre menor.
 É possível que, na altura do último projecto, tenha existido
 a intervenção de um arquitecto que o processo de obra não in-
 dica mas a verdade é que, mais uma vez, a qualidade é devida
 sobretudo à existência ainda de um escol notável de operários ,
 muito próximos da prática artesanal que, desde que dirigidos
 para essa finalidade - e por isso o elemento decisivo é evi-
 dentemente a encomenda - eram capazes de realizar um edifício
 que garantia a riqueza não tanto pela inovação arquitectóni-
 ca mas precisamente por essa discreta e securizante qualida-
 de de construção que, em sentido contrário à voga do tempo,
 vinha sobretudo de dentro para fora.

Contudo, é a presença de arquitectos que é determinante
 quando se trata de criar modelos. Na genealogia do prédio de
 rendimento que vemos multiplicar-se a partir dos anos de guer-
 ra, apontámos, como centro irradiador o nº206 da Av. da Li-
 berdade de Norte Júnior. Propositadamente calámos o nº23 da 1105. 94
 Av. da República, construído entre 1911-13 por Miguel Noguei-
 ra que, pela sua excepcionalidade, não vai conhecer réplicas
 directas mas constituiu certamente padrão de referência pa-
 ra os desenhadores e construtores civis, sempre à procura de
 novos adornos para cobrirem as fachadas.

Como a Arquitectura Portuguesa e A Construção Moderna então
 repetiram(120), trata-se de "uma construção em que as grandes
 massas predominam(...)lembrando talvez pela sobriedade das

suas linhas, a moderna arquitectura alemã". De facto este notável prédio é talvez a única obra em Lisboa que olha a arte nova não pelas divulgações francesas, sobretudo de revistas, mas através de exemplos mais depurados que tanto na Alemanha como na Áustria então se produziam e em que a inovação passa tanto pela clarificação e valorização dos volumes como por um gosto decorativo mais arquitectónico, sublinhando em vez de esconder ou amaneirar a originalidade da composição. Particularmente significativas e inovadoras são então as breves linhas verticais gravadas que articulam as janelas do 3º piso enquanto as composições vegetais, sublinhando interiormente os grandes arcos que ligam o 1º e o 2º andar são, pela sua pesada volumetria, quase elementos arquitectónicos mais do que decorativos, acentuando a forte modulação de luz. E se as bow-windows do prédio de Norte Júnior da Av. da Liberdade se hão-de fragilizar pelas janelas laterais e pelo rendilhado dos suportes, as de Miguel Nogueira valorizam as massas, torneando-as em aresta viva. Quanto às águas furtadas, revestidas em ardósia num toque de exotismo que, mais uma vez, aponta as referências utilizadas pelo arquitecto, representam, com os coroamentos destacados do corpo central e de ângulo, uma ultrapassagem extremamente original do quase vício em que se havia transformado a utilização do frontão. Também os desenhos dos ferros forjados dos peitoris, varandas e portões muito depurado e geometrizarante, já em sugestão artes decorativas, é uma das primeiras manifestações do novo gosto que só nos finais dos anos 20 se havia de implantar, embora as grelhagens da cave e, nas varandas, a introdução do ornato vegetalista, sugira a maneira arte nova que o arquitecto, activamente eclético, nunca abandonará, como as suas realizações mais modestas testemunham. Assim, em termos de fachada, o prédio de Miguel Nogueira apresenta não só grande originalidade mas sobretudo um vincado tom cosmopolita que ultrapassa sem complexos e com legítima vontade de diferenciação, os padrões lisboetas habituais, entretecidos entre as influências de dois ou três arquitectos e as suas inúmeras réplicas, deixando transparecer uma maneira de estar muito rara na cultura portuguesa em que a aculturação dos modelos exógenos sempre predominou (121). Contudo, quer no processo construtivo assegurado por Francisco

Tojal, quer na organização interna do espaço, o prédio é muito menos inovador, utilizando os materiais e técnicas ~~modernas~~ ^{modernas} oitocentistas ainda vigentes e organizando o espaço dos andares numa multiplicidade de compartimentos que subdividem provincialmente entre si as amplas aberturas sobre as fachadas. Nesta, como noutras áreas, a apreensão da modernidade ia-se fazendo mais como uma legítima vontade de alguns, que por serem portugueses não queriam deixar de ser europeus, do que dum sentido desejo de inventar novos espaços de vida.

No final do período que estamos analisando, constroem-se ainda dois importantes prédios na Av. da República que diversamente apontam já as linhas mais inovadoras do desenvolvimento da arquitectura em Lisboa. O primeiro é o nº93, construído JLST. 92 em 1919, segundo projecto de Edmundo Tavares (122), num amplo gaveto sobre a António Serpa, de que foi proprietário inicial o construtor João Manuel dos Santos Faria, incluído, no opúsculo de Filius Populi, no vasto grupo dos tomarenses e que a partir destes anos, será figura de destaque em algumas das mais interessantes edificações das Avenidas Novas. O nome de Edmundo Tavares surpreende-nos mais por, nos anos seguintes, o encontrarmos quase totalmente dedicado à divulgação da moradia à portuguesa, aliás em coerência com os trabalhos que, em fim de curso, apresentara em 1915 na S.N.B.A. (123) mas devemos admiti-lo em fase passageira da sua carreira, exemplificada também no conjunto de esboços que sob o adequado título de "Arquitectura esquiçada" o nº5 de A Arquitectura Portuguesa de Maio de 1919, precisamente lhe dedica.

Trata-se de um projecto eminentemente eclético, filiando-se em modelos internacionais, abundantemente divulgados nas revistas estrangeiras que chegavam a Lisboa. Os elementos de ostentação a que recorre - as pequenas varandas em redondel, sustentadas por bases de gomos, a composição da fachada numa espécie de retícula organizada sobre a altura em que as janelas de sacada sem vergas se inserem, a organização do corpo de ângulo, coroado de cúpula e dinamizado por pilastras adossadas com uma decoração que vimos anunciar-se em 1913 no prédio de Miguel Nogueira mas que aqui aparece mais claramente em tipificação artes decorativas, a moldura em segmentos de círculo que ritma o 3º andar, são outros tantos elementos inovadores, oriundos de um vocabulário formal muito distanciado já do vitalismo de referência arte nova que nos mesmos anos

se manifesta no conjunto de prédios da Av. Duque d'Ávila, que a seguir analisaremos, mas longe igualmente do gosto algo expressionista, pelo realce das grandes massas, que o prédio de Miguel Nogueira representava. Aqui, apesar da superabundância decorativa, tudo aponta para a simplificação formal e para uma nova valorização da parede que o uso do betão irá evidentemente determinar. De facto, no corpo principal do prédio, delimitado pela moldura que pontua o 3º andar, a fachada é gerada pelo módulo que é a janela inserida na malha da retícula e os ritmos obtidos resultam da repetição e não da alternância ou do desnivelamento. Sobre esta composição extremamente simplificada, os elementos de ostentação são numerosos: era ainda - e nos países que produzem os modelos não é diferente - a crença ingénua de que o novo mundo aceitaria aliar-se com o antigo. Nos anos 20, tempo de transição e de cruel medição de forças, ainda é assim que acontece. Em Lisboa, nestes anos particularmente favoráveis à ascensão dos novos ricos da guerra que exigem sobre si, como sobre as suas casas, marcas visíveis do seu triunfo, é a eles que convém estes prédios de uma época de transição mas que se erguiam ainda com a aparente garantia de que nada ia mudar.

O último prédio deste período edificado na Av. da República, o nº49 construído entre 1920-22 por Pardal Monteiro para Luís Rau, clarifica melhor, pelo seu menor ecletismo, as virtualidades do prédio anterior.

Ilust. 93

É um notável edifício tão novo em Lisboa como fora, sete anos antes, o de Nogueira, que utiliza com hábil contenção todo o formulário artes decorativas para melhor valorizar a adopção do ritmo de repetição que gera a fachada. Com a estranha liberdade então ainda possível a quem abre os olhos para os novos materiais com as mãos formadas pela escola tradicional, os elementos simbólicos a que recorre misturam, no novo vocabulário geometrizzante, numerosas citações clássicas e, da recente euforia arte nova, resta ainda um horror ao vazio e um gosto natural por uma certa ocultação que moldam nesta fachada, que contém já os germens da normalização internacionalista, ainda um enquadramento de viver intimista e pessoalizado. É contudo evidente que os valores decorativos que dinamizam a composição se submetem a uma disciplina que os restringe a determinadas marcações de superfície, enquanto os elementos mais especificamente arquitectónicos, como seja o

desenho dos vãos ou os corpos das pilastras, são ritmados sobretudo pela força contida das arestas vivas, torneadas em profundidade, numa exibição volumétrica que, embora diluída num conjunto predominantemente amável, indica já o caminho de futuros despojamentos.

Todavia, numa área onde o número de moradias era bastante elevado, é evidente que eram estas que continuavam idealmente a corresponder a um modo de viver privilegiado e, nesta tipologia, os modelos de Norte Júnior permanecem ainda nestes anos sem contestação.

Logo em 1911, Fernando Soares, que já anteriormente encontramos, constroi ao lado do prédio nº42, projectado em 1909 por Norte Júnior, uma moradia para o mesmo proprietário J.L. Vinagre, contigua também à da Viscondessa de Valmor de Ventura Terra. Em termos de gosto, é muito semelhante à que o mesmo construtor no ano anterior edificara na Júlio Dinis: de novo aqui encontramos, fundidos num ecletismo fácil, citações de várias modas decorativas do início do século subordinadas à "maneira portuguesa" que, do aparelho rústico do cunhal, à utilização dos beirais, do recorte do frontão aos frisos de azulejos ou à entrada nobre por um portão, se reduz a um formulário decorativo. Ao lado do empenhado sentido urbano da casa de Terra, as insuficiências de Fernando Soares são mais evidentes: falta-lhe dignidade e dimensão e o portuguesismo de referência sai diminuído quando comparado com a sóbria utilização dos azulejos ou com a notável distribuição das varandas em que Ventura Terra recria, com discreto carinho, motivos de arquitectura tradicional. Sobretudo, a casa de F. Soares é quase só uma fachada, tudo o que tem a mostrar é exibido sobre a rua sem mistério, enquanto a de Terra se esconde com grande sentido de privacidade, deixando-nos contudo perceber a vida que lhe corre dentro.

É também esse sentimento, simultaneamente convidativo e distanciador que nos sugere a segunda casa de Raul Lino, edificada na Av. da República. Ao contrário do que acontecia com a de Joaquim Ferreira, esta, projectada para Elisa Vaz em 1913, possui elevado teor urbano e, quando comparada com as versões de casa portuguesa que vão conhecendo grande voga, permite perceber quanto é equívoco atribuir a Raul Lino a sua paternidade. Nas poucas casas que realizou em Lisboa, nenhuma

Ilust. 94

Ilust. 95

se limita a trãns^vpôr a organização de volumes e a articulação de valores decorativos qua apresentam, aliãs com grande diversidade, os seus projectos pensados em termos de subúrbio ou plenamente inseridos na natureza. Se o nº64 da Av. da República possuía uma certa rusticidade, inseria-a contudo numa volumetria capaz de suportar sem amesquinamento o confronto com a rua e recusava essa fachada excessivamente amável, em termos de gosto comum, ritmando as aberturas e as varandas com um sentido de espacialidade interior que falãva^t completamente às variantes de Fernando Soares ou outros. Aliãs, essa era uma das casas menos significativas que Lino então projectou mas se recorrermos à que realiza logo em 1902 para Ribeiro Ferreira na Fontes Pereira de Melo, encontramos precisamente uma notável pr^oposta de palacete urbano, sóbrio e requintado, que só com o de Terra da Av. da República, poder ser comparado.

A casa que agora analisamos, sem recorrer a soluções decorativas, desenvolve a relação com o gaveto em que se insere, em termos de utência urbana, simultaneamente funcional e protectora: sem querer bordar ou ilustrar as margens das Avenidas, sem querer também espantar o transeunte com alarde de poder ou de imaginação, a casa afirma o direito à apropriação humana da cidade, respeitando-lhe contudo a essencialidade das grandes redes viárias. Lino não pretende adoçar essa dupla função da cidade, nem aliãs esconder os desencantos que o homem urbano lá há-de encontrar, ou seja não se rende nem ao mito do cosmopolitismo nem à vertigem das perspectivas. Cautelosamente prefere propôr um reduto, em que a funcionalidade e a clareza dos acessos e das aberturas não oculta as manchas de sombra que só interiormente podem ser iluminadas. E, em todo este diálogo com a grande artéria da cidade nova, Lino fala arquitectonicamente: a volumetria que as fachadas assumem com vigor é ritmada apenas pelas estreitas pilastras adossadas unificando o espaço gerador das janelas que se repetem sem outra variante que não seja a alternância do módulo isolado com o geminado. As molduras, que superiormente sublinham as pilastras, articulam-se num ritmo sincopado que dimaniza toda a composição e é enriquecido pela introdução pontuada da linha dos alegretes e das esquadrias interrompidas das janelas, impondo um sentido dominante de horizontalidade que remete para a vegetação, para o muro e para a rua aqui funcionando como chão. E, se a verticalidade das pilastras, o pró-

prido designo alongado das janelas e as colunas que apoiam os alpendres, contrariam essa deliberada opção, o conjunto assume as linhas divergentes que o geram e lhe enriquecem o confronto com a rua.

Todavia, nesta época, nas Avenidas Novas, os tempos duros que se viviam eram favoráveis a outro tipo de opções arquitectónicas. Se exceptuarmos a discreta moradia que, em 1917, o arquitecto Victor Bastos ~~projecta para Maria Guadalupe~~ projec- ILUST. 96 ta para Luís Rau, que virá a ser em 1920 também proprietário do prédio nº49 projectado por Pardal Monteiro, caracterizada por um gosto classizante em que se impõe a qualidade e a delicadeza do trabalho das cantarias, recuperando com outra descrição, as referências do palacete nº18 de 1906, características deste período, em termos de habitação de luxo, são as pomposas residências com o selo Norte Júnior.

A primeira, o nº81 de 1914 é contudo uma das mais modestas ILUST. 97 que realizou mas, logo em 1916, projecta para Maria Guadalupe 98 Fernandes Mera o nº85 em gaveto com a Júlio Dinis, utilizando como modelo fundamental o nº778 de 1908 que engrandece com mais (ILUST. 38) um andar e maior ostentação das janelas que se alargam e centralizam em si focos decorativos de grinaldas, colunas, vergas e molduras recortadas, embora a moradia na esquina para a Av. de Berna possuísse uma modulação de volumes mais rica e uma variedade mais empenhada de soluções decorativas. Entre uma e outra destas moradias, Norte Júnior, além do prédio da Av. da Liberdade em que se observa já essa evolução para o acentuar da carga decorativa, realizara também outra, em 1914 na Fontes Pereira de Melo, em que o enriquecimento dos seus primeiros modelos está já adquirido, conduzindo a uma diluição visual das massas e da articulação volumétrica, em favor de um gosto excessivo pela multiplicação dos ornatos, acumulando-se em composições picturais.

No entanto este nº85, se tem em comum com essa a sobreposição dos ornatos, constitui um programa muito mais pobre onde a decoração tem um efeito de colagem. Mas aos olhos do lisboeta, a cúpula coroada de agulhas, a multiplicação de janelas nobres, o corpo florido de ângulo eram símbolos bastantes de poder e de diferença. A arquitectura que em breve se tornaria, com a revolução dos materiais, instrumento fundamental de nivelamento social, era por enquanto ainda fala ingênua discursando vontade de exotismos.

No quarteirão em que se erguia a casa de Lino de 1913, surge em 1917, no extremo oposto, tornejando para a Av. Barbosa du Bocage, uma réplica da nova moradia de Norte Júnior, projectada por J. Paiva Diniz, realizada pelo construtor Artur José Nobre e de que foi proprietário inicial o mesmo João dos Santos Faria que, dois anos depois, aparece também como encomendador do prédio nº93.

Apenas com r/c e 1º andar, portanto de menores dimensões que a de Norte Júnior, distingue-se dela também pelo menor fervor decorativo que traduz não qualquer outro entendimento da composição, mas apenas um programa mais pobre. Falta-lhe o brilho concentrado das cantarias, a diversidade do recorte das vergas, as mísulas e os fechos de grandes dimensões, mas há como que uma frustração implícita por tudo isso lá não estar. Como símbolos de grandeza existem contudo o coroamento do corpo de ângulo com duas volutas ladeando um grande fecho central, ornamentado com motivos de estuque, e, sobre ele, uma bojuda cúpula com pináculo e ainda os telhados de quatro águas com cobertura em ardósia que engrandecem os corpos laterais, já destacados da fachada por uma marcação vertical em aparelho rústico. O conjunto alarga-se no gaveto numa desmultiplicação de motivos, excessivamente simétricos para o partido eclético adoptado, sem a capacidade de unificação que Norte Júnior imprimia às suas realizações, deixando assim perceber a distância qualitativa que ia dos modelos às réplicas.

Em termos sociológicos, porém, os únicos em que afinal vale a pena analisar esta arquitectura, a moradia de Santos Faria é tão reveladora das insuficiências e fragilidades da sociedade lisboeta que se deleita com estas edificações como a de Norte Júnior que lhe procura atribuir um estatuto de cosmopolitismo, dificilmente convincente. Há na modesta repetição das vergas das janelas, na estreiteza das varandas, nas desajeitadas molduras com marcação em cantaria, no humilde trabalho de ferro do portão - quando comparado com o que a casa de N. Júnior apresenta - um retraimento quase espontâneo à grandeza, como se encomendador e projectista soubessem estar a talhar um fato em que nenhum deles se ia sentir bem. O novo grupo dos ricos da guerra que habitará casas como estas, se teve coragem para enriquecer, depressa desejará voltar ao caminho íntegro da moralidade e contenção. Outros modelos arquitectónicos procurará então.

Encontramos ainda outra réplica do mesmo modelo: o nº84, nou- JL05T. 100
tro gaveto, neste caso sobre a Rua José Carlos dos Santos,
construída em 1918 para Alberto Pedroso Lima e de que foi
construtor responsável José Francisco Pires. Trata-se de um
modelo muito sóbrio, assumindo com maior dignidade do que a
moradia anterior a modéstia do programa. O desenho das jane-
las mais tradicional ilude a pobreza dos emolduramentos, suge-
rindo uma assumida discrição que o corpo de ângulo ~~embalava~~
~~que~~ desmente, colado a uma volumetria global que dele não
precisava. Cede-se então aos elementos ostentatórios com uma
ingenuidade maior do que na casa de Santos Faria: o corpo no-
bilitado pelo aparato de cantarias que do r/c se colam às do
1º andar, procurando criar assim essa mancha de brilho deco-
rativo que só Norte Júnior, servindo talvez encomendadores
de maiores meios, sabia resolver, coroado por cúpula com a-
gulha, que funcionava nos exemplos anteriores apenas como zo-
na privilegiada e luxuosa de grandes janelões com varandas,
adquire aqui outra funcionalidade ao abrir-se em porta princi-
pal. Ou seja, o luxo que os grupos sociais em ascensão procu-
ram servir à maneira aristocrata, sem o transformar em utência,
é aqui gostosamente apropriado: de facto, se a moradia tinha
aquele acrescento burguês, pôr aí a porta não era a melhor
maneira de o valorizar, e afinal de o gozar? Juízo semelhante
pode ser feito a propósito da garagem, anexo que se começa
então a divulgar, habitualmente recuado no interior do jardim,
mas que aparece aqui colado à fachada, numa exibição ingênua
de grandeza.

O modelo de casa à Norte Júnior conhece ainda variações
mais pobres, que, aliás, encontraremos mais numerosas nas outras
Avenidas. É o caso do nº82, pequena moradia, extremamente mo- JL05T. 101
desta, edificada em 1920 pelo construtor Costa Pinto do Amaral,
em que o tom da moda se limita apenas a um colado frontão que
mais acentua a elementariedade do programa. Contudo, a facha-
da lateral aproveita o próprio vão do telhado para simular
com ele um outro frontão com estilizado motivo decorativo em
que um certo sabor artes decorativas é já perceptível.

Todavia, como inicialmente referimos, situações destas
tornam-se raras na Av. da República, então mais claramente vo-
cacionada para programas de outra grandeza. Vimos também que
a grandeza lisboeta, quando expressa em casas, nestes anos
finais da República, elabora-se de contraditórios e frágeis
fios.

4.2. As Avenidas paralelas e incidentes

Ao contrário do que acontece na Avenida da República em que, no 2º período cronológico que delimitámos, não se altera significativamente em relação ao primeiro, a proporção entre o número de prédios e de moradias, nas restantes Avenidas essa proporção desnivela-se claramente com a subida em flecha da construção de prédios. Assim, na Cinco de Outubro, se até 1910, se construíram apenas 4 prédios, no período que agora analisamos constroem-se pelo menos 25 enquanto o número de moradias decresce de 12 para 8, estimativa que é também proporcionalmente válida para a Duque d'Ávila. Nas restantes Avenidas, consequência da divisão do primitivo loteamento, o número de prédios sobe muito mais, tornando quase insignificante o de moradias: cerca de 35 para 9 na João Crisóstomo, enquanto na Visconde Valmor, depois da moradia de 1908 de Norte Júnior, parece que nenhuma outra se construiu. Nas Avenidas onde praticamente não há edificação antes de 1910, na Elias Garcia e na Barbosa du Bocage e onde agora activamente se constroi a relação é idêntica, o mesmo sucedendo na Defensores de Chaves onde é sobretudo no período seguinte que a construção toma verdadeiro incremento.

É portanto na evolução da tipologia de prédio de rendimento que podemos captar os valores estéticos desta nova área, agora claramente integrada no mercado da especulação imobiliária da cidade. O reduzido número de moradias construídas atestava o triunfo irreversível deste sentido de desenvolvimento. Contudo, na época, essa linha inflexível que ia já determinando o futuro, não era ainda perceptível para todos e entaladas em quarteirões quase totalmente preenchidos por prédios ou espraçando-se nos gavetos que restavam disponíveis, algumas moradias continuavam a surgir.

Na Av. Cinco de Outubro logo em 1911, vemos surgir no nº24, o característico esquema da construção quase simultânea e em lotes sucessivos de prédio e moradia para o mesmo proprietário. Como referimos já, este esquema corresponde a um rendimento muito relativo dadas as pequenas dimensões dos prédios e veicula uma certa preocupação estética, aqui assumida por projectos de Miguel Nogueira, executados para o mesmo José

Malheiros Nogueira para quem realizou, também nesse ano, o notável nº23 da Av. da República.

A moradia, como afirma o articulista de A Arquitectura Portuguesa que a analisa (124) é um bom exemplar dessa "arquitectura ligeira, alegre" que, na sua opinião, é feita para agradar a todos ao contrário da "arquitectura severa, rígida que só agradava aos mestres". Mais adiante, utilizará o verbo "brincar" para qualificar o trabalho do arquitecto sobre o corpo da fachada principal, voltada para a Avenida Cinco de Outubro. Estamos de facto longe do gosto pela modelação de volumes que encontramos no prédio da Av. da República e da opção estética aí feita pela simplificação decorativa e sua submissão à predominância expressiva das massas. Todavia, dentro dessa arquitectura "ligeira, alegre" que de Bigaglia passara para Norte Júnior, esta casa de Miguel Nogueira possui inegável qualidade tanto pelo elegante desenho global como, sobretudo, pelo gosto requintado dos pormenores: o desenho dos vidros, a decoração floral dos estuques, a sobriedade das colunas que dividem as janelas, o recorte do janelão sobre a porta principal, o belíssimo trabalho dos ferros forjados, consagram uma maneira de tratar a fachada como se de um arranjo decorativo de interiores se tratasse. Inst. 102

No prédio contíguo à moradia, já na Rua das Picoas, de novo o arquitecto se distancia de qualquer empenho pela modelação das massas, parecendo pelo contrário apostado na valorização da planimetria da fachada, como que jogando aqui num empenhamento tradicionalista através da utilização activa das composições de azulejo e do ferro forjado que das varandas se corresponde com a grelhagem que coroa a cimalha plana. Trata-se de facto de um típico prédio lisboeta, dentro evidentemente de um padrão de qualidade: das práticas correntes entre os construtores civis de escola, recolheu Miguel Nogueira a volumetria global, jogando sobretudo na horizontalidade a força plástica de uma fachada, plenamente aberta à luz, ritmada pelas aberturas e o corpo das varandas e decorada a ferro forjado e a azulejo. Da sua mão eclética introduziu-lhe as originais molduras da porta e do andar principal onde há um sabor artes decorativas evidente também nas dimensões alongadas dos fechos. Enquanto o esvoaçar das linhas da decoração floral em azulejo é ainda uma citação arte nova. Inst. 103

Nestes anos fundamentalmente ecléticos, em que a permanência dos processos construtivos e o carácter quase invariável

vel da organização da espacialidade interna, incentivam os jogos das fachadas, continua todavia a desenvolver-se, sobretudo na Cinco de Outubro, um tipo de palacete urbano que vimos surgir em 1906 no nº52. Dentro do mesmo gosto, constroem-se agora o 36, 42 e o 66 em 1913, o 69 ~~em~~ data indeterminada mas certamente na mesma época e, na João Crisóstomo, o nº29 também em 1913. Deste conjunto extremamente homogêneo e em cujos pressupostos já nos detivemos, rigorosamente só conhecemos o autor da última que foi publicada na Construção Moderna (125). É o mesmo arquitecto Jorge Pereira Leite, muito naturalmente autor também das restantes. (ILUST. 55) ILUST. 104 105 106 107 108

No entanto, o gosto por modelos classizantes que estas moradias veiculam não cria evidentemente nenhuma norma: o nº70 - cujo processo de obra incompleto não nos permite datá-lo com rigor - opta por uma fachada em que os vocabulários decorativos correntes se cruzam numa procura deliberada de diferença patente nas pequenas e raras varandas abauladas em ferro forjado, no torneado das molduras dos vãos e no bem ritmado friso que separa os andares. Apesar do gosto decorativo pormenorizado há uma contenção em sentido contrário à prática ilusionista e pictural de Norte Júnior, deixando transparecer a via que um certo Miguel Nogueira e, mais claramente, Pardal Monteiro apontavam. ILUST. 109

Quase em frente desta moradia, do outro lado da Avenida, o nº83, edificado em 1912, era o gosto português que defendia através do jogo dos beirais que se prolongavam em citação mais rústica no alpendre da pequena janela do r/c. O registo de azulejos sobre a porta de entrada, os caixilhos dos vidros desenhados em retícula, o nicho no ângulo do 1º andar com a imagem de um santo veiculam uma maneira que já estava catalogada, onde o grande janelão do r/c de referência pobre ao passado neoromânico era um gesto eclético que a decoração de gosto mais tradicional absorvia sem grandes discrepâncias. Projecto de João José de Azevedo que não voltaremos a encontrar, integrava-se, sem dúvida nem rasgo, na produção de Fernando Soares que vimos manifestar-se na Av. da República ou na Júlio Dinis. ILUST. 110

Finalmente, já quase no topo da Avenida, na esquina para a Júlio Dinis, voltamos a encontrar a maneira de Norte Júnior nestes anos, executada pelo construtor Augusto Alves Mineiro para Manuel Henrique Barata que é também proprietário de al- ILUST. 111

guns prédios neste quarteirão e no seguinte. O primeiro projecto de 1918 apresenta, num desenho global que remete para citações morfológicas habituais - os frontões recortados, a diversidade das molduras dos vãos, os grandes janelões sob arco redondo - uma série espantosa de incongruências a par de uma assustadora procura de efeito que nos permite, pela 1ª vez antever a que resultados desastrosos podia conduzir uma moda nas mãos de desenhadores improvisados, que nos anos finais da década actuam com completa impunidade. No ano seguinte é apresentado um novo projecto que, se corrige um ou outro pormenor - por exemplo o desenho incompreensível dos vãos das varandas do 1º andar - mantém o character rebuscado do conjunto. Sintomática é a análise crítica do architecto do 3º Bairro que se limita a mandar retirar o frontão central que fora acrescentado no 2º projecto (126) o que, aliás, como era habitual, não foi feito. A liberdade de actuação dos promotores imobiliários conduzia à aliança com construtores civis que pouco tinham que ver com os dignos homens de escola e ofício que haviam garantido a uma architectura sempre apenas mediana ou mesmo francamente pobre o chão firme de uma construção de qualidade. Esta moradia, pelo espanto da sua pretensão, toda banhada em oportunismo e ignorância, é já uma introdução ao reinado dos gaioleiros.

Nas restantes Avenidas, em faixas progressivamente dominadas por fiadas compactas de prédios, surgem algumas moradias, quase sempre muito modestas. Assim acontece com os nºs 65, 67 e 71 da João Crisóstomo de 1913-14, o 42 e o 163 da Miguel Bombarda, respectivamente de 1913 e 1912, o 34 da Visconde Valmor de 1914, o 83 da Elias Garcia de 1913, obedecendo a programas elementares dentro de um saber empírico tradicional, mais ou menos penetrado, em termos de decoração das fachadas, de certos elementos de moda.

Entre os nºs 74 e 83 da Av. Elias Garcia, respectivamente de 1912 e 1913, situados no mesmo quarteirão, quase em frente um do outro, não existe de facto qualquer diferença significativa em termos de construção, de organização espacial interna e de volumetria exterior. Contudo, em termos de rua e sobretudo de gosto dos moradores, é considerável a diferença entre uma opção de fachada anónima, empobrecedora de quem vive e de quem olha e outra em que se manifesta ingénua vontade de par-

ILUST. 112
113

ILUST. 114
115

ticipação numa corrente epocal, selando-a com as iniciais próprias.

Significativamente é a segunda proposta que orienta o gosto da maioria dos promotores ou das encomendas directas. O formulário eclético que vimos generalizar-se entre arquitectos e construtores civis, é então apropriado segundo variantes mínimas: uma certa sugestão de chalet pela utilização de um telhado de quatro águas, no nº5 da Miguel Bombarda de 1917 ILUST. 116 que, curiosamente, existe também, com outro rigor e outro peso urbano, no nº21 da Av. Praia da Vitória de 1915 que é possivelmente desenho do arquitecto Ernesto Korrodi; uma citação mudejar pelos arcos de ferradura inserindo-se em modesta volumetria no nº40 da João Crisóstomo de 1913; mais frequentemente uma apropriação geral estereotipada dos modelos mais simples que o atelier de Norte Júnior abundantemente divulgava, como no 42 da mesma Avenida de 1917. Menos vulgar, mas igualmente elementar é o nº157 da Av. Miguel Bombarda de 1912 ILUST. 117 que abdica das qualidades habituais da fachada, substituindo-a por uma série discreta de elegantes vãos que mal deixam adivinhar o movimento do interior. ILUST. 118

O conjunto mais significativo porém encontra-se na Duque d'Ávila, no último quarteirão após a Avenida Marquês de Tomar. Trata-se de três moradias, os nºs 60, 62 e 64, construídos em 1919 por Alfredo de Carvalho que, nestes finais de anos 10, encontramos também como construtor responsável de curiosos prédios nesta Avenida e na Cinco de Outubro, e que foram propriedade inicial de construtores civis, destinadas portanto à venda. A mais importante é o nº60 que torneja para a Marquês de Tomar, verdadeira réplica do nº85 da Avenida da República que Norte Júnior projectara três anos antes, na articulação dos corpos, distribuição dos vãos, coroamento em cúpula, utilização de frisos de azulejos mas que acentua a carga ostentatória recorrendo à cobertura em cantaria simulada, às também falsas pilastras, a um segundo frontão, aos frisos substituindo as molduras na marcação dos andares, da cimalha e das bases de algumas janelas, ao uso abundante de colunas, ao óculo amansardado aberto na cúpula, aos coroamentos em ferro forjado que percorrem o telhado e se erguem em varandim sobre a cimalha. Tal como acontecia no nº84 da Avenida da República, a entrada principal abre-se também no corpo nobre e não lateralmente como no modelo de Norte Júnior. ILUST. 119
(ILUST. 96)
(ILUST. 100)

Os nos seguintes são variantes menos grandiosas mas utilizam os mesmos elementos decorativos visando, por efeito de acumulação, provocar a mesma imagem de grandiosidade, arquitectura e diferença e são indiscutivelmente manifestações habéis de uma moda que pretendia dotar a cidade de uma retórica de luxo. 51057. 122
413

Quem será o autor dos desenhos destas fachadas? Sendo pouco verosímil que se trate de Norte Júnior que nestes anos começa sistematicamente a assinar os seus projectos, a hipótese mais provável parece-nos ser o architecto Edmundo Tavares que no já citado artigo da Arquitectura Portuguesa de 1919 faz publicar um esboceto de "um prédio em construção na Av. Marquês de Tomar" que, não coincidindo propriamente com o nº60, dele muito se aproxima sobretudo na organização do corpo de ângulo. Aliás o facto de o construtor responsável ser Alfredo de Carvalho que encontramos com a mesma função no prédio nº26 também da Duque d'Ávila e que é da autoria deste architecto, reforça ainda essa hipótese de atribuição que permite considerar este architecto, nestes anos, o mais activo discípulo de Norte Júnior embora trabalhando quase só com construtores civis o que talvez justifique a falta de nomeada que envolveu o seu nome, enquanto Norte Júnior, mais ligado à encomenda particular, continuou a ser considerado o architecto da moda. 51057. 124

No início dos anos 20 esta "arquitectura esquiçada", "feita rapidamente, obedecendo a uma inspiração imediata, acentuada e forte" vivia, nas Avenidas Novas, um momento crepuscular de triunfo que os architectos da nova geração, que era também a de Edmundo Tavares, se preparavam para definitivamente pôr em causa. Quem preferia, à opção pela modernidade, o confronto com a "velha guarda", vivia então uma glória rápida. Talvez por isso as suas fachadas fossem publicadas "às cabazadas".!

Na Avenida Elias Garcia, Norte Júnior projecta o nº54 em 1918 para António Mira, pedreiro de profissão e, bem dentro do espírito destes anos, ela é a realização mais eclética de quantas encontrámos nas Avenidas Novas assinadas por este architecto, fundindo num tom apoteótico um motivo de torreão que, pelo lanternim, as grelhagens em ferro forjado e as estreitas janelas geminadas, sugere uma citação rurali- 51057. 125
425 A

(na Arquitectura Portuguesa, Maio, 1919)

zante com um estreito corpo que se ergue à altura do primeiro, formando um frontão recortado que se abre em duas longas frestas geminadas e é coroado também com um lanternim. Entre estes dois corpos, um terceiro, com a fachada integralmente preenchida pelo conjunto de dois grandes janelões, coroados superiormente por um pássaro esvoaçante e, inferiormente, por uma máscara masculina. Ainda pináculos e uma guarita, erguida como vigília.

Norte Júnior que até agora recorrera ou a um fácil e elegante desenho ou à sugestão, ao mesmo tempo pesada e fluida de um grande luxo cosmopolita, rende-se aqui à teatralidade. Num cena naturalista que traz tudo para o palco. Todavia, nos encontros inesperados de tantas peças desnecessárias, atinge-se uma tonalidade perversa de surreal que se pressente ser sintoma do esgotamento de uma composição de artifício que aqui atinge praticamente o limite, embora a força inerte do gosto da moda continue ainda durante quase dez anos a exigir torreões, aberturas triunfais e janelas em arcaria que Norte Júnior, até ao limite da procura, nunca deixará de produzir.

Mas se a fase final de um ecletismo de referência neo-românica, arte nova, ruralizante ou exótica, no pano de fundo de uma sintaxe que era aprendida na Escola de Belas Artes de Paris, se exprime aqui em apoteose, noutras moradias deste período encontramo-la sob forma de transição para os novos padrões de moda.

O nº123 da Elias Garcia, projectado em 1918 para Simões Silva se apresenta a volumetria característica das vivendas anteriores, articulada pela malha densa e ostensiva das abundantes molduras dos vãos e da cimalha, organizando a fachada nos três corpos habituais e coroando-a ainda de cúpula, tendendo para um endurecimento e geometrização das linhas que abandonam os meneios de elementar referência arte nova por um gosto novo de valorização da clareza dos contornos. Esta evolução para uma moda penetrada de citações artes decorativas, que encontrámos já nos prédios do final desta década na Av. da República, estende-se também aos ferros forjados das varandas e dos portões que rapidamente substituem os desenhos graceis, algo vitalistas nas suas sugestões florais ou animalistas, por grelhagens simplificadas com elementos básicos de uma gramática geométrica. Significativo ainda desta mutação de padrões de moda é a alteração realizada logo em 1920, con-

JLWST 126

JLWST 126A

sistindo na eliminação da cúpula, símbolo ingênuo de vontade de ostentação que em breve vai parecer excessivo.

A mesma evolução de gosto é visível na moradia seguinte, ILUST. 121 o nº129, tornejando para a Av. Marquês de Tomar de 1919 com maior modéstia de programa que corresponde a um modelo tipificado de fazer moradia a partir de uma estrutura volumétrica absolutamente tradicional: a utilização de molduras articulando um certo ritmo dos vãos, a decoração da cimalha, os frisos de azulejos eram o bastante para permitir a estas vivendas poderem ser consideradas parentes, embora pobres, dos modelos que se alargavam noutra capacidade de exprimir a riqueza e o luxo. Todavia, comparando-a com o igualmente modesto nº83 (ILUST. 115) que já citámos, podemos aperceber-nos da penetração da nova gramática decorativa que corresponde afinal a um outro conceito de elegância que, ao ondulante, prefere sugestão crua do rectilíneo e que ao mundo natural, impõe a modulação geométrica.

Também na Avenida Duque d'Ávila, no nº171-175 de 1919, ILUST. 128 com uma composição de fachada eclética, onde à volumetria mais tradicional, centralizando-se num espaço rectangular, se acrescentava, sobre a linha maciçamente emoldurada da cimalha, um coroamento em três frontões, envolvendo as águas furtadas também em pesadas molduras, encontramos o mesmo sentido de evolução para o despojamento ornamental, contrariado contudo pela desajeitada rigidez do conjunto que os abundantes registos de azulejos de composição tradicional mais ajudavam a dispersar.

Na Avenida Defensores de Chaves, nº51, observa-se idêntico percurso. Embora a primeira construção seja de 1908, quando a moradia se compunha apenas de r/c, foi a ampliação realizada em 1916 que lhe deu a expressão global em que predomina, sobretudo no movimento quebrado dos frontões, certo gosto pela geometrização das linhas que exibem, sem disfarces curvilíneos, as fundamentais articulações. Também o conjunto das molduras em arco de círculo das janelas de sacada manifestam essa mesma secura que antecede o seu desaparecimento, quando o gosto artes decorativas de facto se instala.

Todavia, se esta mutação de gosto que se anuncia tende a sobrepôr-se como modelo exclusivo ao longo dos anos 20, neste final de década o seu predomínio ainda não está assegurado e uma certa liberdade eclética estimula a prática da di-

ferença, nas margens curtas que a moda à Norte Júnior deixava ainda livres. Estamos então no domínio restrito da encomenda privada e da intervenção dos architectos que, ao contrário de Edmundo Tavares, não conseguiram ou não quiseram disputar ao architecto da moda a supremacia nos meios da construção civil. Como repetidamente temos verificado, trata-se de uma fácil liberdade jogando na decoração da fachada, mais raramente na articulação dos volumes, a diferença que a irreponsabilidade em relação à construção, realizada em moldes tradicionais, lhes permitia. Contudo, por este gosto quase moribundo de dar cara às casas, sobrevivia um conceito de individualidade que, se não podia construir a cidade, evocava um tempo definitivamente ultrapassado, que afinal nunca existiu senão no imaginário perigosamente solitário de alguns românticos, onde cada um podia edificar a casa dos seus sonhos.

Citemos em primeiro lugar o nº6 da Júlio Dinis que faz conjunto com o nº10. O construtor é o mesmo Fernando Soares e os proprietários são irmãos. O primeiro projecto, ainda de 1910, propunha-se uma fachada dentro do padrão dominante de moda em que a sugestão cosmopolita das janelas, arcarias e colunas se atenuava pela articulação de volumes que, contraditoriamente, pareciam apontar um modelo de chalet com torreão central. Eram habituais, mesmo em Norte Júnior estas hesitações ou jogos de dois sentidos, que afinal bem expressam as próprias contradições dos moradores e do sítio: cidadãos e cidade recente, penetrados de memória de campo.

O mais curioso é a alteração para o segundo projecto de 1912, feito em colaboração estrita com o proprietário Francisco Nicolau dos Santos. Do modelo híbrido, em que as citações decorativas se filiam contudo numa divulgação de escola, transita-se para outro que, mais coerentemente, é capaz de exprimir as suas contradições. De facto, a "casa portuguesa" que substitui o modelo eclético, transforma em estilo a hesitação entre o urbano e o rural, fundindo-os numa estranha unidade, indiscutivelmente urbana - pelo gosto arqueológico de citação como, sobretudo, pela visão idílica e amável do campo que veicula e que só cidadina podia ser - mas que elege, como norma moral protectora dos vícios e perigos que a cidade comporta, os valores rurais.

As citações múltiplas: o gótico popular nas janelas de ângulo e na decoração das vergas superiores das janelas do

1º andar, o classicismo no pequeno frontão triangular sob o recorte da cimalha e nas janelas sob arcaria no r/c, o barroco na moldura da janela vizinha, o pombalino no recorte duplo dos telhados, o ruralismo nos beirais e ainda o ecletismo que conserva os arcos da entrada principal do 1º projecto, integram-se num todo harmonioso que, se provocava a unanimidade de apreço de quase todos, nunca conseguiu todavia impôr-se como alternativa ao gosto estrangeirado, via Paris, do modelo dominante. Ligado sempre à encomenda particular - nesta como na casa vizinha, no nº40 da Av. da República como no 83 da (JUST. 94) Cinza de Outubro - não o vemos implantar-se nos meios da construção civil e daí a raridade das suas manifestações. Pelo que se provava que, apesar de todas as cruzadas dos críticos, a rede ortogonal das Avenidas, a presença securizante e emblemática dos eléctricos, as grandes perspectivas abertas veiculavam um tipo de ocupação do solo eminentemente especulativo que se casava mal com as exigências miúdas e artesanais do decorativismo da casa portuguesa. Do estilo eclético dos anos 10, preso a citações academizantes e penetrado de moda arte nova transitar-se-à para o novo gosto dos anos 20, afinal em consonância com as correntes europeias. Entre um e outro, o "estilo português" nunca passará de um ideal de poucos, que a vulgarização de Edmundo Tavares, de Fernando Soares ou mesmo de Lino nunca, nestes anos, conseguiram generalizar.

No entanto, em duas outras moradias deste período, uma na Defensores de Chaves, outra na Barbosa du Bocage, ainda voltamos a encontrar, com uma formulação muito eclética, referências a esse gosto português. A primeira foi construída em 1911 (JUST. 131) para residência própria do arquitecto António do Couto que elaborou o projecto: a fachada sobre a Av. Defensores de Chaves apresenta uma volumetria muito simples, curiosamente próxima, nas suas articulações fundamentais, das moradias mais simples que temos encontrado: porta principal central, ladeada por uma janela de cada lado, inseridas no espaço rectangular tradicional, individualizando-se contudo pela nobilitação espantosa da entrada que, além da grande bandeira, é ainda coroada por um desproporcionado arco que interrompe a cimalha, constituindo o conjunto uma acentuação excessiva de emblemas que a volumetria da fachada de modo nenhum comporta. Trata-se evidentemente de um desenho ingénuo que evoca algumas desajeitadas intervenções de construtores civis mas tam-

bém, por exemplo, a casa de Norte Júnior da ^{É a casa} ~~Barbosa da Rosa~~ (Ilust. 125) que analisámos, obrigando-nos a concluir que esta arquitectura de fachadas, mais do que remeter para saberes específicos e mais ou menos eruditos, se caldeia num gosto comum que é o de uma recente burguesia nem sequer muito endinheirada que folheava as revistas francesas da época e se procurava rodear, no mobiliário como no vestuário, na ambiência dos cafés como nos cerimoniais de salão e, evidentemente no rosto da sua casa, de numerosos, acumulados e díspares sinais concretos do luxo e da diferença, como se adivinhasse já que o grande desenvolvimento das cidades, que mal se vislumbra, viria a atirar para o espaço indiferenciado de uma cidadania menor.

No entanto a casa de António do Couto não se limitava a esta fachada inverosímil. O movimento característico do telhado e a janela de águas furtadas apontavam outro desenvolvimento que se esclarece na fachada posterior que manifesta esse sabor português em ritmos de simplicidade risonha, jogando os valores do pequenino e despretencioso, casa de brincar quase com uma guarita ao fundo do jardim, um telhado de quatro águas grácil sobre o jardim de inverno e uma grande chaminé de onde ~~de onde~~ sairá sempre o tranquilo fumo do lar. De modo muito mais primário do que na moradia da Júlio Dinis, a composição contraditória desse gosto, soldando mal o apelo do rústico com a vivência citadina, exhibe aqui a sua estrutura binária nunca resolvida: a fachada é urbana, as traseiras são rústicas, a pouca ambição e o apego à modéstia banham o todo: universo descentrado, margem de mundo onde viver é apenas estar.

Mais tarde, em 1927, António do Couto altera profundamente a sua casa. Descentra-lhe a entrada que deixa de ser tão tónica na composição geral, sobe-lhe um andar onde desenrola uma elegante colunata e substitui a cimalha por um inesperado remate em ameias. Incurável ingénuo, o arquitecto decorou ainda os tímpanos das janelas do 1º andar com minuciosos mosaicos orientalizantes. Assim, quando a arquitectura lisboeta atravessa um período decisivo de mutações, António do Couto continuava firmemente preso a uma maneira eclética onde os valores lúdicos eram sem receio assumidos, mesmo quando correspondiam, e é o caso, apenas a um imaginário mediano e eram arquitectonicamente expressos com saber e capacidade apenas medianos também. Contudo, a mediocridade global desta obra não

impede que ela seja extremamente sintomática: mesmo quando revelam maior qualidade, raramente os architectos portugueses foram capazes de se apaixonar pelos valores próprios do imaginário da cidade moderna, prontos quase sempre a refugiarem-se na Lisboa das colinas, a única que foi verdadeiramente amada.

Ao lado dessa moradia que António do Couto construiu para si próprio, foi edificado um ostensivo palacete eclético em 1917, muito próximo do gosto e das referências do núcleo que analisámos na Duque d'Ávila. Desconhecemos então o seu autor, sendo contudo de admitir que por detrás do encomendador Soeiro Santos e do construtor Costa Pinto do Amaral, pouco mais existisse do que um desenho global já que o primeiro projecto apresentado não apresentava quaisquer desenhos dos pormenores decorativos. Requeridos estes, o que é apresentado merece a Edmundo Tavares, que os aprecia enquanto "arquitecto do 2º bairro", o seguinte comentário: "Os detalhes apresentados tornam mais evidente as flagrantes desproporções do arranjo architectónico da fachada principal. Devem pois ser convenientemente estudados com um pouco de atenção pelas noções gerais de proporção e modénatura" (127). Como quase sempre acontece, nenhuma alteração foi feita então, mas em 1923, quando a casa pertence a Manuel de Rocha Mello, são feitas obras importantes, sobretudo em termos de enriquecimento dos interiores, dirigidas pelo vizinho architecto António do Couto.

É também deste architecto a moradia com o nº96 da Avenida Barbosa du Bocage, construída em 1919, que na Memória Descritiva afirmava dever servir "de habitação a dois inquilinos, possuindo cada um o seu jardim independente", esclarecendo ainda que "é feita em estilo renascença portuguesa" (128). De novo se manifesta aqui, embora com outro impacto, o gosto do architecto pela ornamentação miniaturizada que encontrámos nas traseiras da sua casa que representa uma das tendências mais pobres e menos imaginativas na prática do estilo português. A ausência de um pensamento em termos de utência real do objecto desenhado, criava evidentes óbices à sua utilização concreta. Daí que, logo em 1919, a fachada posterior tenha sido alterada, racionalizando-a por uma maior clarificação dos espaços e em 1949 é apresentado "um projecto de alteração da fachada Principal", afirmando-se na Memória Descritiva: "Retiram-se os motivos decorativos em massa que se encon-

tram quase totalmente deteriorados, os cunhais e pilastras em rústico substituem-se por cantarias de liós(...)e o vão duplo existente de vergas curvas é substituído por dois vãos guarnecidos a liós, o beirado ficará recto".

Evidentemente, este exemplo é paradigmático: muitas outras vivendas, cobertas de "trabalho de massa", viram, logo a partir dos anos 40, o seu corpo invadido pela exigência do conforto e da comodidade que haviam entretanto substituído, nos altares sociais, os decadentes deuses da teatralidade eclética.

Como salientámos é só a partir de 1910 que nas Avenidas se estabelece sem qualquer dúvida o predomínio do prédio de rendimento sobre as moradias, organizado em fiadas quase contínuas. Este grande surto de edificação pode ser exemplarmente seguido na Avenida Cinco de Outubro onde, nesta década, se edificam ou começam a edificar mais de 30 prédios que, aliás, se repartem muito irregularmente ao longo desse período, tendo claramente a concentrarem-se em dois subperíodos, 1913-14 e 1918-20. Anos particularmente difíceis estes, do início e do fim da Guerra, eles foram também naturalmente, especialmente propícios a essa liberdade escandalosa de que gozaram os construtores civis que, se já encontrámos como proprietários iniciais da maioria das moradias então construídas, no "negócio dos prédios" dominam totalmente, constituídos em pequenas e instáveis sociedades que a partir de 1920, quando se inicia uma mais séria actuação das vistorias camarárias, começam a conhecer falências sucessivas que conduzirão ao seu desaparecimento ou a reconversões mais cautelosas.

É aparentemente paradoxal que as Avenidas NOvas, projectadas para serem os novos bairros de luxo de Lisboa, se tenham tornado durante a República quase um feudo dos gaioleiros que aí ditavam as leis e onde esbarravam os mecanismos de fiscalização municipal facilmente corrompíveis. Não só fracassara o sonho de alguns em relação ao estabelecimento de padrões estéticos garantindo essa imagem de luxo civilizado que as grandes artérias, amplas, arborizadas e higiénicas, pareciam merecer, como a construção perdia alarmantemente qualidade, caminhando triunfalmente para a série de ruínas que lançaram o pânico na cidade nos anos iniciais de 20. Sabemos contudo que o paradoxo é quase só aparente. As Avenidas Novas foram ao mesmo tempo a realização de um projecto de grande qualidade ur-

ba, que se inseria numa imagem mais que secular de extensão da cidade e um sonho de negócio que possibilitaria ao Município enriquecer. Para pagar as Avenidas, a Câmara de Lisboa sempre contou com o dinheiro da venda dos terrenos. E porque as indemnizações foram muito mais caras do que o previsto, os lucros de exploração do Parque Eduardo VII nunca chegaram a existir nem grandes "sindicatos" promotores de novos bairros. Camões se constituíram, a Câmara teve de se apoiar nos construtores civis que, desde o início do século, começaram a descer de Tomar à capital. Apoiou-se neles, apoiando-os, evidentemente. Depois do Cinco de Outubro, a sua capacidade de actuação aumentou ainda, num contexto ideológico e social favorável, que a decisão de venda de lotes a prestações mais favoreceu. Nos anos de Guerra, a grande instabilidade política, a necessidade de garantir trabalho à construção civil, a carência de materiais de construção e, finalmente, o pulular de novos ricos, continuaram a garantir-lhes um triunfante reinado.

Finalmente, reduzira-se muito, nestes anos, o estímulo que o notável surto de actividade dos architectos no início do século constituíra. Morto Bigaglia logo em 1908 e Ventura Terra em 1919, reduzindo a sua actividade Álvaro Machado e enquistando-se Lino na convicção de que a moradia unifamiliar era a única solução positiva para a habitação humana, restava quase só Norte Júnior, o principal criador do gosto mais pretencioso dos novos bairros.

Precisamente, a redução da architectura ao trabalho final de maquilhagem foi truque que os construtores civis bem aprenderam. Não raro, as fachadas mais pomposas, com maior variedade de cantarias, frontões e vergas ornamentadas, foram das primeiras a ameaçar ruína. A voga dos gostos revivalistas de final do século XIX conduziu, numa divulgação fácil que o ritmo inteiramente novo de crescimento das cidades facilitava, à separação progressiva da architectura e da construção. Esta continuava quase só a utilizar os recursos de um saber artesanal e a architectura colava-lhe no corpo sem rosto a máscara da arte que, via Beaux-Arts, se ia sucessivamente enriquecendo, em múltiplas apropriações empíricas. Será preciso aguardar por mutações decisivas e generalizadas nos processos de construção para reencontrar architectura em Lisboa. Entretanto as Avenidas Novas tinham-se praticamente concluído.

Não foi porém totalmente passiva a atitude da Câmara em relação ao agravamento evidente da qualidade da construção e à impunidade de actuação dos mestres de obras. Mas foi também muitas vezes de conluio como, logo em 1907, se depreende da polémica que opôs a Comissão Administrativa a Ressano Garcia, enquanto chefe da 3ª Repartição, por este se ter recusado a inscrever um conjunto de mestres de obras - um dos quais Manuel Avelino da Rocha encontrámos extremamente activo na Ressano Garcia e Duque d'Ávila durante os primeiros anos de construção - e defender "terem diversos engenheiros afirmado que de 1885 a 1895 tinham exercido as funções de mestres de obras com competência indivíduos que de facto a não tinham exercido naquele período" (129). Nesse momento Ressano Garcia perdeu e os mestres de obras em causa, claramente protegidos pela Comissão Administrativa, foram inscritos, embora ele continuasse a defender que "os interessados não podiam ser registados por lhes faltarem os requisitos técnicos que a lei expressamente exige". São evidentes os pressupostos políticos deste conflito e quanto o engenheiro chefe da 3ª Repartição deixara de ser, nestes anos finais do Regime definitivamente desacreditado pela ditadura franquista, a figura respeitada e a autoridade incontestada em tudo quanto ao desenvolvimento da cidade se referisse. Apesar de alegar no seu Relatório "os múltiplos serviços que constam das actas, registos e arquivos municipais e que se traduzem na radical transformação que a cidade sofreu durante os 33 anos de exercício do meu cargo", a Comissão Administrativa aprovou o relatório de Mário Pinheiro Chagas em que se afirmava "não tem tido nem tem o mesmo chefe no seu lugar na Câmara a assiduidade que é de exigir num tal cargo isso certamente por muitos outros lugares que exerce e que exigem igual assiduidade" e se enumerava depois a vasta lista de todos eles. Ressano Garcia foi, em votação secreta da Comissão Administrativa, oficialmente demitido do seu cargo por o seu relatório não ser considerado satisfatório (130).

Só em 1913, a questão dos mestres de obras viria novamente a pôr-se, a propósito de um desmoronamento no Alto do Pina que causara a morte a alguns operários (131). Por proposta do vereador architecto Francisco Carlos Parente foi aprovada então uma proposta de postura sobre a apresentação técnica dos pedidos de construção mas, na prática, e a análise dos proces-

tos de obra assim o confirma, as Memórias Descritivas continuaram, até plenos anos 20, a ser um formulário estereotipado de normas que se escreviam de cor e que poucos cumpriam, tal como as plantas e os desenhos dos alçados eram maioritariamente de má qualidade e meramente esquemáticos, faltando-lhes toda a fundamentação técnica ou arquitectónica.

O mesmo vereador propôs ainda que se nomeasse uma comissão "para rever o livro de inscrições de mestres de obras" e que "com a máxima urgência sejam vistoriadas todas as construções existentes nesta cidade a fim de observar se os responsáveis cumprem integralmente as disposições do Regulamento de segurança dos operários em vigor", dando deste modo primazia ao factor humano o que era natural no rescaldo do desastre, mas que deixa também transparecer quanto a questão da qualidade da construção continuava a ser de facto iludida.

Aliás, não só por dificuldades concretas ou pela pressão que os meios da construção civil exerciam nas decisões camarárias, se actuava tão pouco. Continuava a ser opinião de quase todos, na Câmara como na Escola de Belas Artes, que fundamentalmente o que interessava à cidade eram as fachadas que se viam do exterior. Não se encontra nestes anos qualquer reflexão sobre os processos construtivos nem sobre a forma concreta de obstar ao sistemático não cumprimento das normas em vigor sobre a distribuição interna dos espaços, a espessura das paredes e a qualidade dos materiais, mas em Fevereiro de 1915, na sequência das propostas de Ventura Terra de 1908, aprovase a necessidade de impôr aos proprietários dos terrenos "como principal condição o grau arquitectónico das edificações a realizar" esclarecendo-se em seguida que ela se referia, evidentemente, à estética das fachadas". Os nulos resultados desta pretensão são em 1919 prosaicamente esclarecidos por Adães Bermudes a propósito da atribuição do Prémio Valmor de 1917(132): "Prestou a Comissão de Estética bons serviços ao princípio mas depois só era ouvida quando se pretendia que ela sancionasse coisas que o não podiam ser", e mais adiante: "Quanto à 4ª Repartição (Arquitectura) ela não pode opôr-se a que sejam construídas casas sem estética alguma porque não há leis que a Câmara dêem atribuições para isso. Em os prédios obedecerem ao que determinam os regulamentos legais, a repartição não tem autoridade para rejeitar os projectos a não ser que exorbite. Mas se possuindo as construções condições de

estabilidade, esgotos e outras disposições da lei, se a Câmara se opuser à sua edificação o proprietário podia recorrer para o Supremo Tribunal Administrativo ficando a Câmara em cheque".

O cerne da questão é que as construções não possuíam nem "as condições de estabilidade" nem "outras disposições" e o sistema de "esgotos" tal como as canalizações em geral eram de péssima qualidade. Inúmeras vezes se encontra nos processos de obra destes anos, apreciações do arquitecto José Alexandre Soares da 4ª Repartição sobre a composição das fachadas, formuladas com grande empirismo e reduzindo-as à existência ou não de frontão, às dimensões das janelas, ao desenho das vergas, aos pormenores decorativos em prédios que muitas vezes se encontravam em vias de desmoronamento.

Em 1919(133), são os próprios construtores civis, através da sua Associação de Classe, que pedem à Câmara "que não sejam autorizados os construtores diplomados a assinarem termos de responsabilidade de obras que não dirijam", diligência que é aprovada por proposta do vereador Ribeiro da Silva.

Todavia, é só em plenos anos 20 que a questão é debelada: em 1925 chegam a ser criadas "Comissões de fiscalização" por proposta do engenheiro Raul Caldeira de que fazem parte já arquitectos da nova geração como Cristino da Silva e Paulino Montês. Contudo, esses órgãos de excepção pouco actuaram já que em 1926 "todos os membros(das comissões de fiscalização e vistorias)tinham abandonado os seus serviços"(134) o que pressupõe o não entendimento previsível com os fiscais da Câmara. Haviam já também passado os anos de pânico e a construção civil entrava no processo de modernização imposto pelo betão. A época dos gaioleiros acabava assim por morte natural, depois de, durante uma década, ter imposto à cidade o seu modelo de prédio de rendimento, caracterizado globalmente com grande rigor pelo engenheiro Fernando Rodrigues Ferreira em 1973((135):

"Paredes exteriores de alvenaria de pedra mole com uma argamassa de cal e areia de traço bastante pobre e ainda outros aspectos alvenaria de tijolos.

"As divisórias interiores deixaram de ser feitas dentro das técnicas antigas criadas após o terramoto de 1755, para serem feitas com um esqueleto de prumos de madeira preenchidos com tábuas de costaneiro de madeira de pinho revestida com fassquiado, reboco e estuque.

"Os pavimentos eram construídos com vigamento de madeira de pinho sem atender às suas qualidades e com secção de meia quadra a maior parte das vezes(...). Sobre este vigamento applicava-se soalho de madeira e pinho. Para sanitários e cozinhas applicava-se directamente sobre o próprio soalho, o mosaico assente em cimento.

"Nesta época(...) deixou de haver a preparação de peças de madeira da estrutura que assentavam nas paredes e a necessária desinfecção para evitar o apodrecimento".

Era sobre estes corpos arcaicos, erguendo-se em quatro e cinco andares, qua assentavam as fachadas, em sucessivas variantes de gosto que não impedem, todavia, a sensação de monotonia e pobreza de quarteirões quase inteiros.

Nos anos iniciais, até cerca de 1915, predominam ainda os ritmos simples das superfícies percorridas pelas aberturas dos vãos, com vergas quase sempre rectas, ligeiramente arqueadas e sublinhadas de molduras em alguns conjuntos de janelas de sacada nobilitantes, pelas varandas rectangulares de ferro forjado com motivos florais, pelas molduras simples separando os andares e pelo movimento das cornijas erguendo-se em pequenos frontões, segundo os padrões de organização tradicional que os frisos de azulejos sublinham e que se encontra nas Avenidas Novas como em todas as zonas da cidade então construídas.

Se a sensação geral é de falta de imaginação, por vezes o ritmo mais elaborado na distribuição das aberturas, a simples alternância de vergas rectas e arqueadas, articulando-se com os corpos mais elegantes das varandas abauladas, a delicadeza cuidada das cantarias, introduzem, nestes conjuntos anónimos, uma nota de qualidade tradicional, cimentada empiricamente pela eficácia de práticas tradicionais, que dá a estas novas Avenidas um certo sentimento de pertença lisboeta, o que mais se acentua nas traseiras movimentadas pelos ritmos de ferro das marquises e escadas de serviço e pela vida activa das cozinhas e logradouros. Está neste caso, por exemplo, o nº74 de 1914 construído por Artur José Nobre para Felipe Felisberto.

Por vezes os lotes de gaveto eram também objecto de tratamento mais cuidado, que o nº112 de 1913, construído para Joaquim Francisco Florindo, exemplifica da forma mais simples: uma

JLUST. 134
135
136

JLUST. 134

JLUST. 136

concentração dos vãos geminados articulados, nas vergas superiores, por molduras de cantaria com fecho e coroados por um frontão, valorizando o motivo de decoração em azulejo que se encontra já em faixas nas marcações dos andares, possuindo o conjunto um ritmo elegante e uma eficácia dos pormenores decorativos que dinamizam a composição geral sem lhe esbater a simplicidade fundamental.

Todavia estas massas perdiam-se e amesquinhavam-se nos vastos e planos espaços em que se situavam, tanto mais que a subida do número de andares tende a desequilibrar a proporcionalidade global, sendo raras as soluções como a que encontramos no nº11, construído por Manuel Feliciano em 1914, em plano 139 que o espaço de gaveto, mais estreito do que é habitual pela angulação com a Rua Pinheiro Chagas, é originalmente aproveitado com um corpo de marquise em ferro e vidro o que, se não é solução muito dignificante, possui contudo um dinamismo algo transgressor ao implantar num espaço privilegiado um elemento de traseiras.

Assim, de um modo geral, os prédios deste início do segundo período, são medianos, com soluções sempre económicas mas possuem, pelo menos os melhores deles, uma certa dignidade por utilizarem ainda um vocabulário filtrado por uma existência mais que secular que se casa bem com a cidade. Aliás, noutras ruas onde então se constroí, por exemplo na Rua dos Açores, o prédio de rendimento adquire uma marca de urbanidade que nas Avenidas quase sempre lhe falta, jogando com maior proximidade com a luz e a vida que mais activa lhe cresce dentro e se anima na rua. Será essa talvez a grande insuficiência: transplantou-se o prédio das ruas lisboetas para as novas Avenidas silenciosas, áridas apesar das árvores, distantes das massas envolventes e securizantes da velha cidade, e eles, alimentados apenas por um chão que os olivais tão recentemente cobriam, não podiam senão adquirir uma imagem triste e muda de subúrbio, que o luxo próximo de alguma moradia mais agravava.

Na época reconhecia-se e deplorou-se este estatuto de menoridade do prédio de rendimento das Avenidas Novas. Ainda se construíram alguns exemplares dessa tipologia híbrida do prédio-moradia - o nº100 de 1914, construído por José Tomás plano 140 de Sousa, onde uma simplificação geometrizarante das molduras e do frontão anunciam com avanço a moda artes decorativas, ou

o nº158desenhado por Miguel Nogueira em 1915 que é uma vari- (JUST. 141)
 ante mais pobre do nº12 da Rua das Picoas - mas os interesses (JUST. 143)
 dos construtores civis iam muito mais no sentido do aumento
 do nº de andares do que na sua redução. Tal facto, a moda eclé-
 tica destes anos sem inovação arquitectónica favorecendo a ma-
 neira decorativista e, sobretudo, a necessidade de procurar i-
 ludir a má qualidade crescente da construção, explicam que triun-
 fe, na Cinco de Outubro e nas Avenidas incidentes, o gosto pe-
 lo pormenor ornamental que, numa escala ascendente culminando
 por volta de 1920, vai quase completamente arredar a variante
 mais modesta mas também mais sóbria e equilibrada de que citá-
 mos alguns exemplos.

Assim, se entre o nº11 de 1914 que já referimos e o nº13 (JUST. 139)
 de 1919 que lhe é contíguo, construídos um e outro para cons- (JUST. 142)
 trutores civis, as diferenças se estabelecem apenas em porme-
 nores - a introdução dos arcos abatidos, das pequenas e precio-
 sas molduras sob o peitoril das janelas, a maior ornamentação
 dos frontões, a multiplicação de fechos e pináculos, o recor-
 te fraccionado dos caixilhos dos vidros -que não alteram uma
 composição geral muito idêntica, jogando com algum resultado
 os valores da planimetria que os padrões de azulejo valorizam,
 já no quarteirão seguinte surgem três prédios, o 23,27 e 31, (JUST. 143)
 todos iniciados em 1920 que permite entender o novo gosto -
 adoptado pelos construtores civis.

Fundamentalmente, a tendência é para substituir os valo-
 res de superfície pelos da volumetria, visando acentuar os jo-
 gos de sombra criadores de uma ambiência considerada mais cos-
 mopolita que a plena luz nas fachadas abertas, e o expediente
 é a acentuação da verticalidade pelo maior destaque dado às
 molduras verticais em relação às horizontais. A superfície da
 fachada, assim reduzida pela modulação de corpos, é mais facil-
 mente preenchida, mesmo que não se utilizem outros elementos
 decorativos.

O primeiro prédio deste conjunto, construído por Alfre-
 do de Carvalho, que encontrámos nestes anos também como cons-
 trutor responsável do núcleo de moradias da Av.Duque d'Ávila ,
 evoca com êxito a volumetria pretendida que os remates das pi-
 lastras adossadas, em correspondência com as pesadas molduras
 do frontão, mais acentuam.

O prédio seguinte de que foi construtor responsável o
 seu primeiro proprietário João dos Santos Pereira, individua-

liza-se sobretudo pelos frisos decorativos verticais, utilizando um motivo ovular que nestes anos de transição para o gosto artes decorativas, está em moda. Ao mesmo tempo, o recorte ondulado das varandas, a organização das janelas de sacada em três corpos, os capiteis que rematam as pilastras, o desenho erudito das molduras das janelas e, sobretudo, o belíssimo óvulo sobre a porta principal, tornam este prédio um dos mais originais e conseguidos do período na Av. Cinco de Outubro.

Finalmente o terceiro, mais modesto mas procurando aproximar-se da articulação de volumes do nº23, pertence ao vasto conjunto dos prédios reconstruídos (136). Quando a edificação se inicia em 1920, pertencia a José Cartaxo e o construtor responsável era Miguel Veiga. Em 1923 não está ainda concluído mas muda de proprietário: pertence então a José Joaquim Serra, construtor que faz alterações internas e o conclui em 1924. Em 1925 foi arrematado judicialmente por António da Rocha Romariz Jr. e, vistoriado em 1927, o parecer foi o seguinte: "O prédio foi construído com péssimo material donde resultou o esmagamento total da empena do lado noroeste e parcial das restantes paredes exteriores, além de esmagamentos e assentamentos em algumas divisórias interiores". Deste modo, a adopção de um novo figurino de gosto não era em si grandemente significativa. A má qualidade da construção actuava por dentro e por detrás dos bordos da fachada. Sobre o exterior, contudo, a dignidade afirmava-se e conseguia-se mesmo introduzir um toque de originalidade: neste caso, a pesada moldura de gosto já geometrizante, simulando um frontão sobre as janelas do andar amansardado.

Mais concluyente é ainda a história do nº124, após o gaveto com a Elias Garcia. O primeiro projecto de 1918, da responsabilidade do construtor José Seabra de Barros, cuja organização da fachada era praticamente a que hoje existe, foi reprovado por José Alexandre Soares (137). Sucedem-se dois outros projectos, o primeiro ainda de 1918, o segundo já de 1921, com pequenas variantes em termos decorativos. Em 1927, a vistoria confirma que "o prédio não concluído está habitado", faltando-lhe nomeadamente "por completo as canalizações", exigindo-se "a imediata evacuação e limpeza". O prédio está então entregue ao Tribunal do Comércio, porque adjudicado em hasta pública por Manuel Henrique Barata e José Vicente Antunes, este falira. Só em 1929 são apresentados novos projectos, sendo

responsável o engenheiro Manuel C. Gomes, que encontraremos muito activo a partir de meados dos anos 20.

Trata-se de um pomposa fachada, inteiramente coberta de cantaria simulada, com a entrada nobilitada mas em que, até pela tardia realização de um projecto evidentemente ultrapassado em 1929, tudo tem um espantoso ar de cenário de cartão. E, a um olhar mais atento, ultrapassando a pretensão dos materiais e o mediano luxo das colunas e dos remates, o ritmo da distribuição dos vãos é rebuscado e desproporcionado, revelando o conjunto uma falsa vontade de diferenciação, como que assim comprando a infracção a todos os regulamentos.

De maior qualidade são os dois prédios seguintes, os nºs 128 e 140, ambos de 1919 que utilizam como elemento valorativo fundamental as pilastras adossadas nos últimos andares, acentuando assim, mais ainda, a altura global, em que se presente uma sugestão algo maneirista que encontra eco na fragilidade deliberada das molduras, no preciosismo das grelhagens das varandas e, no nº128, no recorte minucioso dos caixilhos dos vidros, num tom de elegância que, se não corresponder à intervenção de um desenho de arquitecto, sugere, da parte do construtor, uma linha de gosto sem grande continuidade, que parecia querer retomar a moda grácil que Miguel Nogueira praticara nos seus pequenos prédios. INST. 144
145

Do mesmo construtor responsável pelo nº124, José Seabra de Barros, é o 174, edificado igualmente em 1919. R/c forrado a cantaria que, superiormente, se organiza num conjunto de molduras articulando a porta principal com as mísulas de apoio das varandas laterais do 1º andar. A volumetria pesada deste corpo é ao mesmo tempo contrariada pelo ritmo das janelas de sacada e das janelas laterais - que pelas dimensões alongadas e ausência de molduras anunciam já uma viragem de gosto - e reforçada verticalmente pelos apoios da varanda central do 3º andar e pelo frontão que apresenta na chave uma volumosa cabeça de leão. Composição eclética portanto, misturando os sentidos de leitura, amacia-se nas grelhagens ondulares das varandas, no recorte dos vidros das bandeiras laterais e no magnífico trabalho de ferro da porta principal. Numa época em que, como veremos na Duque d'Ávila, os prédios mais ostensivos copiavam o modelo que Norte Júnior em 1915 projectara na Av. da Liberdade ou se aproximavam da moda que Pardal Monteiro propunha em 1920 na Av. da República, este prédio INST. 146

sobretudo na organização singular do corpo central dos primeiros andares, parece querer recuperar a simplicidade comunicativa das fachadas lisboetas mais abertas à luz, refundindo-a em dimensões modernizadas.

Como era natural na Lisboa destes anos, afinal os mesmos construtores apareciam ligados a prédios habitados antes de terem canalizações e a projectos de evidente qualidade e de composição mais elaborada. E não se pode negar aos ^{autores} ~~autores~~ ~~dos projectos~~ uma certa capacidade de manejo das modas e um cunho de originalidade em algumas soluções que se afastam da tradição do prédio modesto, trilhando os difíceis caminhos do cosmopolitismo, que então todos ainda imaginavam rico, diversificado, continuando a garantir nas cidades agigantadas a diferença de cada um.

Augusto Alves Mineiro é outro dos construtores deste período, que já encontrámos responsável pela moradia tornejando (ILUST. 141) para a Av. Júlio Dinis de Manuel Henrique Barata e do prédio com o nº192, edificado em 1920. Também o nº168, fazendo gaveto para a Av. de Berna pertencia ao mesmo proprietário e foi edificado pelo mesmo construtor. ILUST. 141

Analisando o projecto do nº192, José Alexandre Soares, como quase sempre, afirmara que não podia ser aprovado "por insuficiência architectónica da fachada principal(...) pela deficiência da espessura das paredes e de outros órgãos de construção", juízo apreciativo vago, como todos os emitidos por este arquitecto, tanto mais que não era acompanhado de quaisquer justificações.

O projecto previra inicialmente quatro andares mas, em 1922, "por motivos financeiros" foi reduzido a três. O rebuscar da diferença leva aqui a adoptar um diferente acabamento na parte central da fachada e nos corpos laterais. É nestes que se concentram os elementos nobilitantes: as janelas do r/c com pequenas colunas que se percebe não terem qualquer função de apoio e os grandes janelões do 1º andar, envolvidos em amplas molduras, no interior das quais se inserem os corpos das varandas. Em todos os andares existe um desenho diferente das molduras e dos vãos, numa vontade manifesta de evitar a repetição e o conjunto, insuficientemente unificado pela linha recortada em três frontões da cimalha, exhibe a puerilidade de uma maneira em que a soma de tão diversas acumulações não chega a realizar-se.

É contudo nos últimos quarteirões da Cinco de Outubro, acima do viaduto, loteados tardiamente, visto que só a partir de 1913 se discute a abertura do último troço da Avenida(138) que a actividade dos gaioleiros claramente se implanta. Ainda em 1928, no Boletim da Câmara Municipal de Lisboa, a propósito do "abuso que de há anos, após a Guerra, sobretudo, se vinha cometendo na construção civil em Lisboa" se afirmava: "Um exemplo bem frisante nos mostra uma das mais recentes Avenidas de Lisboa, onde o número de prédios condenados a demolir parcial ou totalmente sobe a 10. É a Avenida Cinco de Outubro"(139). Desses 10, a quase totalidade situava-se precisamente acima do viaduto. Cite-se, apenas a título de exemplo, o nº273, modesto prédio, de gosto mais preso à tipificação tradicional, construído entre 1920-22 por Artur José Nobre para Sempiterno & Calado. Logo no ano da apresentação do projecto, José Alexandre Soares alerta para "a má qualidade do material que está sendo empregue". Em 1922, a mesma firma proprietária requer alterações nestes termos: "No r/c em vez de 2, 3 casas e não avendo na ocasião no mercado vigas de ferro com as sequeções que indicava o projecto, substituir por 7 vigas transversaes"... Ainda em 1925 a construção está parada "por motivos imprevistos" e só em 1926 é apresentado o projecto de consolidação.

Vale a pena referir também o nº279-281. O 1º projecto, apresentado em 1920, propunha um prédio dentro do gosto mais modesto de rendimento com alguma pretensão mas, em 1922, a mudança de proprietário conduz a um 2º projecto, muito mais grandioso e, contra as normas vigentes, apresentando seis andares acima do r/c. A sua não aprovação conduz ao 3º projecto, ainda desse ano, onde os dois últimos andares eram iludidos num grandioso corpo amansardado com cúpula central. Em 1926 a construção ainda se arrasta, o prédio fora entretanto adquirido em hasta pública por um novo proprietário que finalmente o termina, segundo o 3º projecto, reduzido todavia a 4 andares sob a cimalha recta.

Estes exemplos permitem-nos penetrar com maior clareza nesse mundo sem lei dos pequenos promotores que compram os lotes baratos - recorde-se que em 1916, por sugestão do presidente da Câmara Municipal "um lote de terreno na Av. Cinco de Outubro e António Serpa", depois de ter ido a praça pelo preço base de 18\$00 o m² "sem ter obtido lanço", viu esse preço baixar para 15\$00 o m². Aliás, logo no início do ano era dito

pelo mesmo Presidente que "a venda de terrenos tem diminuído pois que as construções estão muito caras"(140).E embora a construção fosse igualmente barata, ao contrário do que era dito, os magros capitais afoitamente arranjados muitas vezes não chegavam. São inúmeras as falências, as vendas em hasta pública, a rápida mudança, durante a edificação, por dois ou três proprietários. Penoso calvário num país atrasado, onde ser capitalista é assim, ao mesmo tempo, excessivamente fácil e excessivamente difícil. Filius Populi, na brochura que temos citado, explica "a descida brusca e imprevista ocorrida de 1922 a 1926" pelas "elevadas taxas de juro" que os construtores tinham que suportar, considerando que só o "acertado decreto nº15289" concedendo "dez anos de isenção da construção predial e reduzindo de 1% a sisa nas compras de terrenos e de propriedades para habitação" possibilitou aos construtores lançarem-se "com denodo em novos empreendimentos, multiplicando-se as construções de prédios". Por detrás das "vistas largas" do "sábio legislador" estava evidentemente a mudança de regime que regularizará a qualidade média da construção e ao mesmo tempo, finalmente, iria impondo uma maneira nova à dignificação das fachadas que, dez anos depois, se tornará estilo. Essa normalização todavia, sonhada por gerações sucessivas de vereadores, não tornará as novíssimas avenidas, mais belas do que eram as novas. E retirou-lhes ainda o toque quente da mão humana que estas apesar de tudo conservavam.

Nas Avenidas incidentes, pelo menos nas centrais, são sobretudo os prédios de composição mais modesta que encontramos, ocupando muitas vezes subdivididos lotes que permitem uma densificação relativa superior. Tal como detectámos na Av.Cinco de Outubro, também aqui existem dois períodos em que especialmente se concentra a edificação: o 1º entre 1913-14 e o 2º de 1917 a 1920. Entre um e outro, com poucas excepções, as variantes de gosto circunscrevem-se apenas ao maior enriquecimento decorativo das fachadas através da diversificação das molduras, fechos e remates, da distribuição variada dos vãos, da maior utilização das cantarias, dentro da necessidade de valorizar em termos de moda um produto de qualidade quanto muito mediana e que nenhuma inovação real continha.

De um subperíodo para outro, tende-se também a abandonar determinados elementos decorativos mais tradicionais. O

azulejo por exemplo que enriquecia as volumetrias mais pobres com estreitas faixas de marcação dos andares ou da linha da cimalha que, mais raramente se concentravam em composições mais vastas, tende praticamente a desaparecer, substituído pelas decorações em estuque e pelo maior dinamismo das molduras de cantaria. Todavia, nos anos iniciais, dentro do gosto que Miguel Nogueira recuperara no seu prédio da Rua das Picoas, (Ilust. 143) 12, deve salientar-se dois prédios da Av. Praia da Vitória de 1912 que apresentam, como elemento enriquecedor de composições volumétricas muito tradicionais, amplas faixas intensamente coloridas de azulejos, organizando composições florais, particularmente dinamizadas na superfície do frontão do nº43 que se abre numa magnífica cauda de pavão. Trata-se de uma penetração, ingenuamente realizada, de um gosto de referência arte nova no modesto prédio de rendimento lisboeta em vontade de modernização, que se exprime também nos ferros das varandas que, sobretudo ainda no 43, apresentam uma composição original, liberta de marcações geometrizes, num ondulado vitalista. O resultado é, nos dois casos, muito curioso e evocador das capacidades criativas das réplicas: fundem-se aqui citações de escola, o frontão, o varandim da cimalha e o requinte sóbrio das cantarias do nº33, com referências ecléticas, o aparelho de cantaria que forra o r/c ou os pilares de apoio das varandas do 43, com um saber fazer empírico e artesanal capaz de se apropriar de elementos de gosto novo, redimensionando-os: os vidrinhos coloridos e o ritmo frágil das composições florais, a cauda do pavão desfazendo-se em mancha de cor sem recorrer às linhas, são influências evidentes de moda, mas já interiorizadas e popularizadas, sem qualquer carga erudita.

Foi sobretudo nas moradias que este gosto superficial e facilmente elegante de difusão de padrões arte nova mais se manifestou, mas a sua extensão a prédios como estes, remete-nos para um certo dinamismo cultural da pequena burguesia urbana nos anos iniciais da República que, nesta área como noutras - as universidades e as edições populares ou a construção de casa de praia - utopicamente pensava que certa participação no poder político corresponderia, independentemente da sua força económica, ao acesso aos bens culturais democratizados, o que, ~~em consequência~~ ^{para lá} de todos os equívocos e ingênuos novos riquismos, corresponde a um momento de excepção na sociedade portuguesa, sempre fatalistamente à espera de todos os

enquadramentos rígidos que lhe mantenham a segura e pequena liberdade mais preciosa que a vontade transgressora de penetrar o território incerto da liberdade.

Embora de modo muito mais modesto, também a utilização de grelhagens em ferro forjado, decorando a linha da cimalha e de certo modo alpendrando as águas furtadas que encontramos na Av. J. Crisóstomo, nos n.ºs 81 a 87, de 1914, participa nessa ILUST. 150 apropriação popular de um vocabulário decorativo de linhas ondulantes e vegetalistas - veja-se também as notáveis varandas do n.º 77-81 da Av. Miguel Bombarda - largamente vulgarizado nas páginas de A Construção Moderna e as Artes do Metal que, precisamente em 1914, se fundem numa única revista, deixando transparecer quanto o gosto decorativo da arquitectura destes anos se alimentou da notável capacidade de modernização de mesteres artesanais, sem que, todavia, isso implicasse uma massificação da produção. O que, apesar da grande divulgação, garantia a raridade do ornamento e a marca de diferença que só ele era capaz de criar numa fachada igual às outras.

Que o ferro, sistematicamente usado, nestes anos, nas marquises e escadas de serviço das traseiras, penetre no espaço nobre da fachada, era uma situação apenas aceite nos corpos circunscritos das varandas, dos portões e, nota sempre facilmente grácil, nos alpendres das portas principais. Encontramo-lo a rendilhar a linha da cimalha ou as águas furtadas que deveriam, em situação de qualidade, ser forrados em ardósia e emoldurados em cantarias pesadas, revela mais uma vez a capacidade criativa das réplicas de produção popular, capazes de actos transgressores, vedados a quem pretendia veicular saberes normativos.

Não foi contudo esta via mais dinâmica que seguiu a produção de prédios nos quarteirões mais modestos da Avenidas Novas. Nos anos de Guerra, a tendência foi, como verificámos na Cinco de Outubro, para o enriquecimento dos modelos dos anos de 1913-15, mantendo-se fieis às volumetrias tradicionais mais simples - que podemos exemplificar com os n.ºs 57 da J. Crisóstomo, 39 da Visconde Valmor ou o 89 da Elias Garcia, todos de 1913 - pela introdução progressiva de elementos nobilitantes: os pequenos frontões ou um recorte deliberadamente original das vergas no n.º 43 da V. Valmor, no 79 da Elias Garcia, ILUST. 152 ILUST. 153 ILUST. 154 ILUST. 155 ILUST. 156 ILUST. 157 ILUST. 158 ILUST. 159 ambos de 1913 ou no 64 da J. Crisóstomo de 1917; a multiplicação das cantarias pelo uso sistemático de varandas de sacada geminadas, de colunas ou pilastras simuladas, de molduras, frisos e fechos nos n.ºs 44 da J. Crisóstomo, 52 da Miguel Bom-

barda de 1918, no 48-50 da mesma Avenida de 1919, no 57 da V. Val-
mor de 1917, com maior ou menor intensidade nos n.ºs 74 a 110
da Duque d'Ávila, construídos entre 1917 e 1920; a reorgani-
zação mais complexa de todos os elementos morfológicos que
tendem a submeter-se a uma linha tónica de significação que
pode ser a diversidade das molduras, no n.º 28 da V. Valmor de
1915, as varandas de cantaria no 75 da Barbosa du Bocage de
1917, as varandas recuadas em relação à linha da fachada, abrin-
do-se em arco abatido, no 56 da V. Valmor de 1917, as janelas
geminadas centrais nobilitadas pelo recorte oblíquo dos cor-
pos laterais ou pela profusão dos emolduramentos, no 84 da
Elias Garcia, o conjunto de janela e janela de sacada articu-
lados por uma citação do motivo bow-window, no 112 da Elias
Garcia de 1920.

Mais rara é a solução do 69 da J. Crisóstomo de 1914 que
mantém a planimetria simples da fachada, enriquecida apenas por
um frontão pouco habitual, onde surge já uma empírica suges-
tão artes decorativas, que encontramos, com idêntica formu-
lação, no 100 da Cinco de Outubro do mesmo ano.

Os gavetos são naturalmente locais privilegiados desta
frágil evolução da carga decorativa das fachadas que podemos
sintetizar do n.º 122 da Duque d'Ávila, tornejando para a Av.
Marquês de Sá da Bandeira, de 1913, construído para a Viscon-
dessa de Sá da Bandeira com sólida qualidade que a modéstia
da fachada ilude, ao ostensivo 136-142 da Elias Garcia na es-
quina com a Marquês de Tomar de 1920, com entrada nobilitada,
duplas pilastras adossadas de pesados suportes que se repetem
nos corpos laterais. Entre um e outro, diversas manifestações
intermédias de medíocre qualidade: o 45 e 46 da J. Crisóstomo
tornejando respectivamente para a Conde Valbom de 1919, para
a Marquês de Tomar de 1917 e de novo para a C. Valbom, no n.º 48
de 1918-19.

De uma maneira geral este vasto conjunto de edifícios é
quase sempre inferior aos melhores que distinguimos na Cinco
de Outubro e, como muitos destes, procuram também com o ecle-
tismo da decoração disfarçar a qualidade construtiva que se
degrada. Sistemáticamente, as vistorias revelam as insufici-
ências das fundações e das paredes divisórias e a má qualidade
das argamassas que se traduzem em esmagamentos das fachadas,
desnivelamentos dos pavimentos e das cantarias, embora alguns
projectos fossem pretensamente grandiosos.



147

Enquanto nas Avenidas centrais predominam estas realizações mais modestas, na Av. Duque d'Ávila que, depois dos grandes eixos da República e Cinco de Outubro, fora desde sempre a mais importante do conjunto, constroem-se, após um dos cruzamentos com a República, quatro prédios que constituem o melhor exemplo do gosto de finais dos anos 10 e, ao mesmo tempo, revelam, com particular clareza a através de agentes privilegiados, o processo de difusão dos modelos e das apropriações mais ou menos fieis a que davam lugar. ILUST. 174

O modelo neste caso, como em tantos outros é Norte Júnior JUST. 174 A que projectou o 1º prédio da série, o nº28 em 1919 para António Gonçalves Negrão, comerciante, com uma fachada que é uma variante da que desenhara quatro anos antes na Av. da Liberdade: o mesmo tom eclético, de referência Beaux-Arts, criando uma sugestão de cosmopolitismo civilizado, através do jogo de volumes, das marcações de cantaria, de sobreposição de corpos decorados, exibição virtuosa de citações múltiplas que nas cariátides suportando as varandas do 1º andar obtém o seu emblema fundamental. Trata-se contudo, como outras produções do mesmo arquitecto deste período, de uma composição menos coerente do que o prédio da Viscondessa de Salreu que citámos: enquanto neste eram os corpos verticalizantes das bow-windows que constituíam o tema fundamental a que se submetiam, em contraponto bem articulado, os elementos decorativos, no prédio que estamos a analisar, embora a sucessão das varandas centrais procure desempenhar esse papel nuclear, a variedade de referências patenteadas que nos corpos superiores recolhem uma certa citação de italianismo e no janelão do 1º andar se tenta pela arte nova, fragiliza o conjunto, insidiosamente penetrado de um exibicionismo no yo rico, tónica fundamental da arquitectura lisboeta do final da década.

Es^{sa} fachada tinha por isso mesmo todas as componentes necessárias para agradar. Não admira pois a sucessão dos três prédios seguintes, construídos não já como encomenda directa para garantir a um comerciante um rendimento seguro e nobilitante, mas para promoção imobiliária, dentro do circuito normal de actividade febril dos construtores lisboetas neste período. Efectivamente, do nº26 foram proprietários iniciais e construtores responsáveis Joaquim dos Santos e Manuel dos Santos o 1º dos quais encontrámos logo em 1909 como responsável do nº95 (Ilust 14) da Av. da República, e o 2º foi um dos construtores da luxuosa moradia com o nº77 da mesma Avenida, tornejando para a de Ber- ILUST 174 B

na, que é projecto de Norte Júnior de 1908. Claramente se esclarece portanto que se trata de gente muito ligada, embora não seja verosímil que o projecto deste 2º prédio seja também do arquitecto: precisamente nestes anos, Norte Júnior começa sistematicamente a assinar as peças gráficas e as Memórias Descritivas, situação que se verifica nestes prédios da Duque d'Ávila que são da sua autoria. Será desenho de Edmundo Tavares que é autor do seguinte que foi propriedade inicial de Bernardino Serra & Irmão, construtores civis como os anteriores? Em comum apresentam uma composição de fachada mais simples que a anterior, vivendo ainda do dinamismo que esse prédio lhes fornece como um mote de grandeza, embora no nº24, o conjunto das varandas do 1º andar, que se prolongam inferiormente em molduras da entrada principal, possua uma volumetria que enriquece o conjunto, constituindo como que uma tônica secundária que, a não existir, quebraria a articulação com os números anteriores. Saliente-se ainda, neste terceiro prédio, a inscrição no frontão da palavra "LABOR", elogio óbvio e gostoso da actividade incansável dos construtores civis que iam edificando a cidade, no quadro ideologicamente adequado da I República.

A impressão que nos provoca o nº24 de procurar articular-se com os anteriores, é ainda acentuada no último, o nº22, de 1921, projectado de novo por Norte Júnior, que, possuindo uma composição mais simples, se enriquece sobretudo por adquirir em contraponto aos anteriores, um intenso movimento. Efectivamente, enquanto o 26 e 24 apresentam fachadas predominantemente planas, que apenas as varandas dinamizam, o último prédio destaca o corpo central, criando desse modo o remate necessário à volumetria do 1º. Também o último andar se organiza em correspondência com o 1º prédio, embora com outra modéstia de programa, recorrendo ao pequeno telhado destacado que não se mostra nos prédios intermédios. Deste modo, a maior pobreza decorativa, que apenas se exhibe no r/c, numa acumulação bem organizada de fechos, molduras e frisos, não prejudica o luxo do conjunto, antes o enriquece, tal como já acontecia como no anterior, com a capacidade de dinamizar, através dos ritmos alternados dos vãos e das varandas, recorrendo a uma morfologia predominantemente tradicional.

Assim, é extremamente curioso que o desejo tantas vezes expresso, em páginas de revista ou em reuniões de sucessivas

vereações, de criar nas Avenidas um padrão arquitectónico dignificante e cosmopolita, tenha aqui um esboço de realização sem que quaisquer normas tenham existido, apenas pela capacidade atenta dos construtores civis, aliados a Norte Júnior, não deixando escapar a oportunidade que o prédio encomendado pelo comerciante Gonçalves Negrão lhes proporcionou de ensaiarem uma promoção imobiliária mais ambiciosa. Sabem de acordo, neste período final da República, com uma certa revalorização da diferença social que, de modos diversos, tanto o sidonismo como o orfismo veiculavam. O atraso com que isso acontecia, em relação ao programa das Avenidas Novas, era afinal natural, se considerarmos que o projecto urbanístico nascera quase só da energia de Ressano Garcia, conjugada com as necessidades financeiras prementes do Município. Fora em 1900 excessivo para uma cidade que começava então a crescer e que iria ver, durante os primeiros anos do regime republicano, as suas pretensões de cosmopolitismo europeu pouco acarinhadas pelos valores das classes médias que chegavam ao poder. Apesar de aparentemente distante, a Grande Guerra, provocando uma aceleração económica e social, possibilitou o dinamismo da construção civil que as Avenidas então patenteiam. Chegava, todavia, tarde esse dinamismo, no momento em que todo o processo material da edificação entrava finalmente em viragem. Parece-nos contudo que ele é o arranque decisivo e que o modernismo arquitectónico do final dos anos 20, realizadas algumas clarificações necessárias, dominados os empirismos e obtidos os novos modelos que a jovem geração de arquitectos irá fornecer, é aqui que nasce.

Outro prédio deste período testemunha essa capacidade de inovação que, a par da actividade dos gaioleiros e dos seus desmoronamentos, é a característica fundamental dos fins dos anos 10. Trata-se do nº69 da Av. Elias Garcia, próximo do ga- PLATE 115
veto sobre a Av. da República, edificado em 1918 para João Manuel dos Santos Faria, construtor a que já nos referimos a propósito da moradia e do prédio que edificou na Av. da República, (1911) 92
a primeira em 1917 e o segundo em 1919. Como então se disse, 99,
trata-se de um construtor civil do que poderíamos considerar uma terceira geração, se referenciarmos a primeira com homens como João Rodrigues Sebola ou Joaquim Francisco Tojal e a segunda com a primeira investida dos construtores não diplomados ou diplomados sem que isso corresponda a uma formação

artesanal, tradicionalmente adquirida.

Em termos de reflexão sobre as vias que, neste final de década, se colocam à evolução da arquitectura lisboeta, seria importante sabermos quem compôs a curiosa fachada deste prédio, onde o gosto artes decorativas claramente se afirma, embora com citações ecléticas, que aliás encontramos, com formulação muito semelhante, no prédio projectado dois anos mais tarde por Pardal Monteiro. Existem evidentemente modelos europeus (Ilust. 93) que, neste momento, se divulgam e que surgem apropriados quase imediatamente com grande rigor, como se houvesse uma certa consciência dos impasses que a construção de prédios de um certo luxo havia atingido em Lisboa. Muito curioso é também observar que, enquanto nos períodos anteriores, toda a inovação arquitectónica foi devida a arquitectos trabalhando por encomenda directa para clientes particulares, encontramos agora um construtor civil como responsável por algumas das obras que veiculam o novo gosto, numa prática que antecede a que, dez anos mais tarde, se verificará em relação à arquitectura modernista. Algo estava a mudar nos meios da construção civil lisboeta que influenciará decisivamente a evolução que se anuncia: sem atingir o rigor formal da retícula com que Pardal Monteiro organiza a fachada do nº49 da Av. da República, a solução aqui utilizada de grandes pilastras simuladas de aresta viva fraccionando, em ritmos verticalizantes, a superfície plana, o rigor das molduras que nos corpos laterais estão completamente ausentes, a decoração com pequenos óvulos das janelas centrais, as pequenas varandas de grelhagem geometrizar, a volumetria seca e enérgica das cantarias que envolvem o r/c e emolduram as portas, possuem um sabor de novidade em 1918. Evidentemente que a utilização dos frisos formados de corolas, que se repetem em simulação de capiteis nas falsas pilastras centrais, os registos de azulejos de gosto ambíguo, os cunhais revirados das pequenas cúpulas de ardósia dos corpos laterais com um recorte vitalista, são citações contraditórias por onde passava certa recordação arte nova de que parece haver alguma nostalgia, sem no entanto perturbar a composição geral que, se não salienta ainda a planimetria predominante do corpo central, a deixa positivamente sobreviver num conjunto que é essencialmente inovador. Como se a maneira da moda pudesse fundir-se com algumas das raízes mais estáveis da arquitectura de Lisboa.

Ainda na mesma Avenida, já em 1920, Augusto Alves Mineiro, que encontrámos ligado ao promotor Manuel Henrique Barata, nos últimos quarteirões da Av. Cinco de Outubro, construindo (Ilust. 111) prédios e uma moradia de gosto equívoco, pode representar a outra face da edificação destes anos. Os nos 107-121 e 120-124, em dois conjuntos que se confrontam, que constroí para Baltasar da Silva e António m. Marmelo da Silva, exibem nas fachadas um esplendor decorativo em estuque que recupera, em planimetria cuidadosa, um vocabulário academiçante que, nestes anos, a divulgação arte nova havia corroído. Trata-se de páginas de desenho trāspostas para fachada, em caprichos de citação laboriosamente organizada e que esconde o que as vistorias, já nos finais dos anos 30, revelam a propósito do nº115: "Medíocre construção pois as suas alvenarias são de inferior qualidade e as fundações assentam sobre arcos em que um se encontra a descoberto, deixa ver que é constituído por tijolos furados", parecer que se repete em 1950 quando o estado de ruína se acentua "devido à insuficiência das fundações, fraca dosagem das argamassas que se desfazem à menor pressão e divisórias de tijolo furado de péssima qualidade".

Nestes equívocos se expressava fundamentalmente a construção da época e as Avenidas Novas, edificadas sobretudo ao longo dos anos 10, são repositório fiel das linhas contraditórias que percorrem esta década que, fundamentalmente, assiste ao triunfo da especulação imobiliária sobre a encomenda directa.

CHegavam, todavia, ao fim os anos heróicos da actuação dos gaioleiros. O número de promotores vai restringir-se significativamente e a oportunidade de montar um negócio de venda de prédios deixa de ser uma aventura fácil que qualquer tomarense afoito pode acometer. Ao longo dos anos 20 surgirão grandes patrões na promoção imobiliária, oferecendo qualidade construtiva e estética aos seus produtos. E a cidade ir-se-à edificar com outro ritmo e outras referências. As Avenidas tornar-se-ão em poucos anos quase um modelo do que não se devia fazer. A centralização do gosto - por enquanto nas mãos de alguns engenheiros mais ou menos ligados a certos architectos e, dez anos depois, na paternal autoridade do Estado - torna fácil deixar de gostar-se de tanta exibição primária de pobreza disfarçada ou de riqueza ostensiva. As alterações das fachadas e as primeiras demolições anunciar-se-ão quando ainda se edificam os últimos lotes.

5. As Avenidas Novas:1920-1934

5.1. A Avenida da República

Apesar do intenso ritmo de construção que a Av.da República conheceu logo nos anos do seu traçado, ainda na década de 20 se edificam seis moradias e sete prédios, numa repertição equilibrada que, ao contrário do que desde 1910 acontecia nas restantes Avenidas, aqui se mantém.

Das moradias, cinco constroem-se no novo quarteirão aberto no lado direito do Campo Pequeno, na sequência da urbanização da Quinta das Galveias que, como já referimos, se realiza em 1925 no meio de grande polémica. Não tendo encontrado nas actas da Câmara Municipal qualquer referência a directrizes globais, impondo ou sugerindo a construção de moradias, preferencialmente à de prédios, dever-se-á concluir que a opção moradia exprime a vontade dos promotores ou dos encomendadores directos que, curiosamente, assumem com coerência o que até então fora apenas o desejo de alguns, sempre contrariado por ~~alguns dos~~ mais activos construtores civis. No último período de edificação da Avenida, havia finalmente uma frente de quarteirão só com moradias, quase todas projectadas por architectos. À distância de quarenta anos, parecia assim querer provar-se que a profecia de Hintze Ribeiro em 1888, prevenindo a corrida à especulação imobiliária e a construção de medíocres e inestéticas "cómodas de muitas gavetas" não tinha razão de ser, ou melhor, que as gerações mais civilizadas dos anos 20 se propunham corrigir os erros que na Avenida tinham sido cometidos.

De certo modo assim era. Como veremos, depois de viver 20 anos sem animação, sempre dependente do centro que era a Baixa, as Avenidas Novas entraram finalmente na moda. Nesses anos de vida social pretensamente civilizada, em que os novos ricos procuram criar uma genealogia e os descendentes da aristocracia liberal se convertem aos encantos da vida moderna, torna-se bem viver nas Avenidas Novas. A Av.da República, dada já a raridade dos terrenos para edificação e o carácter de eixo nobilitante que sempre teve, saía assim dos circuitos mais elementares da especulação imobiliária. O alto preço do metro quadrado justificava a opção de qualidade que só a moradia podia ainda preencher. Tanto mais que a proximidade do Campo Pequeno lhe criava uma valorização suplementar. Aliás já nas faixas próximas, anteriormente construídas, predominavam as

moradias de qualidade, evidenciando que, antes dos cafés, dos clubs e das reuniões íntimas, foram as touradas a principal atracção da grande artéria da cidade nova.

As duas primeiras moradias, os nºs 50 e 52, de 1929 e 1928 respectivamente, são, neste final de anos 20, quando grandes obras iniciais do modernismo estavam a ser construídas, o prolongamento possível da imagem que Norte Júnior fixara vinte anos atrás nas moradias de 1906 e 1908 que ficavam próximas.

ILUST. 178

179

Assim, a Av. da República que recebera algumas das obras notáveis do gosto eclético de 1900, penetrado em Ventura Terra e Álvaro Machado de diversas sugestões revivalistas, que com o prédio de Miguel Nogueira de 1913 possuía uma das mais notáveis produções em que a arte nova se deixava invadir pelas primeiras referências artes decorativas reinterpretadas em 1920 por Pardal Monteiro com outra valorização da retícula da fachada, oferecia agora, em plena época de viragem da arquitectura lisboeta, um produto do passado que, dentro de poucos anos deixaria de ter procura.

Todavia, se eram os elementos tradicionalmente nobilitantes, que haviam feito a nomeada de Norte Júnior, que, no nº50, caracterizam a composição do corpo lateral em torreão, coroados de lanternim e organizando a cimalha em decorados frontões, a entrada em modesto arco triunfal, um motivo de fresta alongada inesperadamente prolongado sobre a varanda lateral, a articulação dos vãos das janelas num geometrismo seco, dispensando a habitual exibição de cantarias, a simplicidade mediana das varandas, submetendo-se às imposições lineares, o ritmo das linhas dos telhados que reduzem o papel anteriormente sempre destacado das cimalkas, permitem entender que, apesar de tudo, o tempo havia passado. Se o arquitecto e o cliente não foram capazes ou não quiseram renovar os símbolos de ostentação, vertem-nos, contudo, em moldes marcados pelo gosto simplificador e geometrizante destes anos, o que em termos sociológicos não significava evidentemente nenhuma mudança significativa.

A casa continuava a ser, como quase todas as de Norte Júnior, sobretudo uma fachada, exorcismo pueril contra o provincianismo e os horizontes estreitos da cidade que, nas vastas perspectivas da grande Avenida, apenas podia espelhar um cosmopolitismo fora de tempo que, por isso, se transmudava no existir romântico de quem sabe que tudo acontece noutro lado. E a arquitectura podia ser ainda, tão distante do tempo euro-

peu do internacionalismo e das máquinas de habitar, instrumento ingênuo e mediano de vagos sonhos e ostensivos exibicionismos, pressupondo uma imagem de cidade que morria e ninguém dava por isso. A moradia seguinte, o nº52, é uma variante pobre deste mesmo gosto, vulgarização muito em voga nas ruas da área das Picoas, produto final, nesta fase, do atelier que Norte Júnior há mais de vinte anos dirigia com proficiência. Tudo em pequenino, o pequeno frontão, o pequeno remate, os frisos-zinhos, o modesto portão, num tom airoso que podia escolher o gosto português em vez do eclético que os resultados seriam os mesmos.

No entanto, atentando-se no desenho das janelas apenas emolduradas superiormente, adivinha-se, também aqui, a viragem de maneira que estava em curso, para uma expressão mais depurada em que o geometrismo e uma certa secura dos ornatos seriam componentes normalizadas. E o facto desse novo modismo se pressentir aqui, numa composição de fachada que remete para as volumetrias mais tradicionais, permite-nos antever quanto ele será, na rápida vulgarização, apenas uma actualização superficial que não envolvia qualquer responsabilidade maior na reflexão sobre a casa.

Dentro do mesmo gosto eclético construíra-se em 1924, o nº30, tornejando para a Miguel Bombarda com projecto assinado pelo arquitecto V.H. de Sampaio Porto que não voltaremos a encontrar. O corpo de ângulo é nobilitado na maneira tradicional que encontrámos sobretudo nos prédios de rendimento, ilustrando assim quanto as soluções decorativas saltavam de uma tipologia para outra, na mesma procura de fazer luxo. Trata-se aliás de uma composição feita de colagens, adicionando as influências de Norte Júnior - expressas nos frontões recortados, no conjunto de janelas sob colunata, nas molduras rebuscadas, no forro de cantaria do r/c - com uma certa pretensão de palacete da entrada nobre e da janela de sacada que lhe corresponde no 1º andar que utilizam um vocabulário decorativo demasiado heterogénio. O resultado aproxima-se por isso mais do conjunto de moradias da Duque d'Ávila do início da década do que dos discretos palacetes da Cinco de Outubro dos anos 10, embora a organização da espacialidade interna, sobretudo no r/c, com uma ligação ampla da sala de jantar com as outras salas, deixe transparecer um conceito de funcionalidade que só muito raramente se começa a manifestar.

Assim estas casas dos anos vinte permitem-nos verificar quanto

ao fim de quase três décadas de edificação de moradias, na Av. da República, permanecia ^{prva} a teia da encomenda individual, entregue a executores de gosto duvidoso ou já estandardizado. Todavia, como anteriormente acontecera, também neste período existiram marcas de qualidade, permitindo que a sua função de quase mostruário de 30 anos de arquitectura lisboeta se pudes- se agora completar.

Retomando os fios perdidos que tinham sido, desde 1904, as casas de A.Machado, V.Terra e Lino, quase as únicas que aliavam um vocabulário decorativo signifiante a valores funcionais e a uma imaginativa implantação, Pardal Monteiro, que já em 1920 projectara o prédio nº49, nas duas moradias que rea- lizou para o novo quarteirão, em 1927, volta a pôr a tónica na qualidade da utência, sublinhada pelo novo gosto artes decorativas. PLUST. 181
182

Ao contrário da moradia vizinha de Norte Júnior que concentrava na fachada uma profusão de emblemas que visavam ocultar a estandardização do programa, estas duas casas de Pardal Monteiro deixam pressentir uma espacialidade funcionalmente pensada. Um pouco como acontecia com o nº57 de R.Lino e, com outra grandeza, no nº35 de V.Terra, a fachada sobre a Avenida é uma barreira e um desejo: adivinhamos que por detrás dela existe um espaço de vida que não é nosso, que subtilmente nos distancia pelos detalhes que a individualizam.

O ritmo simplificado das vãos que a clareza das linhas da cimalha mais salienta, a redução do espaço de varandas acentuando o seu valor de utência, a modulação volumétrica apenas em dois corpos em que se pressentem funcionalidades específicas constituem uma inovadora e modernista proposta para pensar a moradia da burguesia abastada, em moldes de racionalidade que o aparato decorativo e a exibição de grandeza quase sempre lhe retiravam. Uma casa pode ter linhas simples, não disfarçar os corpos geométricos que fundamentalmente a organizam, não se desmultiplicar em ramificações e, contudo, ser diferente, luxuosa e muito confortável. Porque se destina a ser habitada, mais do que a ser vista e habitar pressupõe a clareza dos circuitos e a sua razão de ser, exige a abertura à luz e não a sua ocultação, que para o exterior pouco tem que dizer, a não ser discretamente sugerir-lhe a qualidade do que se passa dentro. Aí a decoração intervém que, em vez de se espanejar por toda a superfície, se concentra, acentuando os elementos arquitectónicos: nucleariza-se no coroamento das

das janelas e das portas, daí irradia, num ritmo algo musical, para as grelhagens de ferro forjado que adquirem um minucioso timbre de trabalho artístico. E se algumas concessões ao recente passado de pretensão de uma burguesia frágil são feitas - e porque não ao gosto do próprio arquitecto? - como na porta de entrada do nº56, coroada com uma varanda facetada e uma pequena cúpula, o contraponto existe nas linhas deslocadas do alpendre sobre a garagem que tudo sacrifica à função. JUST. 182 A

Rapidamente, na arquitectura doméstica lisboeta, o gosto dos valores decorativos que Pardal Monteiro patenteia nestas duas casas será ultrapassado pela valorização mais declarada dos volumes, cujo jogo se tornará o instrumento fundamental da dinamização das fachadas. Todavia, a viragem fundamental parece existir já aqui, quando se clarifica a moradia urbana, desmistificando-a e reconduzindo-a à função essencial de casa que deve ser construída a partir do espaço de utência. Que esse espaço seja depois enriquecido recorrendo apenas a valores especificamente arquitectónicos e não aos das artes ornamentais, são vias diversas de entender a arquitectura e difícil é, sabêmo-lo hoje, decidir se uma é mais legítima que a outra.

Assim, o último quarteirão da Avenida que se construiu continuava a patentear a diversidade que a encomenda privada aqui conseguia garantir e ela era uma colorida manta de retalhos com algumas notas de qualidade que não tiveram grandes consequências. Era também a última manifestação de um mundo que estava a morrer, ~~o qual agora já é~~ ^{o prenúncio} de novas maneiras de fazer a cidade onde nenhuma outra Avenida da República teria possibilidade de existir.

Nos prédios que se construíram nestes anos detecta-se a mesma fractura de gosto que encontrámos no conjunto das moradias e que, aliás, já no final do período anterior se anunciava. Continuam a construir-se alguns dentro dos padrões normalizados do prédio de rendimento de fachada mais ou menos decorativamente enriquecida mas realizam-se outros dentro do gosto que o prédio de Pardal Monteiro de 1920 ou o de Edmundo Tavares de 1919 já patenteavam.

A primeira variante, que significa o peso da inércia das maneiras de fazer que chegavam ao seu limite, pertence o conjunto edificado acima do viaduto, na faixa compreendida entre a Rua Visconde de Seabra e a J.C.dos Santos: o nº74, construído JUST. 183

do em 1921 para A.Marmelo da Silva, também proprietário inicial dos n.ºs 107 e 120 da Elias Garcia que analisámos, é o (ILUST. 174 177) que apresenta a fachada mais profusamente decorada, dentro do gosto que os anos finais da Guerra puseram em moda, revelando todavia na marcação vertical das três pilastras adossadas que interligam os andares, essa mutação do vocabulário ornamental para um geometrismo preso aos valores da planimetria, que é referência fundamental da gramática artes decorativas. Além das pilastras, os capiteis floridos que as rematam, os concheados das bases das varandas - que pela 1.ª vez encontramos no n.º 69 da Elias Garcia - o corpo festivo das águas furtadas, o (ILUST. 175) conjunto das molduras que interligam a porta principal e as portadas das oficinas laterais, eram elementos criadores da diferença, bem articulados num conjunto coerente que reafirma mais uma vez certa mestria na elaboração de réplicas que os melhores construtores civis, ou os architectos com eles trabalhando, atingem neste período. O que não nos permite todavia esquecer que ela se manifesta apenas na composição da fachada. Precisamente, à cerca do projecto deste prédio, vale a pena atentar na apreciação de A.A.Machado, da Repartição de Architectura da Câmara Municipal: "O requerente deve modificar as plantas de modo que satisfaçam o que dispõe o art. 13 do Regulamento de Salubridade das Edificações Urbanas, isto é de modo que as casas que não recebam luz directa, a tenham em 2.º grau, mas dos dois lados" (141). Sistemáticamente, aliás, esta situação se repete: as fachadas continuam a ocultar quer uma deficiente construção quer uma irregular organização do espaço do fogo. A architectura era apenas essa habilidade mais ou menos empírica em manejar o desenho sobre a folha de papel - a máscara que se havia de colocar ao prédio.

Os seguintes n.ºs 76, 78 e 80, construídos entre 1920 e 1922, são variantes mais pobres do n.º 74 que, nos frontões, no desenho dos vãos ou das molduras, nas faixas verticais simulando pilastras, procuram sinais de individualização que não iludem a modéstia e a baixa qualidade dos programas, situação que o n.º 80 patenteia mais claramente ainda, apenas com os seus três andares, quando o projecto inicial previa cinco. Como outras vezes aconteceu, a falta de meios determinou essa redução.

Aliás, este conjunto de prédios, edificados num período em que a Av. da República se tornara já uma zona definitivamente

te privilegiada e com marca social de classe alta, não deixa de ser paradoxal, inserção que é das Avenidas incidentes no corpo do eixo principal. Todavia, nem todos os promotores podiam seguir o exemplo dos que edificaram o conjunto luxuoso da Duque d'Ávila. Os tempos de estrangulamento dos pequenos rendimentos que estavam para vir não tinham totalmente triunfado e, apesar de se estar na Av. da República, este quarteirão como grande parte do seguinte que, edificado pouco antes não (JUST. 67) apresentava melhor qualidade, ficavam fora da sua área nobre, necessário que era ultrapassar a barreira da linha do caminho de ferro para lá chegar. O tom destes prédios marginalizados fora dado logo entre 1903 e 1905, quando se construiu o primeiro núcleo, constituído pelos nºs 98 a 104. Vinte anos depois (JUST. 12 88) percebia-se que nada se alterara. A única fachada com algum luxo, a do nº 74, não tinha, como vimos, nalgumas "casas" nem sequer "luz em segundo grau".

Muito diversa era a fachada do nº 72, que iniciava o quarteirão que analisámos. Construído mais tarde, em 1926, o responsável foi o engenheiro Manuel Gomes que encontramos muito activo nestes anos e que aqui defende um prédio em gosto português, praticamente o único que encontramos no conjunto de todas as Avenidas. Os beirais, os alpendres que coroam as varandas e a entrada principal, os vasos de flores que pontuam de um lado e outro as janelas, as pequenas varandas de tabuinhas são as marcas do rústico, enquanto as molduras das janelas isoladas e a varanda principal em cantaria, pretendem uma sugestão de século XVII ou XVIII em pobre, tentativa pueril de transportar a casinha portuguesa para o prédio de rendimento de oito fogos. (JUST. 184)

Pretensão oposta era o do nº 97, construído em 1922 por João Manuel dos Santos Faria, para uma sociedade composta por ele próprio e pelo irmão, apresentando um raro aproveitamento de um lote estreito: iludindo essas dimensões, salienta-se um corpo lateral com um conjunto de bow-windows coroado de cúpula, criando um espaço descentrado que dinamiza a restante fachada organizada por um módulo repetido de janela de sacada com varanda de cantaria. Nos dois últimos andares surge uma composição mais eclética: no 4º a varanda é dividida em duas janelas com mainel central numa sugestão hesitante entre o italianismo e o neoárabe, enquanto as mansardas adoptam o gosto clássico com frontões triangulares e pesados pináculos nos ângulos da cimalha. O tipo de arcos da varanda do 4º andar, que se (JUST. 185 185A)

repete sem mainel ao longo do corpo das bow-windows, constitui, pela sua raridade, um dos elementos de originalidade desta rebuscada composição que teve, aliás, um processo de construção agitado. De facto, a sociedade que o construtor constituiu com o seu irmão faliu em 1925(142). O prédio ainda por acabar foi adquirido em hasta pública. Só em 1927 são apresentados novos projectos, então assinados pelo construtor Artur José Nobre que, em relação ao primitivo, apresenta apenas pequenas alterações: retiram-se os frisos de azulejos que inicialmente existiam, as varandas de cantaria substituem as anteriores de ferro e a cúpula apresenta um revestimento de ardósia. Em relação a este projecto, José Alexandre Soares, aqui enquanto membro do Conselho de Arte e Arqueologia, entendeu mandar "corrigir convenientemente a composição das janelas correspondentes à mansarda e também a estereotomia da fachada principal que como está apresentada(...) não tem condições que permitam a sua aprovação" parecer que é contudo, como habitualmente, contrariado pela 4ª Repartição que afirma: "Não vê inconveniente(...) Embora o Conselho de Arte e Arqueologia seja desfavorável(...) Creio que a licença não lhe poderá ser negada por isso que a construção tem sido feita com a autorização escrita do engenheiro Pimentel, ex-chefe da Fiscalização".

Poucas vezes José Alexandre Soares, mesmo quando arquitecto da 4ª Repartição e não apenas do Conselho de Arte e Arqueologia, conseguiu fazer passar à prática as suas recomendações que aliás se caracterizaram sempre por excessiva generalidade e insuficiente fundamentação como aqui acontece. Os poucos projectos que dele conhecemos, publicados pela Construção Moderna, caracterizados por pesado gosto academizante e os pareceres, muitas vezes contraditórios, que se encontram nos processos de obra, não permitem ver nele senão um surdo opositor dos construtores civis que se atreviam a entrar na templo sagrado da Arquitectura que ele entendia como uma prática artística de desenho de fachadas. É evidente que no caso presente se trata de uma composição com uma mal resolvida articulação dos dois corpos que constituem a fachada, com referências de gosto excessivamente díspares mas que, por isso mesmo, constitui um referente curioso das contradições que percorrem a prática dos construtores civis, mesmo quando se trata de um dos seus mais significativos nomes. As dificuldades de se constituírem como promotores autónomos, a necessidade de adaptação aos

novos processos tecnológicos da construção civil e à viragem de gosto da arquitectura, a maior exigência dos fiscais camarários, tornam nestes anos particularmente árdua a prática deste como de outros construtores civis. J.M. Santos Faria que fora promotor do nº93 do mesmo quarteirão e do 69 da Av. (JLUST. 92 175) Elias Garcia, estava num começo prometededor de carreira e adaptava-se ao gosto novo rico do início dos anos 20 mas, como vimos nos prédios citados, com uma abertura curiosa à simplificação artes decorativas e, ao contrário dos pressupostos do prédio em gosto português que anteriormente analisámos, defende a ostentação cosmopolita para as fachadas da cidade que, escondendo embora tipologias de habitações tradicionais, visa definitivamente modernizá-la, introduzir-lhe um ritmo de grande metrópole, pelo que participava num vasto movimento algo ingênuo e afinal muito provinciano que se exprimia pelos cafés e nas páginas das revistas.

De tal modo é decisiva a viragem de gosto que se desenha e se anuncia desde logo triunfante que provoca a mais espectacular conversão: Norte Júnior, criador da moradia e do prédio Avenidas Novas, tanto no gosto de referências academizantes, via parisiense, como no da pequena moradia grácil e bem composta que logo em 1904 criara pela primeira vez para Malhoa, que vimos construir em 1929, ao lado das recentes moradias de Pardal Monteiro, uma versão esteriotipada, repetida e mais pobre do projecto das residências de luxo que propusera, em sucessivas variantes, em 1906 e 1908, projecta nesse mesmo ano, o nº55B, tornejando para a Elias Garcia, onde se cola ao 69, que já pouco citámos a propósito de J.M.Santos Faria. (JLUST. 186)

Trata-se ainda de um prédio de gosto eclético com uma articulação de vãos e ritmos muito tradicional nos corpos laterais que contêm as varandas de ferro forjado, mas que, sobretudo no corpo de ângulo, ganha uma evidente referência artes decorativas, pelo ritmo fortemente inscrito na superfície das pilastras adossadas, decoradas apenas com sóbrias molduras e pela distribuição em retícula das janelas sem molduras, bordadas no espaço central que as separa, de painéis mosaicos de padrão geometrizzante, que serão de uso corrente no início da década seguinte. As janelas do r/c inserem-se numa superfície forrada de blocos de cantaria simulada e são articuladas num ritmo pesado por pequenos frontões de molduras densas e acen- tuação geométrica, decorados apenas centralmente com uma pe-

quena corola , que curiosamente encontráramos em friso no prédio ao lado. (ilustração 145)

O arquitecto, exibindo um virtuosismo notável, abandona as volumetrias caprichosas, dissolvendo-se numa exibição de ornatos, que praticara durante vinte anos e resolve jogar o gosto modernista, nesta fase, em que são visíveis filiações e citações anteriores. Mas a sua marca pessoal não podia evidentemente faltar: as grandes pilastras que ladeiam o corpo central, aparecem coroadas por pináculos piramidais que surgem totalmente desacertados e nos conduzem o olhar, desconfortavelmente, para o remate do corpo sobre a Av. da República, organizado em duas volutas, ornadas de beiral português, que centralizam e exibem uma esfera armilar, motivo que nunca encontrámos, anteriormente, nas suas mais caprichosas composições ornamentais. O mais espantoso é que o conjunto dos pináculos e da esfera, com toda a pesada decoração envolvente, nos remetem para dez anos depois, num prenúncio emblemático dos motivos decorativos que o Estado Novo promoverá e que Norte Júnior há-de praticar.

Deste modo, este homem chave da história da arquitectura lisboeta dos vinte anos anteriores, divulgador máximo de modelos prontos a serem consumidos e copiados de tal forma correspondiam, pelos seus valores implícitos, aos anseios de várias camadas da burguesia urbana, no momento em que outro vocabulário formal anuncia uma viragem do gosto, dos modos de construir e da arquitectura, aceita mudar de estilo, ao mesmo tempo que pratica ainda o antigo, mas, como que pressentindo com admirável agilidade, que essas mudanças poderiam implicar uma internacionalização que ele entendia nociva ou, apenas, na ânsia de não abandonar totalmente os seus valores pessoais, coroa a sua primeira fachada dentro da nova maneira de fatídicos símbolos de glórias passadas que sempre pressupõem, pelo menos ao nível do desejo, a ideia de restauração.

Nestes finais de anos 20, quando se anunciam os liceus modernistas, o Eden Teatro, a Casa da Moeda, o Pavilhão Rádio, Norte Júnior lança do seu passado eclético, superficial e mundano, um grito para o futuro contra essas manifestações desnacionalizadas, como que sugerindo que pôr-se do lado do Pavilhão Português na Exposição de Sevilha que também é destes anos e da questão da casa portuguesa que então é institucionalizada (143), era mais seguramente jogar para ganhar,

Embora fora dos limites cronológicos que inicialmente delimitámos, vale a pena citar ainda dois prédios. O nº71, projectado em 1933 por Norte Júnior, que nele manifesta o progresso entretanto feito na absorção do novo gosto e espantoso é pensar que se trata do mesmo architecto que realizara, cinco anos antes, a moradia com o nº50 e todas as outras que para trás ficavam. O seu ecletismo conforma-se aqui a um ritmo repetitivo que organiza com sobriedade a fachada em módulos verticais, pontuados por discretas molduras recortadas e envolvendo os corpos das varandas com grelhagens de ferro de padrão floral geometrizado. Os painéis decorativos, que alternam com as janelas, repetem horizontalmente os seus motivos, criando um jogo algo precioso que, todavia, não destrói as articulações fundamentais, reforçadas pelo coroamento pesado da platibanda. E se a porta principal possui uma moldura com volumetria excessiva e é coroada por uma janela que apresenta um motivo de concheado falsamente geometrizado, deixando assim espaço ao gosto da linha ondulante que o architecto não podia ter abandonado, o conjunto pauta-se com sinceridade pelos valores do gosto da moda que, por toda a cidade, começava já a estereotipar-se. Juvst. 187

Dentro do mesmo modismo, embora sem igual rigor nem qualidade luxuosa, constroi-se o nº91, em 1931, para a firma "Lisboa Limitada". Trata-se de um edifício profundamente eclético que utiliza a modulação característica das fachadas artes decorativas com uma forte base de tradicionalismo que se esclarece nos frontões que coroam os corpos extremos e o central tornejando para a António Serpa. É, se quisermos, uma versão modernizada do prédio de rendimento lisboeta, vivendo da modesta articulação dos vãos e das varandas que adquire outro ritmo pela inserção na retícula dinamizada pelas pilastras adossadas. Todavia, permanece a sugestão de que os novos valores de composição são apenas falsamente entendidos, o que se esclarece no 1º projecto apresentado, revelando a permanência dos padrões ornamentais do prédio de rendimento do início do século, ingenuamente submetidos à exigência geometrizante, da repetição de um módulo e da marcação dos corpos pelas pilastras verticalizantes. Contudo, no gosto do desenho das molduras das janelas, nas grelhagens das varandas e das portas e sobretudo nos painéis de azulejos com motivos florais abrindo-se em curvas que se tinham torndo proibidas, ~~estabelecendo-se~~ ^{pequeno - st} quanto a nova Juvst. 188
189

gramática decorativa estava por assimilar. Por outro lado, a presença no gaveto oposto do luxuoso nº93, de 1919, fazia introduzir alguns enriquecimentos díspares na composição, como as colunas sem funcionalidade centralizando as janelas de sacada do corpo de ângulo, o concheado da varanda do 1º andar do mesmo corpo e sobretudo o acrescento cúpula. O projecto foi infelizmente chumbado pelo arquitecto João Antunes (144): "Não satisfaz sob o ponto de vista architectónico(...) É de acentuar a falta de lógica architectónica na colocação da cúpula no gaveto da construção que a planta não justifica como seria mister. Por isso o requerente deve substituir o referido projecto por outro elaborado em condições aceitáveis"

Nem sempre os rigorismos da análise architectónica se conjugam com o gosto da história. O prédio, se tivesse sido construído conforme o seu primeiro projecto, seria uma curiosa réplica do edifício fronteiro, ingénua e carregada das maneiras de fazer em que ecoava a memória dos velhos prédios da cidade. Nada menos seguro aliás, que o 2º projecto desajeitadamente disfarçando essa dificuldade de entender o novo gosto, que já só era moda nas repetições fáceis e medíocres dos novos promotores, fosse de maior qualidade que o primeiro.

Chegava-se assim ao fim do percurso do gosto artes decorativas na Av. da República. Longínqua e ecleticamente anunciado no prédio de Miguel Nogueira de 1913, onde as citações arte nova tinham ainda grande peso, apresentado como modelo no de Pardal Monteiro de 1920 - que o 69 da Elias Garcia e o 91 também da Av. da República já nos anos anteriores propunham embora com maior empirismo - divulgar-se-ia sobretudo nas outras Avenidas e é objecto ainda de curiosas apropriações: de Norte Júnior por um lado que, nas produções de algum luxo, o tende a sobrecarregar de citações alheias que recordam o seu passado ou, estranhamente, prevêm o seu futuro; do prédio de rendimento tradicional, por outro, que subverte o jogo geométrico que o novo gosto pressupõe com os motivos vegetalistas das faixas de azulejos e dos ferros forjados das varandas e o deforma com o enriquecimento ingénua de frontões e cantarias que evocam a maneira da década anterior fazer luxo. Prova-se assim que, ao contrário do que acontecerá com as produções de um modernismo mais radical, apenas de divulgação efémera que não chegará a penetrar no imaginário da arquitectura da cidade, este gosto tinha ainda uma carga suficiente de ligações fortes

e significativas com o passado que lhe permitiam ser entendido, apropriado, deformado ou enriquecido, penetrar no universo múltiplo das formas familiares que, numa cidade, devem evidentemente, com a segurança reconfortante da sua capacidade imediata de comunicação, suportar toda a inovação que intriga todos e que só alguns podem amar.

5.2. As Avenidas paralelas e incidentes

No conjunto das Avenidas Novas, a Cinco de Outubro constitui, como já anteriormente sugerimos, a mais coerente em termos do que poderemos considerar o gosto médio desta área da cidade. Nela não encontramos nem as manifestações iniciais mais marcantes do gosto do início do século - se exceptuarmos o palacete de Silva Graça no nº1, que, mesmo assim, era uma apropriação filtrada pelo gosto ostensivo mas também racionalizante do proprietário - nem produções significativas do final dos anos 20 dentro já do gosto artes decorativas - se exceptuarmos a moradia de Pardal Monteiro no nº207 que, apesar da filiação evidente, é também uma produção complexa que ultrapassa, pela sua concepção globalizante, a simples citação de moda que a maioria das outras foram.

E se não citámos nestas excepções prédios é porque nestes essa mediania de gosto - que resvalou como vimos já, nos anos à volta de 20, para a produção de escandalosa falta de qualidade e segurança dos gaioleiros - não conheceu sequer excepções significativas, visto que algumas das fachadas que distinguimos no período anterior, se representam notável ponto de chegada das variantes morfológicas do prédio de rendimento, nunca, todavia, chegaram a ser obras inovadoras.

Nos anos 20, em que se constroí ainda activamente - mais de vinte prédios e pelo menos nove moradias - a tendência na Cinco de Outubro para uma certa cristalização de modelos manifesta-se plenamente, sobretudo no espaço mais aberto à pessoalização que é a casa individual. Se o palacete de gosto sóbrio e tradicional cede finalmente a composições menos puristas, as volumetrias globais permanecem no entanto presas à forma cúbica mais elementar, bem ilustrada por exemplo nos nºs 87 e 107, respectivamente de 1929 e 1925. A primeira, projectada pelo arquitecto Adolfo Marques da Silva, apresenta uma facha-

ILLUST. 189

(Juss. 110)

da eclética, misturando ainda a sugestão neoromânica dos pesados arcos das janelas do r/c, que se repetem, com maior intervenção de emolduramentos no último andar, com o desenho tradicional das vergas ornadas de fechos centrais. A moldura recortada que rodeia a janela de sacada central do 1º andar, que procura rimar com as linhas quebradas dos bordos da fachada, pretenderia ser um elemento original numa apropriação de certo modismo artes decorativas, mas não passa de um amaneiramento que, se de algum modo, fragiliza a composição global, não chega contudo para a dinamizar. As pequenas colunas, que lateralmente apoiam os arcos das janelas do r/c, sugerem o longínquo colégio de Álvaro Machado da Av. da República e os frontões simplificados que recortam a cimalha são uma vontade pobre de imitar as pequenas cúpulas piramidais que já Miguel Nogueira utilizara em 1913. Trata-se assim de uma obra rebuscada, deliberadamente à procura do efeito, colando sem verve os elementos díspares que quase 30 anos de arquitectura eclética abundantemente podiam fornecer.

O nº107, que é anterior, apresentava já um gosto semelhante - *Ilust. 140* que parece propôr-se, na sua rigidez maciça aliada a uma volumetria tradicional, como alternativa modernizada ao palacete dos primeiros treze anos do século. Aqui, todavia, a influência do gosto em moda é mais evidente nas molduras simplificadas e geometrização das janelas, embora o grande peso do corpo central, reforçado pelos arcos redondos das janelas, em correspondência com o recorte do tímpano, aponte a mesma citação neoromânica, sugerindo a reapropriação tardia desse ecletismo, em que muitos quiseram ver um alternativa mais urbana para a casa portuguesa. Nos anos finais de 20, esta atitude aponta, mais uma vez, alguns dos fios múltiplos com que, em todo o vasto período que analisamos, o gosto arquitectónico da Avenida Novas procura resistir aos padrões de uma modernidade mais internacionalizada, apropriando-os num chão denso de tradicionalismo e empirismo.

Semelhantes referências ecléticas arcaizantes apresenta o nº35 de 1929, única moradia de um quarteirão já totalmente *Ilust. 141* edificado com prédios. Construída por João Manuel dos Santos Faria, que já largamente encontrámos, ao contrário dos prédios em que o vimos envolvido, mas de modo idêntico à moradia nº67 *(Ilust. 94)* da Avenida da República, de 1917, de que foi proprietário inicial, é uma realização estereotipada que recolhe sem talento

as articulações fundamentais das moradias de vinte anos antes de Norte Júnior, acrescentando-lhe uma pequena cúpula de moda, centralizando o frontão e coroada de um pináculo esférico. Trata-se de uma obra menor, inferior em qualidade e em referências simbólicas às anteriores. Curiosamente, mesmo a imagem privilegiada de moradia é apenas uma aparência já que se trata ainda de um exemplar da tipologia híbrida de prédio moradia, constituído por dois fogos e lojas na cave. Perante este projecto cristalizado, José Alexandre Soares, arquitecto da Câmara, aprova-o "sob condição de na sua execução(...) limitar o coroa-mento em sua parte central(...)eliminando também dentro dele até às cimalhas as suas decorações"(145) Em consequência, a cúpula central e os corucheus laterais foram eliminados, sinal de que o gosto e o imaginário da cidade iam mudando no sentido de deixarem de se espelhar nesses ingênuos emblemas de ostentação e diferença.

Também a moradia nº101, edificada em 1925, e de que foi ALUSC 152 autor o arquitecto A.R. Silva Júnior, que nestes anos a Arquitectura Portuguesa, em fase de grande decadência, activamente promove, com maior modéstia de volumetria, participa neste gosto detido e sem imaginação que caracteriza todos os projectos que temos referido. Ao contrário dos anteriores, que jogavam em valores de ostentação e de rebuscada diferença, o arquitecto prefere aqui proteger-se na clareza e simplicidade do sentido comum: é uma modesta casa, apenas com r/c, organizada da forma mais tradicional e elementar, com uma porta lateral e três janelas de vãos iguais. Todavia há um certo alinhamento: o friso que articula os vãos abaixo da linha da cimalha, a moldura recortada da porta principal, as duas colunas adossadas sem qualquer função de um e outro lado do conjunto das janelas e, na fachada lateral, a escada organizada em dois corpos opostos que inferiormente se abrem em arco, deixando antever uma simulação de estufa. Elemento decorativo é ainda a alta chaminé que se ergue sobre a fachada principal com movimento ondulante de fumo, numa sugestão airosa e medíocre de um viver auto-suficientee feliz pela pequenez e modéstia, evocação óbvia do catalogado imaginário português que, como se vê, nem sempre precisava propriamente da casa à portuguesa para se exprimir.

No mesmo ano, e ao lado do 101, é edificado também o nº97, ALUSC 113 com a mesma sugestão de modéstia que a volumetria breve de um

r/c sem quaisquer articulações imediatamente veiculã. A marca decorativa é todavia mais sóbria, organizada num conjunto de colunas adossadas com ecléticos capiteis, enquadrando a porta, os bordos da fachada e separando os vãos simples das janelas a que, ao longo de toda a linha da cimalha, corresponde um frontão recortado, que aliás inicialmente não existia.

Foram ainda construídas moradias nos n.ºs 95 e 123, dentro de projectos mais ambiciosos, situando-se, em termos de gosto, entre a sugestão do palacete do período anterior e as moradias mais ecléticas, mais ou menos neoromânicas que foram construídas já nos anos 20, mas a única em que vale a pena determo-nos é o n.º 207, projectada em 1929 por Pardal Monteiro para Félix Ribeiro Lopes, comerciante espanhol. Realizada no ano seguinte à da Av. da República que já analisámos, este edifício - que pertence ainda à tipologia de prédio moradia visto o 3.º andar constituir um fogo independente - representa o seu aperfeiçoamento, não tanto em termos arquitectónicos, no que os projectos anteriores atingiam já a mesma despojada sugestão de utência que aqui existe, mas sobretudo no vocabulário decorativo que adquire notável grau de refinamento: as bases concheadas das pequenas varandas ladeadas de um motivo de voluta que se repete sob o parapeito das janelas do r/c, os frisos de mosaico que animam a linha da cimalha e se constituem em minuciosos painéis acima das janelas de sacada do 1.º andar, as pequenas mísulas em forma de máscara que apoiam a última varanda, o vaso de flores, coroando a pilastra de ângulo, a diversidade dos recortes dos caixilhos dos vidros que, nas fachadas laterais, se combinam com o ferro, os motivos decorativos de ferro forjado das varandas, todos estes elementos participam num gosto mais maneirista que artes decorativas, embora tenham nela a sua principal referência. Pressente-se que há nesta moradia, aliás como já nas anteriores, sobretudo um gosto juvenil pela criação de um espaço e de uma imagem de casa que, inspirando-se evidentemente em modelos, se constrói a partir de uma absorção empírica de motivos e sugestões, recriados pela mão dedicada do arquitecto. Deste modo ela possui uma intensa implantação no que temos considerado uma arquitectura tradicional lisboeta, que se qualifica pelas proporções, mais modestas que grandiosas, pelas volumetrias compactas respeitando os sólidos geométricos fundamentais, por uma distribuição elegante dos vãos abrindo-se sem subterfúgios na planimetria das

ILUST. 194

ILUST. 195

(ILUST. 181

182)

fachadas e por um gosto decorativo utilizando motivos tradicionais de labor ainda predominantemente artesanal. Evidentemente que há uma malha arquitectónica precisa que se impõe a todos estes elementos mas, o sentimento global tem raízes fundas no que poderia ser para Pardo Monteiro nestes anos uma moradia urbana e lisboeta.

Muito curiosa é a garagem que pertence à moradia, construída já em 1932, com plantas assinadas pelo engenheiro José Machado Costa Rodrigues e que, muito mais do que ela, participa no gosto artes decorativas, na sua tendência mais claramente modernista, trasparecendo, de uma para a outra, a evolução que se estava a processar na arquitectura de Lisboa.

Mais diversificado e significativo é o conjunto heterogénio das numerosas moradias construídas nestes anos nas restantes Avenidas, em que se assiste à evolução do gosto do ecletismo, mais ou menos diversificado, ao esteriótipo artes decorativas em que cristaliza a abundante produção dos primeiros anos de 1930.

Nos primeiros anos predominam ainda as maneiras características do período anterior que tinham em Norte Júnior a principal referência. Ele mesmo projecta em 1922, para um construtor civil, uma extensa moradia na Av. Duque d'Ávila, tornejando para as Ruas António Enes e Luís Bivar, em que estão presentes todas as citações habituais da gramática decorativa academiante, penetrada embora de certa simplificação geométrica de época e recorrências tradicionais, como o varandim cerâmico sobre a cimalha da entrada principal. Como anteriormente acontecia já numa moradia da Cinco de Outubro, também aqui o andar inferior é ocupado por lojas, o que traduz uma corrupção curiosa do conceito específico de moradia que, paradoxalmente, aprofunda a sua função urbana sem contudo ceder à imagética de excepção que lhe era própria.

Do mesmo ano é o nº43-47 da Av. Elias Garcia, construído também para um construtor civil e cujas plantas e Memória Descritiva são apenas assinadas pelo construtor responsável Joaquim Carvalho Bandeira. Mais discreta do que a anterior, que se exhibia sobretudo com a função dinamizadora que as lojas lhe atribuíam, participa todavia no mesmo tipo de gosto eclético, concentrando emblematicamente no corpo nobre que as pi-

lastras e colunas ornadas de capiteis e sobretudo o frontão recortado e retoricamente coroado, asseguram. Mais interessante é o corpo lateral recuado que contém a entrada principal, sob o ritmo elegante de uma varanda de ângulo, apoiada em três colunas descentradas, numa sugestão pouco frequente de recato despojado de símbolos imediatos, construindo-se apenas com os ritmos dos diversos corpos, dinamizados pelas aberturas com o exterior que, de modo diferente, propõem o vestíbulo do r/c, que as colunas abrem, e as varandas do 1º andar que a balaustrada de cantaria envolve, num jogo de cumplicidades sugeridas, que o corpo nobre sobre a rua evidentemente contraria. Todavia, não podemos menosprezar estas breves sugestões de qualidade espacial que, embora raras, não estão, nas melhores realizações, ausentes da própria capacidade de elaboração dos meios da construção civil tradicional que, por enquanto, tudo deviam ainda à escola empírica, minuciosa e artesanal do início do século.

Próximos destes modelos, mas com maior pobreza de programa, construíram-se ainda o nº50 da Av. Barbosa du Bocage, em 1928, com projecto assinado por Norte Júnior que aqui realiza uma das suas mais modestas moradias das Avenidas Novas em que a simplificação geometrizar dos volumes é amesquinhada pela organização tradicional em dois corpos, o lateral mais estreito e coroado de frontão, pela decoração do painel de estuque e de azulejos que desenvolvem medíocres valores naturalistas e ainda pela desproporção da bandeira da porta principal que desagradavelmente acentua a desarmonia do conjunto.

ILUST. 198

Também é Norte Júnior o autor do nº46 da mesma Avenida onde uma idêntica pobreza de programa permite contudo a organização mais grácil da fachada, dentro da maneira amável de que a casa Malhoa continuava a ser o marco fundamental.

ILUST. 199

Fracassos idênticos, e igualmente pouco significativos, por toda a mediania que pressupõem, são o nº11 da Avenida Praia da Vitória, já de 1930, com projecto assinado pelo engenheiro Manuel Gomes, exibindo uma medíocre citação neoromânica no arco da varanda do 1º andar que em nada contraria a banalidade do conjunto e o nº11-13 da Av. Barbosa du Bocage, de 1931, do mesmo arquitecto Marques da Silva que projectou o nº87 da Av. Cinco de Outubro. Neste caso, as alterações significativas do remate, que se organizava em frontão recortado, realizadas em 1948, impedem um entendimento mais cuidado da

ILUST. 200

ILUST. 201

(ILUST. 202)

peça, que todavia se revela suficientemente na alternância de mostruário das molduras dos vãos, rectilíneos no r/c, num sugestão deliberada de classicismo, neoromânicos no janelão do 1º andar, neogóticos nas duas pequenas janelas pressupostamente ogivais sobre a porta principal.

Também o nº8 da Av.de Berna, de 1924, pertence a este conjunto heterogénio e medíocre, embora aqui mais submetido ao gosto português que anima os beirais no tradicional ondulado. Todavia essa marca não chega para unificar a fachada desproporcionada que os emolduramentos rígidos e intencionalmente diversificados em cada grupo de vãos mais acentuam.

ILUST. 202

Mais discreto é o nº22 da mesma Avenida de 1927, cuja planta é assinada pelo arquitecto Frederico S. Carvalho. Curiosamente, procura-se aqui restaurar a dignidade discreta dos palacetes urbanos do período anterior, organizados em volumetrias muito simples, mas o menor número de vãos que se tendem a alargar corrompe a sensação de intimidade aflorada que eles proporcionavam. Por outro lado, a pobreza manifesta das cantarias, das molduras e dos ornatos de estuque mais evidenciam quanto essa restauração era vã, alterado que estava a ser todo o processo de organização e produção da construção civil e os valores urbanos e imagéticos que constroem a cidade.

ILUST. 203

Essas alterações processavam-se contudo muito lentamente e o gosto português, organizado em fórmulas a que o início do século dera corpo conhece nestes anos, significativamente, certa voga nas Avenidas Novas. Além do nº8 da Av.de Berna que referimos, também o nº52 da Elias Garcia de 1927 e o 43 da Av.Barbosa Du Bocage de 1924 participam nesse gosto que o movimento característico dos telhados, os registos de azulejos, as janelas com a caixilharia dos vidros em retícula, os numerosos alpendres imediatamente referenciam, numa identificação fácil e sempre gratificante.

ILUST. 204

ILUST. 205

Todavia quando se tratou pela primeira vez de construir um núcleo de moradias, não foi este estilo que se elegeu mas sim a maneira eclética com que Norte Júnior procurara, com o sucesso relativo que as próprias propostas pressupunham, modernizar o rosto da cidade. Referimo-nos ao projecto que Henri-que Monteiro Torres submete em 1928 à aprovação da Câmara "pretendendo mandar construir uma série de 11 moradias constituindo assim uma útil tentativa de solução em parte da enorme crise de habitação dando ao local considerado zona de construção

ILUST. 206

luxuosa uma unidade de conjunto arquitectónico". O local é o "talhão nº55" entre a Av. Duque d'Ávila, Rua Pinheiro Chagas e Travessa das Picoas que surge do "prolongamento da Rua Pinheiro Chagas, alargamento e rectificação da Travessa das Picoas e Duque d'Ávila(...)" previstos "pelo Plano do Parque da Liberdade (hoje Parque Eduardo VII) ruas adjacentes, paralelas e incidentes aprovado em 4 de Outubro de 1889" (146).

Com poucas variantes, as moradias propostas obedeciam todas à mesma organização volumétrica, tipificada, por exemplo, no nº185, assumidamente paralelepipedica (que, aliás, pelos projectos, deveria antes ser cúbica, tendo-se depois acrescentado mais um módulo vertical), centralizada num corpo nobre constituído por duas janelas de sacada, uma em cada andar, articuladas pela varanda de cantaria através de dois pares de colunas cilíndricas. O conjunto das janelas, desenhando-se em arcos redondos, e das molduras que, à superfície, ritmavam as fachadas, articuladas com a cimalha organizada num pequeno frontão também em segmento de círculo, acentuavam-lhe a sugestão predominantemente eclética, situada entre as reminiscências das maneiras académicas do início do século e uma evidente simplificação de cunho vagamente artes decorativas (por exemplo nas pequenas molduras que inferiormente sublinham os conjuntos das janelas geminadas do r/c) mas sobretudo provocada por uma standardização dos processos construtivos que se adivinha e um abandono deliberado dos elementos decorativos secundários. Sobre um corpo preso a modas morfológicas do passado, é a construção modernista que se adivinha que, sem o suporte de uma imagem arquitectónica inovadora, se empobrece em mediação no anonimato.

Os tipos "A" e "B" previstos obedeciam a maior simplificação formal, onde as referências ecléticas se dissolviam num sentido de funcionalidade empírica, despidido de quaisquer referências imagéticas ao passado como ao presente. São claramente projectos de engenheiro, concretamente Manuel Gonçalves Madeira que aqui de certo modo prevê um tipo de construção que os anos 40 retardados, ultrapassados alguns emblemas muito conotados com a simbologia do estado Novo, sistematicamente usarão, sem rasgo nem imaginação, praticamente sem sentido arquitectónico nem sequer decorativo.

Curiosamente a sétima das moradias construídas sobre a Av. Duque d'Ávila, o nº205, já de 1935, afastou-se dos modelos pre-

vistos, adoptando com outra força o espírito da época através de uma fachada modernista, movimentada por dois corpos descendidos de bow-windows e pela varanda em betão que articula todo o 1º andar. Não é evidentemente uma obra notável, este projecto assinado pelo engenheiro Pinto d'Oliveira, mas permite ver quanto o modelo inicial eclético, mediocrementemente preso a citações passadas, sem energia nem gosto, embora apontando um extenso futuro cinzento da construção estandardizada dos anos 40 e 50, afinal não era sequer resposta adequada às solicitações imagéticas das Avenidas Novas dos anos 30.

Se na Avenida Duque d'Ávila esta foi a única fachada de moradia manifestando que os longos anos de 1900, que viram as Avenidas surgir, estavam arquitectónica e sociologicamente ultrapassados, noutras Avenidas, sobretudo nas que, para Norte, mais tarde foram edificadas, este percurso final é mais nítido. Assim na Defensores de Chaves e na Barbosa du Bocage são construídas numerosas moradias, nos finais dos anos 20, que tendem a ultrapassar o cristalizado gosto à maneira de Norte Júnior do início do século: por exemplo, os n.ºs 42-44 da Barbosa du Bocage de 1929 ou o n.ºs 48-50 da Elias Garcia, do mesmo ano, com projecto de Jacinto Robalo e José Machado da Costa Rodrigues (dupla extremamente activa nestes anos iniciais da construção de betão armado) que se filiam na maneira artes decorativas que Pardal Monteiro pusera em moda com as suas moradias da Av. da República e Cinco de Outubro, submetendo-as contudo a um fabrico quase em série que lhes retira qualquer espécie de individualidade.

Também Norte Júnior participa neste movimento de modernização: a par dos projectos medíocres que esgotam sem saudade o seu anterior formulário, realiza, por exemplo, os n.ºs 35 e 37 da Barbosa du Bocage, já em 1931, onde o seu gosto eclético se filtra pela gramática ornamental da moda, num exercício de colagem muito superficial que nem sequer põe em causa a habitual articulação da fachada em dois corpos, um dos quais, contendo a porta principal, continua coroado de frontão. Apesar de se tratar de realizações evidentemente menores e pouco significativas no conjunto da obra do arquitecto, elas permitem-nos mais uma vez salientar a sua notável versatilidade e sobretudo capacidade de sobrevivência mas apontam também quanto os novos processos construtivos, que finalmente se instalavam aliados a um gosto novo em termos de volumetria e orna-

mentação, podiam ser e eram sistematicamente tratados como um novo figurino com que superficialmente se cobria o conceito pouco alterado de casa, ainda sobretudo uma fachada que o encomendador podia escolher ou, cada vez mais, o promotor impunha com vantagens evidentes pela standardização da produção que lhes facultava.

Todavia os anos volvidos de gosto pela ostentação e pela diferença sobreviviam ainda na década de 30 em duas moradias que vestem o figurino neo-árabe, numa atitude algo inesperada tanto mais que, apesar da existênciada Praça de Touros, nunca ele se havia constituído em moda nos anos anteriores. Referimo-nos ao nº18 da Av. Elias Garcia de 1934, projecto de Ávila Amaral (um dos mais dinâmicos realizadores de bairros inteiros da Lisboa deste anos, entre os quais o Bairro Azul) para Virgínia Júlia da Conceição Reis Carmona que evoca, com rigor de citação, as janelas do Palácio de Sintra, bem como as suas ameias escalonadas e um pórtico ogival sem que, todavia, um fio secreto de prazer ou de loucura prepassse por essa evocação afinal fria. Há uma conformidade excessiva e superficial em relação ao modelo que não podendo evidentemente transpôr a diversidade e riqueza dos materiais, o gosto acumulado das pequenas diferenças decorativas nem as alvenarias espessas e sobrepostas de reconstruções sucessivas, é apenas um corpo cenográfico, estranho na envolvência, a deixar perceber também que nem sequer pertence já a uma época em que a multiplicidade de actos idênticos acabaram por criar uma ambiência significativa. Quer dizer, esta moradia nem sequer é um revivalismo. Em 1934 apenas pôde ser um gesto individual que, sem grandes explicações e intimidade deslocada, foi confiado a um engenheiro civil.

Aparentemente mais interessante é o nº24 da Av. de Berna, tornejando para a Travessa de São da Bandeira, mandado edificar em 1931-32 por João Castanheira de Moura, com projecto do arquitecto Vitor Manuel Piloto, onde o revivalismo neoárabe é assumido em versão mais rigorosamente granadina, que se alarga da fachada aos arranjos interiores, culminando na cúpula, a pretender ingenuamente recriar espacialidade de Alhambra. Ainda durante a construção o piso térreo é inesperadamente adaptado a padaria, deixando transparecer os equívocos e os limites dos sonhos da burguesia lisboeta. O tempo breve também já que, menos de trinta anos passados, em 1960, estava já aprovada a sua demolição.

Em termos de edificação de prédios, os anos 20 pertencem ainda na Av. Cinco de Outubro, pelo menos até 1927, à época de actuação dos gaioleiros e consequentemente à das reconstruções. Sobretudo nos últimos quarteirões, os n.ºs 271, 289, 301, 337 jun- ILUST. 215
tam-se à vasta lista dos que exigiram graves intervenções, tendo mesmo o n.º 301 de 1924 sido totalmente demolido em 1928, o que aliás foi também imposto ao n.º 337, na esquina para a ILUST. 216
Av. das Forças Armadas, ainda durante a sua construção - "to-
da a parte construída deve ser totalmente demolida até às fun-
dações (147) - sem que, como muitas vezes aconteceu, essa deci-
são tenha sido cumprida.

Esta crise grave como que determina, sobretudo precisa-
mente na Cinco de Outubro, um retrocesso qualitativo em rela-
ção ao que fora feito no período anterior. Há um evidente can-
saço dos excessos decorativos abusivamente colados às facha-
das pretendendo esconjurar os vícios básicos de uma construção
degradada, o que explicará, por exemplo, que ao lado dos n.ºs
23 e 27, edificadas em 1920, dentro do gosto algo precioso e
superficial mas incontestavelmente imaginativo dos anos de Guer-
ra, surja, em 1928, o n.º 21, extenso e monótono gaveto que, sem (ILUST. 143)
pejo, exhibe a pobreza e falta de empenho do programa que, to-
davia garante à partida maior qualidade construtiva visto a
Memória Descritiva conter, ao contrário do que sucedia com
os anteriores, os cálculos do vigamento metálico. Também os
n.ºs 17 e 19, edificadas no mesmo ano, e os 149 e 151 de 1930,
obedeciam a esta tipologia simplificada que, algo anacronica-
mente, regressava aos modelos iniciais do prédio de rendimen-
to, enquanto noutros, como o n.º 145 em gaveto para a Barbosa
du Bocage, edificado entre 1922 e 1930, com reconstrução pe-
lo meio, se assiste à mudança de projecto, para uma actuali-
zação dentro do gosto artes decorativas.

É todavia nas restantes Avenidas que o triunfo conquista-
dor deste novo gosto mais claramente se implanta. Assim, se
na João Crisóstomo e Miguel Bombarda se constroem, nos lotes
ainda vagos, prédios que veiculam os modelos anteriores, co-
mo o n.º 18 na primeira, com uma notável fachada que funde o ILUST. 217
sentido decorativo eclético com a normalização da inserção dos
vãos, ou os n.ºs 124 a 150 da segunda, construídos entre 1922 ILUST. 218
e 1926 que constituem quase um mostruário das pequenas varian-
tes com que o prédio de rendimento das Avenidas preencheu
uma volumetria comum, mais para norte e na Defensores de Chaves

é o prédio de gosto artes decorativas, igualmente com pequenas variantes ornamentais que vai cobrindo com monotonia e volumetria idênticas, as vastas frentes de quarteirão ainda por edificar. Cite-se, por exemplo, o nº1 da Av. Defensores de Chaves, construído entre 1929 e 1931 por Ávila Amaral que já encontramos e que é, indiscutivelmente, o mais poderoso dos construtores civis dos anos 30: trata-se de um vasto prédio de gaveto sobre a Av. Casal Ribeiro, com pequenas molduras em linha quebrada dinamizando alguns vãos, em correspondência com os fechos geométricos da cimalha, numa alternância simples do módulo de janela de sacada com janelas laterais e varanda em ritmo horizontal, com a janela isolada verticalizante. Pequenos painéis, molduras em aresta viva e a cúpula com cobertura em ardósia nobilitando o corpo de ângulo, modelo que com poucas variantes foi construído também na Av. de Berna, numa das esquinas com a Cinco de Outubro e, com complexidade maior, ainda no nº77 da Defensores de Chaves, tornejando para a Elias Garcia, onde uma elaborada articulação volumétrica é contrariada pelos ferros forjados das portas principais que exibem, com grande ingenuidade, a sobrevivência de motivos naturalistas, toscamente estilizados. JLUSF. 220

Mais tradicionalista, valorizando a planimetria intensa da fachada é o nº28-40 da Barbosa du Bocage, construído em 1929 por João Manuel dos Santos Faria que assina a planta. As bases das varandas ornamentadas com motivos vegetalistas, a introdução de painéis de azulejos, a existência do frontão em arco de círculo e os pequenos frisos ovalados que decoram as molduras dos vãos, apontam ainda tanto para o prédio de Pardal Monteiro da Av. da República de 1920, como para o 69 da Elias Garcia, embora o despojamento ornamental e a quase ausência de volumetria das cantarias confirme a evolução cumprida dentro dos parâmetros do gosto artes decorativas. JLUSF. 221

A mesma sobrevivência da organização fundamental do prédio de rendimento anterior se observa no nº15 da mesma Avenida edificado já em 1931, por Ávila Amaral e Jacinto Robalo, em que o jogo simples da distribuição dos vãos, modestamente enriquecido com a introdução de falsas pilastras adossadas, painéis rectangulares entre as janelas e de um remate dentado sob a cimalha que ocupa o lugar tradicional da faixa de azulejos, em quase nada altera quer a relação com a rua quer os pressupostos sociológicos de uma mediania conformada, cons- JLUSF. 223

tatação que o nº145 da Miguel Bombarda de 1932 eloquentemente JLUST. 224
comprova.

Já em 1934, encontramos ainda na Barbosa du Bocage, Norte Júnior, que vimos realizar os seus primeiros prédios dentro da nova maneira em 1929 e 1931 na Av. da República, agora JLUST. 225
sintomaticamente associado a Ávila Amaral, como autor dos nºs 226
107 e 109 e dos nºs 4 e 6 da Av. de Berna, também desse ano, em que são usadas grandes máscaras femininas coroando as falsas pilastras verticalizantes, de um lado e outro do corpo central, elemento decorativo que vai rapidamente generalizar-se, como já há três décadas acontecia a quase todos os que este arquitecto fora sucessivamente utilizando. Deste modo, Norte Júnior nos continua a aparecer como figura central desta arquitectura, fornecendo aos construtores civis do betão armado modelos de fachada, num gesto em tudo idêntico ao que praticara ao longo de trinta anos com os que apenas utilizavam "a pedra de lancil e perpeanho, a tábua a três fios, o tijolo "burro" e a barrinha de meia polegada"(148).

Como anteriormente também acontecera, existem paralelamente outras manifestações de gosto que contam aliás, nestes inícios dos anos 30, com possibilidades maiores de implantação, veiculando uma opção mais arquitectónica do que decorativa que conduzirá ao reino efémero do modernismo. E embora as Avenidas Novas estejam então quase totalmente edificadas, ainda encontramos algumas das suas primeiras manifestações: é o caso do nº58 da Defensores de Chaves, construído em 1929-30, com JLUST. 227
projecto de Silvestre da Motta que dinamiza uma fachada alongada e apenas com dois andares, com um conjunto de corpos destacados, apresentando os centrais uma modulação curvilínea. A redução das molduragens, com que as artes decorativas mais tipificadas escondiam a ausência de gosto arquitectónico, conduz aqui a uma valorização enérgica das massas que, com alguma ingenuidade, os pesados frontões recortados sublinham. Trata-se de uma obra ainda muito eclética, em que o gosto decorativo se transfere da ornamentação para a arquitectura, numa referência algo expressionista, assumida com grande empirismo.

Outra responsabilidade e significado tem o nº50 da mesma JLUST. 228
Avenida, já de 1935-36, projecto do arquitecto Cassiano Branco e do engenheiro Ávila Amaral, outra dupla de grande importância na Lisboa destes anos, que prova a disponibilidade do último para se associar quer com o passado que Norte Júnior

representava, quer com o presente que Cassiano aqui brevemente pontua. Em relação ao prédio anterior, verifica-se a eliminação de todas as citações artes decorativas, numa depuração iconoclasta que, na alteração das proporções das janelas, aponta já toda uma nova relação interior exterior, que todavia não passa a acto já que a fachada se entrepõe ainda com a sua forte especificidade como o centro irradiador de sentido de toda a construção. Por aí, este novo gosto que se propunha renovar a cidade era ainda, nas volumetrias tradicionais que os quatro andares continuavam a organizar, um elo dos múltiplos percursos com que a arquitectura fora pontuando o espaço da nova Lisboa, sem transgredir as normas que um projecto urbanístico com meio século de existência lhe havia estipulado.

6. Conclusão: as Avenidas Novas dos anos 40

Nos anos iniciais de 30, não estavam ainda edificadas todos os lotes das Avenidas Novas e a breve incursão do modernismo, que simbolicamente representámos no nº50 da Defensores de Chaves de Cassiano Branco, pontuou, ocasionalmente, algumas extremidades de quarteirão com o seu gosto que, como acontecera a todos os anteriores, nascera ainda das múltiplas convergências da inovação erudita, que as sucessivas gerações de arquitectos vão representando, com maior ou menor rigor, com os interesses e capacidades dos construtores civis e a solicitação da encomenda privada.

Nunca a Câmara Municipal, nem qualquer outra instância de poder conseguiu, ao longo de trinta anos, impôr normas regulamentadoras da qualidade estética ou tão somente das volumetrias, embora não tivessem faltado numerosas propostas nesse sentido. Nomeadamente, nos anos à volta de 1930, quando as novas frentes de quarteirão da Barbosa du Bocage e da Elias Garcia estavam a ser edificadas, o arquitecto José Alexandre Soares procurou intervir no sentido de regulamentar as cêrceas. Assim, a propósito do projecto de construção do nº7 em 1930, relativo a um pequeno prédio com dois andares, ele pretende saber: "Se contíguos ao prédio que se pretende levar a efeito no local existem já aprovados projectos para quaisquer construções e, no caso afirmativo, quais as alturas dessas construções" (149). Já no ano anterior dera, sem consequências, parecer desfavorável ao prédio nº28 que, além de r/c e cave, tinha três

andares, justificando que, "embora não exista qualquer disposição regulamentar", "no local na quase totalidade existem moradias com dois pavimentos(...) (de modo que a construção prejudicaria) as condições estéticas do local, afectando grandemente a unidade do conjunto" (150). Contudo, ainda em 1929, o mesmo arquitecto, a propósito de um projecto de moradia para o nº42, opina que "a rua deveria ter prédios de maior altura"! (151)

Estes pareceres contraditórios, muito próprios deste arquitecto que, em termos de apreciação arquitectónica dos projectos, revelava semelhantes atitudes, esclarece-se melhor quando, à cerca da aprovação de uma moradia para o nº38 da Elias Garcia de 1929, afirma: "Toda a rua(...) pela sua importância devia comportar edifícios de maior altura; uma vez porém que no local em que se pretende construir e em outras ruas próximas, se encontram já muitas habitações de r/c e 1º andar seria conveniente sob o ponto de vista estético que nesse local fosse limitada uma zona destinada apenas a moradias de alturas aproximadas daquela a que se refere este processo afim de se obter assim uma agradável harmonia de conjunto" (152).

Nunca se ultrapassou, ao longo de trinta anos, este estado de empirismo na reflexão sobre o tipo de arquitectura que mais convinhas Avenidas Novas, e a diversidade de tipologias e gostos que encontrámo~~s~~ são disso prova concluyente.

Todavia, para que se completasse a sua cadeia de significações, faltava-lhes ainda integrar as mutações que o Estado Novo, legítimo herdeiro nacional das incapacidades da sociedade liberal lisboeta, ia provocar em todo o tecido da cidade. A ocasião surgiu logo nos seus anos de esplendor, a propósito da construção da Igreja de N.Sra. de Fátima que, em 1938, oferecia finalmente aos moradores da zona uma alternativa modernizada ao velho templo de S. Sebastião da Pedreira onde as primeiras gerações de moradores das Avenidas Novas foram baptizadas e casadas. Na Sessão da Comissão administrativa realizada em 20 de Agosto de 1936 (153) é proposto o seguinte:

"Estando a construir-se no talhão de terreno limitado pelas Avenidas Elias Garcia, Berna, Marquês de Tomar e Poeta Mistral o edifício destinado a substituir a antiga igreja de S. Julião,

" (...) considerando que as construções a fazer no futuro no terreno sobrance do ocupado por esse templo, não devem con-

tender com a grandiosidade da sua traça arquitectural,

"(...)proponho que esse referido terreno seja dividido em sete lotes(...) que as propriedades a construir nesses lotes (...)se destinem a habitações em comum(...)

"(...) que esses edifícios apresentem a altura uniforme de 15m exactos, o mesmo aspecto arquitectural nas suas frentes, os pisos à mesma altura, o mesmo número de andares, as cornijas no mesmo seguimento, etc(...)e isto afim de se constituir no conjunto um mole de construção harmonioso.

"(...) que as fachadas de todos os edifícios fiquem ligadas entre si fechando inteiramente o perímetro do quarteirão.

"(...) que as coberturas(...) sejam feitas por meio de terraços."

Deste modo, os últimos quarteirões das Avenidas Novas, edificados num contexto político estabilizado, conhecem finalmente a regulamentação que desde o início do século alguns reclamaram, sabendo aliás à partida que nada se faria. Os prédios que até então se diferenciavam quase um a um, tornam-se sobretudo módulos de um conjunto onde a qualidade relativa da construção não compensa o carácter anónimo e sem rasgo da realização arquitectónica onde deixa de ter sentido proceder à análise unitária que anteriormente se justificava. A cidade instaurava-se fundamentalmente como expressão do poder do Estado, onde os cidadãos e as suas casas deveriam ser células sem autonomia. A moradia individual que fora um dos principais veículos de expressão de uma época desaparecia, e os prédios perfilados previam um viver normalizado, sem que todavia a sua intensidade urbana desse modo se enriquecesse. Pelo contrário, a rigidez das novas manchas construídas acentuava a malha ortogonal que o projecto urbanístico criara, enquanto o desaparecimento das até então abundantes áreas de jardim e da alternância prédios-moradias, o nivelamento das traseiras a uma descrição que o betão, ao contrário do ferro, permite e mesmo determina, limitavam as hipóteses de vida social de toda a área, circunscrita quase só às lojas que se continuavam a abrir nos andares térreos. Uma futura vocação terciária, ainda então imprevisível, imprimia de algum modo já aqui a sua longínqua possibilidade.

É neste contexto cujos valores ninguém contestava, que se constroem alguns lotes ainda desocupados do espaço mais intenso das Avenidas onde a normalização dos quarteirões termi-

nais não é imposta. Citemos a título de exemplo, a moradia nº62 da Barbosa du Bocage, edificada em 1939, com projecto de Cristino da Silva, ao lado de uma das últimas de Norte Júnior de dez anos antes, que é uma curiosa fusão de um certo modernismo funcionalista que a magnífica varanda de ângulo do 1º andar dinamiza com a rigidez que o estilo nacional começava triunfantemente a impôr e que tem no pequeno nicho por cima das portas principais emblema adequado; ou o nº48 da Avenida da República de 1942, prédio de cinco andares, projectado por Raul Tojal no único gaveto ainda vago da artéria principal que, todavia, só em 1946 vê construído o último lote com o nº99, prédio com seis andares, projecto de Côtinelli Telmo, .

É no anteprojecto desse prédio que encontramos uma rara reflexão de arquitecto sobre as Avenidas Novas, que se afirma ao mesmo tempo naturalmente como remediação (154). Assim Côtinelli Telmo constata e propõe: "A altura das construções da Av. da República varia entre dois e sete andares e o "estilo" dessas construções - como se a diversidade das alturas não fosse já um elemento de desarmonia do conjunto - é tão heterogénio que julgámos necessário criar, além do elemento novo principal - o viaduto - outros elementos valorizadores deste que com ele fizessem corpo e criassem um acidente forte na perspectiva mole da referida grande artéria."

"São eles 4 blocos de 13 a 14 andares que enquadrariam o viaduto (definindo os ângulos formados pelo cruzamento da Av. da República com as futuras vias paralelas à linha do caminho de ferro".

E mais adiante considerará que "o presente estudo (do prédio nº99) seria pela sua contiguidade com um dos blocos previstos, um traço de união entre a parte existente e a nova tanto no carácter da sua fachada, como em altura (...) na fachada pelo tom neutro* do seu estilo de transição para os futuros blocos de carácter moderno (...) "

"Fachada neutra" é designação que convinha efectivamente ao prédio construído, articulando-se bem com o contiguo nº97 de 1922, e mais interessante seria conhecer os "futuros blocos de carácter moderno" que ~~praticamente~~ nunca foram edificados no que naturalmente a morte inesperada do arquitecto não foi factor negativo decisivo.

Seria afinal com essas "fachadas neutras", monumentalizadas em estilo, que o Estado Novo completou as Avenidas Novas

particularmente a sua Praça que, nestes precisos anos, parcialmente se renova com a demolição do velho palácio da Condessa de Camaride para a abertura do novo troço da Av. Praia da Vitória. E essa velha rotunda das Picoas, que esteve para ser de Mouzinho de Albuquerque e dos heróis coloniais antes de se tornar o Saldanha, que via confrontarem-se agora os prédios de Carlos Ramos e João Simões, dentro do estilo triunfante dos anos 40, com as modestas realizações dos primeiros anos do século, onde duas pequenas moradias eram a nota de maior distinção, simbolizava, no seu espaço circular, a linha tão evidente da história recente da cidade, onde a República aparecia como necessário hiato entre a grandeza confusa do liberalismo oitocentista e a realidade intensa do estado Corporativo. Um regime político corroído pela doença que eram os partidos, a alternância e a pulverização do poder pudera contudo utilizar homens como Ressano Garcia que projectara para o futuro uma praça digna de capital de império. Mas só a nova nação, submetida à autoridade esclarecida e paternal do chefe único, podia dignificá-la arquitectonicamente.

Felizmente, todavia, o Estado Novo, ao mesmo tempo longe da grandeza que apregoava e demasiado empenhado na criação de símbolos urbanos exclusivamente seus, não pôde e não quis mudar totalmente o Saldanha onde, de um para outro lado da Praça, se continuava claramente a entender como a Lisboa de Salazar é o resultado certo de uma sociedade que, por falta de meios económicos e culturais, povoara esse palco de entrada da cidade nova, projectado por um engenheiro português com formação parisiense no tecido velho de uma quinta do subúrbio que fora o chão concreto da triunfante entrada liberal em 1834 - com tão mesquinha arquitectura que, pelos jogos casuais dos interesses dos promotores, é mesmo um resumo excessivamente infiel do que Avenidas acima se edificaria onde diversas manifestações de qualidade objectivamente existiam.

Entretanto, ao mesmo tempo que os últimos lotes das diversas Avenidas iam sendo preenchidos com prédios dentro do gosto estado novo mais ou menos monumentalizado - e além dos já citados, valerá a pena destacar pelo seu pesado significado o nº2 da Av. Praia da Vitória, projectado em 1944 por Norte Júnior que aí retoma, com outra coerência, alguns dos símbolos que, por iniciativa própria, propusera já no nº71 da Av. da

República em 1929 - outra fase da história das Avenidas Novas se iniciava, em perfeita consonância com essas últimas edificações: falamos das demolições.

Uma das primeiras ocorreu logo no início dos anos 40, no nº32, onde fora construída, em 1905, uma modesta e eclética (ILUST. 40) moradia que em 1909 conheceu alterações algo romanescas que analisámos. Significativamente, ela dá lugar, ao fim de uma existência de trinta anos, a um notável prédio de Pardal Monteiro que apropria, com a independência que quase sempre caracterizou a sua prática, ^{o gosto da década} amaceando-lhe a solenidade fria e "neutra" que Cttinelli tão bem qualificou, com um último andar de janelas de sacada com vãos em arco de círculo, enquadrados por discretos painéis cerâmicos e articulados por uma varanda corrida de ferro forjado que rima, com inesperada frescura, com o tratamento do terraço superior. Vinte anos separavam este projecto do nº49 de 1920. Pelo meio ficara enterrado o modernismo sobre o qual Cristinó da Silva insinuaria, mais tarde, que os arquitectos da sua geração talvez nunca nele tivessem acreditado para renovação da arquitectura nacional (155). Também não acreditarão totalmente nas virtualidades do estilo "português suave" que tem aqui ainda uma realização sincera mas que depressa se tornará rígido estereótipo obrigatório e indiscutível. Mas o que mais nos importa salientar é que, a partir dos anos 30, o triunfo dos conceitos funcionalistas, primeiro expressos e depois difusos na imagética nacionalista, representa, nas Avenidas Novas, uma generalizada condenação da vasta produção de fachadas que iludiam nos jogos decorativos de ostentação a mediania ou mesmo mediocridade dos programas. A par das demolições, começam então as alterações visando quer a substituição de materiais considerados pouco nobres como os azulejos, as madeiras e os estuques, ou de conservação e funcionalidade problemáticas como o ferro sistematicamente substituído nas escadas de serviço pelo betão e nas marquises pelo alumínio, quer, mais significativamente, a alteração do padrão de gosto. Citemos apenas alguns exemplos:

No nº97-99 da Av. Cinco de Outubro, a que nos referimos, (ILUST. 143) o proprietário Francisco Sá Carneiro propõe primeiro modificações interiores: "apenas se melhorará o aspecto, disfarçan- (ILUST. 234) as colunas existentes com pequenas golas em cujos intervalos serão colocadas vitrines" e, em 1949, propõe "novo arranjo da fachada principal com demolição das pilastras e cimalkas exis-

tentes que fica toda coberta a liós branco"(156).

No nº77 da mesma Avenida, tornejando para a Miguel Bombarda, em 1943, são feitas obras projectadas pelo architecto Rodrigues de Lima "com o objectivo de obter do lado sul(...), visível da Av.Cinco de Outubro, uma fachada de maior interesse levantar-se-ão pilares revestidos de mármore(...) prevê-se a substituição de azulejos decorativos que com um mau gosto acentuado prejudicam o exterior do edifício"(157).

Mais radical é a evolução do nº79 da Av.da República(158), FOLH. 235 moradia de 1908, dentro da prática eclética de moda que, em 1951, é completamente alterada, desaparecendo os frontões, adquirindo as janelas vergas rectas, simplificando-se linearmente as grelhagens de ferro forjado e substituindo os pequenos fechos da cimalha por pesadas agulhas cónicas, dentro do gosto estado novo mais descaracterizado; ou do nº33 da Defensores de Chaves de certo modo em sentido contrário: trata-se FOLH. 236 agora de uma pequena moradia de 1907, próxima dos valores do pequeno prédio de rendimento, com os elementos decorativos reduzidos à faixa de azulejos sob a cimalha e a um modesto frontão praticamente inscrito. Em 1953, propõem-se alterações "consequência não só das modificações interiores(...) mas também o desejo de enriquecer o aspecto do prédio", dentro de uma maneira eclética, entre a citação da casa portuguesa e a nostalgia palaciana que o architecto da Câmara Couto Martins acusa de "deficiências notórias de composição architectónica"(159).

Sociologicamente curiosa é a justificação dada pelo engenheiro Rebelo Cabral que assina, já em 1960, o projecto de substituição da escada de serviço de ferro por outra em betão armado no nº21 da Av.da República de 1907(160): "pôr de parte as cortinas de ferro por outras em tijolo que pusessem fim ao espectáculo a que quase todos os dias se assiste para gaúdio do rapazio que sabedor da existência no local de inúmeras serviçais(...)se aglomerava ali constantemente para ver as pernas às mocinhas(...)".

Este desamor pela architectura das Avenidas Novas, imediatamente justificado pela profunda mudança de gosto que os anos da segunda guerra definitivamente consagram, fundamenta-se todavia em razões mais gerais que têm que ver com a rápida alteração do modo de as situar em termos do desenvolvimento da cidade. Assim, se em 1929, a propósito da pretensão do proprietário do nº60 da Defensores de Chaves de alterar o projec-

FOLH. 237
n.º 244

to de um prédio previsto com cave, r/c e 4 andares, no sentido de retirar o 4º andar e elevar a cave, José Alexandre Soares dá parecer favorável à supressão do 1º mas não à elevação da 2ª, justificando que "aumenta a altura do edifício com mais um andar inferior" e que "nunca lhe seria consentido tantos andares para que a sua altura não desmanchasse o conjunto harmonioso que se está obtendo" (161), parecer, aliás, que não teve quaisquer consequências como habitualmente, ^{antes} ~~20~~ anos mais tarde, em 1949, o arquitecto A. Couto Martins, a propósito do pedido de ampliação da moradia com o nº 95 da Av. Cinco de Outubro, (J. COSTA, 194) afirma: "Esta Repartição confirma mais uma vez que o princípio que há muito vem defendendo de que as avenidas importantes salvo casos excepcionais deverão ser ladeadas de grandes prédios de rendimento, circunstância esta que, além de contribuir em grande parte para debelar a crise de habitação, dá às referidas artérias um aspecto monumental condigno(...)", acrescentando que "a autorizar-se a ampliação requerida afasta-se para muito longe a possibilidade de vir a conseguir-se em prazo mais ou menos curto o "desideratum" acima mencionado" (162).

Os dados estavam lançados. Depois de demorar mais de trinta anos a preencher os vastos quarteirões que Ressano Garcia no final do século abrira à cidade incrédula perante tão ambicioso plano, os edifícios das Avenidas Novas estavam aos olhos de todos ultrapassados. As Avenidas novíssimas que se iam erguendo, algumas ainda dentro do projecto global de Ressano Garcia, outras rasgadas em novas áreas, apontavam o caminho que deveria ter sido seguido. A inexistência de norma credível aos olhos de uma sociedade que finalmente se disciplinara e acreditava cegamente no progresso, tornava-as uma mancha que deveria ser eliminada.

III - As Avenidas Novas na crónica lisboeta

Embora os primeiros prédios e moradias surjam na Av. da República em 1902 e em 1910, como vimos, mais de metade das suas vastas margens estivessem edificadas, bem como alguns dos mais centrais quarteirões laterais, o imaginário da cidade dificilmente absorve nesses primeiros anos a cidade nova que assim tão inesperadamente se erguia onde "poucos meses antes eram terras de trigo" (163).

João Chagas, em 1905, (164) traduz bem essa dificuldade:

"Porque para mim e para os homens do meu tempo o que é afinal Lisboa?

"É ainda aquela cidade triste e suja que há vinte anos conhecíamos quando éramos adolescentes, com os seus saguões imundos, os pregões estridentes das suas peixeiras, a sopa, a vaca e o arroz do seu jantar das 4, o Passeio Público aos domingos com a sua turba de mulheres magras e feias, as touradas no Campo Pequeno com o Peixinho Pai - a Judia em D.Maria e o Fontes no poder. Por mais que no-la renovem ela fica sendo sempre para nós essa velha Lisboa(...)

"Em vão reconhecemos que ela se transforma e se torna bela(...) apenas experimentamos uma vaga surpresa a que não é estranho um igualmente vago despeito(...)".

Esse "vago despeito", legítima atitude de quem teme o futuro e doira o passado, não impede todavia que vá conquistando adeptos o elogio do progresso, assim evocado nas páginas de O Ocidente, em 1906:

"A bela Avenida foi com meia dúzia de jardins muito bem tratados e os americanos eléctricos o que de melhor nos trouxe a civilização" (165), resposta optimista a quantos, e eram muitos, partilhavam com Ramalho Ortigão os perigos do boulevardismo (166).

Nesse texto fundamental, Ramalho afirmava sem peias que "o projecto do boulevard do passeio do Rossio ao Campo Grande é de uma concepção bem tristemente pretenciosa" e, dando razão estrita aos Regeneradores que nas Cortes se haviam oposto ao projecto, bramava que "esse boulevard, segundo o critério municipal, é um luxo" e, mais gravemente, com um moralismo estreito que se fora tornando um dos agentes mais activos das suas opiniões: "o boulevard não serve senão para espalhar os maus hábitos do café e do trottoir, o amor da ostentação, a ociosidade, o boulevardismo, a cocotice, o luxo pelintra da toilette". Aliás, para Lisboa que não tem "a invenção da moda", o boulevard era, antes de mais, um acto contra natura: "Não torças a tua vocação, amiga Lisboa, não queiras ser aquilo para que não te fez Deus, se te não queres tornar aleijada e monstruosa". E, depois de lhe recomendar "recolhe-te na tua casa, vive em família", aconselha-a ainda que em vez do "presente funesto do boulevard" exija da Câmara "estas duas coisas tão

indispensáveis como o ar, o sol e a luz: o alimento e o ensino!"

Todavia a pregação de Ramalho, que correspondia a uma certa opinião pública mais ou menos esclarecida, não impediu que desde a inauguração da Avenida até à queda da Monarquia "a grande moda em Lisboa é fazer! Faz-se a Avenida a partir das 6h como se faz a Rua do Ouro às 4 da tarde, como se faz o Chiado às 5" (167).

Assim, nesta geografia sociológica de Lisboa, que se prolonga pela primeira década do novo século, as Avenidas Novas não existem ainda. Numa das suas magníficas "Cartas de Lisboa", Malheiro Dias (168), a propósito da tradição feminina das visitas às Igrejas na Quarema, evoca esses lugares privilegiados da cidade opulenta: as pastelarias, "Ferrari, Marques, Rendez-vous des gourmets", a Rua por excelência que era a "do Ouro, até à rua dos Capelistas", as Igrejas, "Mártires, S. Roque" e, evidentemente, S. Carlos e a Avenida.

Também Alfredo Gállis (169) nos fornece essa mesma visão concentrada do quotidiano urbano:

"A vida da cidade é na baixa que circula com mais intensidade, nesse acanhado perímetro que vai da Rua das Pretas ao Terreiro do Paço, da Rua dos Fanqueiros à Praça de Camões. É nele que existem os teatros, os clubs, as lojas de modas, os hotéis, os restaurantes, os cafés, as tabacarias de luxo, as secretarias de Estado, os tribunais, o correio, os telégrafos, os templos elegantes, os ateliers de modistas, os consultórios médicos de maior fama, as ourivesarias opulentas, as pastelarias da moda, os grandes "magazins" Grandella e Chiado(...)".

Nesta cidade que adoptou a avenida como a modernização confortável do Passeio Público e que nela satisfazia as suas ambições de cosmopolitismo, as Avenidas Novas são um evidente excesso. As primeiras referências que lhes são feitas são por isso muito superficiais e estereotipadas, embora já em 1906 se admitisse que "A Avenida Ressaio Garcia será daqui a anos o verdadeiro centro da cidade" (170). Sobretudo, elas são desde logo, profeticamente, uma via muito mais confortável e rápida para se atingir o Campo Grande "ponto de reunião dos lisboenses pelas tardes aprazíveis do estio e do outono o que leva ali grande movimento de carruagens, automóveis, cavaleiros e ciclistas" (171). Evoca-se em O Ocidente (172) a propósito da instalação aí de um atractivo suplementar, a célebre feira de Agosto:

"(...)com a rapidez dos elécticos é natural que os feirantes continuem com a mesma sorte. Um passeio até lá nestas tardes de calor é um verdadeiro prazer pelas novas avenidas muito frescas".

Contudo, apesar da distância e da sua desinserção urbana, é nestes primeiros anos do século que a velha cidade, depois de percorrer superficialmente a Av. Ressaio Garcia, elabora, por volta de 1906, a imagem estável e indiscutível das Avenidas Novas que se imporá no imaginário lisboeta. Elas são sinal concreto de novo riquismo, de burguesia recente, de mau gosto e de má arquitectura. Vejamos os textos:

Fialho de Almeida(173):

"Foi essa a quadra das transformações fundamentais da capital(...) das ruas de grande margem e árvores no asfalto, a febre do monumental repentino, sem plano(...)que contudo não deixou na sua restauração nem um só laivo architectural digno de aplauso!

"(...)aquela aspiração de reconstruir fora restrita, tancanha quase, porque ninguém pensara em reedificar Lisboa por completo, mas simplesmente em abrir entre o Rossio e o arrabalde um cano de ar, a cujos lados viesse colar-se o furor de construções que os brasileiros ricos começavam a mostrar em tenebrosos prédios de seis andares e águas-furtadas".

Malheiro Dias(174):

"Se a casa histórica decaiu, abandonada pela nobreza empobrecida, outras e muitas casas se construíram com os dinheiros do Brasil e da África, dilatando a área de Lisboa por arejados bairros, onde se está instalando à pressa uma classe rica, mas ainda obscura, sem preponderância na sociedade actual e que já nos leilões arremata sem escarcêu os móveis de Arte.

"Os velhos palácios caem em ruínas(...)Os abundantes dinheiros da África e do Brasil consomem-se na construção de horrendos prédios de aluguer, que comprometem a beleza das novas avenidas de Lisboa. Não se encontra vestígio de um critério artístico que intente dirigir, aconselhar, guiar ou punir esta invasão de vulgaridades que ameaça submergir a capital".

"Na magnífica Av. Ressaio Garcia que liga com um arrojo e uma amplidão magníficas a praça do Duque de Saldanha ao Campo Grande, principiaram já a empoleirar-se as armações frágeis de madeira. A casa de aluguer vai banalizando todas as grandes

artérias e fazendo dessa grandiosa cidade, digna de ocupar os talentos dos grandes architectos, uma feira de especulação, onde a ganância assentou arraiais e arvorou a sua bandeira.

"(...)Os architectos, as Companhias construtoras, os mestres de obras têm os mais engenhosos projectos e os mais elásticos orçamentos para oferecer ao mais ávido capital!"

Alfredo Gallis(175):

"Do Monte-Pio Geral entra e sai sem cessar uma multidão exótica(...)Proprietários que vão levantar dinheiro à ordem para pagamento das férias aos operários que lhe estão fazendo o 12º prédio na Avenida Ressano Garcia(...)".

O outro lado desta imagem negativa é totalmente inexistente: uma das poucas ^{referências} ~~diferenças~~ que poderiam sugerir o contrário - "uma nova cidade surge esplêndida, lavada de ar, de largas avenidas e de edifícios dessemelhantes"(176)- esclarece-se obviamente quando percebemos tratar-se de publicidade à "Empresa de Construção Predial" que "está envidando todos os seus louváveis esforços", "concorrendo para esta quase transformação de Lisboa".

Implícita a todas estas repetidas e concertadas críticas, está afinal uma ideologia saudosista e algo tacanha que acabava por dar razão a Ramalho Ortigão e João Chagas, ao quere-rem defender uma imagem mental e simbólica da cidade que os poderia justificar. Por detrás da mediania com que o prédio de rendimento povoara as Avenidas, está a mediania social e cultural que estes homens, que se pretendiam uma verdadeira elite, temem e, deste modo, a dureza com que a nova architectura e os novos ricos são encarados é apenas o primeiro patamar de uma crítica mais funda. Afirmava-se em 1906(177):

"A democracia trouxe consigo a desnacionalização. Trocaram-se os sermões pelos tivolis da rua de S.Bento, os Te-Deum por S.Carlos e pelas bailarinas, as berlindas doiradas e bamboleantes do antigo regime pelo omnibus democrático e comunista. Ao escapulário sucedeu a manga de alpaca, ao mosteiro a secretaria, ao frade o amaduense.

"Os grandes extravagantes, as figuras patuscas que de vez em quando faziam desopilar Lisboa já não surgem na uniformidade monótona, baça, passiva, obscura do nosso povo. Todos se assemelham, todos se confundem, todos se parecem(...) que monotonia, que falta de carácter, que falta de inventiva - que falta de sentimento de raça!".

Não esqueçamos contudo as contradições que envolviam toda esta nostalgia do passado. Ao mesmo tempo que se lamentava a "uniformidade monótona, baça, passiva", mil vozes, por vezes as mesmas, se erguiam exigindo a destruição de Alfama, Mouraria e Bairro Alto...

Nas páginas da mesma revista em que se lamentava "a falta de inventiva", defende-se, três anos depois (178), numa curiosa nota intitulada "Como Lisboa resiste ao progresso", "o projecto do architecto francês M. Maurice le Curieux de um palácio de festas e exposições de S. Pedro de Alcântara (em) estilo Luís XVI(...)destinado a teatro, grande restaurante, belvedere sobre o panorama da cidade, salas de bailes e festas, galerias para exposições, salões para leituras e conferências, etc.", projecto a que Ventura Terra, ao tempo vereador municipal, categoricamente se opôs, defendendo com outra coerência e sentido cosmopolita, a mancha verde e o perfil ondulado que o jardim deveria conservar.

Aliás, já anteriormente, quando analisámos algumas pareciações da época sobre a arquitectura das Avenidas Novas, sugerimos quanto é frágil, contraditória e inconsequente em propostas, esta crítica que profundamente justifica a acutilante reflexão de Fernando Pessoa sobre "o provincianismo português" (179): "Se quisermos resumir num síndrome o mal superior português diremos que esse mal é o provincianismo(...). O provincianismo consiste em pertencer a uma civilização sem tomar parte no desenvolvimento superior dela".

E, como se sabe, maldosamente, dizia a seguir que "o exemplo mais flagrante de provincianismo é Eça de Queirós".

Todavia, como quase sempre aconteceu, a maldade de Fernando Pessoa era a afirmação objectiva da verdade. Foi provinciana a apreciação da Avenida da Liberdade de Eça de Queirós, que já referimos, porque ignorava que ela obedecia a um projecto global e porque à partida recusava reconhecer simplesmente que traduzia, apesar das suas insuficiências, um movimento real de desenvolvimento da cidade que não era, como nunca fora, um movimento triunfante, imparável e decidido, mas antes o resultado instável das contradições do momento. Eram provincianas as críticas, as de Ramalho como as de Fialho, mesmo as de Malheiro Dias, que deliberadamente^{ab} flagelavam e salvavam ao mesmo tempo, atirando o país para as margens da nulidade.

Provinciana e superficial no entanto, esta imagem acabada das Avenidas Novas que a crítica rapidamente construiu é parte integrante do que elas foram sendo, ajudaram-nas evidentemente a construir-se. São, por exemplo, em grande parte os cronistas os responsáveis pela criação do tipo do brasileiro, ou já africanista, habitante sintomático por excelência dos novos bairros, particularmente da Ressaio Garcia "bairro novo e afastado(...)as propriedades que o constituíram eram luxuosas e nelas moravam pessoas abastadas"(180).

Alfredo Gallis, no romance publicado em 1910 que temos vindo a citar (pasmoso documento que esconjura com mal disfarçado gozo e excessivo empenhamento do autor os pretensos/ou desejados perigos do boulevardismo que o velho Ramalho tão bem previra), cria a personagem do Narciso, preto roceiro de S. Tomé, riquíssimo, que foi instrumento da desejada promoção de Berenice, menina pobre, vivendo num andar demasiado modesto na Rua do Salitre. Decidido o casamento, Narciso "alugou casa na Av. Ressaio Garcia, um lindo chalet que tencionava comprar se se desse bem e tratou de o mobilar principescamente(...) nada menos que cinco salas(...) a de receber toda em escarlate e oiro estilo Luís XV(...) a de jantar toda em pau santo entalhado(...) a de Berenice em carvalho, estilo italiano".

Assim viveu no imaginário empírico da cidade essa figura invejada e ridicularizada que, se não era necessariamente preto, constitui^v sem dúvida objecto de especial interesse das meninas casadoiras, que não eram todas também modestas filhas de funcionários administrativos, vivendo na rua do Salitre, e a ele tenazmente se ligou a figura igualmente invejada e ridicularizada do chalet das Avenidas Novas.

Outra curiosa evocação romanesca desta situação é feita já tardiamente, em 1945, por Maria Archer, no seu romance Os Aristocratas. Não se trata exactamente de um brasileiro, mas de um espécime que a Grande Guerra promoveu "gente possidória (...) (que) veio da Graça, depois (passou) à Estrela, (finalmente adquiriu) (...) uma grande moradia nas Avenidas Novas apalaçada que ampliaram e realçaram com grandeza" e que é assim evocada:

"A sua casa era de um mau gosto arrepiante. Tinha filas de salas e salões em estilo oriental, incômodos, opressivos, cheios de fancias caras, de charões falsos(...) tudo com ares de bazar chinês. Parte da moradia fora decorada em velho estilo

português com azulejos nas paredes e mármore claros nas escadarias. Mas Álvaro Anes descobrira facilmente que havia também estuques a fingir de mármore e papéis a fingir de azulejos. A escada nobre estava atapetada de ponta a ponta com soberbas peles de leopardo mas Álvaro Anes jurava que algumas delas eram apenas bocados de peluche com cabeças de fera. Ao fundo da escada em dias de recepção estava especado um criado preto, solene, hierático, fardado de príncipe hindu. O Álvaro Anes jurava que o preto também era falso(...)"

Esta crítica corrosiva já, aliás, Fialho nos propunha num célebre texto sobre o leilão do chalet Sasseti em Sintra (181) onde evoca também "essa decoração cancerosa de bazar de comissões, bric-à-brac de casa sem governo" própria do salão, e aconselha ao mesmo tempo uma visita ao "pavimento de cima" onde se encontrará "uma completa ausência de luxo e de conforto, uma despida geral da maquillage cénica com que se deslumbra na sala de recepção", insinuando que é aí, "à vista destes aposentos reservados que o observador deve historiar o lisboeta" para concluir que "a família como o Estado vive de calotes".

O acinte de quase toda a crítica, do romance e da crónica, denegrindo anonimamente a cidade nova, os seus valores e os seus símbolos, tinha contudo o outro lado, que era o elogio bajulador a autogratificante. Um dos poucos brasileiros autênticos com que a crónica da época nos permite contactar é o co- Ilust 245 mendador Evaristo Lopes Guimarães que, em 1910, adquirira um (Ilust. 55) palacete na Av. João Crisóstomo onde realizou obras nobilitantes que, de modo nenhum, correspondem a essa arquitectura repolhuda que lhe devia ser apanágio, sendo antes uma saudosa evocação, evidentemente eclética, do que o século XIX mais neo-clássico pusera em moda. E o homem que se nos depara no artigo de O Ocidente (182) não é nenhum espampanante brasileiro inchado de riqueza falsa e ignorante mas um honrado cidadão "saído de Coimbra no alvorecer da vida, onde cheio de saudades deixava amigos e parentes", que, uma vez no Pará, "devido à seriedade do seu carácter, às faculdades da inteligência, ao cuidado no cumprimento dos seus deveres" pôde tornar-se, "ao cabo de trinta anos," o mais importante e considerado empreendedor desse florescente estado, enriquecido pela propagação da cultura da borracha". Mandou depois aí edificar não um qualquer palacete improvisado mas "conforme o risco do que serviu para a construção na Patriarcal daquele que ali mandou edificar o finado negociante J. Ribeiro da Cunha".

Mas as saudades fizeram-no regressar aos "encantos do Mondego" onde "o seu primeiro cuidado foi reedificar a casa onde se finou seu estremecido pai" e depois dar ao Estado "três contos de reis para a construção da estrada de que estava privado esse lugar", onde "vai de visita" com a esposa "incansável (na) solicitude de derramar benefícios por todas as famílias pobres".

No seu palacete, "embelezado no interior de artísticas ornamentações", dedica-se sobretudo a uma "desvelada cultura de lindas rosas, raras flores de estufa e duma encantadora variedade de crisântemos", tendo encarregado o jardineiro "de os expôr aos amadores que quisessem admirá-los na sua vasta garagem". Mas, além da jardinagem, "o opulento proprietário daquele éden, à semelhança de el-rei D. Fernando e el-rei D. Luís que trabalhavam admiravelmente em obras de torno", "com pequenos e burilados fragmentos de madeira conseguiu construir uma famosa reprodução da torre Eiffel, destinada a recolher uma variedade de aves multicolores de remotas regiões".

O articulista evoca ainda o café servido na marquise "que deita para o jardim, tendo ao fundo uma vistosa cascata onde a água em bando murmúrio desliza num pequeno aquário onde se movem lentamente peixes de diferentes cores e tamanhos", esclarecendo que "ornamentam o recinto, avencas, fetos e vasos de plantas e flores odoríferas".

E tudo obtem confirmação na fotografia "da feliz e excelente família", o casal acompanhado dos três filhos e o neto "brincando num velocípede", protegidos por dois enormes candelieiros que duas estátuas figurando soldados em pose académica seguram. À volta a sugestão das cortinas finas, as flores, a presença do jardim.

Seria excepção este honrado e laborioso brasileiro dedicado à jardinagem e à marcenaria? Seria excepção esse discreto palacete, jogando nos valores do luxo sóbrio que o architecto Jorge Pereira Leite lhe desenhara? Seria excepção a vida que se adivinha aberta sobre o jardim onde cresciam rosas e crisântemos raros?

Então, seriam também excepção os numerosos palacetes, prédios e pequenas moradias que a Construção Moderna e A Architectura Portuguesa elogiosamente publicavam? Eram excepção ou seriam brasileiros a Viscondessa de Valmor, Mário Artagão,

Ana Roussel, Silva Graça, José Malhoa, Luís Rau que, entre tantos outros, mandaram edificar moradias próprias ou p^{ra} alugar nas Avenidas Novas?

Pretendemos insinuar que desconfiamos da imagem estereotipada e repetida que a crônica e o romance nos propõem do brasileiro ou de africanista rico edificando palacetes nas Avenidas, como desconfiamos, com fundamento, daquela cidade entregue ao vício em que Alfredo Gallis nos faz penetrar.

As Avenidas Novas eram, como não podia deixar de ser, muito mais Lisboa do que pretenderiam os críticos e os analistas, fatigados de uma cidade monótona onde nada acontecia e onde a mediania do presente fazia esquecer e dourar a mediania do passado e brutalizar o que certamente seria a mediania do futuro. Que os brasileiros enriquecidos no negócio da borracha construíssem ingênuas gaiolas de pássaros, segundo o desenho da torre Eiffel, em vez de se manifestarem como ricos mecenas cultos, amantes das artes e das letras mais do que da marcenaria ou da jardinagem, eis o que podia desiludir qualquer Fialho, mas não era isso a lógica das coisas numa cidade onde a cultura sempre fora um caldeamento de actos individuais, quase sempre solitários e empíricos, e nunca uma atitude deliberada?

Os vícios do boulevardismo que Ramalho bramira sobre o corpo da cidade que queria civilizar-se o que foram afinal? Enquanto Gervásio Lobato os evocava brandamente nestes termos(183):

"Graças a este inverno que parece verão, Lisboa passa os dias na Avenida. É ali que se vive, que se conversa, que se discute, que se namora, que se faz política, que se encontra gente, que se vê passear a pé, a cavalo, de carruagem, de americano(...) toda a população lisboeta representada em todas as suas várias classes sociais - nobreza, clero e povo", Caetano Gonçalves evoca-os de outro modo(184):

"A Avenida(...) como centro de luxo, de distinção, de coquetismo é duma pobreza que faz dó.

"A multidão que se arrasta a pé desde a rua do Príncipe até para além de Vale de Pereiro conserva o ar modesto da burguesia remediada: merceeiros ventrudos esbarram com amadueneses esgrouviados, mããs de cabelinho na venta espionam os olhares ternos das filhas cloróticas; e mundanas passam sorrindo para os alferes que lhes dizem baixinho graçolas...

"A pseudo aristocracia transporta-se em trens (d'aluguer na mor parte) desfilando vagarosamente por uma rua larga, sis-

tema Macadam no tom lúgubre de um enterro de 3ª classe(...)".

Entre a visão romântica e a realista, entre Júlio Dinis e Eça de Queirós (que Camilo pouca paciência tinha para estas análises de salão), a sociedade lisboeta só desiludia os desiludidos e amenizava os já de si amenos. Mas algo ia apesar de tudo acontecendo: da crise de 90 ao assassinato do rei, as Avenidas Novas haviam passado dos projectos camarários de Resano Garcia para o chão concreto dos subúrbios. E, contra todas as expectativas, povoavam-se rapidamente assim que os primeiros prédios se erguiam. Já Alfredo Mesquita em 1903 se espantava (185):

"Este desenvolvimento vertiginoso não se explica satisfatoriamente e custa a crer que a população de Lisboa tenha aumentado de tal maneira que exija tantas avenidas e tantos prédios novos, dando-se além disto a circunstância de não se terem derrubado ou reconstruído alguns dos antigos bairros. Quase todas, senão todas as edificações actuais são formadas sobre terrenos de cultura, quintas ou campos. Seja porém como for, haja ou não haja causa, que explique naturalmente o fenómeno, o que é inegável é que o facto dá-se, visível aos olhos de todos(...) As casas erguem-se quase inesperadamente do solo e aparecem logo os moradores para as encher".

Este notável dinamismo demográfico da cidade é explicado por Malheiro Dias (186):

"Mas Lisboa, a foliona, quer ver, das janelas de casa, passar os trens para o Campo Grande, Lisboa quer viver na Avenida, no perímetro da iluminação eléctrica, com americano à porta e os teatros à mão.

"E ei-la que desce da Estrela e da Graça, avança da Junqueira e da Ajuda, despovoando os bairros onde nasceu, para disputar os terceiros andares dos bairros novos".

Havia, além destas, outras razões que a crónica pouco atenta e volúvel despreza e que podem, ainda diffusamente, ser captados em testemunhos vivos. Conversando com Maria da Graça Athayde, neta dos condes de Valenças, a propósito da Lisboa que evoca nas suas memórias (187), perguntei-lhe como se explicava que tendo a família o palacete na Lapa, na Rua do Prior, o seu pai tivesse morado na Alexandre Herculano e seu tio na Av. da República. A resposta era óbvia: tratava-se de gente nova que precisava de casa, era aí que havia alugueres disponíveis e, além disso, mais baratos.

Nem território exótico e quase exclusivo de brasileiros ou africanistas, nem apenas espaço possível da promoção burguesa, como pretendiam os cronistas. As Avenidas serviam também aos filhos da aristocracia em crise de capital, que era afinal a crise de um regime. NO romance de Maria Archer que já citámos, a orgulhosa e despótica condessa, que teimava em recuperar o palacete que o marido havia definitivamente empenhado, interrogava-se receosa: "Se ela comesse a casar as filhas, as cinco filhas, com pelintras onde iria parar o nome da família? Aos terceiros andares das Avenidas Novas".

Sem dúvida, Malheiro Dias tinha razão quando, na mesma "Carta" que há pouco citámos, afirmava:

"Metodicamente, Lisboa separou a ventura da desventura, a opulência da míngua, o riso da lágrima, a seda do farrapo, a indigestão da fome. Lisboa tem as suas Pedras Negras, os seus exílios, os seus degredos, como tem os seus Campos Elísios e os seus paraísos. Cada dia é preciso ser mais rico para livrar os filhos da tuberculose, da escarlatina, da varíola e da febre tifoide. O pobre foi escorraçado de todos os lugares saudáveis e arejados, tangido para Xabregas, para Alcântara, para a Mouraria, para Alfama. E a Lisboa dos ricos desenvolve-se, prospera, aformoseia-se".

Todavia, se as imagens não exageravam a dramática situação dos bairros populares, simplificava^m excessivamente a "Lisboa dos ricos". Não estavam a ser, logo desde 1905-1906 as Avenidas J. Crisóstomo, Hintze Ribeiro ou Visconde Valmor, preenchidas com prédios que já em 1891, Alfredo Mesquita tão objectivamente evocara? (188)

"Sacrificada à sala a melhor divisão da casa. É tema nativo da burguesia lisbonense preferir para tal fim o compartimento mais vasto, mais iluminado, mais arejado, mais benéfico, o que tem janelas sobre a rua, aquele onde o sol mais entra, o único que tem algumas condições higiénicas, o melhor. Para que seja aqui a sala, têm de ocupar a parte média da casa e as traseiras, o quarto de dormir".

Se o traçado amplo das ruas e a profundidade dos quarteirões garantiam às Avenidas Novas a luz traseira que faltava nos velhos bairros, a realidade mediana do quotidiano que pressupunham não se afastava dessa espacialidade tradicional que situava os quartos no centro da casa, quase sempre sem iluminação directa. Com uma tónica mais sociológica, João Prudêncio,

em 1909 (189) desmistifica com notável rigor esse viver estreito, que foi sem dúvida o da maioria dos habitantes dos prédios das Avenidas secundárias, se não mesmo de muitos das principais:

"É preciso ir, é preciso estar onde vá e esteja o que esta sociedade de Lisboa tem, no dizer insistente dos jornais, de mais distinto, elegante e ilustre; é preciso conhecer os princípios desta gente, a educação que recebeu e transmitiu aos filhos, o que se lhes ensinou nas escolas, nos liceus e nos cursos superiores; é preciso ter investigado as suas condições de penúria doméstica, onde não raro sucede faltar o bastante para pagar a criada, e onde a mãe ficará a descascar ervilhas e a acender o lume enquanto as filhas vão encontrar-se com os namoros no Rendez-vous dos Gourmets; é preciso ter visto os móveis com que esta gente enche a casa, os quadros que pendura nas paredes, as bugigangas que põe nas étagères; e saber que literatura ela prefere; que teatro mais a emociona e os motivos de conversa que mais a interessam; é preciso finalmente saber como ela se alimenta, como ela se lava, como ela se veste e como ela raciocina para bem compreender toda a pungente ironia de que estão saturadas as crônicas espirituosas de Fialho (Lisboa Galante) e de Beldemónio (Viagens no Chiado)":

Parece-nos assim aproximarmo-nos mais desse lisboeta das Avenidas Novas que desde os anos de 1900 vai preenchendo os prédios que rapidamente se edificam e cuja "qualidade" era feita de elementos tão frágeis, que a rigorosa descrição, de André Brun em 1916 (190), de um 3º andar na Rua de S. João dos Bem Casados, a Campo de Ourique, portanto, corresponde inteiramente ao que era o interior da grande maioria desses prédios, incluindo os que, com artifícios quase sempre falsos, iam ornamentando a fachada:

"À frente duas casas: a saleta que também goza da fama de ser escritório e a sala. Interiores: a alcova de Praxédes que dá para a sala por uma porta envidraçada, o quarto da filha com luz para a casa de jantar, o dos filhos com frente para o saguão. À retaguarda: a cozinha e a casa de jantar que serve de casa de costura e de engomados. Em cima: o sotão onde dorme a criada. No corredor: um armário cheirando a ratos e a chouriço que passa por ser a dispensa".

Este "protótipo da casa alfacinha", como Brun o designa, foi o lar possível na Estefânea como em Campo de Ourique, na

Almirante Reis como nas Avenidas Novas. Nestas, todavia, a minoria dos senhores residentes e de algum inquilinato privilegiado ocupando os prédios de luxo ou as moradias de gaveto que não eram tão grandiosas e exóticas quanto a crónica fez crer, eram o suficiente, no horizonte modesto da cidade, para justificar a mitologia empírica que à volta delas se desenvolveu, integrando-as numa geografia discriminada de lugares que dava estabilidade ao cidadão e que João dos Santos, nascido à Almirante Reis, tão poeticamente evoca(191):

"Nasci num lugarzinho simpático com um ajardinamento e uma pequena igreja no meio - a Igreja dos Anjos(...)Só mais tarde, como escolar, me foi permitido ir até à Avenida, limite do meu bairro(...)impunha-se pelo seu tráfego, movimento de peões desconhecidos e comércio variado(...)A baixa era o centro de tudo, talvez mesmo do mundo(...)A cidade era para mim o meu bairro ligado ao centro e longinquamente a uns bairros pobres e tenebrosos e ao fabuloso bairro das Avenidas Novas com ruas espaçosas, prédios monumentais e grandes Avenidas que constituíam o limite do meu universo".

Assim, apesar do grande denominador comum que era a mediana e dessa falta de rasgo que tão duramente marcou a experiência republicana, tolhida pela ausência de classes médias urbanas autónomas, a cidade era ainda um mundo coerente e legível, preservando o velho centro rotineiro, romântico em paisagem pombalina e os bairros discretos e acidentados da aristocracia oitocentista, fora capaz de se dotar de uma imagem de modernidade que tinha nos ousados traçados ortogonais de Ressano Garcia, coloridos pelas copas das árvores, o seu símbolo gratificante. E, como quase sempre acontecia, ao lisboeta falsamente cosmopolita bastava-lhe aquela grande artéria que era a Av.da República, nascida ali na Praça do Saldaña, onde a perspectiva sobre a cidade baixa ainda ecoava e a que o velho palácio Camaride emprestava um elo tangível com o passado, que desaguava no Campo Grande, marginando entretanto a Praça de Touros e a Quinta das Galveias, articuladas com antigos percursos que, do Arco do Cego desciam a Sant'Ana, para que a grandeza do presente tivesse corpo em que incarnar. Transversais a dentro, as sombras monótonas e estreitas dos prédios de rendimento que se começavam a adensar, não chegavam para perturbar essa imagem positiva que se perdia à distância

no murete do viaduto e aos pés se desmultiplicava num espaço transbordante de si próprio, afirmação magnífica do poder novo com que a civilização dotara a rua.

Todavia, como também ^{sempre} acontece com o lisboeta, esse sinal concreto de progresso continuará a ser, ao mesmo tempo, elogiado e denegrido, num movimento característico do "provinciano" que Pessoa caracterizou, intuindo que a verdadeira civilização e a verdadeira vida ocorrem sempre noutro lado. Os anos de guerra que, como vimos, correspondem nas Avenidas ao segundo período fundamental da sua edificação, mais denso do que o primeiro e devido muito mais do que este à actuação intensa dos construtores civis que a cidade baptizou de gaioleiros, são o momento privilegiado em que a imagem das Avenidas Novas, até então moldada pelas figuras ridicularizáveis do brasileiro ou do africanista e pelas suas moradias mais ou menos exóticas, se enriquece com a do "possidoneiro", novo rico, mais bronco e menos legítimo que os anteriores para quem a riqueza, adquirida à distância, se tornava justo prêmio que uma certa aurea de aventura podia mesmo enobrecer. Pelo contrário, o "possidoneiro" é o rico da guerra, que traficou internamente aos olhos de todos. André Brun evoca-os assim (192): "Em consequência da guerra (...) muitos sujeitos que vendiam castanhas assadas, burriês ou não vendiam mesmo coisa nenhuma, passaram a vender pinhais, camiões, transportes marítimos do Estado e a ter automóvel e espanholas nas Avenidas Novas", enquanto Armando Ferreira acentua mais ainda os gordos traços da caricatura na figura de Artur Bastinho a quem um irreal negócio de açúcar fez passar de anónimo logista a banqueiro poderoso (193). É ainda André Brun que encarna essa figura privilegiada do escárnio lisboeta do início dos anos 20 na pessoa do "Farinha alfaiate" que, da loja de Campo de Ourique, passara para a Rua Augusta. Então "mudara-se para as Avenidas Novas e (Madame Farinha) mobilara-se toda à moderna, enchera-se de almofadas, de candeeiros de pé alto e de bufetes "last-style" (194). O nome todavia, talvez corrente na época, foi-nos casualmente comunicado quando interrogávamos uma senhora de ascendência aristocrática, sobre quem nos anos 20 vivia nas Avenidas Novas. A resposta disparou rápida: "Os possidoneiros". Porque a gente verdadeiramente bem continuava, apesar das crises, a viver preferencialmente na Lapa, em Sant'Ana e mesmo ainda em S. Francisco, embora esta geografia de lugares pudesse so-

frer alguns entorses significativos: recorde-se, por exemplo, que Armando Ferreira põe o seu Bastinho enriquecido no tráfego de açúcar que nunca teve a viver num palacete à Patriarcal.

Nos primórdios de uma carreira promissora na construção civil, o futuro "possidoneiro" pode ser assim evocado:

"O Sr. Sousa(...) mora em Lisboa no 4º andar da Av. Defensores de Chaves(...) um aproveitador vindo de Tomar há dez anos (...) que se dedicou em colaboração com a fiscalização oficial à honrada indústria de construção de prédios desabáveis" (195):

O que conduz, num jogo cheio de subentendidos sociológicos, a este tipo de apreciação e catalogação dos indivíduos:

"Há pessoas que nós supomos tão firmes, tão sólidas, tão graves, tão de boa fonte como os prédios seculares de S. Vicente. E afinal aproximamo-nos e vemos que são tudo quanto há de mais Avenidas Novas: calíça e estuque(...)" (196).

Todavia, nos nascentes anos 20, esta Avenidas Novas já mais dos "possidoneiros" do que dos africanistas, todos "calíça e estuque", vão finalmente conquistar um breve triunfo mundano antes que a mundanidade se torne, ao longo de 1930, valor menor e cada vez mais suspeito. E é sobretudo nas revistas, que são o chão privilegiado da modernidade de então, que se desatam os coros elogiosos que, curiosamente, são ainda quase sempre pautados, mais do que pela arquitectura ou pela vida quotidiana que nelas exista, pelo espanto que continuava a ser a malha ortogonal das artérias. Repetindo afirmações do início do século, Câmara Lima afirmava em 1923 (197):

"Subi a Avenida da Liberdade, atravessei a Rotunda e perdi-me na emaranhada meada das chamadas avenidas novas e ruas (...) nunca julguei que houvesse tantas avenidas (...) Lisboa dá hoje àqueles que a conheceram há quarenta anos - e eu sou um deles - a impressão de que não acaba.

"Quem como eu se recordar da Lisboa que acabava na Travessa das Vacas e palmilha toda a área consignada à capital fica como se costuma dizer de cara à banda(...)".

A par desta forma tradicional de ver as Avenidas, encontram-se também ainda resíduos das críticas globais à sua arquitectura que, vinte anos passados, repetem Ramalho e Fialho:

"É um facto: os bairros novos de Lisboa oferecem reduzido interesse. Mesmo as avenidas mais nobres são nuas e desconfortáveis. A altura dos edifícios frequentemente de gosto duvidoso, não corresponde à largura das artérias. De construção

para construção há desproporções confrangedoras. As perspectivas são mediócras. ~~Da~~ abundância de caixotes com buracos, produto de mestres de obras sem qualquer espécie de cultura artística, é de cortar o coração" (198).

Ou, ainda mais próximo dos modelos de crônica do início do século:

"O critério tão seguido, tão absurdo do que "se faz lá por fora" tem desnacionalizado a cidade, principalmente na sua parte moderna em que abundam os telhados suíços, as frontarias italianas, as mansardas francesas, os jardinêtes à inglesa e onde nem uma nota peninsular de construção assinala a evocação das airoas edificações tradicionais" (199).

Do mesmo modo e, retomando o fio nunca interrompido dos sonhos de Ventura Terra, Aquilino Ribeiro em 1926 desabafa (200): "Em país algum se terá cometido barbárie igual à perpetrada pelo indígena lisboeta, voltar costas ao Tejo, tapar para lá todas as vistas, cegar para lá todas as perspectivas", criticando também, numa alusão evidente, as árvores dispostas "como procecionários" ao longo das ruas, tentativa vã de substituir os inexistentes parques, numa atitude de reflexão sobre a cidade que é também a de Nogueira de Brito que, a propósito da "vetusta Alfama", lhe contrapõe "os corredores pretenciosos de casario que são os arruamentos que pomposamente dão pelo nome de Avenidas Novas" (201).

Coincidindo com esta continuidade crítica, João Ameal no seu romance Noctívagos de 1924 evoca, em passeio nocturno, umas Avenidas Novas de viver ainda oitocentista:

"A noite era agora absoluta. Pelas Avenidas Novas, havia quase uma atmosfera provinciana, nas pequenas praças quase desertas onde as árvores esguias formavam uma cenografia pobre. Das casas, que o frio obrigava a cerrar as janelas vinha de vez em quando o som dum piano burguês. Num postigo de r/c uma figurinha banal de rapariga(...) a uma porta mais longe(...) uma criadita loura, inglesa(...) conversava(...) talvez (com) um empregado de correio(...) um automóvel correu baloiçado e rápido quase profanador, naquela decoração pacífica de aldeia(...)."

Todavia, este sentimento nostálgico de cidade tradicional parece modificar-se nestes anos. Nas páginas da A.B.C. surgem curiosos artigos que reflectem preocupações novas: "Os efeitos da luz nas grandes cidades" (202), onde a par de imagens de Nova York e Berlim, se mostra uma fotografia do "Rossio à noite",

acrescentando-se que o novo pavimento em asfalto dá "realce à vida citadina". No mesmo ano anuncia-se "o maior edifício da Europa", construído na Alemanha, afirmando-se a propósito que tem talvez "o valor de uma profecia" a afirmação de um humorista alemão de que "as cidades do futuro serão substituídas por um só edifício, sendo as ruas e avenidas substituídas por largas galerias"(203). Este movimento, certamente superficial de simpatia pela modernidade arquitectónica utópica é mais claro ainda no texto "47 andares de ferro" em que se afirma: "o morador dum desses maravilhosos edifícios pode julgar-se em plena fantasia mal toca a entrada da sua casa"(204), atitude que procura mais cuidada fundamentação em "A cidade do futuro"(205):

"O elemento arquitectónico primordial é ainda o arranha-céus gigantesco, assombroso, montanha de células atingindo 400 andares(...)

"Se é certo que na maioria dos casos a modificação arquitectónica não é grande, que espantosa transformação no resto: o carro eléctrico e o automóvel(...) os arcos voltaicos derramando ondas de luz nas ruas, outrora mergulhadas em trevas, o metropolitano furando o subsolo(...). Nas casas a maravilha da luz eléctrica, do gaz, do telefone, da telefonia sem fios, do cinema(...)".

Sintomático desta onda de época a favor da modernidade, recuperando empiricamente os sonhos dos futuristas europeus dos anos de Guerra, é o artigo de Bourbon e Menezes, publicado na Ilustração(206) "O cartaz e o anúncio luminoso na estética das cidades", em que, nomeadamente, cita L'esthétique de la rue de Gustav Khan, no que nos parece ser a abordagem mais interessante e actualizada das novas vias que surgiam à reflexão urbanística e que devemos pôr a par do de Brito Aranha, "O principado da arquitectura", escrito a propósito de Madrid, e que parcialmente já citámos(198):

"Não há o direito de esquecer os princípios da Exposição das Artes Decorativas - o principado da arquitectura, a procura do útil e o desdém do ornato, do estilo de imitação(...). A disposição inventiva dos cheios e dos vazios que seja como que a tradução exterior da utilidade interior - eis o que orienta a estética da arquitectura moderna".

Como havia de participar Lisboa neste movimento que assim se voltava ao futuro? Os arquitectos da nova geração iam

indicando algumas possíveis vias, fora quase totalmente das Avenidas Novas. Mas as vozes da crónica pretendem mais, algo de bombástico. Enquanto a vereação municipal discute então a proposta de D. José Manteca Roger e D. Juan Luque Argenti para a instalação de um metropolitano em Lisboa, "afirmando que a população de Lisboa na ânsia de rivalizar com as capitais estrangeiras, pretende acelerar o seu tráfego e a sua actividade(207) e admite a hipótese de convidar "um architecto estrangeiro de reconhecido mérito no traçado de planos citadinos", "para estudar e propôr o plano de melhoramentos a executar em Lisboa", falando-se em Forestier que "tem conseguido transformar cidades de diversos países em verdadeiras maravilhas" (208), na Ilustração Portuguesa, logo em 1919, se afirmava, num artigo elogioso do Banco Colonial Português e do Banco Lisboa e Açores que haviam posto de lado "o chamado estilo pombalino pesado, arcaico, não já consentâneo da época que atravessamos": "construam-se muitos edifícios belos, deite-se abaixo o que houver que arrazar e Lisboa surgirá formosa com uma estética moderna" (209) sem, significativamente, se deter em reflectir se aquela "nova architectura" era consentânea com essa "estética moderna".

Lisboa precisava, todavia, aos olhos da crónica de muito mais. Precisava em primeiro lugar de ter o seu arranha céus. Na mesma revista, ainda em 1919, noticiava-se triunfalmente: "Corre com insistência que Lisboa se vai americanizar e até já se apontam prédios que vão ser demolidos para construções à maneira de New York: parece que o Avenida Palace vai ter nada menos de 14 andares" (210). Aliás já em 1910 existira um projecto de alteração do edifício de José Luís Monteiro, contra o qual Ventura Terra se manifestara em Sessão da Comissão Administrativa da Câmara Municipal, considerando que, juntamente com a Estação Central, ele era a mais bela produção architectónica de Lisboa dos últimos 100 anos e exprimindo o receio que qualquer modificação ali introduzida lhe causasse graves prejuízos artísticos(211).

Outro era todavia o sentir dos novos paladinos da civilização do século XX. Fracassado esse projecto, onze anos depois, em 1930, considerava-se que "a maioria dos defeitos e dos atrasos lisboetas desaparecerá quando Lisboa tiver a escola de um grande Palace, citando-se o exemplo de Madrid "que

em 1910 era uma cidadezinha de vida mais provinciana que Lisboa e que deve a metamorfose ao Palace e ao Ritz", para se concluir: "Lisboa para ser capital, para ser Europa necessita de um Palace" (212).

Em 1931, a mesma revista Reporter X anunciava finalmente "o primeiro arranha céus de Lisboa" a ser construído pela "Companhia Lusa Americana de Arranha Céus (...) sonho de um lisboeta que gastou os melhores anos da sua mocidade com a pombalização moderna da sua terra e que não terá repouso enquanto não vir Lisboa e Porto, pelo menos, inçados de prédios gigantes - como num postal ilustrado de New York, Chicago ou S. Francisco".

Mais adiante afirmava-se que "em Lisboa (...) o primeiro estará construído à americana antes de 1933", esclarecendo que "a Companhia negocia a compra de vários terrenos e edifícios que deitará abaixo para refazer segundo os modelos que escolheu. O plano marca o Largo do Rato, Largo do Intendente, Cais do sodré, Restauradores, S. Pedro de Alcântara e... Chiado - onde deve surgir imponente como um Rodes do século XX, o primeiro arranha-céus lisboeta e o maior de todos os que se fizeram até hoje na Europa". De facto o projecto era para 15 andares - "com lojas, escritórios, appartements particulares e três elevadores" - enquanto o de Berlim tinha 12... (213).

Esta imagem de modernidade arquitectónica veiculada pelas revistas - e que apenas o Notícias Ilustrado assume com maior coerência - superficial e fetichista, desligada de qualquer reflexão mais atenta ao passado e ao presente da cidade, corresponde significativamente à modernidade de moda que as Avenidas Novas adquirem no final dos anos 20, toda ela feita com projectos de transpôr para Lisboa imagens de Chicago, de um verniz súbito e fácil, a estalar mesmo antes de ser aplicado.

Surgem em primeiro lugar referências mais concretas ao viver quotidiano nas Avenidas, que se afastam das afirmações generalizantes e não vividas dos primeiros anos do século. Já não os brasileiros de grandes aneis, nem os pretos milionários. Mais próximo da realidade, Alves Martins, num curioso artigo sobre "as paragens dos carros e a sua psicologia" evoca assim a dos Restauradores (214):

"(...) É a paragem das "mamãs" que levam para casa muitos embrulhos das Petit-Bijou do Chiado e do Grandela; é a paragem dos funcionários públicos, dos novos ricos, das virgens

de todos os formatos, das "miss" muito loiras e das "mesdemoiselles" muito faladoras, dos papo secos e das cocottes que enchameiam as Avenidas Novas e têm o seu viveiro no bairro Camões(...)

"A paragem da Alexandre Herculano(...) solene, para gente escolhida, gente de elite - antigos assinantes de S.Carlos(...) É a paragem das cocottes que souberam arranjar-se, passaram a ter uma posição social(...)"

A partir de agora a imagem das "cocottes" tende quase sempre a ligar-se às Avenidas Novas, numa nova versão dos "perigos do boulevardismo" que Ramalho profetizara, qual velho do Restelo, e que Alfredo Gállis tão gulosamente evocara. Mas então, em 1910, era na Rua do Ouro que os "petits-affaires" se organizavam... Veremos ainda, já em 1930, quanto as Avenidas Novas puderam ainda inspirar crónicas espantosas onde a dissolução moral lhes surge fatalmente ligada.

Ao mesmo tempo, promove-se também uma moda de decoração de interiores "à Avenidas Novas":

"O gabinete em que conversámos era um desses aposentos burgueses, com assomos dourados de requinte moderno de que são ferteis as Avenidas Novas. Tanto no mobiliário como nas tendências da decoração, surpreendia-se sem esforço uma cópia desconexa das revistas elegantes de Paris à mistura com disposições atribilárias de estante de mercearia de Bairro"(215).

Se existe evidentemente nestas referências uma não disfarçada crítica social e moral, que se situa em continuidade com atitudes anteriores, nos mesmos anos, vai surgindo quem defenda a especificidade da Lisboa moderna das Avenidas Novas. Para Augusto Pinto "os bairros novos do Norte rasgados e sonoros como versos de Cabo Verde têm a sua genuína expressão pelas manhãs altas quando a luz do sol canta nas vidraças limpas, nas fachadas frescas, matinas cor de laranja", enquanto Armando Ferreira se refere aos "desertos ardentes das Avenidas Novas" em oposição "à província do Areeiro", aos "pântanos da Baixa" e ao "país neutro" que é a Estefânea"(216), numa curiosa e sibilina geografia de lugares e capacidade de jogo imagético de palavras que deixa concretamente perceber como um certo modernismo, ao mesmo tempo expressionista e conceptual, conquistara finalmente uma prática interessada. Curiosamente, numa e noutra recriação da nova cidade é ainda a sua ausência de vida e transbordamento de espaço que continua a ser veicu-

lada. Todavia, havia apostadamente uma outra crônica a querer fazer-nos crer que a melhor e a mais moderna sociedade lisboeta ali vivia. Em 1926, a Ilustração Portuguesa anunciava "chãs dançantes no Avenidas Club, salientando que "o primeiro (realizara-se) há dias(...)" (217). No verão seguinte, Ferreira de Castro, nas páginas da mesma revista, sob o título "Como se veraneia em Lisboa" evocava: "A Av.da República desde a Praça do Saldanha até ao Campo Pequeno é nestes dias foragidos dos trópicos um autêntico trecho de praia ou termas elegantes. Tem os seus bares, o seu picadeiro, o seu club(...)" (218).

Mas é sobretudo no Notícias Ilustrado que a nova imagem social das avenidas se instala, note-se só a partir de 1929. A propósito da inauguração da pastelaria Versailles, afirma-se (219):

"A parte de Lisboa que toda a gente conhece sob a designação de Avenidas Novas é um dos bairros chics, elegantes, que representa o milagre de transplantar para os vastos terrenos que se estendiam de cima da Avenida da Liberdade ao Campo Pequeno, um pedaço de Paris arrancado aos boulevards que Houssmann(sic) delineou.

"Mas não é só sob o aspecto de estética dos arruamentos e edifícios que o milagre se cumpriu. Alguns comerciantes entenderam dotar essa parte da cidade com estabelecimentos ao nível de uma grande capital europeia.

"A Versailles(...) ponto de reunião elegante. Decoração luxuosíssima, digna de um dos melhores estabelecimentos da Rue de la Paix(...) sendo a sua habitual frequência a de pessoas de bom gosto de Lisboa".

Ainda no mesmo ano, a propósito das "tardes elegantes de Palhavã", se referia a presença de manequins "da grande casa lisboeta Ribeiro da Costa na Av.da República" (220).

Já em 1930, noticia-se mais uma "festa elegante no Avenidas Club: (...) nas Avenidas Novas que são um bairro essencialmente elegante, baile que decorreu como costume com toda a pampa e requinte" (221) e, a propósito ainda da inauguração do novo estabelecimento "A Paulistana" afirma-se de novo: "A vida dos "quartiers" principia a ser notável. Em muitas partes de Lisboa já não é necessário ir "à baixa" para fazer compras ou passar umas horas no café. Sobretudo é nas Avenidas Novas - esse prolongamento cosmopolita de Lisboa - que este fenómeno mais se nota(...)" (222).

Ao fim de quase trinta anos de efectiva ocupação residen-

cial, as Avenidas Novas adquiriam finalmente um certo espírito de bairro, à partida privilegiado pelo traçado ortogonal e amplo das artérias. O café de luxo, feito à imagem dos que, nos anos anteriores, Norte Júnior decorara na Baixa, a casa de modas ou de venda qualificada de cafés, são acompanhados de longe, também em 1930, com a inauguração do Trianon na Avenida Duque d'Ávila, com programa de modéstia significativa quando recordamos a dignidade elaborada do Tivoli, que abriu portas seis anos antes e se tornara de imediato o cinema de moda dos moradores da nova Lisboa. Apesar do tom mundano com que a crónica procura cobrir a desejada animação das Avenidas Novas, elas são ainda, no início dos anos 30, um espaço excessivamente descentrado em relação ao coração activo da cidade, em que a imensidão dos vazios, que as avenidas cavavam entre os edifícios, continuava a convidar sobretudo a um investimento imaginário que tingia o morno viver que João Ameal adivinhava naquela "atmosfera quase provinciana", num jogo apixonado de lances de desgraça. Assim, recuperando sem grande imaginação, o discurso catastrófico de Ramalho sobre os "perigos do Boulevardismo" e as historietas canalhas de Alfredo Gállis, em 1930, o célebre Reporter X, na revista com o mesmo nome, publica uma série de folhetins subordinados ao título "Uma reportagem às Avenidas" que ilustram, em situações diversas e pretensamente realistas, o grande mal que são as Avenidas "essas amantes de luxo das Cidades" corrompendo todos pela ânsia incontida que provocam de promoção social.

É, em primeiro lugar o casal de "burguesinhos modestos filhos da Estefânea e de Campolide" que "mal provaram os prazeres da pequena abastança - foram logo feridos por uma tentação(...) A Avenida! Viver nas "Avenidas" num primeiro andar caro e debruçado sobre a joelheira dos arcos voltaicos, na vizinhança dos ricos e dos mui nobres(...) não repousaram enquanto não se mudaram para as avenidas, pagando dois contos de renda"(223). Com o novo lar, surgem as tentações, a sombra do adultério, o fantasma da desonra, a realidade da chantagem, vícios que cresciam ali, naquelas alamedas amplas, tão naturalmente como as árvores ou as flores nos jardins particulares e que a todos envolviam e moldavam.

Outro episódio passa-se à volta de uma decadente figura feminina que se senta a uma mesa da "confeitaria Versailles(...) luxuosa à velha maneira das confeitarias da Baixa, discreta(...)

de dia é o "rendez-vous" das "smarts" das "avenidas" que não podem afastar-se do lar e das frauleins e dos babys louros, chegando à noite reúne casais misteriosos, elegantes sim mas pouco gulosos de luz(...)" (224). Trata-se então de uma mulher que fora feliz e fiel ao marido até vir viver para as Avenidas, onde a mesma onda de vício que quase corrompera a esposa pequeno-burguesa a envolve também, a leva ao adultério e depois à droga.

"O casaco de peles de Madame Zurca" roubado no Hotel Palácio, do luxuoso guarda-roupa de uma artista estrangeira, por um homem honrado, manipulado pela ambição cega da amante (225), o "32 1oesq." "de uma das 35 avenidas" onde se narra a espantosa história de amor fraternal em que a irmã pura imola a sua virgindade para salvar o casamento da irmã desonrada pela sede selvagem de segurar um marido brasileiro, riquíssimo, são outros episódios em que, sem grande inventividade, se continua a tecer essa inesperada imagem do bairro de moda lisboeta. Mais curioso, mas igualmente destituído de qualquer verosimilhança, é o que evoca um hipotético noXXX da Av. da República, "magestoso, revestido de pedra polida que se tinge de violeta sobre os reflexos dos arcos voltaicos" onde viveu o primeiro amor do cronista. Esse 5º andar de "prédio ultra civilizado, ultra new yorquino como se me afigurava então" provocava-lhe o júbilo de poder "exibir uma namorada na Av. da República com telefone e ascensor - maravilhas pouco comuns na Lisboa de 1917 ou 1918". Afinal todo aquele luxo assentava numa tenebrosa realidade: a mãe da sedutora menina que se exhibia com ela nas matinés do Condes, transformava-se ao anoitecer, precisamente durante a descida do ascensor, numa asquerosa velha pedinte, comovendo toda a cidade rica que, com as suas esmolas, ia sustentando aquele lar em que a sombra dissoluta da "Avenida" mais uma vez triunfara.

Curiosamente, no entanto, a atitude de Reinaldo Ferreira, na elaboração destas medíocres historietas, é muito diversa da do velho Ramalho fazendo a apologia da Lisboa provinciana e primitiva que não nascera fadada para as modas. Para o Reporter X, tal como para Alfredo Gállis, o vício que naturalmente se instala nos novos espaços da cidade possui o encanto dúbio da civilização, é o preço dela, que não se pode deixar de pagar. Nas páginas da mesma revista, defende-se nesse ano, o projecto que citámos de construção dos primeiros arranha-

-céus para Lisboa e proclama-se a exigência de um grande "Palace" que, evidentemente, havia de trazer mais corrupção, mas também o intenso movimento da vida moderna, do luxo ostensivo, as noites bêbedas da luz dos automóveis e dos candeeiros eléctricos a apontar o futuro como uma esfusiante e tentadora estrada de perdição.

Entende-se quanto, intrincado a estes gestos ingênuos e superficiais de modernidade, domina aquele provincianismo que Fernando Pessoa tão duramente entendia, como componente decisiva e mediatizante da elite cultural da cidade. Os ascensores, a luz eléctrica, o telefone, as ruas amplas e arejadas não eram tanto instrumentos necessários e objectivos de bem estar, mas, quase só, símbolos excedentários e luxuosos que não participam no quotidiano, mas se exibem como marcas privilegiadas de diferença e de poder. E quem é rico e poderoso é naturalmente, vivendo nas Avenidas Novas, corrompido ou agente de corrupção que a riqueza nunca é pura e o luxo paga-se sempre em virtude.

Ultrapassadas as ondas, poderíamos dizer "voltaicas" da juventude, este tipo de discurso iria necessariamente converter-se no elogio da cidade recatada, pouco cosmopolita e enraizada no país verdadeiro que fora grande sem "boulevards", que Lisboa, capital de Império nos anos 40, se tornará no coração filialmente submetido do lisboeta.

Antes todavia que a Avenida de Roma e a Praça do Areeiro permitam que a honestidade e o recato familiares triunfem dos males das avenidas do passado, que se deixaram crescer sem norma fiscalizadora, outras áreas da cidade conhecerão o prestígio superficial e vertiginoso que a Av. da República teve no final dos anos 20:

"(...) - Arranjo-te um andar num prédio novo como tu desejaste tanto, destes com marquise, duas casas de banho, chafage, ascensor(...)

- Destes que fazem frente à Casa da Moeda?

- Desses ou dos da Rua Castilho...

- Ó querido esses ainda são melhores!" (226)

Entretanto nesses tempos que viviam as consequências da revolução que foram "a saia pelo meio da perna, o automóvel e o cinema" (227) havia quem, de modo muito diverso, começasse a defender outra frente na reflexão sobre a cidade:

"Criei lentamente, quase sem dar por isso a minha Lisboa, uma cidade única no mundo(...) onde os bairros antigos eram os únicos bairros desvairadamente modernos..."(228).

Como talvez sempre tenha que acontecer, a utopia da modernidade desembocava assim no chão moído e securizante da velha Lisboa tortuosa, erguida sem regra urbanística. De um modo ou de outro, suplantadas por outros bairros de sucessiva moda ou por um novo olhar para a cidade velha, as Avenidas Novas depressa se tornam sobretudo aquilo para que inconscientemente o notável engenheiro Ressano Garcia as havia vocacionado: imensos corredores de passagem para outro(s) lado(s).

Posfácio

"Enfermée dans le getto de la ville ancienne, la mémoire est devenue inopérante, se transformant en un facteur de séparation et de privilège"

Paolo Portoghesi, "La fin des interdits".

No final do nosso trabalho pouco valerá a pena insistir sobre as Avenidas Novas. Procurámos, ainda que de modo não tão exaustivo como gostaríamos de ter feito, entendê-las por diversas vias mas, como inicialmente sugerimos, não é já possível ressuscitá-las. Quase nada resta dos "jacarandás" que cobriam a Avenida Cinco de Outubro que "no Verão se cobrem de lindas flores azul violáceas", dos plátanos que orlavam a Avenida da República, dos "choupos, acácias do Japão, faias, acácias brancas, ailantos, amoreiras da China" que se distribuíam pelas diversas Avenidas incidentes(229) e que introduziam na segura do desenho urbanístico um certo desfazer de rectas ao mesmo tempo que envolviam as manchas edificadas numa tonalidade luxuosa, encobrendo as diferenças óbvias da qualidade arquitectónica.

Esses renques contínuos de árvores magestosas ou simplesmente gráceis que se prolongavam pelos espaços abundantes e cuidados dos jardins das moradias eram muito mais que mera decoração cenográfica com que se iludia a mediana mediocridade da cidade nova. Constituíam um chão estável que humanizava por essa vida contida e firme do mundo vegetal aquele espaço que não podia recorrer à história para ser significativa. Fora dos limites intensos da cidade que se continuava a alimentar dos seus próprios acumulados sedimentos, as Avenidas Novas só presente podiam ser mas os corpos frondosos da vegetação como que lhes constituíam um elo securizante com o mundo onde a modernidade não era ainda o gesto despido do homem técnico triunfante sobre a vida amordaçada. Havia nelas um eco distante das "garden cities" das utopias do nascente novecentos, embora o empirismo em tudo tenha predominado e, como verificámos, nenhuma imagem forte tenha sido capaz de dotar de sentido global o corpo esboçado que o engenheiro Ressano Garcia delineara num entusiasmado amor pela outra utopia que então se tornava

a imagem do Paris restaurado. Essas contraditórias referências traduziam naturalmente a ausência de um projecto nacional para a construção da contemporaneidade e, também por isso, as Avenidas Novas puderam ser imagem sintomática da cidade que, progressivamente empurrada para fora das margens orgânicas do seu espaço nuclearizante, se revela incapaz de dotar os novos territórios anexados de reconhecido sentido de urbanidade. O grande boulevard que lhe articulava o corpo conduzia a um distante e decadente "Passeio" plantado no século XVIII e só se animava no Campo Pequeno cujas touradas tinham também raiz setecentista. Que marca de civilização podia imprimir-se nesse chão apenas vivificado com a lembrança dos trajectos suburbanos? Tangentes à verdadeira cidade, cujo único espaço de modernidade fora definitivamente criado pelos architectos pom-balinos, as Avenidas Novas, essencialmente burguesas, nesse misto de carência e pretensão que era a burguesia lisboeta, foram todavia viveiro dos valores e dos hábitos que, em plenos anos 20, ainda nos primeiros de 30, pretenderam conquistar a capital. Como sugerimos já, essa pretensão algo leviana havia, submissamente, de soçobrar no projecto nacional do século XX à portuguesa que, a partir de Coimbra, finalmente conciliava o país com os seus mais tenazes fantasmas. Em termos de vida urbana, não seríamos contemporâneos nem como Paris, perdida-mente cosmopolita, nem como Londres, excessivamente descentrado. Havíamos de ser imperiais e o corpo da cidade construir-se-ia longínquo e íntimo como imagem ampliada de cada um de nós. Só a Praça do Areeiro e as novíssimas Avenidas foram afinal os corpos concretos do presente em relação aos quais as Avenidas de Ressano Garcia não passavam de fracassado esqueleto. E à medida que a intensidade do trânsito foi exigindo o sacrifício das árvores e dos jardins que o bordavam de um mundo em extinção, onde a natureza participava dos fulgores humanos, esse esqueleto desconjuntar-se-à nos fragmentos pobres ou apodrecidos que hoje podemos contemplar. Salvar-lhe um ou outro prêmio Valmor entretanto terciarizado é um gesto fetichista, dessacralizado porque quase já não acreditamos em relíquias. Que todavia nos interpelam do seu instável passado sobre a ingenuidade (irremediável?) com que acreditámos no futuro. Como se aquela tosca mediania, que no espanto da fachada procurava dotar-se de sentido, contivesse um fio de intensidade que nós perdemos, depois que nos negámos a cidade impe-

rial e nos convertemos apressadamente ao sonho do cosmopolismo imeprialista. Mas essa interpelação nem sequer nos causa remorsos. Se hoje já não acreditamos nas cidades que o segundo pós-guerra ergueu rapidamente por todo o lado, sobre os esboços mal interpretados das utopias que o primeiro gerara, do mesmo modo sabemos que as breves imagens que restam das Avenidas do início do século nenhuma prospectiva contêm. São momentos apenas, como o nosso presente, como a frágil cidade imperial. E entre esses diversos momentos sincopados e entre si hostis, nenhuma continuidade passa, nenhum horizonte se abre. E, sem sabermos bem porquê, encontramos-nos a lamentar as raízes destruídas dos plátanos, dos jacarandás ou das acácias brancas. Se esse chão estável e aparentemente indiferente se tivesse mantido, talvez que um pouco de sombra ou de história nascesse finalmente nos rostos inertes das casas das Avenidas Novas.

Não são contudo apenas reflexões nostálgicas que o maior conhecimento das Avenidas Novas nos proporcionou. Gostaríamos por isso de debruçar este posfácio de novo sobretudo sobre questões metodológicas. Sobre o vasto e dinâmico espaço restante da cidade que aqui só algumas vezes pressentimos. Seria necessário termos estudado outras áreas de urbanização que então se executam: nomeadamente os tão falados bairros de Campo de Ourique e da Estefânea que parecem ter sido para Ressano Garcia o modelo das Avenidas Novas que projectou em seguida. Seria também o caso do de Camões, o único promovido por um "sindicato" privado. De modos diversos, o Bairro da Calçada dos Barbadinhos, cuja qualidade entusiasmou Ventura Terra, o Andrade ou Açores, o Casal do Monte Rolão, agentes dinâmicos do crescimento da cidade no início de novecentos, terão crescido pelo processo empírico e liberal que detectámos nas Avenidas Novas? E como neles se cozeu a arquitectura? Encontrar-se-ão nessas diversas áreas os mesmos diligentes e instáveis promotores, os mesmos activos e corruptos construtores civis, os mesmos empíricos e medianos senhorios? E, embora decerto fora da área privilegiada que estudámos, a presença de arquitectos seja quase insignificante, não será detectável a acção de alguns, pelo menos dentro do tipo de aliança relativamente anónima que ligava por exemplo Jorge Pereira Leite ou Edmundo Tavares a Empresas Construtoras mais ou menos estáveis?

Se tratássemos sistematicamente estas extensões da cidade

nova, de que modo iríamos enriquecer ou empobrecer a dinâmica contraditória e emperrada que a Lisboa das Avenidas Novas nos sugeriu? Mais curioso e próximo de algumas questões sociológicas que apenas pressentimos, seria a bordagem de bairros imediatamente adjacentes: o das Picoas que cresce quase ao mesmo tempo mas a que a falta de um eixo central atira para o espaço ambíguo de numerosas influências marginais, o do Arco do Cego que arranca decisivamente apenas nos anos 20 mas utilizando, na arquitectura, padrões de fachada normalizados nos anos de Guerra e cujos ~~padrões~~ modelos são dos primeiros anos de novecentos. Em contrapartida qualitativa, seria ainda de estudar a área da Barata Salgueiro e da Baixa onde aliás nos parece que a intervenção de arquitectos é mais densa do que propriamente nas Avenidas Novas.

Este penetrar lento e metodologicamente pouco gratificante nos sedimentos da Lisboa contemporânea teria que ser depois completado com as utopias não realizadas - e falaríamos então dos sucessivos projectos para o Parque Eduardo VII e dos sonhos da Avenida Marginal que em Ventura Terra se estenderam a um notável estudo para a Rua do Arsenal - e com a qualidade do passado próximo ou do futuro imediato: assim, entre os bairros periféricos de Sant'Ana e da Lapa e as Avenidas Novas ou as Picoas ou a Barata Salgueiro, o que se alterou decisivamente? Os padrões urbanísticos, as características da encomenda, os valores arquitectónicos? E entre essas mesmas Avenidas e a Rua Castilho, a Álvares Cabral ou o bairro ladeando o I.N.E.?

Será talvez pouco adequado terminar um trabalho com tanta nostalgia dos que entretanto não realizámos. Mas de que serve conhecer senão para nos interrogarmos a seguir com maior premissa? No caso de Lisboa, como havemos de nos capacitar que a Lisboa "desvairadamente moderna" não é de facto apenas a Lisboa antiga como queria José Gomes Ferreira, se não aprendermos a amar as tantas Lisboas que entretanto foram surgindo? Amar ou seja a conhecer. Mesmo que a mão privilegiada e rara na cidade empírica do arquitecto ou do urbanista por lá não tenha passado. Mesmo que aparentemente não "se tope pedra que tenha que dizer ou cunhal que tenha dado sombra", como Norberto Araujo displicentemente afirmava das Avenidas Novas. Talvez, utilizando as palavras de Paolo Portoghesi que citámos em epígrafe, se tornarmos "operante" a "memória" dessa cidade recente, descobramos afinal que a história passara por ali e que, por debaixo das aparentes uniformidades, circula, intenso, o estranho fio orgânico que lhe entretece a(s) imagem(s).

Notas

1. Em relação à primeira data recuámos, sem todavia realmos um tratamento sistemático, até 1856, utilizando então o Arquivo Municipal que, anualmente, publicava as Actas da Câmara Municipal.
2. Ver Actas da Comissão Administrativa, C.M.L., sessão de 8/5/1913, pag.313-314.
3. Nº 5, Ano XII, Maio de 1919.
4. Exemplo concreto dessas lacunas foi-nos confirmado a propósito do nº15 da Avenida Defensores de Chaves, tornejando para a Avenida Praia da Vitória. Do processo de obra recolhemos apenas o nome do construtor António Dias Monteiro mas a doutora Lucília Verdêlho que se encontra a preparar uma monografia do arquitecto Ernesto Korrodi e estudou o seu espólio, garantiu-nos que o projecto é daquele arquitecto.
5. In A Javiana, novela em fragmentos, Lisboa, H. Antunes Ed., 1925, pag. 34.
Tradição, transição e Mudança, a produção do espaço urbano na Lisboa oitocentista
6. ver Maria João Madeira Rodrigues, sobretudo pag.65 e seguintes.
7. Aprovado por proposta do "Sindicato dos terrenos de Santa Marta", representado por Henrique Burnay, em sessão camarária de 24/5/1880. Ver Arquivo Municipal, ano de 1880, pag.228.
8. Iniciado em 1877, ver M. João Madeira Rodrigues, op. cit., pag.66.
9. Nomes das ruas aprovados em 23/9/1903, ver Actas das Sessões da Comissão Administrativa, C.M.L., 1903. No nº287 de 1/3/1909 de A Construção Moderna é atribuído à acção do construtor Domingos Serzedelo a edificação efectiva do bairro.
10. Ver Actas das Sessões da C.M.L., 11/9/1890.
11. Na Sessão da Comissão Administrativa de 1/10/1903 são aprovados os nomes das ruas do Bairro Açores. Em 21/1/1904 é pedido, pela 4ª Repartição da C.M.L., a aprovação do "orçamento para as obras de pavimento e esgoto a cargo do Município para o Bairro Brandão". Ver Actas das Sessões da Comissão Administrativa, C.M.L., 1904.
12. Ver A. Fuschini, A construção de casas económicas e salubres para habitação das classes pobres.
13. In Melhoramentos de Lisboa e seu Porto, 1º volume, Lisboa, Tipografia Universal, 1883.
14. Ver Actas da Comissão Administrativa, C.M.L., 8/5 e 31/8/1889.
15. Publicado in Ilustração Portuguesa, 29/10 e 19/11/1906.
16. Nº247, 20/1/1908.
17. Nº5, Maio de 1913, assinado N.C.

18. Nº 440, 27/7/1914.
19. ver Actas da Comissão Administrativa, C.M.L., 18/6/1903.
20. " " " " " , 26/7/1906.
21. " " " " " , 7/2/1907.
22. " " " " " , 23/7/1904.
23. in Peregrinações em Lisboa, Livro XIV, vol.3, pag.40-95
24. A afirmação transcreve, não a citando todavia, uma notícia publicada em O Ocidente, nº99, 21/9/1881, pag.213.
25. in Coisas e Loisas da Lisboa Antiga, 1951.
26. In Recordações de Jacome Ratton, pag.125.
27. in Annaes do Município de Lisboa nos anos de 1856 a 1859, pag.322, referente à sessão de 3/7/1859.
28. João Prudêncio, em 20/3/1908.
29. Segundo José Augusto-França in Lisboa Pombalina e o Iluminismo, pag.142.
30. ver Luís Pastor de Macedo, Lisboa de lés a lés, vol.IV. pag. 51 e 104 , Norberto Araujo, op. cit., pag.40-85 e Planta de Lisboa, 1891.
31. in Colecção Official de Legislação Portuguesa, ano de 1864.
32. in Archivo Municipal, 1876, sessão de 8/5/1876.
33. Proposta de Lourenço da Fonseca in Archivo Municipal, ano de 1876, sessão de 24/1, pag.413.
34. Proposta do mesmo vereador em 4/1/77, Archivo Municipal, ano de 1877, pag.3
35. Proposta de Rodrigo Afonso Pequeto, Sessão de 23 de Agosto de 1877 in Archivo Municipal, ano de 1877.
36. In Arquivo Municipal, Sessão de 12/10/1877, pag.458.
37. " " " " 21/7/1879, pag.407.
38. In Duas Palavras acerca da Avenida da Liberdade.
39. in Os Maias, Ed. Círculo de Leitores, 1976, pag.457.
40. Capítulo I, artigo 163.
41. Actas das Sessões da Comissão Administrativa, C.M.L., 26/11/1877, pag.193-194.
42. As suas posições foram defendidas em 3 opúsculos, publicados entre 1885 e 1887, sob o título Melhoramentos de Lisboa, Engrandecimento da Avenida da Liberdade.
43. Ver Diário da Câmara dos Senhores Deputados, ¹⁸⁸⁸ sessões de 26/8 a 5/7, pag. 2311-3387, e Diário da Câmara dos Dignos Pares do Reino, ano 1888, sessões de 9/7 a 11/7, pag.1239-1277.
44. In "A apologia da Curva", publicado in Arquitectura Portuguesa, nº5, Maio de 1908.

45. Ver Actas das Sessões da Comissão Administrativa,C.M.L.,
3/12/1908.
46. "Lisboa do Futuro", entrevista com Ventura Terra in O Jor-
nal, 3/5/1915.
47. Ver "Em prol da urbanização condigna de Lisboa impõe-se
o prolongamento da Avenida da Liberdade", in Diário de Lisboa,
15/7/1933.
48. In A estética de Lisboa, pag. 31, 34 e 77.
49. Actas das S. da Comissão Administrativa,C.M.L., 12/2 e 17/6/1891.
50. Actas das Sessões da C.M.L., 6/5/1891, pag.194.
51. Citado in M. Villaverde Cabral, Portugal na alvorada do
século XX, pag. 396.
52. Actas das Sessões da Comissão Administrativa, C.M.L., 16/3/93.
53. " " " " " , 16/8/94.
- As bases do contrato foram apresentadas em 23/8/94 e aprova-
das em 30/8/94.
54. Actas das Sessões da Comissão Administrativa,C.M.L.,
17/6 e 20/6/1893.
55. Actas das Sessões da Comissão Administrativa, C.M.L.,
15/5/1901,pag.22.
56. Proposta do vereador João Carlos de Oliveira, apresentada
na sessão da C.M. 22/4/1897, pag.145.
57. Actas das Sessões da Comissão Administrativa, C.M.L.,
12/8/1897 e 26/8/1897.
58. Actas das Sessões da Comissão Administrativa, C.M.L.,21/8/1901.
59. Actas das Sessões da C.M.L., 4/5/1899.
60. Actas das Sessões da Comissão Administrativa,C.M.L.,23/5/1900.
61. " " " " " , 4/10/1900
e 27/12/1900.
62. " " " " " , 3/4/1901.
63. " " " " " , 14/8/1901.
64. " " " " " , 27/11 e
4/12/1902.
65. " " " " " , 26/2/1903.
66. " " " " " , 31/12/1903.
67. " " " " " , 14/7/1904.
68. " " " " " , 4/7/1904.
69. " " " " " , 21/4/1904.
70. " " " " " , 20/8/1903.
71. " " " " " , 18/3/1909.
72. Palavras do vereador Raul Caldeira in Actas da Câmara Mu-
nicipal de Lisboa, sessão de 13/4/1923, pag.17.

73. Actas das Sessões da Comissão Administrativa, C.M.L., 22/9/1910.
74. " " " " " , 31/12/1909.
75. " " " " " , 6/10,
13/10/1910 e
19/10/1912.
76. Actas ^{das Sessões} da Câmara Municipal de Lisboa, sessão de 30/7/1924,
pag. 428 e seg.s
77. Actas ^{das Sessões} da Câmara Municipal de Lisboa, 12/5/1925, pag.283
e seg.s.
78. in Anuário da Sociedade dos Architectos Portugueses, ano I,
1905.
79. in "A obra de Ventura Terra" apud A arte e a natureza em
Portugal, volume III, Porto, 1903 e recolhido in A arte
portuguesa, II.
80. in Anuário da Sociedade dos Architectos Portugueses, ano II,
1906.
81. in Os construtores civis tomarenses e o desenvolvimento da
construção urbana em Lisboa, pag.9 e seg.s.
82. nº235, 20/9/1907.
83. Actas das Sessões da Comissão Administrativa, C.M.L., 23/4/1908.
84. in A Construção Moderna, nº59, 10/5/1902, artigo assina-
do por J.B. ; nº99, 20/6/1903 e nº191, 10/6/1906.
85. in A Construção Moderna, nº247, 20/1/1908; nº263, 1/7/1908;
nº273, 10/10/1908; nº88, 1/3/1903.
86. em 10/5/1901, 10/1/1902 e 10/3/1909.
87. Actas das Sessões da Comissão Administrativa, C.M.L., 12/8/1909
e 7/1/1910.
88. in "As novas edificações em Lisboa" apud Anuário da Socie-
dade dos Architectos Portugueses, ano II, 1906, pag.21.
89. Luís de Magalhães in "As Belas Artes em Portugal" apud
A Ilustração, nº180, Novembro, 1891.
90. título de uma conferência proferida na C.M.L., recolhida
in Problemas de Urbanização, C.M.L., 1934-1935.
91. Levantada e desenhada sob a direcção de J.A.V. da Silva
Pinto e A. de Sá Correia, desenhada em Maio de 1909 por
F.Santos e aprovada em 14/12/1910. Encontra-se arquivada no
Arquivo Histórico da C.M.L.
92. Dos 102 edifícios construídos na Avenida da República até
aos anos 40, não identificámos pelo menos os nºs 35, 47 e
83 que foram demolidos e cujos processos de obra não pude-
mos localizar. Desconhecemos por isso se se tratava de pré-
dios ou de moradias e o período em que foram edificadas.

93. Ciou-se o parecer do engenheiro Fernando Rodrigues Ferreira de 1973 in Processo de Obra nº36923, referente ao nº30 da Avenida Visconde de Valmor.
94. in A Construção Moderna, nº235, 20/9/1907.
95. In Portugal na alvorada do século XX, pag.356.
96. Nº67, 1/8/1902.
97. in Portugal na Exposição de Paris, pag.10.
98. in "Antecedentes da Academia Nacional de belas Artes no Prémio Valmor de Architectura da cidade de Lisboa. Académicos architectos no seu juri", pag.115.
99. Nº6, ano II, 1909.
100. O parecer citado, opondo-se ao do architecto Couto Martins, é assinado por A.Rodrigues Cavalheiro pela Repartição da Acção Cultural e Turismo, in Processo de Obra nº3629, Demolido.
101. publicado no Intransigente, 1903, recolhido in Vida errante, pag.75 e seg.s.
102. Segundo Heitor de Macedo in Arquitectura Portuguesa, nº2, Fevereiro, 1909.
103. Nº10, Outubro de 1908 sobre o nº36 e nº2, Fevereiro de 1908 sobre o nº77B.
104. Nº330, 10/6/1910.
105. Nº276, 10/11/1908.
106. Referimo-nos às moradias para José de Lacerda, projectadas em 1910 e só parcialmente realizadas no Alto Estoril.
107. Op.Cit., pag.15.
108. in O Ocidente, 30/8/1904.
109. in A Construção Moderna, nº195, 10/8/1906; O Ocidente, 30/8/1906 e Actas das Sessões da Comissão Administrativa, C.M.L., 21/10/1906, pelo Conselheiro Matheus dos Santos.
110. Actas das Sessões da C.M.L., 19/3/1913, vereador Lourenço Loureiro.
111. Nº163, 5/4/1909.
112. Acta- das Sessões da C.M.L., 25/3/1926.
113. in A arte portuguesa do século XIX, pag.210-211.
114. Nº12, ano I, Dezembro de 1908.
115. in O Ocidente, 30/11/1913.
116. Nº175, 20/8/1905.
117. Nº1, Janeiro de 1913.
118. In A Construção Moderna, nº346, 20/5/1911 e Arquitectura Portuguesa, nº2, Fevereiro de 1911.

119. in Processo de Obra nº25717.
120. in Arquitectura Portuguesa, nº2, Fevereiro, 1914 e A Construção Moderna, nº415, 10/4/1914.
121. A moradia que projecta para o nº21 da Rua dos Navegantes, em 1921, traduz essa mesma rara capacidade de entender e interpretar um gosto internacional de tendência afim.
122. Informação recolhida no opúsculo de Filius populi, já citado. No Processo de Obra respectivo, nº3789, aparece apenas o nome do construtor civil José Seabra de Barros.
123. ver A Construção Moderna, nº454, 21/11/1915.
124. Nº3, Março, 1914.
125. in A Construção Moderna, nº398, 25/7/1913.
126. Ver Processo de Obra nº3568, Demolido.
127. Ver Processo de Obra nº2012.
128. " " " nº39036.
129. Actas das Sessões da Comissão administrativa, C.M.L., 5/12 e 19/12/1907.
130. Todavia em 22/10/1908, em véspera da vitória da lista republicana nas eleições municipais, Ressano Garcia está ainda ao serviço, parecendo poder concluir-se que a demissão compulsiva nunca passou à prática.
131. Actas das Sessões da Comissão administrativa, C.M.L., 8/5/1913, pag. 313-314.
132. Actas das Sessões da Comissão Administrativa, C.M.L. 6/5/1919.
133. Actas das Sessões da C.M.L., 27/11/1919.
134. " " " " " , 18/3/1926.
135. in Processo de Obra nº36923, referente ao nº30 da Avenida Visconde de Valmor.
136. Ver Processo de Obra nº2710.
137. " " " " nº2323.
138. Actas das Sessões da Comissão Administrativa, C.M.L., 20/2/1913.
139. in Relatório do vogal do pelouro da 4ª Repartição (Obras particulares), Aníbal Sousa Dias, pag. 23-33.
140. O Presidente era Lévy Marques da Costa. Ver Actas das Sessões da C.M.L., 5/1 e 28/8/1916.
141. Ver Processo de Obra nº10644.
142. " " " " nº5767.
143. Referimo-nos à 1ª edição da obra de Raul Lino Casas portuguesas, alguns apontamentos sobre a arquitectura das casas simples que é de 1933.

144. Ver Processo de Obra nº44882.
145. " " " " nº4776, Demolido.
146. " " " " nº43465, referente ao nº185 da Av. Duque d'Ávila.
147. Parecer da vistoria em 1926, ver Processo de Obra nº19586.
148. Ver nota 78.
149. Ver Processo de Obra nº2471, Demolido.
150. " " " " nº39912.
151. " " " " nº2620.
152. " " " " nº3218, Demolido.
153. in Boletim da C.M.L., ano X, nº505.
154. Ver Processo de Obra nº1157.
155. in Arquitectura, nº119, Janeiro-Fevereiro 1971, pag.2-8.
156. Ver Processo de Obra nº3474.
157. " " " " nº1741, Demolido.
158. " " " " nº4801, Demolido.
159. " " " " nº2224, Demolido
160. " " " " nº4556.
161. " " " " nº2384, Demolido.
163. in "As novas construções de Lisboa I- O Palácio Sotto Mayor" apud Ilustração Portuguesa, 12/3/1906.
164. in Homens e Factos, pag.227.
165. in O Ocidente, 20/6/1906.
166. in As Farpas, volume VII - A Capital, pag.23 e seg.s.
167. in Mariano Pina, "Notas de Lisboa" apud A Ilustração, 20/9/1886.
168. in "Lisboa na Quaresma" apud Cartas de Lisboa, pag.67 e seg.s.
169. in A baixa, Lisboa no século XX, pag.5 e seg.s
170. in A Construção Moderna, nº195, 10/8/1906.
171. in "Lisboa Moderna" apud O Ocidente, 20/9/1912.
172. in O Ocidente, 30/7/1904.
173. in Os Gatos, volume VI, pag.258 e seg.s.
174. Op. Cit., pag.103, 244, 276.
175. Op.Cit., pag.27.
176. in "Lisboa que surge" apud Diário Ilustrado, 11/3/1908.
177. in "Tipos das ruas de Lisboa em 1840" apud Ilustração Portuguesa, 30/7/1906.
178. in Ilustração Portuguesa, nº153, 1909.
179. in Notícias Ilustrado, II Série, nº9, 12/8/1928, pag.15.
180. Alfredo Gallis, op.Cit., pag.270.

181. Publicado in Os Gatos, volume VI, pag.278 e seg.s
182. Novembro de 1913, lssinado Francisco Serra.
183. in O Ocidente, 1/9/1892.
184. in A Ilustração, nº26, 30/4/1891.
185. In Portugal Pitoresco e ilustrado, pag.508.
186. Op.Cit., capítulo XXIV, pag.279.
187. in Uma vida qualquer, s/d (19807).
188. in "Lisboa horrível" apud A Ilustração, nº171, 15/6/1891, pag.162.
189. in O Ocidente, 10/6/1909.
190. in Praxédes mulher e filhos, cadastro de uma família lisboeta, 1916.
191. in "Algumas considerações sobre urbanismo e saúde mental" apud O Tempo e o Modo, 1966, pag.34-35.
192. in Os meus domingos, 1925, pag.199.
193. Ver FERREIRA, Armando, O baile dos Bastinhos, Lisboa, Guimarães e C.a, 1935.
194. in "O mardi de Mme Farinha" apud O Condado do Redondo, 1929.
195. in Chagas Roquete, "Estética dos maxilares" apud Notícias Ilustrado, nº4, 1/7/1928, pag.11.
196. Alfredo Pimenta, "Pretextos e reflexões para Melisandre" in A.B.C., nº4, 5/8/1920.
197. in "Corrente câlamo cartas à prima" apud A.B.C., 25/10/1923.
198. Brito Aranha in A Ilustração, nº68, 16/10/1927.
199. in "O culto da cidade" in A Ilustração, nº23, 1/12/1926.
200. in "Crónica da quinzena" apud A Ilustração, nº19, 1/10/1926.
201. in "A vetusta Alfama" apud A Ilustração, nº36, 10/6/1927.
202. in A.B.C., 25/2/1926.
203. " " , 25/11/1926.
204. " " , 23/12/1926.
205. " " ; 2/8/1926 (ass. A.C.).
206. Nº56, 16/4/1927.
207. Actas das Sessões da C.M.L., 16/1/1925, pag.159-167.
208. Actas das Sessões da C.M.L. e Comissão Administrativa, 1926, sessões de 14/10 e 23/12.
209. in Ilustração Portuguesa, nº711, 6/10/1919.
210. " " " , nº702, 4/8/1919.
211. Actas das Sessões da Comissão Administrativa, C.M.L., 27/4/1910.
212. in "Lisboa vai ter um Palace?" apud Repórter X, nº12, 25/10/1930.
213. in Repórter X, Natal, 1931.
214. in Magazine Bertrand, nº4, Abril, 1927.

215. in Magazine Bertrand, nº14, Fevereiro, 1928, pag.27.
216. in "A descoberta de Lisboa no ano 1921" apud Ilustração Portuguesa, nºs 818, 820, 833, 20/1 e 5/11/1921 e 4/2/1922.
217. in A Ilustração, nº8, 16/4/1926.
218. " " , nº42, 16/9/1927.
219. in Notícias Ilustrado, nº41, II Série, 24/3/1929, pag.16.
220. " " " , nº51, pag.12-13.
221. " " " , nº90, 2/3/1930.
222. " " " , nº96, 13/4/1930.
223. in Repórter X, nº41, 30/8/1930.
224. " " " , nº51, 6/9/1930.
225. " " " , nº9, 4/10/1930.
226. in Maria Archer, Eu e elas, 1945, pag.167.
227. in Luís de Oliveira Guimarães "A cidade de ontem" apud Lisboa, oito séculos de história, pag.639.
228. In José Gomes Ferreira, "Lisboa" apud A Ilustração, nº3, Outubro, 1931.
229. in "lisboa-Avenidas Novas" apud Guia de Portugal, I-Generalidades, Lisboa e Arredores, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1982, Pag.446.

Anexo I

Listagem das primeiras edificações realizadas, entre 1901 e 1930,* na:

Praça Duque de Saldanha
 Avenida da República
 " Cinco de Outubro
 " Defensores de Chaves
 " Praia da Vitória
 " Duque d'Ávila
 " João Crisóstomo
 " Miguel Bombarda
 " Visconde Valmor
 " Elias Garcia
 " Barbosa du Bocage
 " de Berna
 " Júlio Dinis

*O inventário que a seguir se apresenta constituiu o material de base para a elaboração do II capítulo - "A edificação das Avenidas Novas-as questões arquitectónicas" - sintetizando as fichas que elaborámos a partir dos Processos de Obra que, pela sua extensão, não se afigurou possível integrar no trabalho.

Os limites cronológicos que apontamos foram, como já largamente clarificámos, algumas vezes ultrapassados, mas só na medida em que prolongam as tendências anteriores e não quando veiculam valores novos em termos de norma urbanística.

Apesar de pretendermos que este inventário fosse exaustivo, as lacunas existem, tratando-se então de Processos de Obra a que, ao longo de cerca de ano e meio de investigação, não conseguimos ter acesso por se encontrarem dispersos por diversas Repartições da Câmara Municipal ou, mais raramente, não serem definitivamente localizáveis. Por isso, quando procuramos, no final, realizar um cômputo global das edificações realizadas, dever-se-á sempre considerar os valores apresentados apenas como aproximados, tanto mais que é de admitir que algumas, embora raras, edificações demolidas não tenham sido identificadas por carência dos ficheiros do Arquivo de Obras.

NUMERAÇÃO (planta e nº de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITECTO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
nº 1-2 <u>18808</u> arg. Ar. For- tes, R. N. 64	Prédio, n/e + 4 gosto tradicional elementos de ativos: pincéis, abóbodas	1902-1903	const. José Maria Francisco	Manuel José Ferreira Alegria	1971. proposta para nova cons- trução, não aprovada.	
nº 3 <u>16747</u> arg. Ar. Pa- sol Ribeiro, 77	Monadia, n/e + 1 + mansarda gosto português esteticamente trata- do	1902	Raul Lino (1º projeto) Manuel Gouveia Jr (2º projeto, pequena alter.)	Guilherme Charters (Henrique de Azevedo)	1903. cocheiras e cavalariça em 1932 adopta- da a garagem. 1948-51. projeto de reconstrução	
nº 4-8 <u>26863</u> arg. Ar. C. R. beiro, 66	Prédio, n/e (lojas) + 3. Gosto tradicional Marquises de ferro e vidro no corpo de aju- zade. Azulejos	1906	Yoaquim da Silva (const.)	Jose Maria Francisco Miranda	1979. proposta de nova cons- trução não aprovada	
nº 9-10 <u>29307</u>	Prédio, n/e + 3 gosto tradicional	1902	Augusto Carlos da Cunha (const.)	Augusto Seixas Correia	1978. regime de propriedade horizontal	
nº 11 <u>21832</u> arg. Ar. P. da Vitoria, 49. 67	Prédio, n/e (lojas) + 4 Gosto eclético, certa riqueza de volu- turas e remates	1915	Manuel Catha- rino (const.)	Jose Leitão	Conserva tipolo- gia inicial conservação en- riquecimento do interior	
nº 12 <u>21387</u> arg. Ar. P. da Vitoria	Monadia, gosto eclético. Abundância de elementos decorati- vos.	1910	Norte Júnior (arg.) António Pedrosa (const.)	Nuno Pe- reira de Oli- veira	Alencar Honrosa Valente, 1912 conserva tipolo- gia inicial	Arquitetura Portuguesa nº 1, janeiro, 1913
nº 13-19 <u>27694</u>	Prédio, n/e + 2 (n/e, lojas) gosto tradicional montagem de terreno central	1908 (?)	?	?	1953. projeto de desenvolvimento aprovado 1954. obras in- teriores.	
nº 20 <u>2659</u>	Prédio, n/e + 3 gosto tradicional	[< 1910]				
nº 21-27 <u>16893</u> arg. Ar. de República	Prédio, n/e (lojas) + 3 gosto tradicional deprimido por desenho classicante	1907-08	Jose Rodrigues Machado (const.)	Comp.ª Pan- ficenses dis- persas	1962. projeto de reconstrução, não aprovado. Conserva tipologia inicial.	
nº 28 arg. Ar. R. pública, 1	Monadia, gosto eclético, ostentação decorati- va.	1902- -1906	const. José Ro- drigues Sobolla	Engenheiro Supardo	1º projeto, feito arg. José Luis Machado, não realizado	A Construção Moderna 1 Agosto 1902

NÚMERAÇÃO (polícia e nº de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITECTO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
nº1 <u>29905</u>	Monadia, n/c+1 gosto acadêmico profusão decorativa Eugen Praso D. Saldaña					
nº2 <u>2291</u>	Monadia, n/c+1 gosto acadêmico frentas cambal, mol- duras, volutas, fechadas	1907	Augusto Carlos da Cunha (const.)	Pedro Afonso Pequito	o 1º projeto para predio n/c+3 DEMOLIDO (1960)	
nº3 <u>3392</u>	Predio, n/c+3 gosto tradicional	1902		Guilherme Augusto Sal- azar Wagner	DEMOLIDO (1964)	
nº4 <u>4873</u>	Predio, n/c+3 + alguns fundos gosto tradicional	1901		Avelino Rocha	DEMOLIDO (1974)	
nº5 <u>38806</u>	Predio, n/c+4 + mesa de gosto tradicional	1902	Yosé Rodrigues Sebolha (const.)	Augusto Fraine d'Almeida Salazar d'Eqn	1932 - ampliação (5º andar)	
nº6 <u>19164</u>	Predio, n/c+3 + alguns fundos	1901		Avelino Rocha		
nº7 <u>33360</u>	Monadia, n/c+1 gosto edílico	1904-1905	Nicola Bergaglia	Angelo Ten- bello	1981: autorizada demolição pº re- construção compri- ta c/ o nº 5	Construção Moderna, nº 178
nº8 <u>3782</u>	Predio, n/c+4 gosto tradicional com elementos deco- rativos neobarrocos	1911		Antônio Alves Cruz Marmel Alves Cruz	1960: pedido de ampliação, sus- pendido	
nº9 <u>4720</u>	Predio (integra nº 11)					
nº10 <u>18882</u>	Predio, n/c (lojas) + 3+1 gosto acadêmico	1905	Arthur João Machado (autia) Antônio Pio dos Santos (const.)	Flammar Moreira Rato	1960 - instalação do B.P.A. (arg. Ten- nando Silva) 1980 - propriedade horizontal	Construção Moderna, nº 182

NÚMERAÇÃO (polícia e nº de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITECTO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
nº 11 <u>6742</u> Av. Av. Du- que d'Avila	Prédio, n/c+3 (n/c: 10º) Gosto tradicional.	1904	Antônio Gaspar (const.)	Manuel Ave- lino da Rocha	1937: aconselhado pela C.M. a "Revo- lução original da fachada (...) (para) a valorizar	
nº 12 <u>32382</u>	Prédio, n/c+3 gosto tradicional	1904	Manuel d'Oliveira (const.)	Manuel d'Oli- veira	1974: pedida de mutilação, indi- ferença.	
nº 13 <u>39453</u>	Colégio gosto neo-renascença	1904	arg. Álvaro Ma- chado.	Anna Russell	1948 e 1953: pedi- da ampliação 1961: projecto de um "Hotel Residen- cial"	Arquitetura Br- asileira, vol. II, nº 3 Construção Moderna nº 134
nº 14 <u>3217</u>	Prédio, n/c+3 gosto tradicional	1903		Jose Maria Francisco - Minaude	DEMOLIDO (1964)	
nº 15 <u>3794</u>	Prédio, n/c+4+1 gosto eclético, gran- de ostentação decorati- va	1919	Jose Tomaz de Souza (const.)	Jose Antonio Lopes	1947 - obras na fachada "Versail- les" (arg. Montijo)	
nº 16 <u>4770</u>	Monadia, n/c+2 gosto eclético muito decorado	1907	arg. Nicola Brigaglia	João Borges Alves	DEMOLIDO (1972)	Construção Mo- derna, nº 219
nº 17 <u>13546</u>	Prédio, n/c+3 gosto tradicional, elementos decorativos academizantes	1910		Francisco José de Costa Sampaio	1971: Residência "Estrela da Salda- cha" no 1º andar	
nº 18 <u>4974</u> Arg. João Cri- stiano, 17	Monadia, n/c+1 Gosto academi- zante muito ostensivo	1906	João Rodrigues Sebolla (const.)	Augusto Fer- nando Ben- nard	DEMOLIDO (1973)	
nº 19 <u>11284</u>	Prédio/Monadia n/c+3 Gosto eclético	1909	Antônio Pedrosa (const.)	Alexandre Barreira	1929 - estabeleci- mento destinado a alfaiates (arg. Montijo)	
nº 20 <u>2010</u> Arg. Av. J. C. Sistemo, 22	Prédio, n/c+3 gosto tradicional	1903 (2º e 3º) 1905 (+ 2 an- dares)	Antônio Gaspar (const.)	Antônio de Guerra	DEMOLIDO (1959)	

NÚMERAÇÃO (polícia e nº de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITETO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
nº 21 <u>4556</u>	Prédio/moderna, nfe+2 gosto acadêmico	1907	Joaquim da Silva depois Antônio Pedrosa (const.)	Henrique José Chaves	1953. Substituído por nfe (ang. Ro- drigues Lima) 1972. Pedido de demolição, inde- ferido.	
nº 22 <u>2599</u>	Prédio, nfe+2+1 gosto tradicional	1903 (2fe+2) 1904 (+1 ou 2a)	Antônio Góes (const.)	Antônio das Neves	DEMOLIDO (1951)	
nº 23 (22019) ang. Ar. g. (vi- são) 1900	Prédio, ev, nfe+3 gosto ante novo ecletismo, anti- tradicional	1911	ang. Miguel Ma- gno const. Joaquim Francisco Fajal	José Malhe- iros Nogueira	PRÊMIO VALMOR, 1913 1961. Pedido de demolição, inde- ferido.	Arquitetura Fun- cional, ano VII nº 3 Construção Modern nº 415
nº 24 e 25 <u>5223</u>	2 Prédios, ev, nfe+3 gosto tradicional com elementos modernos	1907	proj. de Arthur Filipe de Almeida Thomé de Al- (const.)	Antônio Agui- lar e César dos Santos	DEMOLIDO (1974)	Construção Modern nº 218
nº 25 <u>21404</u> ang. Ar. g. (vi- são) 1900, 24	Prédio, nfe+4 gosto eclético. Ele- mentos decorativos de referência anti-nova	1907 (?) [proj. de obra incompleta]		Dr. Antônio Mamede	Conservação tipoló- gica.	
nº 27 <u>1991</u>	pequeno prédio, nfe+1 + alguns pavimentos. Gosto eclético.	1904	Antônio Góes	Manoel Ave- lino Rocha	DEMOLIDO (1958)	
nº 28 <u>1165</u> ang. Ar. g. (vi- são) 1900, 24	Moradia ev, nfe+1 gosto acadêmico	1905	José Antônio Cancellato (const.)	Antônio Agui- lar e César dos Santos	DEMOLIDO (1956)	
nº 29-31 <u>27189</u>	2 prédios contíguos depois ligados, nfe+1 gosto eclético, ele- mentos decorativos e referências ecleticas	1904 1905 - 2º projeto	Antônio Góes	M. Avelino Rocha	1940 - projeto de demolição por desinteresse de L. B. A. DEMOLIDO (d.?)	
nº 30 <u>2430</u> ang. Ar. M. Pombal	Moradia, nfe+1 gosto eclético, ubi- lidade por elementos decorativos	1924	V. H. de Saupur Pinto (ang.)	Antônio Ro- drigues Alves Ferreira	1949-50: ampliação da obra anterior. DEMOLIDO (1960)	
nº 32 <u>506</u> ang. Ar. M. Pombal	Moradia, nfe gosto eclético de referência ecletica	1905	José Maria Sequeira (const.)	Francisco de Paula Osório Sousa	1909 - Anu Albino Salgado Araújo em projeto final. posterior DEMOLIDO (1939)	

* substituído por prédio de ang. Pandul Henrique

NÚMERAÇÃO (polícia e nº de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITETO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
nº 33 <u>5394</u>	Prédio, c/1 sala + 4 gosto tradicional muito decorado	1902	Antônio Garçon	Fernando Compy	DEMOLIDO (1979)	
nº 34 <u>5292</u>	Monadia, gosto ecle- tico de referência neo-românica ba- rroquizada.	1916	Manoel de Costa Pinto de Azevedo	Joaquim Vie- torino d'Oli- veira	1941 - adaptado a 2 fogos inde- pendentes DEMOLIDA (1973)	
nº 35						
nº 36 <u>36981</u> arg. v. Valença, 27	Monadia, cave, n/1 + 1 Gosto eclético em aparelho misto e	1906	arg. Nêste Junior const. Manoel Pires	Branco Ro- drigues	Henrique Honório Valença, 1908. DEMOLIDA (1949) (Prédio A. Reis Ca- melo, 1949)	Arquitetura - Portuguesa, nº 10 1908 Construção: Moderno nº 312
nº 37 <u>36981</u> arg. de Valença Atílio Pereira da Silva	Prédio, n/1 + 4 + 1 gosto eclético com sobriedade por ele- mentos decorativos.	1917-1922	José de Sá José Rodrigues Machado	Alberto Grei-	1961 - importante obra eclética (proj. F. Calheiros) Conservação e restauro imparcial	
nº 38 <u>29524</u> arg. v. Valença	Monadia gosto eclético, sob- riedade por elementos decorativos de referência barroca	1905	arg. M. Fernandes Teres const. J. Francisco Torres	Viscondessa Valença	Prêmio Valença 1906 Edifício classificado 1983. intervenção de valorização (restauração)	Arquitetura - Portuguesa, nº 10 1909 Construção: Moderno nº 307
nº 39 <u>1921</u>	Prédio monadia, n/1 + 2 gosto tradicional	1904	Augusto Carlos de Almeida	Antônio Jo- aquim Abreu	DEMOLIDO (1956)	Construção: Mo- derna nº 140
nº 40 <u>20036</u>	Monadia, n/1 + 1 gosto eclético, referen- cia a "casa portu- guesa"	1911	Fernando Soares	José Luis Vinaque	1958 - consulto so- bre possibilidade de demolição, não fornecida Conservação e restauro imparcial	
nº 41 <u>3367</u>	Prédio (Monadia, n/1 + 1) gosto tradicional	1904	Antônio Lopes	Antônio d'Al- meida Lima	DEMOLIDO (1965)	
nº 42 <u>30052</u>	Prédio, n/1 + 3 gosto eclético profu- samente decorado	1909	arg. Nêste Junior Manoel Costeiro Marques (const.)	José Luis Vinaque	DEMOLIDO (d ?)	Arquitetura - Portuguesa nº 3, 1911

NUMERAÇÃO (planta e n.º de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITECTO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
n.º 43 <u>5278</u>	Predio, n.º 3 gosto tradicional		Joaquim de Silva	Jose M.º Fran- cisco Miranda	DEMOLIDO (1976)	
n.º 44 <u>1571</u> eng. A. E. Gar- cia, 59	Predio, n.º 2 (dep. + 2) gosto tradicional	1904 1919 (am- pliação p.º 4 andares)	Jose de Silva	Ignestina An- gusta Enfi- no da Costa	DEMOLIDO (1956)	
n.º 45 <u>3629</u> eng. V. Val- mon, 29	Monadia gosto tradicional, elementos decorativos e refinação eclética	1905	eng. Álvaro Ma- chado const. G. F. Barre- cho	Olympio de Macedo Branco	DEMOLIDO (1954 - 1956) (restituído pelo Sergio Pombal 1965)	<u>Construção Moderna</u> , n.º 171
n.º 46 <u>10417</u> eng. E. Garcia, 62	2 Predios, n.º 4 Gosto tradicional notabilidade por elemen- tos decorativos	1906	Joaquim Rojal	Joaquim Sen- tos Lima	(conserva tip- ologia inicial)	
n.º 47						
n.º 48A - B <u>205</u> eng. B. Bragança 49	2 Predios, n.º 6 gosto cerca 40	1942	eng. Raul Rojal	Fernando José Andrade Neves	1947 - ampliação (7 andares) (conserva tipolo- gia inicial)	
n.º 49 <u>3796</u>	Predio, n.º 4 + um segundo gosto antes decor- ativo	1920	eng. Paolal Munkens	José Paes	Primeira habitação 1923 (conserva tipolo- gia inicial)	
n.º 50 (5498) eng. B. Bragança	Monadia, cave, n.º + 1 + um anexo gosto eclético	1929	eng. Nante ju- nior	Jose de Silva Pereira Junior	DEMOLIDA (1961)	
n.º 51 <u>4024</u>	Predio, n.º 2 + 1 gosto tradicional	1905 1920-21 (am- pliação)	Augusto Carlos de Almeida	deusa Acli- do R. de Almeida	DEMOLIDA (1966)	
n.º 52 <u>3534</u>	Monadia gosto eclético tip- ificado	1928	Nante junior	António de Carvalho Neves	DEMOLIDA (1966)	

NÚMERAÇÃO (planta e nº de obra)	TIPOLOGIA funcional e arquitetónica	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITECTO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
nº 53 <u>34 936</u>	Prédio, n/c + 3 gosto tradicional					
nº 54 <u>3 771</u>	Monadia, cave, c/c gosto "arte deco- rativas"	1928	eng. Paredal Munteno Const. Devesantim Francisco Rojal	Isidoro San- toso de Oli- veira	Plano de Habitação Valença, 1930 DEMOLIDA (1957)	
nº 55 <u>2 2038</u>	Prédio, n/c + 3 gosto tradicional	1912	Domingos Senze- dello	Domingos Senzedello	DEMOLIDA (1973)	
nº 55B <u>39 164</u> eng. E. Garcia 68-67	Prédio, n/c + 5 gosto arte decorativa com elementos deco- rativos	1929	eng. Montenegro	João Pereira Braga	1973. Compl. Agri- cola de um antigo modificado pela a nível da cave e n/c.	
nº 56 <u>34 58</u>	Monadia, cave, n/c gosto arte deco- rativa	1927	eng. Paredal Mun- teno	Fernando Par- dal Munteno	Procedimento de habi- tação - 10 = Primeira habitação DEMOLIDA (1965)	
nº 56 (3279)	Monadia, cave, n/c	1930		António Pinto de Oliveira	DEMOLIDA (1964)	
nº 56-56F <u>49 52</u> eng. Campo de Ferreira 81-81E	Monadia, n/c + 3 gosto modernista com "cabeças" e abdo- men	1941	João Botelho	João Botelho	RSU - projectos para 3 unidades, sem efeitos DEMOLIDA (1973)	
nº 57 (3567) eng. E. Garcia 64	Monadia, n/c + 1 gosto tradicional enriquecido de chapéu e abdo	1913	eng. Rui Lima const. G.F. Bar- rancho	Elise Luz	1938 alargamen- to e garagem DEMOLIDA (1965)	
nº 58 <u>44 45</u> eng. Campo Ferreira	Prédio, n/c (1921) + 3 gosto tradicional enriquecido com elementos decorativos	1904	G. F. Barreiros	Manuel José d'Almeida	DEMOLIDA (1972)	
nº 59 <u>72 87</u>	Monadia. Prédio, n/c gosto tradicional enriquecido com ele- mentos decorativos	1907	G. F. Barreiros	António Emílio de Gouveia Fonseca	1928. garagem em "gosto funk" e conservação de a nível.	

NÚMERAÇÃO (planta e nº de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITECTO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
nº 60 <u>3443</u>	Monadia gosto eclético com citações exóticas	1909 1910 (altera- ções)	Joaquim de Sá depois Fernando Soares	Guilherme N. Colares dos Santos depois Joaquim Correia de Azevedo	DEMOLIDO (1970)	
nº 61 <u>4904</u>	Prédio, nte + 2 gosto tradicional com elementos deco- rativos ecléticos	1908	José Joaquim Luis Guerra	Manuel de Costa Vargas	1939-46 - projecto de ampliação em gosto "anos 40" mas efectuados DEMOLIDO (1973)	
nº 62 <u>4172</u>	Monadia, nte + 1 + área fundada gosto tradicional	1906	Henrique de Carvalho	Roberto Eulene de Costa Silva	1918 - garagem e marquise (F. Soares) 1922 - alterações (R. L. no) 1938 - alterações, um denúncia DEMOLIDO (1967)	
nº 63 <u>5974</u>	Prédio, nte + 4 gosto tradicional utilizado por eleme- ntos de gosto academi- zante	1906	José Rodrigues Sobrinho	M.ª Juana Salazar Canina	Conservação tipol- ógica	
nº 64 <u>2841</u>	Monadia, nte + 1 gosto tradicional, cita- ções em "gosto por- tuguês"	1904	arg. Raul Lino	Joaquim de Jesus (e nte) Lino	1945 - alterações (arg. Antunes Lino) DEMOLIDO (1962)	Construção Moderna, nº 135
nº 65 <u>4474</u> arg. B. Pereira nº 57-59	Monadia, gosto eclético	1917 1917	J. Paula Ruiz Arthur José Nobre, const.	José Manuel dos Santos Ferreira	1919 - alterações 1939 - garagem (sujeito a projecto) DEMOLIDO (1971)	Construção Moderna nº 486
nº 66 <u>4553</u>	Quilómetros	1905	Manuel Gomes fr.	José Manuel Chaves	1938 - alteração no Grupo Desportivo operário DEMOLIDO (1971)	
nº 67 arg. B. Pereira 66-74	Prédio, nte (topa) + 4 gosto eclético tradi- cional	1907		António Rod- rigues F. L. e José Joaquim Luis Guerra	1952 - prédio de 3 andares, inde- pendente DEMOLIDO (1970)	
nº 68						
nº 69						

NUMERAÇÃO (folha e n.º de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITECTO OU CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
n.º 71-73 <u>47406</u>	Prédio, c.v., n.º +4 gosto anti-decorativo esteticamente in- teressante	1933	Nantiguenon	Manuel Pa- mos	1946 - solicitação ampliada, vent. cul, redifecido. Conserv. tipolog. arquitet.	
n.º 72 <u>2285</u> arg. vicente Seabra	Prédio, c.v., n.º +3 gosto português	1926-1927	arg. Manuel Gomes	João Correia Saraiva	1936 - ampliação sobre - Av. d. República. DETROIDA (1950)	
n.º 74 <u>10644</u>	Prédio, n.º +4 gosto eclético profus. suntuoso ornamenta- do	1921	Jaquim Luis Moreira	António M. Manuel de Silva	1944 - totaliza- mento com bo- tas ornadas. Conserv. tipolog. arquitet.	
n.º 75 <u>3745</u>	Monachio, n.º +1 gosto neoromânico	1917	arg. Victor Bastos	José Ram	1922 - obra: a tra- dição de frontão co- fete de. 1930 - pedido de licença, redifecido. Conserv. tipolog. arquitet.	
n.º 76 <u>37826</u>	Prédio, c.v., n.º +4 gosto eclético	1920	Gerardino Pereira de Silva	Manoel Dama- zio Borges	1972 - projecto de "Pavão Alameda" n.º 1.º andar. Conserv. tipolog. arquitet.	
n.º 77 <u>24310</u> arg. do Barro	Monachio, gosto eclético. profusa- mente ornamentado.	1908	arg. Nantiguenon const. Jaquim dos Santos e Manoel Pereira	António do gosto Pereira de Silveira	1932 - alterações interiores p. exist. Luzes de T. J. J. J. Gen. das Indus- trias e Comércio	Construção Modern na, 298. Arquitetura Portu- guesa, n.º 3, Maio 1910.
n.º 77 <u>1108</u>	Monachio, gosto eclético	1905	arg. Nantiguenon const. Henrique Luis Pereira	António de Costa Gomes de Silveira (d. de Manoel Antunes)	DETROIDA (1953) (solicitação para prédio, grandiosa, arg. Gomes Ezequiel, 1959)	Arquitetura Portuguesa, 2, 15
n.º 78 <u>32381</u>	Prédio, gosto eclético	1922	Abel Soares	Ernesto Mota	Pedida de licen- ça em 1933 e 1980 Conserv. tipolog. arquitet.	
n.º 79 <u>4801</u>	Monachio, c.v., n.º +1 gosto eclético	1908	Henrique Luis Pereira	John F. New- ell	1951 - alterações dentro do gosto "anos 40" DETROIDA (1972)	
n.º 80 <u>16881</u>	Prédio, n.º +3 gosto eclético	1921	António José Nogueira	Manuel Duarte	Conserv. tipolog. arquitet.	

NUMERAÇÃO (polícia e nº de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITECTO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
nº 81 <u>5274</u>	Monadial, n/c + 1 gosto eclético	1914	Ant. Norte junior Sebastião Tignaco Fruzaõ (const.)	Antônio da Costa Correia Leti (Mário Antunes)	DEMOLIDA (1977)	
nº 82 <u>4540</u>	Monadial, n/c + 1 gosto eclético sem elementos deco- rativos	1920	Luís de Costa Pinto do Amaral	Juliete Betts da Gonçalves Antônio de Al- cides Fernandes	DEMOLIDA (1967)	
nº 84 <u>2279</u> Av. José Cândido dos Santos	Monadial, gosto eclético	1918	João Francisco Pires	Albano Padua Lima	1950 - obra (arg. R. Fojal) DEMOLIDA (1960)	
nº 83 <u>2513</u> Av. Av. J. Dias, 1						
nº 85 <u>3599</u> Av. Av. J. Dias	Monadial, n/c + 2 gosto eclético	1915	Ant. Norte junior ant. Joaquim Fojal	M.ª Guadalupe Fernanda Mena	DEMOLIDA (1965)	
nº 86						
nº 87 <u>27356</u>	Monadial gosto eclético de sugestão "anténova"	1905	João Rodrigues Prieto const. António Pires dos Santos	Abel José da Cruz	1954 - organizada em 2 freguesias 1950 e 1974: ped- do ampliação ind- ferida Conserv. H. Politécnico	Construção Mo- derna, nº 272
nº 89 <u>25027</u>	Predial, n/c + 3 + 1 sugestão "anténova"	1909	João Rodrigues Prieto	Abel José da Cruz	1951: ped. do p. transformar o 2.º an- dar em 4.º a f. de tr. de f. de 1961: ind. f. de ampliação	Construção Mo- derna, nº 272
nº 90 <u>32378</u>	Predial, n/c + 4 gosto tradicional modificado com elemen- to decorativos ecléticos	1919		Manuel The- miz Lopes	Conserv. H. Polité- cnico	
nº 91 <u>44882</u> Av. J. Santos, 1	Predial, n/c + 4 gosto "anténova"	1931	João Machado Rodrigues	Isabel Lda	1974: ped. do de- molir, ind- ferido Conserv. H. Polité- cnico	

NUMERAÇÃO (folha e nº de obra)	TIPOLOGIA funcional e arquitetônica	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITETO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
nº 92 <u>5624</u>	Prédio, n/e + 4 gosto tradicional	1919	Julio Alvares Correia	Feliciano Thomaz Lopes	1921 - introdução de frieiras nobilitantes. DEMOLIDO (1978)	
nº 93 <u>3789</u> eng. A. Serpa	Prédio, n/e (loja) + 4 + 1 gosto entre decorati- vos e ecleticamente tratado	1919	eng. Edmundo Favaro const. José Leão de Barros	Santos Ferraz, Lda	1955 - alteração na "3ª andar da nida" (eng. J. Si- mões) Pedido de de- molição (1974)	FILHO POPOLI, Os construtores e visões urbanas
nº 94 <u>1967</u>	Prédio, n/e + 5 gosto tradicional nobilitado fun- cionalmente decorativo	1919	Julio Alvares Correia	Zafreus Ark Rio de Janeiro	1929 - consolidação 1963 - projeto de ampliação nos ete- rno 1978 - pedido de de- molição	
nº 95 <u>36322</u>	Prédio, cu n/e + 4 gosto eclético	1909	Joaquim dos Santos	Inocência Rodrigues	Presença de fáb- rica municipal	
nº 96 <u>13629</u>	Prédio, n/e + 4 gosto tradicional ampliado com elementos decorativos	1919	Julio Alvares Correia	Genaro E Fernandes	1920 - ampliação (5º andar) DEMOLIDO (1977)	
nº 97 <u>5767</u>	Prédio, cu n/e + 4 + 1 Gosto eclético	1922	João Manuel dos Santos Faria	J. M. Santos Faria e Irmãos	1964 - pedido de ampliação nos ete- rno 1981 - projeto de proteção arquitetônica	
nº 98 <u>3364</u>	Monário, n/e + 1 gosto tradicional	1903		M.ª José Pires Caldes Pires	1943 - alteração DEMOLIDO (1964)	
nº 99 <u>1157</u>	Prédio, n/e + 5 + 1 gosto "à la mode Novo"	1946	eng. Cottinelli Telles	Joaquim do gosto "à la mode Novo"	1949 - 7º andar (eng. C. Ramos) Presença de fáb- rica municipal	
nº 100 <u>36247</u>	Prédio, n/e + 2 gosto tradicional	1905	João Gomes Militão	Manuel Dias Amorim	1960 - solicitação condição de ampliação 1970 - intenção de demolição por falta de conservação	
nº 102 <u>1993</u>	Prédio, n/e + 4 gosto tradicional	1904		João A. Pires Mendes	1957 - solicitação ampliação: aconselha- do de demolição DEMOLIDO (1959)	

NÚMERAÇÃO (plano e nº de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITECTO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
nº 23-25 2899	Predio, c. v. 1/16 + 4 gosto eclético	1920	Alfredo de Cam- valho	João Antonio Guerra	1921 - construção de mansão de Convenção de Polig- ramical	
nº 24 4102 arg. R. das Picoas, 14	Monadia gosto eclético- moderno	1911	eng. Miguel Nogueira const. António Pereira	João Melhe- nos Nogueira	Obras em 1951, substituindo mate- riais de época. DEMOLIDO (1969)	Arquitetura - Pontevedra, nº 3, 1914 Construção Moderna nº 418
nº 26 4443	Predio, c. v. 1/16 + 3 gosto tradicional	1907		João Fernan- des Martins e João Antonio Dantas	DEMOLIDO (1970)	
nº 27-29 27373	Predio, c. v. 1/16 + 3 + mansão + sobra- do gosto eclético, ele- mentos decorativos de estilo "outra decoração"	1920	(planta em as- simetria) o proprietário?	João dos Santos Pe- reira (cons- trutor)	1965 - ampliação: 7.º piso desme- nido do conjunto	
nº 28-34 19158 arg. D. Avila 153-157	Predio a Pongad c. v. 1/16 + 3 Gosto trad. const.	1906	João M.º Seque- ra	João Joaquim por Rodrigues Guerra	Conservação e pro- teção	
nº 31-33 2710	Predio, c. v. 1/16 + 5 gosto eclético	1920-1924	Miguel Verge	João Cantão e depois (1923) João Joaquim Serra	1927 - o predio está em ruína Conservação e pro- teção	
nº 35 4776	Monadia (c. v. 1/16) + 2 fogos gosto eclético	1929	João Manuel dos Santos Faria (ass. M.º D. P.º)	António Joaquim de Sousa	DEMOLIDA (1972)	
nº 36-40 6740 arg. D. Avila, 48-50	Monadia, gosto academista	1913	Gustavo d'A. Menezes Soares	Leão Benício de Almeida Estrella	1982 - classificado como imóvel de interesse público Procuradoria Ge- ral da República	
nº 37-39 4234 arg. A. Ribeiro 157-158	Predio, c. v. 1/16 + 1 gosto tradicional	1923	João Manuel dos Santos Faria	António Pe- dro e C.	DEMOLIDA (1970)	
nº 42-46	Monadia gosto academi- sta	1913		Leão Benício de Almeida Estrella	DEMOLIDA (1962)	

NUMERAÇÃO (planta e nº de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITECTO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
nº 48-50 <u>2972</u> Arg. J. Cusós, tomo 31	Monadia, gosto eclético	1904	Nicole Bigagli	Guilherme Co- rreia Coelho	DEMOLIDA (1959)	
nº 51 <u>3174</u> Arg. D. A. de Sá, 54-56	Monadia, gosto eclético	1905	Jose Gomes Avelar	Adriano de gosto Pina Vidal	DEMOLIDA (1963)	
nº 52-54 <u>2375</u> Arg. J. Cusós, tomo 32, 34	Monadia, 1le + 1 gosto academista, E.	1906	Joaquim de Silv.	Leis Bernar- do de Silveira Es- trela e depois Evanildo Lopes Gomes	1910 - construção de mansardas e garagem DEMOLIDA (1959)	<u>Ocidente</u> 30/11/1913
nº 53 <u>2398</u>	Monadia, 1le + 1 gosto tradicional com referência decorativa academista	1905	Antônio Pedro Santos	Edmundo Freire de Oli- veira	1922 - alterações com enriquecimento decorativo (introdu- ção de cupulas) DEMOLIDA (1960)	
nº 55-59 <u>2631</u>	Monadia gosto tradicional com referências decorati- vas academizantes	1906	Antônio Pedro Torres	João Gomes Candoso	DEMOLIDA (1961)	
nº 56-58 <u>3054</u>	Monadia gosto eclético com referências academi- zantes	1909	arg. Álvaro Machado assist. Domingos de Oliveira Pinto	Avelino Lopes Candoso	DEMOLIDA (1963)	<u>Arquitetura</u> <u>Portuguesa</u> , nº 93 1910 <u>Construção Moderna</u> nº 295
nº 61 <u>11026</u>	Prédio 1le + 5 gosto tradicional com referências deco- rativas ecléticas	1905-06	Antônio Pedro Pimenta e Guilherme F. Baracho	Oliveira E Oliveira	Conservação tipoló- gica parcial	
nº 63 <u>31271</u> Arg. J. Cusós, tomo 33	Prédio, 1le + 5 + alguns frentes de gosto tradicional com referências decorativas ecléticas	1910	Francisco de Santana Rodrigues	Nicolau José de Costa		
nº 65-69 <u>5507</u> Arg. Dr. A. Cristóvão, 63	Monadia (mas existe uma qü- ta anexa ao prédio 507)	1919-1925	Domingos Senzad- lo - René Fouzi	Maximiliano Augusto Re- médio dos Reis	Obra em 1943 (arg. Pedro Cavali- er)	
nº 66-68 <u>5507</u> Arg. A. Brun- deiro, 35	Monadia Gosto academista	1913	João Monteiro	Pedro Navei- ro	1927 - anexos e garagem (1927- 28) 1929. am- pliação. DEMOLIDA (1961)	

NUMERAÇÃO (planta e nº de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITECTO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
nº 70-72 <u>5414</u>	Monadia (sem processo inicial)	antes de 1914	?	Jose Pereira de Oliveira(?)	DEMOLIDO (1979)	
nº 71-75 <u>3844</u>	Monadia, ale + 1 gosto tradicional elementos decorativos academizantes	1909	G. d'Amencassi Souza	Luiz Benar- do Silva- Estrella	DEMOLIDO (1967)	
nº 74-82 <u>29496</u>	Predio, ale (total) + 4 gosto tradicional	1914	Arthur Jose Nobre	Felipe Teliscento	Conserva tipologia inicial	
nº 77 <u>1741</u> arg. Ar. M. Barraband 63-65	Monadia ale + 1 gosto academizante	1908	arg. Jorge Pereira de Leite const. Manuel Pires	Bonifacio Edificadora Portuguesa	1940 - obra de im- portância de fachada DEMOLIDA (1957) suas técnicas por judeu, Raul Tojal, 1957	Construção Moderna nº 280
nº 79-81 <u>2136</u> arg. Ar. M. Barraband	Monadia, gosto tradicional com elementos decorati- vos academizantes	1910	Jose dos Passos Marquilha	Joaquim Nunes da Silva	DEMOLIDA (1958)	
nº 83-85 <u>4306</u>	Monadia, gosto "para portugueses"	1912	Jose Jose de Azevedo	Antônio Ro- drigues Rio Cavalheiro	DEMOLIDO (1976)	
nº 84-92 <u>16335</u> arg. v. valente 45	Predio, ale (total) + 3 + 1 gosto tradicional	1912	o proprietário?	Jose Vicente Ranulho, const. civil	1957, 1974 - projectos de am- pliação. Conservação tipologi- a inicial	
nº 87-87A <u>5437</u>	Monadia gosto ecletico, sugestões academizantes	1929	arg. Adolfo A. Marques da Silva const. Antonio Santos Mendes	Alfredo An- tonio de Costa	DEMOLIDO (1952)	
89 <u>4020</u>	Predio, ale + 3 gosto tradicional	1912	Jose Mendes	Leonel Ant- onio de Pa	1919, 1950 - pro- jectos de ampliação DEMOLIDO (1968)	
91 <u>24885</u> arg. v. valente 47	Monadia		arg. Luis Barraband	Joaquim Ni- mes da Cunha Jo	DEMOLIDO (1951)	

NUMERAÇÃO (planta e nº de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITECTO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
nº 94 <u>32631</u> ex. V. Valença, 42	Predio n.º 3 gosto tradicional	1928-29	Luís Ernesto Reynaldo	Bernardino Rodrigues	.	
nº 95 <u>2384</u> ex. V. Valença, 44	Monadric, gosto acadêmico	1925	Fernando Tólesses de Oliveira, ex. g. (arrua planta e rec. de c.) const. b. Américo Santos	Vilma Octa. v. Petrópolis d'Andrade	1949 - indefinid. acoplados DEMOLIDO (1960)	
nº 96 <u>4356</u>	Predio n.º 3 gosto tradicional	1928	Luís Ernesto Rey. naldo (arrua planta e mem. de const. Manuel Rey. de Moraes)	Antônio Alves	DEMOLIDO (1970)	
nº 97-99 <u>3474</u>	Monadric, n.º gosto tradicional, elementos decorativos acadêmicos	1925	José Baptista Mendes (arrua planta)	M.ª Luísa Coullet Monte- neiros	1947-49 - obras adicionais e inte- riores DEMOLIDO (1964)	
nº 100-102 <u>42738</u>	Predio, n.º 3 gosto eclético	1914	Yose Tomaz de Souza	Antônio Damaso	Conserva. Tipolo- gic. usual.	
101-105 <u>4230</u>	Monadric, gosto eclético	1925	Angé Silva Jr.	Leonel Antô- nio Lopes	DEMOLIDO (1970)	Angé de Sousa Pereira, Mauo, 1932
104	Predio n.º 4					
107-109 <u>4106</u> ex. E. Gomes, 101	Monadric, gosto eclético	1925	Dumantino Francisco Segal	Fernando He- rington Nunes da Cruz	DEMOLIDO (1968)	
108-110 <u>27181</u>	Predio n.º 5 gosto eclético	1915	Yose Vicente Martinho	Feliciano de Melo	Conserva. Tipolo- gic. usual.	
112-114 <u>24402</u> ex. E. Gomes, 95	Predio n.º 3 gosto tradicional	1913	Yose Ferreira Brenata	Yanguara Fran- cisco Florindo	1979 regime de propriedade horari- al Conserva. Tipolo- gic. usual.	

NUMERAÇÃO (planta e n.º de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITECTO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
113 <u>331</u> sq. Av. E. Garcia, 90	Predio [sem processo anual]				1932 - o predio é conservado como afectando "obra afectada do arrendamento". Predio, Raul Goulart, 1937	
116-122 <u>3517</u> sq. E. Garcia 86-88	Predio n.º 4 gosto tradicional	1918		Jose Francisco	DEMOLODO (1965)	
123 <u>5377</u>	Monada gosto academico- zombi	1924-28	José Ernesto Bay- valde, eng. const. Manuel C. Lacerda	M. Zepherino Lda	DEMOLODO (1966)	
124-126 <u>2323</u>	Predio, n.º 5 gosto ecletico, grau de escrupulosidade	1918-29	Jose Seabra de Barros	Francisco Ro- sa	1927 - o predio está conservado e está legalmente habi- tado 1929 - obra projectada	
128-138 <u>18228</u>	Predio, n.º 5 gosto ecletico	1919	António Francis- cos d'Almeida	Constantino Cruz (const.)	1964 - obras de re- paração e moderniza- ção de um prédio (conserva tipologia inicial).	
127-135 <u>5384</u>	Predio n.º 5 gosto ecletico	1922	Julio Alvares Cerreia	António José Senechal (const.)	1940 - obra em conservação DEMOLODO (1976)	
140-144 <u>14462</u>	Predio, n.º 4+1 gosto ecletico	1919		Jose Agostinho Lacerda	Conserva tipolo- gia inicial	
146-152 <u>5408</u> sq. B. Pimenta 89-91	Predio, n.º 5 gosto tradicional	1917		Jose Gordinh	DEMOLODO (1915)	
147 <u>1412</u> sq. B. Pimenta 120	Predio, n.º 5 gosto culto deco- rativo, muito hipotético	1930	Jose Manuel dos Santos Ferreira	Carolina de Malpique	DEMOLODO (1956)	
153-159 <u>4177</u> sq. Av. Benito 15	Predio, n.º 3+ mansarda gosto culto deco- rativo	1930	J. Roberto (assum- plantes) Jose Machado Ro- drigues	Fernando e Santos Lda (construção civis)	DEMOLODO (1969)	

NUMERAÇÃO (planta e nº de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITECTO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
156 <u>5244</u>	Predio n/c + 4 gosto tradicional	1922	Manuel de Souza Coelho	Antônio de Brito	1923 - alteração: meios e andares causados DEMOLIDO (1975)	
158 <u>4129</u>	Predio, n/c + 2 gosto eclético, certa ingenuidade "antimoderna"	1915	eng. Miguel Nogueira enst. Zepherino	M. do Senete Bonfim Brudade	DEMOLIDO (1963)	<u>CONSTRUÇÃO</u> <u>Moderna</u> nº 448
160 <u>5304</u>	Predio, n/c + 4 gosto tradicional	1918		Domingos Alves	DEMOLIDO (1972)	
162 <u>5293</u>	Predio n/c + 4 gosto tradicional	1929	Jose Seabra de Barras	Antônio Alves	DEMOLIDO (1978)	
174-178 <u>16552</u>	Predio n/c + 5 gosto eclético	1919	Jose Seabra de Barras	Jose Pereira	1962 - regime de propriedade horizontal Censura tipolog- ica	
175-185 187-189 <u>5385</u> <u>5340</u>	Conjunto de miste- luras da "Conferen- cia Meadira"	1913-1922- 1923-1926	Zeferino	Vicente Camas Camargues Cipriano M- guel Pereira	DEMOLIDO (1974)	
168-170 <u>2730</u> Ag. Av. Barros 14	Predio n/c + 3 gosto tradicional	1916	Augusto Moraes Alves	Manoel He- nrique Barata	DEMOLIDO (1952) substituído por 2 prédios, Rod. de Lima, 1957	
164 <u>5372</u>	Predio n/c + 4 + 1 gosto eclético	1924	Antônio do Couto eng.	Manoel Pinto Bento	DEMOLIDO (1974)	
180-182 <u>51249</u>	Predio, cv, n/c + 3 gosto modernista	1937	Jaime Rebelo	Manoel e Antônio Pato	1946 - projeto de ampliação de meios e andares, com redução da censura tipolog- ica	
184 <u>3568</u> Ag. Av. J. Dias 28	Mancha gosto eclético	1918	Augusto Moraes Alves	Manoel He- nrique Barata	DEMOLIDO (1956)	

NUMERAÇÃO (planta e nº de obra)	TIPOLOGIA funcional e arquitetónica	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITECTO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
186 <u>2320</u> 25. Av. 7. Linha 26	Predio, nle + 5 gost. eclético, abundância de ele- mentos decorativos	1919-1930	Yosi Leão de Barros Mamuel Paulo Nunes	Mamuel Caires	Conserva topog- ráfica.	
188-190 <u>52411</u>	Predio, nle + 4 gost. modernis- ta	1938	Carlos Dias	António An- tunes Macedo e António Rodri- gues	Conserva Topolog. inicial	
192-196 <u>19365</u>	Predio, nle + 4 gost. eclético	1920-22	Augusto Alves Muniz	Mamuel Her- nandes Barata	1982 - regime de propriedade horizontal Conserva topog- ráfica	
198 <u>1659</u> 25. A. 201- 37	Monadia, cave, nle + 1 gost. eclético	1919	Augusto Alves Muniz	Mamuel Her- nandes Barata	DEMOIDO (1957)	
201 <u>16253</u>						
203 <u>19364</u>						
207-215 <u>11020</u>	Monadia, cave, nle + 2 gost. dec.	1929	Ant. Pardal Mendes	Felipe Be- neditos	1955: obra de nunes (arg. M. Laginha) Conserva topog- ráfica	Nicholas H. H. H. nº 108, 5/7/30
248 <u>5150</u>	Predio, nle + 4 gost. tradicional com elementos dec- orativos académicos	1920	Alfredo de Carvalho	António Le- niz	1937. obra de solidificação DEMOIDO (1974)	
259-265						
269-271 <u>4534</u> <u>5054</u> <u>3717</u>	2 Predios, nle + 2 Gost. tradicional	1928	Mamuel Paulo Nunes e Fortunato Gonçalves de Sá	José Vicente	DEMOIDO (1956, 1971)	

NUMERAÇÃO (planta e n.º de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITECTO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
271 <u>5054</u>	Prédio, n.º +4 gosto eclético	1921	Francisco E. Barro	Yúlio E. Dias	1928 - reforma consolidação DETALHO (1974)	
273-277 <u>27375</u>	Prédio, n.º (loja) +4 gosto tradicional com elementos de arquitetura eclética	1920-28	Antônio José Nogueira	Sempiterno & C.ª	1925 - reforma consolidação (eng. Manuel Gomes, 1926)	
279-283 <u>44046</u>	Prédio, n.º +4 gosto eclético	1920-1922 1926	Abílio Pereira Campos Antônio Rodri- gues Junior	Antônio Soares & C.ª Gonçalves e Cam- pos C.ª Campos e Filhos	1922 - 2 proje- tos alternativos com 6 e 5 san- dões. Central central.	
285 <u>2744</u>	Prédio, n.º +4 gosto tradicional com elementos decorativos ecléticos	1920-1925	Liberato de Costa	Sickel & Ba- nha	1927 - comple- to de demolição, mas a estrutura foi consolidada Conservação tipológica	
289 <u>2567</u>	Prédio, n.º +4 gosto tradicional com elementos de arquitetura eclética	1921-27	Liberato de Costa	Corimão E. Rodrigues	1926 - reforma de interiores para reconstrução	
291 <u>3512</u>	Prédio, n.º +4 gosto tradicional com elementos decorativos ecléticos	1920	Manuel Paulo Pereira	Tzidon e Pa- dos	DEMOLIDO (1965)	
293 <u>5501</u>	Prédio, n.º +4 gosto eclético	1920-27	Fernando Ben- netto	Canalho & Braz	Reforma e con- solidação DETALHO (1981)	
295-299 <u>5485</u>	Prédio, n.º +6 gosto eclético	1920	Abílio Pereira Campos (assim planado)	Ferreira & Santos	1925 - reforma reforma. Novo projeto com 3 sandões DETALHO (1981)	
301-307 <u>302</u>	Prédio, n.º +4	1924	Antônio Nunes Pereira	Jorge Mendes Ferreira	1927 - reforma demolição com fez reforma com Ed. 45 DETALHO	
309-315 <u>6885</u>	Prédio, n.º +4 gosto tradicional com elementos de arquitetura eclética	1920-23	João Tomás de Sousa	Antônio E. Brito	Conservação tipológica	

NOMENCLATURA (polícia e nº de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITECTO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
317 <u>27 182</u>	Prédio, n/c + 4 gosto tradicional com elementos deco- rativos ecléticos	1920-22	Manuel Pri- cheiro Roque	José E. Brito	1928 - reformas consolidadas.	
319 <u>2900</u>	Prédio, n/c + 4 gosto tradicional com elementos de- corativos ecléticos	1920	José Tomás de Sousa	António Lopes Ferreira e par- teiros	1928 - reforma- da consolidada Conservação topog- ráfica.	
321 <u>48 37</u>	Prédio, n/c + 4 gosto tradicional e elementos deco- rativos ecléticos	1921	José Tomás de Sousa	Francisco Patrício	DEMOÇÃO (1972)	
323-35 <u>52-96</u>	Prédio, n/c + 4 gosto tradicional	1929	José Sebastião de Barros	Pina, E. Man- tanh.	DEMOÇÃO (1976)	
337-49 <u>19 585</u>	Prédio, n/c + 4 gosto tradicional	1922-27	José de Jesus Pacheco	José de Jesus Ge- mes Sousa e António Sousa	1925 - reformas consolidadas. Conservação topog- ráfica.	
200-212 <u>2630</u> sq. A. Santa 42-50	Prédio, n/c + 4 Gosto tradicional e elementos decorativos ecléticos.	1920-22	António Gonçalves de Almeida	Manuel Vicente José Pereira		

NUMERAÇÃO (planta e nº de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITECTO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
1 <u>41938</u> eng. A. Baral Péssica	Prédio, c/a + 4 gosto arcaico deco- rativos	1929-31	Augusto Manuel Const. Bruno Demingues	Carlos Fe- lix Lda	Conserv. tipol- ógica - mural	
2 <u>5247</u> eng. A. C. Ri- beiro, 30	Prédio, a/c + 4 gosto tradicional	1908	Joaquim Fran- cisco Gajá	Theodoro Gil de Siqueira	Conserv. tipol- ógica - mural.	
3 <u>3145</u>	Prédio, a/c (100m) + 3 Gosto tradicional com elementos de- corativos ecléticos	1909		Manuel Bra- hosa & Irmã me	DEMOLIDO (1953)	
4 <u>4702</u>	Monadn, gosto modernista tipif- cado	1929	eng. Augusto Melo Nogueira	o mesmo	DEMOLIDO (1972)	
5 <u>29007</u>	Prédio, a/c + 2 gosto tradicional com elementos de- corativos ecléticos	1909	Carlos Alberto Rodrigues	Francisco Estevão Dias	Conserv. tipol- ógica - mural.	
6-8 <u>4473</u>	2 Monadn, a/c + 1 gosto tradicional	1913	Augusto Carlos de Resende (assin. H. M. D.)	Yoni Carlos Gomes	DEMOLIDO (1971)	
7-9 <u>7059</u>	2 Prédios, a/c + 3 Gosto tradicional					
10 <u>10</u>	"Praça de Bombas; nos Municipais, Quin- tel nº 2" gosto eclético	[Prédio sem qqs elementos]				
11-13 <u>3036</u>	2 prédios, a/c + 3 gosto tradicional	1912		José Kraus	DEMOLIDO (1963)	
14 <u>48245</u>	Prédio, a/c + 3 gosto arcaico deco- rativos	1934	Joaquim Roberto	Manuel Ramos	Conserv. tipol- ógica - mural.	

NUMERAÇÃO (polícia e n.º de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITECTO OU CONSTRUCTOR RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
15 <u>27369</u> Reg. Ar. P. d. v. 16, 21	Prédio, monodir- nle + 2 gosto eclético	1915	arg. E. Koenig (?) encl. Antónia Dionísio	Jose M. Rodrigues	Conserv. h. fol. g. a. m. d. em p. b. e. m.	
17 <u>25955</u> Reg. Ar. P. v. 16, 22	Prédio, nle + 3 (nle: 6/4) gost. tradicional com ele- mentos de construção eclética	1910	Jose Joaquim Gomes	Agostinho das Cruzes	Conserv. h. fol. g. a. m. d.	
18 <u>42787</u> Reg. Ar. P. v. v. 16, 20	2 Prédios, nle + 3 gosto tradicional	1910	Joaquim Fran- cisco Fojal	Joaquim de Jesus Pereira	1948 - projecto de ampliação não realizado. Conserv. h. fol. g. a. m. d.	
20-22 <u>43307</u>	2 Prédios, nle + 4 gosto tradicional	1912	Mameel Le- tanuco	Mameel Leticia	1912 - instal. pedal. Conserv. h. fol. g. a. m. d.	
23 <u>13042</u>	Prédio, cave, nle + 6 gosto anos 50	1953	arg. Diana Cruz	Mameel d. Cruz	Conserv. h. fol. g. a. m. d.	
24 <u>7700</u>	Monedra, gosto eclético	1911	arg. António do Couto	idem	1927 - ampliação. 1.ª e 2.ª andares 1977 projecto de reconstrução e re- dificação.	Construção Modern. n.º 394
25 <u>2012</u>	Monedra gosto eclético	1917	Mameel da Costa Pinto do Amaral	Seixo E. Santos e doutor Mameel de Ro- drigo Mendes	1923-1925. ch. e vid. e e. e. a. e. s. (arg. António do Couto)	
27	Prédio gosto modernista					
28 <u>5465</u> Reg. Ar. P. d. v. 16, 67	Prédio, nle + 3 gosto tradicio- nal.	1909	Joaquim Fran- cisco Fojal	António do Jesus Pereira	Conserv. h. fol. g. a. m. d.	
29 <u>Reg. O. Ar. v.</u>	Monedra, nle + 1 gosto eclético	1905	arg. Bezaghi-	António Pereira de Mendes	D. O. M. L. D. (1977)	Construção Modern. n.º 175

NÚMERAÇÃO (folha e nº de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITETO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
31 <u>42.12</u> sq. M. Du- quên de Azeite, 14	Pred. n/e + 1 gosto tradicional	1906	Jose Amaro Seane	Quinhun- zants Rebelo	Em 1945 tem 4 andares DEMOLIDA (1959)	
33 <u>2224</u>	Monadia, n/e + 1 gosto tradicional com elementos deco- rativos e edificações	1907		Arvelino Pen- nande Jaz	DEMOLIDA (1959)	
37 <u>26310</u>	Pred. cu. n/e + 3 gosto tradicional elementos decorativos na decoração	1908	Antônio Pedro- sa	Antônio Walter Kuen do Jac- to	1911 - construção de cinco frestadas e enriquecimento decorativo.	
39 <u>4199</u> sq. J. Ciss- tomo 9	Pred. n/e (loja) + 3 gosto eclético	1910	Jose M.º Francis- co Miranda	(idem)	DEMOLIDA (1970)	
40-42 sq. M. G. Garcia, 14	Pred. cu. n/e (loja) + 4 gosto anni 40					
41 <u>2008</u> sq. J. Ciss- tomo 10	Monadia, cu. n/e + 1 gosto tradicional	1907	João Paulo Francis- co Tó, 1	Jose Muniz de Carvalho	DEMOLIDA (1959)	
45 <u>39360</u>	Monadia, n/e + 1 gosto eclético deco- rativos	1929	Arvelino Amarel	João Paulo Fer- reira e Antô- nio Moraes	1953 - obra redi- ficada. Gosto eclé- tico. 1 aq. da Sociedade Brasileira	
44 <u>1562</u> sq. E. Garcia 48	Monadia, gosto moderno	1929	J. Rebelo e José Machado da Cos- ta Rocha	<<	DEMOLIDA (1959)	
48 <u>3756</u>	Monadia, gosto eclético decorativos hipócritas	1929	eng. ... José ... comarca (eleitoral)	<<	DEMOLIDA (1955)	
50	Pred. cu. n/e + 3 gosto moderno	1935-36	eng. Cassiano Branco eng. Antônio Am- aral	Francisco B. B.	Conserv. 1.ª et. gratuita.	

IV. DEFENSORES DE CIDADES

249
(4)

NUMERAÇÃO (folha e nº de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITETO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
51 <u>19096</u>	Monada, n/e e solar gosto eclético	1908	Henrique de Cam Pereira Fernando Cam- pos Rodrigues	Alfredo de Barros	1916 - amplia- ção, 1 andar	
52						
53 <u>1932</u>	Pequena pred. n/e + 1 gosto tradicional	1911	Manuel de Oliveira	o construtor	DEMOLIDO (1958)	
54 <u>2970</u> arg. M. B. Pereira, 29	Predic., n/e + 2 gosto "antes de- corativa"	1933	Jacinto Ro- baldo	Antônio de Melo Jr.	DEMOLIDO	
55 <u>2139</u> arg. M. B. Su- bido, 1	Predic., n/e + 3 gosto tradicional	1912	Francisco de Silva	o construtor e João Baptista de Silva	DEMOLIDO (1959)	
56 <u>2626</u> arg. B. Gonçalves 42	Monada, gosto "antes decorativa"	1929	(planta assinada por eng. eleg- vel)	Manuel Do- mingos Rosa e Manuel Ramos	DEMOLIDO (1974)	
57 <u>5235</u>	Monada, n/e gosto tradicional com elementos de- corativos ecléticos	1907		Carlos Rocha	DEMOLIDA	
58	Predic., n/e + 2 gosto eclético de referência modern- ista	1929-1930	Silvestre de Mat- ta const. por Eugê- nio de Castro	Serguei E. de Polidoro	1979 - projeto de reconstrução, an- dado do Conselho Arqueol- ógico	
59 <u>4286</u>	Predic., n/e + 4 gosto "antidécimo"	1941-48	eng. Manuel C. Gomes e José Francisco José Lima	Manuel Do- mingos Rosa	Tipologia mural	
60 <u>33910</u>	Predic. cv. n/e + 3 gosto tradicional com elementos de- corativos ecléticos	1928-30	eng. Manuel Gomes	Manuel Vi- cente	Conserv. tipol- ógica mural.	

AV. DEFENSORES DE CHAVES

280
(5)

NUMERAÇÃO (planta e nº de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITECTO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
61 <u>44679</u>	Prédio, cov, n/e+3 gosto "cult. deco- rativa"	1931-32	Arq. Amadeu J. Rosado const. por M. Fi- ninho Santos	Manuel Do- mingos Rosa	Conserva- t. tipologia inicial	
62 <u>42438</u> eng. P. Cam- po Pequeno	Prédio, n/e+4 gosto "cult. deco- rativa"	1930-31	Arq. Amadeu J. Rosado const. por M. Santos Faria	J. Santos Ca- samara Lda	Conserva. tipo legitimado.	
65-67 <u>3529</u> eng. V. Valimov, 15	Prédio, n/e+4 gosto eclético	1917		Manuel Ben- vindo, construtor local e fechou	1924 e 1945 - or- denadam. conseli- dos, após DEMOLIDO (1964)	
69	Prédio gosto "cult. deco- rativa"					
71 <u>1046</u>	Prédio, n/e+2 gosto tradicional	1926 (1.º projecto 1922)	António Nunes Peirão (1.º prop. António Francisco de Almeida)	António dos Santos Gra- mairo	1.º prop. - n/e+5 Conserva. tipo gosto 2.º projecto	
73	Prédio, n/e+4					
79 <u>3283</u> eng. E. Gar- cia 52	Monad. - gosto casa portuguesa	1927	António Nunes Peirão (ass. com Flávio)	Helena de Silva Lopes	DEMOLIDA (1954)	
75-77 <u>43160</u> eng. A. E. Gar- cia 27-41	Prédio, n/e+4 gosto "cult. deco- rativa"	1930-32	J. Rosado	José Silve- ira	1984 - reforma de fachada, de base central. Conserva. tipo inicial	
83 <u>3675</u>	Monad. n/e+1 gosto modernista	1930	eng. Iglésias Oliveira	o mesmo	1952 - ampliação sob o jardim de recreio (1964)	
81 <u>3347</u>	Monad. n/e+1 gosto "cult. deco- rativa" muito tipificado	1930	eng. Iglésias Oliveira	Margarida Iglésias do Oliveira	DEMOLIDA (1965)	

AV. DEFENSORES DE CHAVES

237
(6)

NUMERAÇÃO (polícia e nº de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITETO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
85 <u>1325</u>	Monadia gosto eclético de referência "arte deconcha"	1929	Neste Jesus	Antônio de Carvalho Ves	DEMOLIDO (1955)	
87 <u>3782</u> ex. B. Bocage 31	Predic. n/c+2 gosto modernista	1932	J. Rêgo	Antônio de Matoz gr	DEMOLIDO (1957)	
89 <u>1226</u> ex. B. Bocage 46	Monadia. n/c+1	1928	Neste Jesus	Antônio de Carvalho Vies	DEMOLIDO (1955)	
91 <u>40047</u>	Predic. av. n/c+3 gosto "arte deco ncha" (1º projeto, gosto tra- dicional)	1929-30	Antônio de Beleni (assim as plan- tas)	Antônio Alves	Projeto de reanu- brunço aprovado em 1955, não realizado.	
93 <u>42703</u>	Predic. n/c+3 gosto "arte deco ncha" muito hipocrita	1930	J. Rêgo (assim plantas) João Maria Beleni	Manuel Antô- nio e defen- sor Antônio Alves	1958. Pedido de anulação, não anulado.	
95 <u>2409</u>	Predic. n/c+3+ mansarda gosto tradicional	1929	Alvaro Antônio des Proença (assim como des)	Manuel Beleni	DEMOLIDO (1950)	
97 <u>42351</u>	Predic. n/c+3 gosto "arte deco ncha" muito hipocrita	1930	Antônio Manuel cunha. Antônio Freixo de Al- meida	Antônio de Matoz gr.	Conservação hipocrita gosto tradicional.	
99-99D <u>49722</u> ex. B. Bocage 67	Predic. n/c+4 gosto modernista	1934-35	Antônio Manuel	João Maria de Almeida	Conservação hipocrita gosto tradicional.	
43 <u>53038</u>	Predic. n/c+4 gosto anos 40	1940	João Batista Beleni	Renato E. Almeida	Conservação hipocrita gosto tradicional.	

NUMERAÇÃO (polícia e nº de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITECTO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO INICIAL	EVENTOS	SINOPSE ESPECÍFICA
nº 1-3 <u>340</u> arg. do. D. E. Lefina, MA	Monadia (Paredo, nle + 1 + 4 águas fun- cionadas. gosto tradicional	1887	Cosme Damascão Dias (const.)	João Ribeiro Freire	1949: alteração - mansardas, ele- mentos decorativos edifícios DETOLIDA (1951)	
nº 2 <u>16808</u> arg. R. do Est. Faria, MB	Predio nle (topo) + 5 gosto eclético mas expressos sobre novo	1944	Norte Jr. (arg.)	Manuel de Silva Jr.	1978: propriedade de horizontal	
nº 6	Predio gosto a todo novo					
nº 7-9 <u>45685</u>	Garage e residência urbana gosto modernista	1930-31	Pedro Carmo no Machado (arg.)	Miguel Jorge	1931: ampliação - construção de 1. ^a andar (projeto de R. Souza (?) arg. - construção)	
nº 8-12 <u>2633</u>	Monadia, nle gosto tradicional	1910	João Antunes Cavaleiro	Augusto Al- meida Mor- reiras	1942: ampliação sobre o logradouro. no. DETOLIDA (1962)	
nº 11 <u>48021</u>	Monadia, nle + 1 gosto eclético tardio	1930	Cesário Ferreira arg. Manuel Gomes assina planta	Carlos Dias	1981: parecer fa- vorável a desmo- dificação	
nº 13-19 <u>38070</u>	2 Predios, nle + 3 + 1 gosto modernista	1934	arg. Teófilo Lacerda Marques	Emma Se- queira E de- poldo		
nº 14 <u>2083</u>	Monadia gosto eclético, ele- mentos ornamentais	1910	Fernando Soares (const.)	João Damas- cano Figueira	DETOLIDA (1959)	Construção Moderna nº 945
nº 16-20 <u>42787</u> <u>27368</u> arg. De Jesus Chaves, IB	2 Predios, nle + 3 gosto tradicional	1910	João Gomes Faria	João Gomes Faria	1948: pedido ampliação não realizada	
nº 21-31 <u>27369</u>	Predio, nle + 1 + 1 gosto academi- zante	1915	António Dias Machado (const.)	João M. Rodrigues		

NUMERAÇÃO (planta e n.º de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITECTO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
n.º 1-3 <u>3216</u> Eng. R. Aguiar 59-	Morada, prédio n.º +1 (n.º: loja) gosto tradicional	1910	João Mendes	Alfredo D.O. Lima e Pires	1913. au f. lugar DEMOLIDO (1963)	
4-8 <u>111</u> Eng. R. de Almeida d. Leg. 1-7	Prédio, n.º +2 gosto tradicional	1904	Emílio Pires e no Godinho	Manoel da Cruz Jr	DEMOLIDO (1945)	
13-19 <u>32845</u>	Prédio, n.º +3 +1 (n.º: loja). Gosto tra- dicional enriquecido com elementos deco- rativos e elétricos	1914	João Alves	Alfredo Paulo de Carvalho	Conserva- tipologia inicial (fachada formada de azulejos, janelas de ferro)	
14-18 <u>42012</u> Eng. Defensor n.º 31	Prédio, n.º (loja) +1 gosto tradicional enriquecido com ele- mentos decorativos e elétricos	1905	João Amaro Soares	Quintino Jac- into Rebelo	Em 1945, o prédio tem 4 andares DEMOLIDO (1959)	
21 <u>25242</u> Eng. R. de Es- tância, 128	Morada, n.º +1 gosto tradicional de referência a um modelo "chalet"	1905	Frederico Augusto Ribeiro	Leandro Garcia e Liberto Guzaglo	1933. substituído a "Escola de S. Bento" Conserva tipolo- gia inicial.	Construção Mod- erna, n.º 19
20-22 <u>454</u>	Prédio, n.º +5 gosto eclético	1921	ant. José S. Faria arq. Nente junior (arruado ao plan- ta)	Francisco António, construtor	1955 - pedido de reconstrução não realizado.	
24 <u>13718</u>	Prédio, n.º +5 gosto eclético	1919-1922	arq. Edmundo Ferreira (?) const. Alfredo de Carvalho	Bernardino Serra e In- mundo	Conserva tipolo- gia inicial	Arquitetura Portuguesa Novo 1919
26 <u>30427</u>	Prédio n.º +5 gosto eclético	1920	João dos San- tos e Manuel dos Santos	João dos Santos e Manuel dos Santos	Conserva tipolo- gia inicial.	
28-30	Prédio, n.º +5 gosto eclético	1919	Nente junior	António Gon- çalves Ribeiro	Conserva tipolo- gia inicial.	
n.º 33-43 Eng. R. de Estância 207	Prédio n.º +1 (n.º: loja) gosto tradicional	antes de 1911? (faltam provas sobre data inicial)		Augusto de Oliveira Br- aga	1949. pedido de demolição não efectuado Conserva tipolo- gia inicial	

NUMERAÇÃO (planta e nº de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITECTO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
nº 40 <u>26 477</u>	Prédio .n/c (bq)+s gosto tradicional	antes de 1909 (falta processo inicial)	?	Laura de Lu riferença Pe- reira (?)	Conservação e foto- grafia inicial	
nº 42-44 <u>1542</u>	Monadia gosto eclético	1906	Nicola Bigaglia	Marcelino Augusto Branco	DEMOLIDA (1957)	
nº 45 <u>26 477</u>	Cinema	1927	Henrique Augusto de Athayde (as- sina planície)	Augusto de Oliveira Braga	1930 - construção de Balcão 1956 - grande al- teração (arg. Mau- ricio Sacramento) 1962 - alteração cinema	
nº 46 <u>9657</u>	Monadia gosto eclético	1905	Nicola Bigaglia	Marcelino Augusto Branco	Conservação e foto- grafia inicial	Construção Modern nº 164
nº 47 <u>44 208</u>	Prédio .n/c (bq)+s gosto eclético	1931-32	José Manuel dos Santos Faria (assina Mau. Doc. e Planície)	Joaquim Antunes	1959 - obra no "Parque da Am- zona" (arg. R. T. J. F.)	
nº 49-51 <u>4 2094</u>	Monadia - prédio, n/c + s gosto tradicional	1910	Manoel de Oliveira	Leis Antunes Beleni	Conservação e foto- grafia inicial	
nº 57 <u>18687</u>	Pequeno prédio n/c + s gosto tradicional					
nº 58 <u>1697</u> arg. C. Salazar vº 2	Monadia, cu + s gosto eclético	1914	Zacharias Gomes de Lima	Ignacio Costa	DEMOLIDA (1958)	
nº 60-62 <u>3841</u> arg. M. Gomes 1-3	Monadia n/c + s + aquas fundadas gosto eclético	1919	Alfredo de Car- valho	Arturo Pires	1924 - 2º andar brunco-se foi gran- dependente DEMOLIDA (1957)	
nº 63-65 <u>46729</u>	Prédio n/c + s gosto tradicional com elementos de arquit. ecléticos	1910	Joaquim Fran- cisco Gonal	Arturo de Paiva	Conservação e foto- grafia inicial	

NUMERAÇÃO (planta e nº de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITECTO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
nº 64 <u>4763</u>	Monadia, nfe + 1 + água furtada gosto eclético	1919	Alfredo de Car- valho	Augusto dos Santos Bico	DEMOLIDA (1938)	
nº 66-70	Monadia, nfe + 1 + água furtada gosto eclético	1919	Alfredo de Carvalho	Jose Fernan- des	DEMOLIDA (1961)	
nº 73-77 <u>6743</u>	Monadia nfe + 1 gosto academiza- nte, referencia pale- olítica.	1905	Joaquim Francis- co Cajal	Paiça Francis- co	1948 - pedido de de- molição. 1957: obras de re- paração. 1972-1983. pedido de demolição.	
nº 72-74 <u>29182</u>	Prédio nfe + 4 gosto eclético	1917-18	Alfredo de Car- valho	Jose Antonio Fernandes	1970 - projecto p- ra a construção. Conservação e poly- morfia.	
nº 76 <u>20154</u>	Prédio, nfe + 4 gosto eclético	1919	Carlos Alberto Rodrigues	Nobre Joa- quim E. Gov- ernador	DEMOLIDA	
nº 79 <u>8949</u>	Prédio, nfe + 3 gosto tradicional com elementos deco- rativos ecléticos	1905	Francisco Cajal	Francisco Fe- lix	1982 - regime de demolição conservação e poly- morfia	
nº 82 <u>459</u>	Prédio, nfe + 4 + mausado gosto eclético	1920-23	Manuel de Cos- ta Pinto do Amaral	Manuel de Silva Jr.	1982 - regime de propriedade ho- rizontal	
nº 84 <u>9909</u>	Prédio, nfe + 5 gosto eclético	1920	Jose da Silva	Figueiredo E. Sousa	1980 - regime de propriedade ho- rizontal. Conservação e poly- morfia	
nº 86 <u>460</u>	Prédio nfe + 4 gosto eclético	1918	Manuel de Cos- ta Pinto do Amaral	Arnelino Naves	1926 - reconstrução por anexação na área Conservação e poly- morfia	
nº 92 <u>5101</u>	Prédio nfe + 4 gosto tradicional	1917	Abel Amaro	M.ª Ramos Gomes	1924 - vistoria de estabilidade DEMOLIDA (1973)	

NUMERAÇÃO (planta e nº de obra)	TIPOLOGIA funcional e arquitetura	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITETO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
nº 94-98 <u>4373</u>	Predio, n/c + 4 gosto tradicional	1917	Carlos da Silva Duarte	Joaquim Pa- mos Gama	DEMOLDO (1970)	
nº 100 <u>30428</u>	Predio, n/c + 4 gosto tradicional	1917	G. Pinto do Araújo	Francisco Tho- maz do Pa- (carpinteiro)	Conservação de pol- gria mural.	
nº 102 <u>30429</u>	Predio, n/c + 4 gosto tradicional	1918	Alfredo de Car- valho	Joaquim An- tônio Pinheiro e Jary Marques Pinheiro, carpinteiros		
nº 104 <u>25072</u>	Predio, n/c + 4 gosto tradicional em prédio com decoração e elétrica	1917	Alfredo de Car- valho	Francisco de- jes dos Reis (padeiro)	Conservação de pol- gria mural	
nº 110 <u>462</u>	Predio n/c + 4 gosto tradicional	1917	Zeferino José	Florindo Marques		
nº 112 <u>24814</u>	Predio n/c + 5 gosto tradicional em prédio com decoração e elétrica	1918-17	Zeferino José	Francisco de Fonseca e Alvaro Gomes	Em 1969 e 1974 "Residência Zee- ra" 1º e 4º and- ares.	
nº 113 <u>463</u>	Predio, n/c + 3 + água fundada gosto tradicional	1904	M. Avelino de Rocha	M. Avelino de Rocha	Conservação de pol- gria mural	
nº 115-123 <u>29797</u>	Predio, n/c + 4 + 1 (n/c. lojas) gosto tradicional	1912	Eduardo de Silva	João dos Santos Pires	1927 - obras pela existência de "poço na fundação" 1980 - projeto de horizontalização Tipologia mural	
nº 114 <u>11705</u>	Predio, n/c + 3 + mans- são gosto tradicional com decoração e elétrica	1916	Carlos da Silva Duarte	Jorge Pereira		
nº 116 <u>6754</u>	Predio, n/c + 4 gosto tradicional	1917	Antônio José Pires	Antônio dos Santos	1982. projeto de restauração.	

NUMERAÇÃO (planta e nº de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITECTO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
nº 122-124 <u>464</u> Sr. Sidi. Ave. de A, 28	Pred. nle + 4 gosto tradicional com decorações ac- ademizantes	1913	João Vicente Mantinho	Viscondessa de São de Bay- deu	Conserv. + pl. g. atual.	
nº 125-128 <u>27 728</u>	Pred. nle + 4 + 1 (nle: loga) gosto tradicional	1912	Manuel Caba- nino	Manuel Ka- reine	1950 - obras inter- nas de reforma 1979 - reforma da propriedade hori- zontal. Conserv. + pl. g. atual.	
nº 129-131 <u>25659</u>	Pred. nle + 3 gosto tradicional	1908	Joaquim Fran- cisco Fogal	Antônio M. Coutinho	Conserv. + pl. g. atual.	
nº 135-137 <u>4039</u>	Monad. nle nle + 4 gosto tradicional	1908	Joaquim Francisco Fogal	Antônio M. Coutinho	DEMOLIDO (1969)	
nº 139-141 <u>3291</u>	Monad. nle + 1 gosto academizante	1906	João Baptista dos Reis	João Rodrigo Sampaio Ferreira	DEMOLIDO (1969)	
nº 143 <u>13892</u>	Pred. nle + 3 gosto tradicional	1907	Joaquim F. Fogal	Joaquim F. Fogal	1979 - reforma da propriedade hori- zontal Conserv. + pl. g. atual.	
nº 145-151 <u>10 871</u>	Pred. nle + 3 + mais sando. gosto tradicional com influência academi- zante	1922	Antônio Nunes Pereira	Pedro Padua Mendes	1972 - existe projeto para nova cons- trução Conserv. + pl. g. atual.	
nº 167-169 <u>1426</u> Sr. F. Folipe, 93	Monad. nle nle + 1 gosto tradicional com citações decorativas edilícias	1913	João Joaquim Luis Guerra	Antônio Ribeiro da Silva Gomes	1946 - ampliação de mais um andar do. DEMOLIDO (1957)	
nº 171-175 <u>26484</u>	Monad. nle + 1 gosto eclético (abundância de pormen- os de arlequim)	1919	João de Silva	Francisco Júnior	1920 - alargamento da sala 1954 - Hospital contiguo. 1966 e 1973 - ped. dos de demolição	
nº 183 <u>21676</u> Sr. A. Enes 28 ed. Av. A, 44	Monad. nle (loga) + 1 gosto eclético	1922	Ant. Monteiro	Felipe Felisberto	1937 e 1982 ped. dos de demolição Conserv. + pl. g. atual.	

[illegible]

NUMERAÇÃO (polícia e nº de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITECTO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
nº 9 <u>4199</u> av. Av. Defen- sora Chaves, 71	[Even Av. Defen- sora de Chaves]					
nº 10 <u>2008</u> av. D. Chaves, 41	[Even Av. Defen- sora Chaves]					
nº 12 <u>1281</u>	Monadial, nfe +1 gosto tradicional	1905		Jose Rodri- gues de Anaijo	DEMOLUO (1955)	
13 <u>27845</u>	Monadial, nfe +2+1 gosto tradicional com elementos de arquit. eclectica	1908	Antônio Pedro dos Santos (arquit. / painter)	Fernando Augusto Bernard	1947 - instalação de stand de fo- to g. Ant. dos Santos e Inácio Bernard. Hipoty- pografia	
14 <u>5570</u>	Predic. nfe +1 gosto tradicional	1909	Yonê Augusto Diniz	Yonê Rodri- gues de Anaijo	DEMOLUO (1951)	
15 <u>10611</u>	Predic. nfe +3 gosto "curios 40"	1947	arg. L. Branco			
16 <u>10611</u>	Predic. nfe +4 + mursado gosto tradicional com elementos de arquit. eclectica	1922	Carlos Alberto Rodrigues	Augusto de S. Bene e José Baptista	Conserv. Hipoty- pografia mural.	
17 <u>4974</u> av. Av. Repu- blica, 1E	[Even Av. de República]					
18 <u>10812</u>	Predic. cu. nfe + 4+1+1 gosto eclectica (arquit. eclectica de elementos de eclectica)	1921	Carlos Alberto Rodrigues	Augusto de S. Bene e José Baptista	Conserv. Hipoty- pografia mural.	
20 <u>13737</u>	Predic. nfe +3 gosto tradicional	1905	Jose Joaquim dos S. Branco	e construtor	25 - anexo mi- nimo Conserv. Hipoty- pografia mural.	

NUMERAÇÃO (placa e nº de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITECTO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
21 <u>16 351</u>	Prédio, ev. 1/c + 3 gosto tradicional com elementos deco- rativos ecléticos	1907	Jose M.º Fran- cisco Miranda	o const.	Conserva h. foto- gr. inicial (fachada coberta de azulejos)	
22 <u>2012</u> sq. Av. R. puibler, 20	[Ver Av. d. R. puibler]					
23 <u>2001</u>	Prédio, 1/c + 3 + 1 gosto tradicional com elementos deco- rativos ecléticos	1908	Francisco Acuña slv.	M.º da Purif. Cruz Moraes Pina Vidal	Conserva h. foto- gr. inicial.	
27 <u>44722</u>	Monadia, ev + 1/c gosto tradicional	1909		Joana En- riques Pinto de Silva	1945 - ampliação ruína 1952 - obras signi- ficativas interiores e exteriores	
25 <u>17 752</u>	Prédio, 1/c + 4 gosto "ancestral"	1943	eng. Paulo de Almeida Freitas	Manuel Ben	Conserva h. foto- gr. inicial	
26-28 <u>2087</u>	Monadia, 1/c gosto tradicional com elementos deco- rativos ecléticos	1904	o proprietário?	Manoel An- tonio de Rocha	DEMOLIDA (1958)	
29 <u>5476</u>	Monadia, 1/c + 1 + anexada gosto acadêmico	1913	eng. Jorge Pe- reira Leite const. por um dos irmãos	Evandro de Ferreira	Conserva h. foto- gr. inicial com últi- mos dados e fotos de 1954.	Construção Mo- derna. nº 398
30 <u>29975</u>	Prédio, 1/c + 3 + 1 gosto tradicional com elementos deco- rativos ecléticos	1907	ferrovia do litoral	Jose Augusto Pereira	1908 - ampliação de anexos e anexos Conserva h. foto- gr. inicial (fachada coberta de azulejos)	
31 <u>452</u> sq. Av. S. de Cristóvão, 48	[Ver Av. Cune de Cristóvão]					
32-34 <u>2375</u> sq. Av. S. de Cristóvão, 52	[Ver Av. Cune de Cristóvão]					

NUMERAÇÃO (planta e nº de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITETO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
35 <u>30 543</u>	Prédio, n/e + 4 gosto tradicional	1913	Francisco de Souza Rodrigues	Nicolau José da Costa	1979 - reforma do fachos autênticos Conserva tipologia inicial	
36 sq. Av. Curo de outubro, 65-69	Even. Av. Curo autêntico					
37-39 <u>26 457</u>	2 Prédios, n/e + 4 gosto tradicional	1913		Joaquim E. Lima	Conservação tipologia inicial	
40 <u>18 386</u>	Monóculo, n/e + 1 gosto tradicional com elementos deco- rativos e elétricos	1913	João Mendes	Pimenta Góes Rez Valdivia	1953 - seta traço pouco em arcaico Conserva tipologia inicial.	
41-43 <u>11 931</u> <u>41 565</u>	2 Prédios, n/e + 4 gosto tradicional	1913-1914	Antônio dos Santos	Antônio do- gosto Ribeiro Cintra	Tipologia inicial com 6º andar moderno	
42 <u>39 309</u>	Monóculo, n/e + 1 gosto tradicional com elementos deco- rativos e elétricos	1917	Carlos de Silva Reisante	Agostinho Lima	1977 - aporante nova construção Conserva tipologia inicial.	
43 <u>41 565</u>	Prédio n/e + 5 gosto tradicional	1914	Antônio dos Santos	Antônio do- gosto Ribeiro Cintra	1979 - destruição do edifício por desacordo do nº 45	
44 <u>24 764</u>	Prédio n/e + 4 gosto tradicional com elementos deco- rativos e elétricos	1918	João Francisco Pina	João dos Santos	1923-25: constrói- do novo Conserva tipolo- gia inicial.	
45 <u>27 348</u> sq. Av. E. Val- de, 30-38	Prédio, n/e (loja) + 4 + 1 gosto tradicional	1919	Antônio José do Braz	Manuel Pi- nheiro Manuel Lima	1979 - reforma do interiores Conserva tipolo- gia inicial.	
46 <u>23 304</u> sq. M. F. F. M. 2-10	Prédio, n/e (loja) + 4 gosto tradicional com elementos deco- rativos e elétricos	1919	João A. Reis- tão	Joaquim pa- guim Lima e Benedito Joaquim Lima	1951 - pedido de reforma, de prédio em 1919 Conserva tipolo- gia inicial	

NUMERAÇÃO (polícia e nº de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITECTO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
47 <u>5339</u> Arg. M. Faria 9	Monocúbio, alc + 1 gosto tradicional	1919	Alfredo de Carvalho	José Trincão, construtor civil.	DEMOLIDO (1957) (substituído por predio, arg. Seig. P. 1959)	
48 <u>93022</u> Arg. Ar. Can. de J. Barros, 7	Predio, alc + 4 gosto tradicional com elementos de arquit. e elet. mod.	1918-19	Carlos Alberto Rodrigues	Genardo Sica- nos	Conservação tipol. e estrut.	
49 <u>3933</u>	Predio, alc + 2 (defeio a par. alc + 1) gosto tradicional	1912	José Joaquim deus Guerra	Manuel Mar- ques de Silva e Genaro de Al- meida.	DEMOLIDO (1957)	
50 <u>3137</u>	Predio, alc + 3 + 1 gosto eclético	1917, 19		Antônio de Nunes da Cunha	1919 - ampliação (+ 1 andar) Demolido (1954)	
51-53 <u>41707</u>	2 predios, alc + 3 gosto tradicional	1913	Zeferino José	Joaquim Pa- son e Camp-	DEMOLIDO (1970) (substituído por predio, arg. A. E. Rosa e Garcia. 1974)	
52 <u>4567</u>	Predio, alc + 4 gosto tradicional com elementos de arquit. e elet. mod.	1920		Antônio Brito	DEMOLIDO (1971)	
54 <u>27843</u>	Predio, alc + 4 gosto tradicional	1920	Manuel Dias	Antônio de Matos	1974-1979 - pe- dida de dimensão Conservação tipol. e estrut.	
55 <u>41708</u>	Predio alc + 3 gosto tradicional	1913	Zeferino José	José Genaro e Camp-	1980 - perda de dimensão de p- rada Conservação tipol. e estrut.	
56 <u>11089</u>	Predio alc + 4 gosto tradicional	1917	Antônio Nunes Paixoto	Joaquim Caldes	1923. obra de an- s. e de arq. Conservação tipol. e estrut.	
57 <u>36884</u>	Predio, alc + 3 gosto tradicional	1913	José Thomaz de Souza	José Gen- aro e Camp-	Conservação tipol. e estrut.	

NUMERAÇÃO (polícia e nº de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITECTO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
58 <u>2717</u>	Prédio, n/c + 4 + 1 gosto eclético	1917-1927		Jose genésimo	1923 - exigida consolidação - 1926 - análise - nova conservação topogr. analisada	
59 <u>44816</u>	Prédio, n/c + 3 gosto tradicional com elementos deco- rativos acadêmicos	1913	Jose Thomaz de Sousa	Ignacio Can- valheiro, En- rico Motta, Antônio Brena	Conservação topogr. geral	
60 <u>26455</u>	Prédio, n/c + 4 gosto tradicional com elementos deco- rativos acadêmicos	Arquiteto das Neves (analisado e plan- ta.)	1917	O construtor	1928 - consolidação geral Conservação topogr. geral	
61 <u>2282</u>	Prédio, n/c + 4 gosto tradicional	1913	Antônio Nunes Perceiro (planos assinados por José da Costa e José Antônio)	Antônio Ro- drigues E Perceiro	Conservação topogr. geral	
63 <u>5338</u>	Prédio, n/c + 4 gosto tradicional com elementos deco- rativos acadêmicos	1914		Ignacio Can- valheiro	DEMOLIDO (1959)	
64 <u>25092</u>	Prédio n/c + 4 gosto tradicional com elementos deco- rativos ecléticos	1917		Domingos de Almeida e José Rocha	Conservação topogr. geral	
65 <u>2995</u>	Monada, n/c + 1 gosto tradicional	1913		Rosa. P. diniz	DEMOLIDA (1953)	
65 <u>9226</u>	Prédio n/c + 4 gosto tradicional com elementos deco- rativos acadêmicos	1917	Jose Nunes dos Santos e Manoel Reis	Pinto Carne- iro e Pires	DEMOLIDA (1955)	
67 <u>2461</u>	Monada, n/c + 2 gosto tradicional	1914	Ernesto de A. Munizaga Soares	Agnes S. de Almeida	DEMOLIDA (1954)	
68-72 <u>5475</u>	2 Prédios, n/c + 5 + anexos gosto "arabesque"	1914	eng. Pandel Munizaga	Juliano E Filho Ltd	Conservação topogr. geral	

NUMERAÇÃO (folha e nº de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITETO E/OU CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
69 <u>7840</u>	Prédio, n/c +3 gosto tradicional com elementos decor- ativos acadêmicos	1914	Eduardo de Silva	Jose dos San- tos	Conserva. tip- ologia mural	
70-72 <u>453</u>	Monocida gosto eclético	1918	Jose Francisco Lima	Antônio Ben- nato	1922 - ampliação sobre as estruturas DEMOLODO (1948)	
71 <u>1535</u>	Monocida, n/c + alguns fundos gosto tradicional	1914		Pereira Augusto to Marinho de Freitas	DEMOLDO (1957)	
73 <u>17153</u>	Prédio, n/c +4 gosto tradicional	1915		Antônio Ro- drigo Gomes Neto	Conserva. tip- ologia mural.	
74 <u>5582</u> arg. R.M. S. Brundage	Monocida, n/c +1 gosto tradicional	1918	Jose M ^a da Cruz	Fernando Camacho Moraes	1945 - alterações internas DEMOLDO (1981)	
75	Prédio, n/c (qu) +3 gosto tradicional	1914	Abel Adriano	Antônio Ribeiro	Conserva. tip- ologia mural.	
77 <u>2951</u>	Prédio, n/c +3 gosto tradicional elementos decorativos acadêmicos	1914		Jose Antonio Cuello	DEMOLDO (1963)	
79 <u>3315</u>	Prédio, n/c +3 +1 gosto tradicional	1915-19		Jose Antonio Cuello	DEMOLDO (1964)	
81-83 <u>25454</u> <u>21558</u>	2 prédios, n/c +4 gosto tradicional (decoração em ferro forjado sobre cumeeira)	1914	Abel Adriano	Yoaquim Bastos	Conserva. tipologia mural	
85-87 <u>29974</u> <u>25453</u>	2 prédios, n/c +4 gosto tradicional (decoração em ferro forjado sobre cumeeira)	1914	Antônio Pedro Ferreira	Alfredo Augusto	Conserva. tipologia mural	

NUMERAÇÃO (polícia e nº de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITECTO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
nº1 <u>2139</u> sq. Av. Re- pública, chav 55	[ven Av. D. Clara 55]					
2-4 <u>5235</u> sq. República Chav. 57	[ven A. D. Clara 57]					
3 <u>16355</u>	Predio, cv, 1le+3 gosto tradicional					
5 <u>2312</u>	Monadia gosto tradicional de república 'chalet'	1912	Guilherme José Rodrigues	Francisco M. (Bendito)	1940 - consolida- ção e construção de anexos DEMOLIDA (1955- -60)	
6 <u>506</u> sq. Av. Re- pública, 32	[ven Av. de Re- pública, 32]					
7-11 <u>1165</u> sq. Av. Repu- blica, 28	[ven Av. de Re- pública, 28]					
12-14 <u>1165</u> sq. Av. Re- pública, 37	[ven Av. de Repu- blica, 37]					
15-18 <u>43788</u>	Predio, 1le+3+ alguns fundados gosto tradicional	1904	Antônio Pio dos Santos	Antônio Dias Amado	Conserva. e fun- ção original (Arquitectura fun- da de arquitetura)	
20-22 <u>2494</u>	Monadia, 1le+1+ mansarda gosto tradicional	1905	eng. José San- tos (arquiteto)	"A construi- ção Antiga- da de Amado e Santos"	1935 - consolidação de anexos DEMOLIDA (1960)	
23 <u>4080</u>	Predio 1le+3 gosto tradicional	1905	Antônio Gaspar	Domingos Senzadela	DEMOLIDA (1958)	

NUMERAÇÃO (folha e nº de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITECTO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
24-34 <u>17326</u>	Predio monadico nle + 1 + 1 nle: log + 1 Gosto academizante	1909	Jose M. ^a Francisco Miranda	o construtor	Preservação tipológica inicial	
25-27 <u>32906</u> <u>25052</u>	2 Predios, nle + 2 + 1 aigua fundados gosto tradicional	1907	Manuel Treviño de Rocha	o construtor	Conservação tipológica inicial (fachada formada de azulejo)	
29-33 <u>1526</u>	Garage gosto ecletico	1908		Emygdio Jose Ferreira	1916 - ampliação de + 1 andar e o monadico DEMOLIDO (1955)	
36-40 <u>5507</u> Av. Av. 5 de outubro 66	Casa Av. 5 de outubro (66-68)					
35 <u>35353</u>	Monadico, nle + 1 + 1 aigua fundados gosto tradicional	1909	Zacharias Gomes de Lima	Eugenio de Sousa	1958 - obras de recuperação de interiores. Conservação tipológica inicial.	
41 <u>7872</u>	Predio, nle + 2 + 1 gosto tradicional	1908	Jose Bernardino Gonçalves Sobral	Augusto Rodrigues, Almeida	Conservação tipológica inicial (fachada formada de azulejo)	
42-46 <u>29135</u>	Monadico, nle + 1 gosto tradicional	1913	Sebastião Ignácio Freire	Kurt Morgenstein	1983 - aprovação projeto de recuperação. Conservação tipológica inicial.	
46-50 <u>605</u>	Predio, nle (monadico) + 4 + 1 gosto tradicional com elementos decorativos ecleticos	1919	J. Costa Pinto de Almeida	João Saldanha	1979 - recuperação refugio do projeto de horizontal.	
47-59 <u>2100</u>	Predio, nle (logia) + 1 + 1 aigua fundados gosto tradicional com elementos decorativos ecleticos	1906	Antônio Rodrigues Santos	Jose Antônio de Albuquerque	DEMOLIDO (1959)	
52 <u>606</u>	Predio, nle + 4 gosto tradicional com elementos decorativos ecleticos	1918	Jose Thomaz de Sousa	Miguel Pereira	1925 - o predio desabitado abandonado. 1931: reconstrução.	

NUMERAÇÃO (folha e nº de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITECTO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
54 <u>626</u>	Predio. nfe + 4 gosto tradicional elementos decorativos academizantes	1917	João Francisco Pires	João Heun- que	1921 - historic infus conselhe- sas Censura tipogr- f. inicial.	
55 <u>3553</u> sq. Av. M. Santos 130	Predio. nfe + 4 gosto tradicional com elementos deco- rativos academizantes	1919		Antônio Go- mes	DEMOLIDO (1967)	
58 sq. Av. M. Santos 1121	Predio gosto tradicional com elementos deco- rativos academizantes	1922	J. Fawara (ar- quiteto e planta)	Bernardino e Comp.	DEMOLIDO (1974)	
61 <u>2885</u>	Predio. nfe + 4 gosto "anos 40"	1942	Jacinto Bot- teonant	Mmanuel Feliciano	1946 e 1965 - ampliação Censura tipogr- f. inicial.	
63-65 <u>1741</u> sq. Av. 5 Cinturão 77	Even Av. 5 de Cinturão 77]					
67-69 <u>2543</u> <u>3042</u>	2 predios, nfe + 3 gosto tradicional com elementos deco- rativos academizantes	1910		Alexandine de Encargi- Santos	DEMOLIDO (1962-63)	
71-75 <u>4096</u>	2 predios, nfe (bip) + 2 + 1 gosto tradicional (quebrou-se em parte por falta de manutenção)	1913		Alexandre de Encargi- Santos	DEMOLIDO (1968)	
74-78 <u>608</u>	Monachio. nfe + 1 gosto ecletico com referencia a "casa portuguesa"	1923-25	Alfredo de Carvalho	Augusto Si- mones Gomes	Censura tipogr- f. inicial	
77-81 <u>29140</u>	Predio					
80-85 <u>4531</u> sq. Av. C. Vila Nova, 4044	Monachio. nfe (bip) + 1 referencia "casa portuguesa"	1923	Rosário (arquiteto planta)	Pedro de Silva	DEMOLIDO (1974)	

NUMERAÇÃO (folha e nº de obra)	TIPOLOGIA funcional e arquitetónica	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITECTO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
83-85 <u>3362</u>	Monadia, n/e+1 gosto tradicional com elementos deco- rativos académicos	1914		José dos San- tos (Pereira e Campos)	DEMOLIDA (1965)	
87-91 <u>3300</u>	Monadia (falta processo inicial)	?	?	José dos San- tos (Pereira)	1921 - consolda- ção 1940 - o edifício gosto "anos 40" DEMOLIDA (1964)	
88-98 <u>31602</u> seg. A. C. Valbom, 13	Predio, n/e+5 Gosto tradicional com elementos deco- rativos: ecléticos	1920	António Feres- ta de Almeida	José Sanchez	Conservação tipol- ógica inicial.	
93 <u>1664</u>	Predio, n/e+4 gosto tradicional com elementos decorativos ecléticos	1919		Domingos Alves	DEMOLIDA (1957)	
100-104 <u>29138</u>	Predio, n/e+5 gosto tradicional com elementos deco- rativos académicos	1922	António Feres- ta de Almeida	José Sanchez	Conservação tipol- ógica inicial.	
105-114 <u>612</u>	Predio, n/e+4 gosto tradicional com elementos deco- rativos ecléticos	1921	António Feres- ta de Almeida	António de Silva	1925 - edifício reparado Conservação tipol- ógica inicial.	
115-120 <u>4608</u>	Predio, n/e+4 gosto tradicional	1920		José dos San- tos (Pereira)	DEMOLIDA (1970)	
113-117 <u>7679</u> seg. Cande- valbom, 31	Predio, n/e (loja) +4 gosto tradicional elementos decorativos ecléticos	1929	seg. Manuel Gomes (Carreira, 1964) const. António Feres- ta de Almeida	Joaquim Rogério de Fonseca		
119-123 <u>5413</u>	Pacharia, n/e gosto tradicional	1917		Luís de Oliveira	DEMOLIDA (1960)	
122 <u>4100</u>	Predio, n/e+4 gosto tradicional	1920		Miguel E. Mendes	DEMOLIDA (1968)	

NUMERAÇÃO (planta e nº de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITETO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
124-128 <u>613</u>	Predio, n/c + 4 gosto tradicional com elementos deco- rativos acadêmicos	1922-26	Bruno Zevi	Alexandre Zevi & Buzzi	1948: consolidação Conserv. tipol. logia inicial.	
125-129 <u>614</u>	Predio, n/c + 4					
130 <u>615</u>	Predio, n/c + 5 gosto eclético	1921-25	Bruno Zevi	idem	1948: garagem pública no n/c Conserv. tipol. logia inicial.	
131 <u>4556</u>	Predio n/c + 4 gosto tradicional (e, depois, redizado para n/c + 3)	1918		Mamuel Antunes	1925: reforma pública DEMOLIDO (1970)	
133 <u>3150</u>	Predio, n/c + 3 gosto tradicional com elementos deco- rativos ecléticos	1917		Antônio Fer- reira	DEMOLIDO (1962)	
134-142 <u>10327</u>	Predio, n/c + 4 gosto tradicional com elementos deco- rativos acadêmicos	1922-24	João Sampaio de Barros	Antônio Oliveira		
141 <u>2150</u>	Predio, n/c + 4 gosto tradicional com elementos deco- rativos acadêmicos	1920	João Álvares Correia	Mamuel Go- mes Ferraz e João Gomes Ferraz	Conserv. tipol. logia inicial.	
144-148 <u>3137</u>	Predio, n/c + 5 + algumas fachadas gosto tradicional	1922	Yoaquim Ribeiro de Almeida	idem	Conserv. tipol. logia inicial.	
143 <u>1942</u>	Predio, n/c + 4 gosto tradicional com elementos deco- rativos ecléticos	1918	Mamuel Pereira Pereira	Antônio He- rnaniz de S. L.	1926: estado de degradação Reconstrução DEMOLIDO (1958)	
145 <u>45621</u>	Predio, n/c + 3 gosto "arte deco- rativa" muito tipol. puro	1932	Antônio Carlos de Almeida (arquiteto, plantas e desenho)	Filipe Gomes	1977: reforma de propriedade hereditária Conserv. tipol. logia inicial.	

NUMERAÇÃO (planta e nº de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITECTO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
147-149 <u>4248</u>	Monadia, r/c + 1 gosto eclético	1926	Manuel Gomes (assin. planta)	Antônio Ri- beiro Corisco	DEMOLIDA (1981)	
150-154 <u>29121</u> Arq. M. Said- Bandeira, 86	Prédio, cave, r/c + 6 gosto tradicional	1922	Joaquim de Macedo	Joaquim Ri- beiro Bandeira	Conservação h/ps- logia inicial	
157-159 <u>17765</u>	Monadia gosto tradicional	1912		Manoel de Carvalho	Conservação h/ps- logia inicial	
161 <u>1341</u>	Monadia, r/c + mansard- gosto tradicional com elementos decorativos ecléticos	1912	Jose M. de Faria	Angela Barreto de Cruz	DEMOLIDA (1985)	
163 <u>2664</u>	Monadia, r/c + 1 Gosto tradicional com elementos deco- rativos modernizantes	1912	Jose M. de Faria	José Barre- to de Cruz	Conservação h/ps- logia inicial	
165 <u>519</u>	Prédio, r/c + 4 gosto tradicional com elementos deco- rativos ecléticos	1920	Jose Seabra de Barros	Henrique Antônio	1925 - conservação seg. Conservação h/ps- logia inicial	
167-171 <u>42095</u> Arq. M. Said- Bandeira, 46	Prédio, r/c + 5 gosto tradicional com elementos deco- rativos modernizantes	1919	Carlos Alberto Rodrigues	José Pedro d'Almeida	Conservação h/ps- logia inicial	

NUMERAÇÃO (polícia e nº de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITETO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
	[Até ao cruzamento de R. Defensor de Claves todos os edifícios são posteriores a 1940]					
13-15 <u>3529</u> R. D. Claves, 65	[ver Av. Defen- sor de Claves, 65]					
16 (ex-2) <u>16675</u> R. D. Claves, 67	[ver Av. Defensor de Claves, 67]					
17-19 <u>4696</u>	2 prédios, n/c+3 gosto tradicional	1910	Gabriel An- tônio Pentes	Antônio Ben- venido Faria Ferreira e João Constante de Faria	DEMOIDO (1972)	
18 <u>27614</u>	Prédio, n/c+4 gosto tradicional (paralelo de azulejos)	1908	João Rodrigues Seabra	Domingos Senzadito	Conserva. tipol- ógica atual (fachada formada de azulejos)	
20 <u>1586</u>	Monumento gosto eclético	1908	org. Monte frieiro const. Fernando Cunha e Rodri- gues	Constantino Guadalupe de Carvalho	DEMOIDO (1954)	A construção Moderna, n.º 846 20/5/1944 Arquitetura em Lisboa, n.º 2, 1944
21 <u>32524</u>	Prédio, n/c+4 gosto tradicional com elementos de- corativos acadêmicos	1913	Manoel de Es- ta Pente Antônio Nunes Pimenta	Manoel Nu- nes e c.	1923 - visita- ção de reconstru- ção Conservação tipol- ógica atual	
23 <u>38355</u>	Prédio, n/c+4 gosto tradicional com elementos de- corativos acadêmicos	1913	Edmundo de Silva	Manoel Ferreira de Sousa	Conservação tipol- ógica atual	
25 <u>34981</u>	Prédio, n/c+4 gosto tradicional com elementos de- corativos acadêmicos	1910	Rafael de S. F. de Castro	Domingos Senzadito, construtor	Conservação tipol- ógica atual (fachada formada de azulejos)	
26	Prédio n/c+4 gosto "arte de- corativa"					

NUMERAÇÃO (posição e n.º de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITECTO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
27 <u>35981</u> arg. Ar. Repu- blica, 35	Edif. Ar. Repu- blica, 35 J					
28 <u>32528</u>	Prédio, n.º + 4 gosto eclético	1915	Arthur José Nobre	João Manuel, Manuel Ben- tos e Inês	1976 - registo de propriedade hor- izontal Conservação topol- ógica rural	
30 <u>35923</u>	Prédio, n.º + 5 gosto tradici- onal	1908	António Nunes Pereira	António Nu- nes Pereira	Conservação topol- ógica rural	
31 <u>38490</u>	Prédio - moradia, n.º + 1 gosto tradicional com elementos de arquit. académica	1904	João Joaquim Doliveira	Olimpio Cotrim de Sousa	1974 - modifica- ção do plano de de- molição. Conservação topol- ógica rural	
32 <u>28123</u>	Prédio, n.º + 5 gosto tradicional	1908	António Nunes Pereira	António Nu- nes Pereira	Conservação topol- ógica rural	
33-35 <u>32779</u>	2 prédios, n.º + 4 gosto tradicional com elementos de arquit. académica	1913	João Vicente Marinho	Francisco Gus- tavo de Sales Lisboa	1980 - registo de propriedade hor- izontal Conservação topol- ógica rural	
34 <u>38357</u>	Prédio moradia, av. n.º + 1 + alguns funcionários gosto tradicional com ele- mentos de arq. académica	1914	João Vicente Marinho	Augusto Vi- cente Marinho	Conservação topol- ógica rural simplex rural	
36	Prédio gosto mais que- rentes					
37 <u>17587</u>	Prédio gosto tradicional com elementos de arquit. ecléticos	1914	António Joa- quim Medre- iros	Manuel Pe- reira Ma- dalen	1925 - "consolida- ção urgente" Conservação topol- ógica rural	
38 <u>13837</u>	Prédio, n.º + 3 + 1 gosto tradicional	1908	João Joaquim de Jesus	Manoel Gon- çalves	1923 - consolida- ção Conservação topol- ógica rural (fachada terracota, azulejos)	

NUMERAÇÃO (planta e nº de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITECTO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
39 <u>38354</u>	Prédio, n/c (loja) + 4 gosto tradicional	1913	João Vicente Martinho	Jose Pereira e c.a	Conserva tipolo- gia inicial (fachada forne- da de azulejos)	
40 <u>34195</u>	Prédio, n/c + 4 gosto tradicional	1928	Mamuel Paulo Naves (assin- planta) Jose da Silva	Mamuel Bernardes	Conserva tipolo- gia inicial.	
41 <u>39838</u>	Prédio, n/c + 4 Gosto tradicional, elementos deco- rativos selectos	1913	João Vicente Martinho	João Vicente Martinho	Conserva tipolo- gia inicial	
42 sq. Av. 5 de outubro 92	[Ven. Av. Cuiabá de outubro, 92]					
43 nº 43	Prédio, n/c + 4					
44 <u>2384</u> sq. Av. 5 de outubro 95	[Ven. Av. Cuiabá de outubro, 95]					
45 <u>2783</u>	Garage e oficina (n/c)	1915		Alfredo Co- maral- Ferreira	DEMOLIDA (1951)	
46-50 <u>4232</u> <u>4227</u>	2 prédios, n/c + 4 gosto tradicional	1917-18		Estúdio dos Santos	1923: consoli- dação DEMOLIDA (1959)	
49-51 <u>33008</u>	2 prédios, n/c + 4 gosto tradicional com elementos deco- rativos acidentados	1913	Jose da Silva	Jorge Maria Lima	Conserva tipolo- gia inicial.	
52 <u>22292</u>	Prédio, n/c + 4 gosto tradicional com elementos deco- rativos acidentados	1918	Carlos Alber- to Rodrigues	Jose Te- odoro	Conserva tipolo- gia inicial	

NUMERAÇÃO (planta e n.º de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITECTO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
53 <u>21212</u>	Garagem, n/c+1 gosto academizante	1919	A. A. d'Assumpção (arquit. e planteiro) José M. de Oliveira (const.)	João Luís de Sousa e Filho	1935: obra inter- na (arg. Paulist Mundo). Conserv. tipolo- gica parcial sim- plificada.	
54 <u>32448</u>	Prédio, n/c+4 Gosto tradicional com elementos de- corativos acadêmicos	1918	Augusto Alves Muniz	Jose Mathias Alves	Conserv. tipolo- gica parcial.	
55 <u>39880</u>	Prédio, n/c+4 Gosto tradicional com elementos deco- rativos acadêmicos	1918	Manuel de Costa Pinto de Alencar	João Salva- dor e José Ducante	Conserv. tipológica parcial.	
56 <u>21827</u>	Prédio, n/c+4 gosto tradicional com elementos deco- rativos acadêmicos	1917		João Nunes	1963 - regime de propriedade ho- rizontal Conserv. tipolo- gica parcial.	
57 <u>8970</u>	Prédio, n/c+4 gosto tradicional com elementos de- corativos acadêmicos	1917	Alfredo de Camello	Antônio Emanuel	1923 - impasto consolidado	
58 <u>20476</u>	Prédio, n/c+4 gosto eclético profusamente deco- rativo	1922-23	Manuel de Gonçalves	Elaine Fo- rdeiro de Carvalho	Conserv. tipolo- gica parcial.	
59 <u>19514</u>	Prédio, n/c+4 gosto tradicional elementos decorati- vos acadêmicos	1920	Jose Francisco Pires	João Antonio E. Cantare	Conserv. tipolo- gica parcial.	
60 <u>5024</u> arg. M. Fomina, 62-74	Prédio, n/c+4 gosto eclético	1919-25	Augusto Al- ves Muniz	Antônio Barbosa	1925 - impasto reconstrução Conserv. tipolo- gica parcial.	
61 <u>3310</u> arg. M. Fomina, 55-60	Prédio, n/c+4 gosto tradicional com elementos de gosto academizante	1921		César An- gelo Simões	DEMOLOG (1973)	
63 <u>43455</u>						

[illegible]

NUMERAÇÃO (polícia e nº de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITECTO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
1 <u>10899</u> arg. Ruão do Arco de Lopo	Anexo a prédio nº 93 na Rua do Arco de Lopo gosto tradicional	< 1903	o proprietário	Antônio Pimenta	Conservação tipol. gusto inicial.	
3-5	Barracão e Prédio, nle + 1 gosto tradicional	existe em 1928		Efigênia Fer- reira Guimarães (?)	Conservação tipol. gusto inicial	
2-6 <u>41943</u> arg. Ruão do Arco de Lopo, 59	Prédio, nle (lugar) + 3 gosto "arte deco- rativa" e elementos trabalho	1930	Fortunato Gon- çalves Pires	Francisco Vi- cente	(o topo do prédio substituído entre prédio, gosto tradicional)	
7-9 <u>25113</u> arg. Rua Eiffel 1-3	Prédio, nle + 3 gosto tradicional [já existe prece- so inicial]				1945 - observo "Sulão de chã" (arg. Carlos Ramos) Conservação tipol. inicial	
10 <u>2660</u>	Prédio, nle + 2 gosto tradicional	1929	Antônio Figuei- redo (assinou plantas)	Eugênio Ros- ta d'Árcene	1943 - ampliação (+ 1 andar) DEMOLIDO (1961)	
11 arg. R. Eiffel 2-8	Prédio, nle + 1 gosto tradicional	1904		Antônio R. Barros	DEMOLIDO (1961)	
12 <u>4458</u>	Prédio, nle + 2 gosto "arte deco- rativa"	1932		Marquino do Brito	DEMOLIDO (1971)	
14-16	Prédio, "anos 40" cu nle + 5					
15-17	3 Prédios, nle + 4 gosto "anos 40"					
18 <u>48085</u>	Moradia, nle + 1 gosto eclético de referência ambien- te	1934	Átila Amaral	Vincentina, filha de Francisco Pires Guimarães	Conservação tipol. gusto inicial.	

NUMERAÇÃO (polícia e nº de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITECTO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
19 Av. Dr. Ferreira Chaves 42	Prédio, n/c (loja) + 4 gosto "anos 40"					
27-41. 43160 Av. A. D. Chaves 77	[Av. Dr. Chaves 77]					
38-42 3218	Monadia, n/c + 1 gosto tradicional	1929	(planta assun- da por argente- no e legal)	Antônio A. gosto Gon- çalves	DEMOLIDO (1963)	
43-47	Monadia, n/c + 1 gosto academi- zante	1922	João Pereira vulgo Bandeira	Oliveria E. Antunes	Conserv. tipol- ógica parcial.	
44-46 2565	Monadia, gosto tradicional com elementos deco- rativos acadêmicos	1930	R. Souza (assunção)	Pedro Pitta	DEMOLIDO (1972)	
48-50 1562 Av. Dr. Chaves 44	[Av. Dr. Chaves 44]					
52 3283 Av. Dr. Chaves 79	[Av. Dr. Chaves 79]					
53 2311	Prédio n/c + 3 + 1 gosto tradicional com elementos deco- rativos acadêmicos	1913-1920	Francisco Cas- telo da Silva	Francisco e Yoceli Castan- da Silva	1978 - alguns de- talhes de han- dwork Conserv. tipol- ógica parcial	
54-56 3170	Monadia gosto eclético, profundamente de- corado	1918-21	arg. Nenti- guerra	Antônio Mi- ra Pedreira	DEMOLIDO (1963)	
57	Prédio monadia, n/c + 1 gosto tradicional	1909	Antônio Pedro dos Santos	Edson de Ha- nagata S- moa de Cam- ilo	DEMOLIDO (1973)	

NUMERAÇÃO (folha e nº de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITECTO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOTECA ESPECÍFICA
59-61 <u>1571</u> Av. R. R. Shee 44	[ver Av. R. R. ec 44]					
60-62 <u>10 417</u> Av. R. R. Shee 46	[ver Av. R. R. ec 46]					
63-67 <u>39164</u> Av. R. R. Shee 55B	[ver Av. R. R. Shee 55B]					
64 <u>3567</u> Av. R. R. Shee 57	[ver Av. R. R. Shee 57]					
66-68 <u>2558</u>	Monach. n/c + 1 gosto tradicional	1905		Alvaro H. R. Ferreira R. Ferreira	DEMO (1954)	
69-75 <u>21100</u>	Predic. n/c + 3 + 1 + 1 gosto eclesiástico	1918	Anthony José Nunes	João Manuel dos Santos Ferreira	1971 - a fim de proteger a obra construção censura e p/obj. anual.	
72 <u>1992</u>	Monach. n/c + 1	1913		Manuel de Costa Marques	DEMO (1958)	
74-76 <u>1915</u>	Monach. n/c + 1 gosto tradicional	1912		Francisco Mário Estêvão Pereira	DEMO (1958)	
77 <u>9405</u>	Predic. n/c + 3 + alguns detalhes gosto eclesiástico	1914	João M.º Francisco de Almeida	idem	Censura e p/obj. anual	
78 <u>3100</u>	Predic. n/c (P/ps) + 2 + 2 gosto tradicional um elemento de gosto eclesiástico	1920	João Baptista Nunes (arquit.) João de Silva (const.)	Quirino Nunes	Censura e p/obj. anual (n/c: ofício)	

NUMERAÇÃO (pública e nº de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITECTO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
79-81 <u>25261</u>	2 prédios de 2 + 3 pisos funcionais gosto tradicional com elementos decorativos	1913		Alc. José Pacheco e José Santos	Conservação tipológica inicial	
80 <u>25453</u>	Prédio de 4 pisos gosto tradicional com elementos deco- rativos ecléticos	1917	João Afonso Reis	Vicente Victorino e Alberto no Mendes	Conservação tipológica inicial	
82-84 <u>25477</u> <u>13919</u>	2 prédios, de 4 (lojas) + 4 gosto tradicional com elementos deco- rativos ecléticos	1917	João Francisco Lima	António Sal- gueiro de Silva Jr.	Conservação tipológica inicial	
83-85 <u>329</u>	Monumento, de gosto eclético	1913	João Augusto d'Almeida	Francisco d'Almeida	DEMOLIDO (1948)	Conservação moderna nº 419
86-88 <u>3517</u> av. 5 de outubro, 115	Edifício Av. 5 de Outubro, 116					
87 <u>3790</u>	Prédio, de 3 + 3 pisos funcionais gosto tradicional	1914	António Matta	Abílio Gre- co Filho	DEMOLIDO	
89 <u>44512</u>	Prédio, de 3 + 3 pisos funcionais gosto tradicional	1913	Manuel de Castro Pinto de Almeida	"	1964 - prédio de desambiguação reconstruído Conservação tipol- ógica inicial	
90 <u>331</u> av. 5 de outubro, 113	Edifício Av. 5 de Outubro, 113 não há processo inicial					
91 <u>11050</u>	Prédio, de 2 pisos gosto tradicional (sem processo inicial)			1921 - fun- doação de Francis- co Coelho de Almeida	1925 - solicitação de ampliação reconstruído Conservação tipol- ógica inicial	
92-94						

NÚMERAÇÃO (polícia e nº de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITECTO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
93 43901	Predio, nle + 2 gosto tradicional com elementos deco- rativos academicistas	1913	Manoel de Gesh Pinto de Azevedo	Jose dos Santos	1918 - ampliação (+ 1 andar) Conserv. tipol- ógica inicial.	
95 24402 Arg. Unica de Outubro, 1912	Even. Av. S de Outubro blo. 112 - 114 J					
96-104 31554	Predio, nle (logos) + 3 gosto tradicional com elementos deco- rativos academicistas	1912	Jose Afonso Roz de Silva	idem	Conserv. e pol- gica inicial	
101 4106 Arg. Av. Ceneo de Outubro, 1917- -1919	Even. Av. Ceneo de Outubro, 107-109 J					
103 4749	Predio, nle + 4 gosto tradicional	1917		Manoel Jo- quim	DETALHE (1972)	
106-110 35002	Predio, nle + 3 gosto tradicional	1920	Fernando de Cunha e Rodri- gues	António M. Lima	1980 - reforma de propriedade ho- rizontal Conserv. e polig- ramental	
107-121 18552	2 Predios, cv, nle + 1 gosto eclético fundamentalmente de de- coração em antiguidades	1920	Augusto Alves Moura	Baltasar de Silva e Ant- nio M. Manoel de Silva	Conserv. tipol- gica inicial.	
112-118 20607	Predio, nle (logos) + 4 gosto eclético	1920	Jose Tenaz de Sousa	Jose Gedinho	Conserv. tipol- gica inicial.	
123-127 2511	Monachio, gosto eclético	1918		Simões Silva	DETALHE (1960)	
120-130 18558	Predio, nle + 4 + alguns fundamentos gosto eclético	1920	Augusto Alves Moura	Baltasar de Silva e Ant- nio M. Manoel de Silva	Conserv. tipol- gica inicial.	

NUMERAÇÃO (folha e nº de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITECTO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
129-131 <u>2510</u> Av. M. Toman, 94	Monoclo gosto eclético	1919		César Jun- ior	1953 - alteração (eng. J. Simões) DEMLC (1960)	
134 <u>4901</u>	Preda, alc + 4 gosto eclético	1920		João dos Santos	DEMLC (1973)	
136-144 <u>11877</u> Av. M. Toman 98	Preda, alc + 4 gosto eclético	1920-23	Antônio Gomes	Antônio Co- me, E. San- tos.	Convenção tip- ológica mural.	
139 <u>4595</u> Av. M. M. Toman 95- 103	Preda, alc + 4 gosto tradicional com elementos de- corativos acidentados	1920-26		João Maria E Yendurino	1925 - conselha- ção. DEMLC (1971)	
141 <u>26263</u>	Preda, alc + 4 gosto tradicional com elementos de- corativos acidentados	1920	Alfredo Pere- ira	Camila E Nunes	Convenção tip- ológica mural.	
143-45 <u>5643</u>	Preda, alc + 4 gosto tradicional com elementos de- corativos ecléticos	1920-22	Costa Pinto de Moura	César Jun- ior	Convenção tip- ológica mural.	

NUMERAÇÃO (folha e nº de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITECTO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
1-3	2 prédio gosto "anos 40"					
7 <u>2471</u>	Prédio, cv, nle + 2 gosto "arte deco- rativa" permeado de valores tradicionais	1930	eng. Manuel Gomes	Imacio Jose	DEMOLIDO (1961)	
9 <u>43409</u>	Prédio, nle + 2 gosto "arte deco- rativa" muito tip. fechado.	1931	J. Rolão (1º pro- jecto) J. Guilherme (2º projecto)	Yoaquim de Brito	Conserva topol- ogia inicial.	
11-13 <u>43645</u>	Monoclio, gosto eclético de referências cende- monizantes	1931	eng. António Mendes da Silva	António M. Simões Ltd.	1941 - alteração de fachada	
12-20 <u>43227</u>	Prédio, nle (loja) + 3 gosto "arte deco- rativa"	1931	Norte francês eng. Sc. Gomes	António Damião	1982 - regime de propriedade hori- zontal. Conserva topol- ogia inicial.	
15-17 <u>43507</u>	Prédio, cv, nle + 2 + alguns fundos gosto "arte deco- rativa"	1931	António Manuel e J. Rolão	Jose Faveres d. Silva e Manuel de Alto	1979 - regime de propriedade hori- zontal Conserva topol- ogia inicial.	
19	Prédio, nle + 2 gosto "arte deco- rativa"	1931-32	Francisco Rolão e António Manuel	Jose Faveres d. Silva	Conserva topol- ogia inicial.	
21	.					
23-25 <u>3513</u>	Monoclio, nle + 1 gosto "arte deco- rativa" muito tip. fechado	1929		António Ribeiro Cruz e João dos Santos (Bea- constantes)	DEMOLIDO (1965)	
22 <u>41557</u>	Prédio [processo incom- pleto]	1929		Zefreino E. Cruz	Conserva topol- ogia inicial.	

NUMERAÇÃO (planta e nº de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITETO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
27 <u>46470</u>	Predic. n/e + 2 gosto "arte deco. rativa"	1933	J. Rosado Arle Manuel	Antônio de Matos Jr.	Ped. de deves. lig.: em 1978 Conserv. tipol. gr. rural	
28-40 <u>39912</u>	Predic. cu. n/e + 3 gosto "arte deco. rativa"	1929	João Manuel dos Santos Faria	Bernardo Rodrigues	Conserv. tipol. gr. rural	
29 2970 arg. Av. D. Ch. Vila, 54	[Ven. Av. Defen- sora de Chaves, 54]					
33 <u>45524</u>	Predic. n/e + 2, gosto "arte deco. rativa"	1932	J. Rosado	Ferreira & Mendes Lda	Conserv. tipol. gr. rural	
35-37 <u>45039</u>	2 Monachas cu. n/e + 1 gosto "arte deco. rativa"	1931	Antônio Gomes	Julio Alex. no Lamen	Conserv. tipol. gr. rural	
39-45 <u>5313</u>	Predic. n/e + 2 gosto ec. moderniz- te	1932	eng. A. Marques de Silva	Francisco Brito	DEMOLIDO (1973)	
43 <u>5317</u>	Monachas gosto casa portuguesa sua Azulejos (J. Colares)	1924		eng. Amaro do Ferreira	1931 - ampliação (+ 1 corpo) DEMOLIDO (1973)	
42-44 <u>2620</u> arg. Av. D. Ch. Vila, 56	[Ven. Av. Defen- sora de Chaves, 56]					
46 <u>1226</u> arg. Av. D. Ch. Vila, 87	[Ven. Av. Defen- sora de Chaves, 87]					
47-49 arg. Av. Repu- blica 47						

NUMERAÇÃO (planta e nº de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITECTO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
48-50 <u>33196</u>	Monadia gosto eclético	1928	Norte junior	Albertino Pereira Reis	Conservação topol- ógica atual.	
52-56 <u>2846</u>	Monadia, a/c, a/c + 1 gosto tradicional	1928	Manuel Paulo Pereira (arquiteto/plantas)	Jose Faria da Silva	DEMOLIDA (1961)	
58-60 <u>5508</u>	Monadia, a/c + 1 gosto tradicional	1929	Bruno Do- miniquez	Lepe Cardoso	DEMOLIDA (1981)	
61 <u>4639</u>	Prédio, a/c + 4 gosto tradicional com elementos deco- rativos ecléticos	1917	Manuel Vicente Bettencourt	Jose Fran- cisco Jr.	DEMOLIDA (1975)	
64-70 <u>5498</u> Arq. do Bpu- blica 50	Edifício do Bpu- blica (50)					
63 <u>41839</u>	Prédio, a/c + 4 gosto tradicional com elementos deco- rativos ecléticos	1917	Jose Thomaz de Sousa	Jose Fran- cisco Jr.	Conservação topol- ógica atual	
65-67 <u>39250</u>	Prédio, a/c + 4 gosto tradicional com elementos deco- rativos ecléticos	1917	Jose Francisco Pereira	Jose Fran- cisco Jr.	1982 - Ag. medi- ta para ed. de be- nificação Conservação topol- ógica atual	
69-73 <u>5482</u>	Prédio, a/c + 4 gosto eclético	1917		Jose Ferreira Jr.	DEMOLIDA (1979)	
75-81 <u>40641</u>	Prédio, a/c + 4 gosto tradicional com elementos deco- rativos ecléticos	1917		Francisco Reis	Conservação topol- ógica atual.	
62 <u>5236</u>	Monadia gosto "modernista" em transição para "anos 40"	1939	Leis Christine da Silva	Jose de S. L. va Pereira Jr.	DEMOLIDA (1975)	

NUMERAÇÃO (planta e n.º de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITECTO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
66-74 sq. Av. Re- pública- 67	[Ver Av. Repu- blica- 67]					
76-84. <u>31961</u>	Predic. nle (lugar) +3 gosto tradicional	1906	Antônio Garçon	Jose J. Luis Guerra e A. Rodriguez de Silva	1981. pedido de demolição Censura tipolo- gia inicial.	
83 <u>45173</u>	Predic gosto tradicional	1914	Zeferino José	Jonão Branco e outros	1966 - obra de modernização Censura tipolo- gia inicial	
85 <u>5495</u>	Predic. nle +3 gosto tradicional	1914	Zeferino José	Jonão Branco e outros	DEMOLICAO (1982)	
86 <u>44369</u>	Predic. nle +4 + alguns portais gosto tradicional com elementos deco- rativos exóticos	1908	Jose Joaquim Luis Guerra	Jose Joaquim Luis Guerra	1982. pedido de demolição Censura tipolo- gia inicial.	
87 <u>5268</u>	Predic. nle +4 gosto tradicional com elementos deco- rativos exóticos	1917	Jose Thomaz de Sousa	Jose Francisco Jo	DEMOLICAO (1975)	
88 <u>815</u>	Predic. nle +4 gosto tradicional com elementos deco- rativos modernizantes	1917	Antônio de Silva Sant'Ana	Jose Agost- inho Ferreira	Censura tipolo- gia inicial.	
89-91 <u>5406</u> sq. Av. S de Catharina, 146	[Ver Av. S de Catharina, 146]					
90-94 <u>172</u>	Moradia, nle +1 gosto tradicional com elementos deco- rativos exóticos	1917		Augusto di- cente Mar- inho	DEMOLICAO (1948)	
96 <u>39036</u>	Moradia, gosto "casa per- tencente"	1919	eng. Antônio do Couto	Augusto de Rocha Rema- niz Jr	1949. alteração do pedido. funci- onal	

NUMERAÇÃO (folha e n.º de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITECTO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
98-100 <u>1392</u>	Monoclic gosto tradicional	1908		Henrique Monteiro	1924-25. ampliação (+ 1 andar e água quente) DEMELOO (1959)	
102-106 <u>37537</u>	Prédio, n.º 119a) + 5 gosto tradicional com elementos de construção ecléticos	1922	Manuel Pinheiro no Parque	Brito E Silva	1923- rede de do projeto para 4 andares 1983 reforma de propriedade horizontal	
107-109 <u>47833</u>	2 prédios, n.º 13 gosto "arabes do ocidente" tipificado	1934	António J. A. Avila Juvenal	Manuel Bernardes	Conservação tipológica geral	
108-118 <u>28578</u> sq. Av. S. de Orelha, 154	Prédio, n.º 14 gosto tradicional com elementos de construção ecléticos	1927	António Gomes	Francisco dos Santos e Meire Ferreira dos Mendes	Conservação tipológica geral com 53 andares.	
101 <u>818</u>	Prédio, n.º 14 gosto tradicional com elementos de construção ecléticos	1926-27	João de Silva	Julio S. S. heinos	1974- reforma de propriedade horizontal conservação tipológica geral	
103 <u>811</u>	Prédio, n.º 14 gosto tradicional com elementos de construção ecléticos	1921-25	Julio Aliano Correia	Polcarpo M. nos e P. J. (Associação Des.)	Conservação tipológica geral	
111 <u>48139</u>	Prédio gosto "arabes do ocidente" muito tipificado	1934	J. Rosado	Bernardino Ferreira	1978- reforma de propriedade horizontal Conservação tipológica geral	
113 <u>48087</u>	Prédio, n.º 13 gosto "arabes do ocidente" muito tipificado	1934	Elisabete Machado	Artur de Sousa	Conservação tipológica geral com referência em demonstração	
120 <u>1412</u> sq. Av. S. de Orelha, 147	[Ver Av. S. de Orelha, 147]					

NUMERAÇÃO (planta e nº de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITECTO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
1 <u>24310</u> sq. Av. Rep. 77	Evento da República 77]					
2 <u>1108</u> sq. Av. Rep. 77	Evento da República, 77]					
3 <u>10574</u>	Moradia - pre- dic, n/c + 1 gosto tradicional	1907	Jose Rodriguez Machado	Jose Rodriguez Machado	1930 - Projectos de ampliação não realizados Conserva topol- ogia inicial	
4-6 <u>47994</u>	Pre-dic, cu, n/c + 2 gosto "arte deco- rativa"	1934	eng. Nante junior eng. A. J. Silva Moraes	Antônio Damasio	Conserva topol- ogia inicial	
5 <u>5800</u>	Pre-dic, n/c + 4 gosto tradicional com elementos de- corativos modernizantes	1911	Jose Rodriguez Machado	Jose Rodriguez Machado	1975 - predi. de- modificat Conserva topol- ogia inicial.	
7 <u>5179</u>	Pre-dic, n/c + 4 + 1 (n/c loja) gosto tradicional com elementos de- corativos modernizantes	1914	Antônio Jesus Belém	Manoel He- rrique Barata	DEMOLIDO (1972)	
9 <u>41507</u>	Pre-dic, n/c + 4 + mansard. Gosto tradicional com elementos decorati- vos modernizantes	1920	Alberto (?) de Carvalho	Rogério E. Pereira (?)	1927 - consolida- ção Conserva topol- ogia inicial	
10 <u>5515</u>	Pre-dic, n/c + 4 gosto tradicional com elementos de- corativos modernizantes	1910-11	Joaquim da Silva	Agostinho Freire	DEMOLIDO (1977)	
8 (ant.) <u>32653</u>	Moradia, cu, n/c + 1 + alguns fran- tescos gosto eclético de in- fluência "arte portuguesa"	1924	Antônio Jesus Belém	Manoel Antônio	1972 - autoriza- ção de reconstrução Conserva topol- ogia inicial.	
11	Pre-dic, n/c + 4 C. feita por inicial 5				DEMOLIDO (1970)	

NUMERAÇÃO (pública e n.º de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITECTO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRIETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
13 <u>2987</u> eng. Av. 5 de outubro (Lisboa)	Prédio, n/c+4 gosto tradicional	1916	José de Costa Pinto de Ave- ral	Silva e Silva	1952- pedido de demolição.	
14 <u>2730</u> eng. Av. 5 de outubro 168	Exer. Av. Cima de outubro, 168 - - 170 J					
17 <u>4240</u>	Prédio gosto modernista	1930	José Manuel dos Santos Pa- raz	Pereira e Santos	DEMOLIC. (1964)	
19	Prédio, n/c+4 gosto "anos quarenta"					
21 Edifício 22 e 23 J	Prédio, ex. n/c+4 gosto "anos 40"	1942	eng. Manuel Gomes	Carvalho E. Braz		
24 <u>43489</u> eng. Trav. São da Branda	Monário, n/c+4 gosto eclético de referência "neo- clássico"	1931-32	eng. Victor An- tonio Piloto eng. Pedro Car- los Machado	José Costa- Lima de Moura	1931- foto tomada adaptada a for- mação DEMOLIC. (1954)	
25 e 27	Exer. 19 e 21 J					
29 <u>26124</u> eng. M. F. F. 105	Prédio, n/c+4 gosto "anos 40"	1943	eng. Francisco José Pereira(?)	Moura e Ribeiro	Reconstrução logística	
30 <u>39501</u> eng. R. de Benevides	Prédio, n/c+2 gosto tradicional	1905	António Pa- dos Santos	M.ª José Figueiredo	1959. projecto de reconstrução. Biblioteca e foto- grafia.	
31	Prédio n/c+5 gosto modernis- ta.					

NUMERAÇÃO (planta e nº de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITECTO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRISTÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
32 <u>1821</u>	Predic. nle + 1 gosto tradicional	1899	Francisco Gomes Parah	Manuel Pacheco	DEMOLODO (1958)	
33 <u>52007</u>	Predic. nle + 4 gosto modernista	1938	J. Bettencourt	Francisco Bernardo de Silva	Conserva. tipol. logia inicial.	
34	Predic. nle + 1 gosto tradicional	1903	António Garçon	S. Luciano Gonsalves	1920 e 1921 : ampliação (+ 2 andares) conserva. tipol. gosto inicial.	
35	Predic. nle + 5 gosto modernista					
36	Predic. nle + 1 gosto tradicional	1903	António Garçon	Francisco Machado	1909 - ampliação 1946 - reforma interior (arg. J. Simões)	
38	Predic. nle + 1 + 1 gosto tradicional	1904	João Baptista dos Reis	João Paulo Loureiro Pereira	1973 - não ficou podido de recon- strução.	
39 49471	Oficina, nle + 1 + 1 gosto modernista	1935	arg. J. Teófilo Blanco	Genário Bento Ld.	1964 - ampliação conserva. tipol. gosto inicial.	
41 <u>29146</u>	2 pred. nle, nle + 4 gosto tradicional com elementos déco. contemporâneos	1920	Julio Álvaro Cunha	Alberto Machado	1926 - consolidação conserva. tipol. gosto inicial.	
42	Padrão gosto eclético	1926	Thamuz Gon- çalves Paquet- da	António Pinto	DEMOLODO (1963)	
44	Predic. nle + 4 gosto "anos 40"					

NUMERAÇÃO (folha e nº de obra)	TIPOLOGIA funcional e estética	DATA DE CONSTRUÇÃO	ARQUITECTO e/ou CONSTRUTOR RESPONSÁVEL	PROPRETÁRIO INICIAL	EVENTOS	BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA
5 <u>12981</u>	Prédio, alc + 3 + águas fent- dadas. Gosto tradicional	1906	Antônio Campos	Antônio deus Guerra	Restauração Hidrológica- médica	
6-8 <u>4209</u>	Monachio gosto eclético de referência "casa portuguesa"	1910-12	Fernando Souza	Francisco Nicolau dos Santos	1945 - obras (arg. Vasco Re- galiano-1) DEMOLIDO (1969)	
7						
9-11 <u>4435</u>	Prédio gosto eclético	1913		Abílio Gar- falo Belo	DEMOLIDO (1970)	
10-20 <u>3489</u>	Monachio gosto eclético de referência "casa portuguesa"	1910	Fernando Souza	Guilherme Nicolau dos Santos	DEMOLIDO (1965)	
13-15 <u>4563</u>	Monachio gosto eclético	1913		Antônio de Costa Corre- ia de G.	1927 - amplia- ção (Rene Fou- quet) DEMOLIDO (1970)	
22 <u>5307</u>	Prédio, alc + 4 gosto tradicional	1913		Manuel Ribeiro	DEMOLIDO (1975)	
24 <u>5306</u>	Prédio, alc + 3 + 1 gosto tradicional	1913	Antônio Cathe- rino	Antônio Catharina	DEMOLIDO (1970)	
25-27 <u>4082</u>	Monachio gosto eclético	1922		Agostinho Ferreira, construtor civil	DEMOLIDO (1969)	
29-33 <u>3568</u> arg. M. Santos São, 1944	[ver M. Cuiço d'outubro, 1944]					

PRAÇA DUQUE DE SALDANHA

	PRÉDIOS	MORADIAS	PRÉDIOS-MORA- DIAS	OUTROS	TOTAL
1901-1910	6	3			9
1911-1920	1				1

AVENIDA DA REPÚBLICA

	PRÉDIOS	MORADIAS	PRÉDIOS-MORA- DIAS	OUTROS	TOTAL
1901-1910	29	16	9	2	56
1911-1920	13	10			23
1921-1934	8	6			14
1935-	3	1			4

AVENIDA CINCO DE OUTUBRO

	PRÉDIOS	MORADIAS	PRÉDIOS/MO- RADIAS	OUTROS	TOTAL
1901-1910	4	12			16
1911-1920	34	9		1	44
1921-1934	20	8			28
1935-	5				5

AV. DEFENSORES DE CHAVES

	PRÉDIOS	MORADIAS	PRÉDIOS-MO- RADIAS	OUTROS	TOTAL
1901-1910	9	5	1		15
1911-1920	6	4	2		12
1921-1934	15	10			25
1935-	4				4

AVENIDA PRAIA DA VITÓRIA

A	PRÉDIOS	MORADIAS	PRÉDIOS-MO- RADIAS	OUTROS	TOTAL
1901-1910	5	2			7
1911-1920	2				2
1921-1934	2		1	1	4
1935-	1				1

AVENIDA DUQUE D'ÁVILA

	PRÉDIOS	MORADIAS	PRÉDIOS-MO- RADIAS	OUTROS	TOTAL
1901-1910	9	6	2		17
1911-1920	21	6			27
1921-1934	3	7		1	11
1935-		1			1

AVENIDA YOAŃ CRISÓSTOMO

	PREDIOS	MORADIAS	PREDIOS/NO RADIAS	OUTROS	TOTAL
1900-1910	5	4			9
1911-1920	35	9			44
1921-1934	4				4
1935-	4				4

AVENIDA MIGUEL BOTIBARDA

	PREDIOS	MORADIAS	PREDIOS-NO RADIAS	OUTROS	TOTAL
1901-1910	8	2	1	1	12
1911-1920	16	6	1		23
1921-1934	11	2			13
1935-	1				1

AVENIDA VISCONDE VALMOR

	PREDIOS	MORADIAS	PREDIOS-NO RADIAS	OUTROS	TOTAL
1901-1910	7	1	1	1	10
1911-1920	21			2	23
1921-1934	5				5
1935-	1				

AV. ELIAS GARCIA

	PRÉDIOS	MORADIAS	PRÉDIOS/MO- RADIAS	OUTROS	TOTAL
1901-1910	2	1	1		4
1911-1920	22	6			- 28
1921-1935	5	4			9
1935-					

AVENIDA BARBOSA DO BOCAFE

	PRÉDIOS	MORADIAS	PRÉDIOS-MO- RADIAS	OUTROS	TOTAL
1900-1910	2	1			3
1911-1920	9	2			11
1921-1934	18	8			26
1935-			1		1

AVENIDA DE BERNA

	PRÉDIOS	MORADIAS	PRÉDIOS-MO- RADIAS	OUTROS	TOTAL
1901-1910	4	1			5
1911-1920	7				7
1921-1934	3	6		1	10
1935	3			1	4

AVENIDA YÚLIO DINIS

I	PRÉDIOS	MORADIAS	PRÉDIOS-MO- RADIAS	OUTROS	TOTAL
1901-1910	1	1			2
1911-1920	3	2			5
1921-1934	"	1			1
1935					

Anexo II

Arquitectos, Engenheiros, Condutores de Obras
Públicas e Construtores Cíveis intervenientes
nas Avenidas Novas.

I - Arquitectos

Bastos, Vitor

- Av. da República, nº75 (1917)

Bigaglia, Nicola

- Av. da República, nº7 (1904)
- " " " , nº16 (1907)
- " Cinco de Outubro, nº48 (1904)
- " Defensores de Chaves, nº29 (1906)
- " Duque d'Ávila, nº42 (1906)
- " " " , nº46 (1905)

Branco, Cassiano

- Av. Defensores de Chaves, nº50 (1935-36)

Blanco, J. Sobral

- Av. de Berna, nº39 (1935)

Buvilaque, Luís

- Av. Cinco de Outubro, nº91 (s/d)

Carvalho, Frederico S.

- Av. de Berna, nº52 (1927)

Castro, Rafael da Silva

- Av. Visconde Valmor, nº25 (1910)

Couto, António do

- Av. Cinco de Outubro, nº164 (1924, reconstrução)
- " Defensores de Chaves, nº24 (1911)
- " " " " , nº26 (1925, obras, anexos, decorações interiores)
- " Barbosa du Bocage, nº96 (1919)

Júnior, António Rodrigues Silva

- Av. Cinco de Outubro, nº101 (1925)

Júnior, Joaquim Norte

- Praça Duque de Saldanha, nº11 (1910)
- Avenida da República, nº36 (1906)
- " " " , nº42 (1909)
- " " " , nº50 (1929)
- " " " , nº52 (1928)
- " " " , nº55B(1929)
- " " " , nº71 (1933)
- " " " , nº77 (1908)
- " " " , nº77B(1906)
- " " " , nº81 (1914)
- " " " , nº85 (1916)
- " Cinco de Outubro, nº6 (1905)
- " " " " , nº10(1938)
- " Defensores de Chaves, nº85 (1929)
- " " " " , nº89 (1928)
- " Duque d'Ávila, nº20 (1921)
- " " " , nº28 (1919)
- " " " , nº183(1922)
- " Praia da Vitória, nº2 (1944)
- " Visconde Valmor, nº20 (1908)
- " Elias Garcia, nº54-58 (1928)
- " Barbosa du Bocage, nº12-20 (1931)
- " " " " , nº35 (1931)
- " " " " , nº37 (1931)
- " " " " , 107-109 (1934)
- " de Berna, nº4-6 (1934)

Korrodi, Ernesto

- Av. Defensores de Chaves, nº15 (1915)

Leite, Jorge Pereira

- Av. Cinco de Outubro, nº77 (1908)
- " João Crisóstomo, nº29 (1913)

Lino, Raul

- Praça Duque de Saldanha, nº3 (1902)
- Av. da República, nº57 (1913)
- " " " , nº64 (1904)

Machado, Alvaro

- Av. da República, nº13 (1904)
- " " " , nº45 (1905)
- " Cinco de Outubro, nº56 (1909)

Marques, Tertuliano Lacerda

- Av. Praia da Vitória, nº13-19 (1934)

Monteiro, Porfírio Pardal

- Av. da República, nº49 (1920)
- " " " , nº54 (1928)
- " " " , nº56 (1927)
- " Cinco de Outubro, nº207 (1929)
- " João Crisóstomo, nº68 (1948)

Nogueira, Miguel

- Av. da República, nº23 (1911)
- " Cinco de Outubro, nº24 (1911)
- " " " " , 158 (1915)
- Rua das Picoas, nº12 (1911)

Piloto, Vitor M.

- Av. da República, nº110
- " de Berna nº24 (1931)

Porto, V.H.de Sampaio

- Av. da República, nº30 (1924)

Ramos, Carlos

- Av. Cinco de Outubro, nº12 (1940-43)

Santos, José

- Av. Miguel Bombarda, nº20 (1905)

Silva, António Marques

- Av. Cinco de Outubro, nº87 (1929)
- " Barbosa du Bocage, nº11 (1931)
- " " " " , nº39 (1932)

Silva, Luís Cristino

- Av. Barbosa du Bocage, nº62 (1939)

Tavares, Edmundo

- Av. da República, nº93 (1919)
- " Duque d'Ávila, nº24 (1919)

Telmo, Cottinelli

- Av. da República, nº99 (1946)

Terra, Miguel Ventura

- Av. da República, nº38 (1905)
- " Cinco de Outubro, nº1 (1904)

Tojal, Raul

- Av. da República, nº48 (1942)

II- Engenheiros, Condutores de Obras Públicas e Construtores Cíveis*

Amaral, Ávila

- Av. Defensores de Chaves, nº1 (1929)
- " " " " , nº46 (1929)
- " " " " , nº61 (1931)
- " " " " , nº62 (1930)
- " " " " , nº97 (1930)
- " " " " , nº99 (1934)
- " Elias Garcia, nº18 (1934)
- " Barbosa du Bocage, nº15 (1931)
- " " " " , nº19 (1931-32)
- " " " " , nº27 (1933)

Ataíde, Henrique Augusto

- Av. Duque d'Ávila, nº45 (1927)

Bettencourt, Jacinto

- Av. da República, nº56 (1941)
- " Cinco de Outubro, nº16 (1938)
- " Defensores de Chaves, nº43 (1940)
- " " " " , nº61 (1942)
- " Barbosa du Bocage, nº9 (1931)
- " de Berna nº33 (1930)

Dinis, J. Paiva

- Av. da República, nº65 (1917)

Freitas, Paulo de Almeida

- Av. João Crisóstomo, nº25 (1943)

Gomes, Manuel

- Av. da República, nº72 (1926)
- " Defensores de Chaves, nº59 (1941)
- " Praia da Vitória, nº11 (1930)
- " Miguel Bombarda, nº60 (1928)
- " " " " , nº113 (1929)
- " " " " , 147 (1926)
- " Barbosa du Bocage, nº7 (1930)
- " de Berna, nº21 (1942)
- " " " " , nº54 (1924)
- " " " " , nº158 (1927)

* apenas os construtores civis que assinam os projectos sem assumirem a responsabilidade concreta das obras.

Machado, Artur Júlio

- Av. da República, nº10 (1905)
- " " " , nº24 (1907)

Madeira, Manuel Gonçalves

- Av. Duque d'Ávila, nº185-203 (1928)

Martinho, Pedro Carvalheiro

- Av. Praia da Vitória, nº7-9 (1930)

Motta, Silvestre

- Av. Defensores de Chaves, nº58 (1929)

Nogueira, Augusto Melo

- Av. Defensores de Chaves, nº4 (1929)

Oliveira, Fernando Iglésias de

- Av. Cinco de Outubro, nº95 (1925)
- " Defensores de Chaves, nº81 (1930)
- " " " " , nº83 (1930)

Oliveira, Pinto de

- Av. Duque d'Ávila, nº205 (1935)

Prieto, José Rodrigues

- Av. da República, nº87 (1906)
- " " " , nº89 (1909)

Reynaldo, Luís Ernesto

- Av. Cinco de Outubro, nº94 (1928)
- " " " " , nº123 (1924-28)

Robalo, Jacinto Marques

- Av. Cinco de Outubro, nº153 (1930)
- " " " " , nº180 (1937)
- " Defensores de Chaves, nº14 (1934)
- " " " " , nº44 (1929)
- " " " " , nº54 (1933)
- " " " " , nº61 (1931)
- " " " " , nº62 (1930)
- " " " " , nº75 (1930)
- " " " " , nº87 (1932)
- " " " " , nº93 (1930)
- " João Crisóstomo, nº89 (1922)
- " Miguel Bombarda, nº80 (1923)
- " Barbosa du Bocage, nº33 (1931)
- " " " " , nº111 (1934)

Touzet, René

- Av. Elias Garcia, nº44 (1930)

III- Construtores *

Almeida, António Travassos

- Av. Cinco de Outubro, nº128 (1919)
- " " " , nº200 (1920-22)
- " Defensores de Chaves, nº97 (1930) (com eng.A.Amaral)
- " Miguel Bombarda, nº88-98 (1920)
- " " " , nº100 (1922)
- " " " , nº106 (1921)
- " " " , nº113-117 (1929)
- " " " , nº145 (1932) (com eng.Manuel Gomes)
- " de Berna, nº54 (1924) (com eng.Manuel Gomes)
- " " " , nº62 (1928)

Amaral, Manuel da Costa Pinto do

- Av. da República, nº34 (1916)
- " Duque d'Ávila, nº82 (1920)
- " " " , nº86 (1918)
- " Defensores de Chaves, nº26 (1917)
- " Miguel Bombarda, nº46 (1919)
- " Visconde Valmor, nº21 (1913)
- " " " , nº55 (1918)
- " Elias Garcia, nº89 (1913)
- " " " , nº93 (1913)
- " " " , nº143-45 (1920-22)
- " de Berna, nº13 (1916)

Amaro, Abel

- Av. da República, nº78 (1922)
- " Duque d'Ávila, nº92 (1917)
- " João Crisóstomo, nº75 (1914)
- " " " , nº81 (1914)
- " de Berna, nº48 (1927) (com A.L.Belém, assinam projecto)

Baracho, G.F.

- Av. da República, nº59 (1907)
- " Cinco de Outubro, nº61 (1905)

*Indicam-se apenas os construtores civis de que se identificaram pelo menos duas obras.

Barros, José Seabra de

- Av. da República, nº93 (1919) (arq.Edmundo Tavares)
- " " , nº106 (1919)
- " Cinco de Outubro, nº124 (1918)
- " " " " , nº162 (1929)
- " " " " , nº174 (1919)
- " " " " , nº186 (1919)
- " " " " , nº323 (1929)
- " Miguel Bombarda, nº134 (1922-24)
- " " " , nº165 (1920)

Barruncho, G.F.

- Av. da República, nº45 (1905) (arq.Alvaro Machado)
- " " , nº57 (1913) (arq.Raul Lino)

Belém, António Luís

- Av. Defensores de Chaves, nº91 (1929) (assina projecto)
- " de Berna, nº7 (1914)
- " " , nº8 (1924)

Campos, Abílio Pereira

- Av. Cinco de Outubro, nº279-283 (1921-26)
- " " " , nº295-99 (1925) (assina projecto)

Cancela, João António

- Av. da República, nº28 (1905)
- " Praiada Vitória, nº8 (1910)

Carvalho, Alfredo de

- Av. Duque d'Ávila, nº22 (1919) (arq.Ed.Tavares)
- " " " , nº60 (1919)
- " " " , nº64 (1919)
- " " " , nº66 (1919)
- " " " , nº72 (1917)
- " " " , nº102 (1918)
- " " " , nº104 (1917)
- Av. Cinco de Outubro, nº23 (1920)
- " " " , nº248 (1920)
- " João Crisóstomo, nº47 (1919) (imposta consolidação)
- " Visconde Valmor, nº57 (1917) (" ")

Carvalho, Hermano de

- Av. da República, nº62 (1906)
- " Cinco de Outubro, nº2 (1904)

Castro, João A. de

- Av. Cinco de Outubro, nº13 (1919)
- " João Crisóstomo, nº46 (1917)
- " Defensores de Chaves, nº58 (1929) (projecto de S. Motta)

Catarino, Manuel

- Praça Duque de Saldanha, nº11 (1915)
- Av. Praia da Vitória, nº37-41 (1912)
- " Cinco de Outubro, nº123 (1924-28) (projecto de L. E. Reinaldo)
- " Defensores de Chaves, nº20 e 22 (1912)
- " Duque d'Ávila, nº125 (1912)

Correia, Júlio Álvaro

- Av. da República, nº92-94 e 96 (1919)
- " Cinco de Outubro, nº127 (1922)
- " Miguel Bombarda, nº141 (1920)
- " Barbosa du Bocage, nº103 (1921-25)
- " de Berna nº41 (1920)

Cruz, João Maria da

- Av. da República, nº108 (1919)
- " João Crisóstomo, nº74 (1918)

Cruz, Liberato da

- Av. Cinco de Outubro, nº285 (1920)
- " " " , nº289 (1921-27)

Cunha, Augusto Carlos

- Praça Duque de Saldanha, nº9-10 (1902)
- Av. da República, nº2 (1907)
- " " , nº39 (1904)
- " " , nº51 (1905)
- " Defensores de Chaves, nº6-8 (1913) (assina Mem. Descritiva)

Domingos, Bruno

- Av. Defensores de Chaves, nº1 (1929)
- " Miguel Bombarda, nº124 (1922)
- " " " , nº130 (1925) (é proprietário)

Duarte, Carlos Silva

- Av. Duque d'Ávila, nº94 (1917)
- " " " , nº114 (1916)
- " João Crisóstomo, nº42 (1917)

Duque, Manuel Pinheiro

- Av. Cinco de Outubro, nº317 (1920)
- " Praia da Vitória, nº33 (1912)
- " João Crisóstomo, nº91 (1922)
- " Barbosa du Bocage, nº102-106 (1922)

Faria, João Manuel dos Santos

- Av. da República, nº97(1922) (é proprietário)
- " Duque d'Ávila, nº20 (1921) (arq.Norte Júnior)
- " " " , nº47 (1931)
- " Cinco de Outubro, nº35 (1929)
- " " " , nº37 (1923)
- " " " , nº147(1930) (com J.Robalo)

Frazão, Sebastião Ignácio

- Av. da República, nº81 (1914) (arq.Norte Júnior)
- " Miguel Bomabrdá, nº42-46 (1913)

Gaspar, António

- Av. da República, nº9-11 (1904)
- " " , nº20 (1903-05)
- " " , nº22 (1903-04)
- " " , nº27 (1904)
- " " , nº29 e 31 (1904-05)
- " " , nº33 (1902)
- " Miguel Bombarda, nº23 (1905)
- " Barbosa du Bocage, nº76-84 (1906)
- " de Berna, nº34 (1903)
- " " , nº36 (1903)
- " Júlio Dinis, nº5 (1906)

Gomes, António

- Av. Elias Garcia, nº136-144 (1920-23) (é coproprietário)
- " Barbosa du Bocage, nº108-118 (1927)

Guerra, José Joaquim

- Av. da República, nº61 (1908)
- " " , nº67 (1907) (é coproprietário)
- " Praia da Vitória, nº22 (1910)
- " Duque d'Ávila, nº167 (1913)
- " João Crisóstomo, nº20 (1905)
- " " " , nº29(1913) (arq.Jorge P. Leite)
- " Visconde Valmor, nº38 (1908)
- " Barbosa du Bocage, nº86(1908) (é coproprietário)

José, Zeferino

- Av. Cinco de Outubro, nº158 (1915) (arg. M.Nogueira)
- " " " , nº175-189 (1913 e 1926)
- " Duque d'Ávila, nº110 (1917)
- " " " , nº112 (1917)
- " João Crisóstomo, nº51-53 (1913)
- " " " , nº55 (1913)
- " Barbosa du Bocage, nº83 e 85 (1914)

Júnior, José Maria Simões

- Av. Miguel Bombarda, nº161 (1912)
- " " " , nº163 (1912)

Lima, Zacharias Gomes de

- Av. Duque d'Ávila, nº58 (1914)
- " Miguel Bombarda, nº35 (1909)

Macieira, Joaquim Luís

- Av. da República, nº74 (1921)
- " Miguel Bombarda, nº150 (1922)

Martinho, João Vicente

- Av. Cinco de Outubro, nº84 (1912) (é proprietário)
- " " " , nº108(1915)
- " Duque d'Ávila, nº122 (1913)
- " Visconde de Valmor, nº33-35 (1913)
- " " " , nº34 (1914)
- " " " , nº41 (1913) (é proprietário)

Mendes, João Baptista

- Av. Cinco de Outubro, nº97 (1925) (assina projecto)
- " Elias Garcia, nº78 (1926) (" ")

Militão, José Gomes

- Av. da República, nº100 (1905)
- " Cinco de Outubro, nº51 (1905)

Mineiro, Augusto Alves

- Av. Cinco de Outubro, nº168(1916)
- " " " , nº184(1918)
- " " " , nº192(1920-22)
- " " " , nº198(1919)
- " Visconde Valmor, nº54 (1918)
- " " " , nº60 (1919)
- " Elias Garcia, nº107-121 (1920)
- " Barbosa du Bocage, nº58-60 (1929)

Miranda, José Maria Francisco

- Av. da República, nº14 (1903) (é proprietário)
- " " , nº43 (s/d) (")
- " Defensores de Chaves, nº39 (1910) (")
- " João Crisóstomo, nº21 (1907)
- " Miguel Bomabarda, nº24-34 (1909) (")

Nobre, Artur José

- Av. da República, nº65 (projecto de J. Paiva Dinis)
- " " , nº80 (1921)
- " Cinco de Outubro, nº17-19 (1928)
- " " " , nº74-82 (1914)
- " " " , nº273 (1920-26)
- " Duque d'Ávila, nº116 (1917)
- " João Crisóstomo, nº45 (1919)
- " Visconde Valmor, nº28 (1915)
- " Elias Garcia, nº69-75 (1818)

Nunes, Manuel Paulo

- Av. Cinco de Outubro, nº96 (1928)
- " " " , nº186 (1928)
- " " " , nº269 (1928)
- " " " , nº291 (1920)
- " Miguel Bomabarda, nº143 (1918)
- " Visconde Valmor, nº40 (1928) (assina projecto)
- " Barbosa du Bocage, nº52-56 (1928)

Oliveira, Manuel d'

- Av. da República, nº12 (1901) (é proprietário)
- " Duque d'Ávila, nº49 (1910)
- " Defensores de Chaves, nº53 (1911)

Pedrosa, António

- Praça Duque de Saldanha, nº12, 1910 (arq. N. Júnior)
- Av. da República, nº19 (1909)
- " Cinco de Outubro, nº24 (1911) (arq. M. Nogueira)
- " Defensores de Chaves, nº37 (1908)
- " Praia da Vitória, nº30-40 (1909)

Peixoto, António Nunes

- Av. Defensores de Chaves, nº71 (1926)
- " " " , nº79 (1927) (assina projecto)
- " João Crisóstomo, nº56 (1917) (1923:consolidação)
- " " " , nº61 (1913) (é coproprietário)

Pereira, Henrique Lucas

- Av. da República, nº77(1906) (arq.Norte Júnior)
- " " , nº79(1908)
- " Defensores de Chaves, nº51 (1908) (com F.ConceiçãoR.)

Pires, José Francisco

- Av. da República, nº84 (1918)
- " João Crisóstomo, nº44 (1918)
- " " " , nº70-72 (1918)
- " Miguel Bombarda, nº54 (1917)
- " Visconde Valmor, nº59 (1920)
- " Elias Garcia, nº82-84 (1917)
- " Barbosa du Bocage, nº65-67 (1917)

Reis, João Baptista dos

- Av. Duque d'Ávila, nº139-141 (1906)
- " de Berna, nº38 (1904)

Rocha, Manuel Avelino da

- Av. da República, nºs4,6,9,11,27(1904) (é proprietário)
- " " , nº29-31 (1904-05)
- " Duque d'Ávila, nº113 (1904) (é proprietário)
- " João Crisóstomo, nº26(1904) (" ")
- " Miguel Bombarda, nº25-27 (1907) (")

Rodrigues, Fernando da Conceição

- Av. Visconde Valmor, nº20 (1908) (arq.Norte Júnior)
- " Elias Garcia, nº106 (1920)

ROdrigues, Francisco de Sousa

- Av. Cinco de Outubro, nº63 (1910)
- " João Crisóstomo, nº35 (1913)

Rodrigues, José Machado

- Av. da República, nº91 (1931) (assina projecto)
- " Cinco de Outubro, nº193(1930) (com J.Robalo)

Santos, António Pedro dos

- Av. João Crisóstomo, nº13 (1908) (assina projecto)
- " Elias Garcia, nº57 (1909)

Santos, António Pio

- Av. da República, nº10(1905)(projecto deArtur j.Machado)
- " " , nº87(1906)(" de J.R.Prieto)
- " Cinco de Outubro, nº53 (1905)
- " Praia da Vitória, nº42 (1906)

Santos, Antônio Pio

- Av. Miguel Bombarda, nº16-18 (1904)
- " " " , nº47 (1906)
- " de Berna, nº30 (1905)

Santos, Antônio dos

- Av. João Crisóstomo, nº41-43 (1913)
- " " " , nº143 (1914)
- " de Berna, nº54 (1924) (eng. Manuel Gomes)
- " " , nº62 (1928)

Santos, Joaquim dos

- Av. da República, nº77 (1908) (projecto de N. Júnior)
- " " , nº95 (1909)
- " Duque d'Ávila, nº26 (1920) (coproprietário)

Sebolla, João Rodrigues

- Praça Duque de Saldanha, nº28 (1902-1906)
- Av. da República, nº2 (1902)
- " " , nº18 (1906)
- " " , nº63 (1906)
- " Visconde Valmor, nº18 (1908)

Sequeira, João Maria

- Av. da República, nº32 (1905)
- " Cinco de Outubro, nº28 (1906)

Serzedello, Domingos

- Av. da República, nº55 (1912) (é proprietário)
- " Cinco de Outubro, nº65-69 (1919-25) (com R.Touzê)

Silva, Eduardo

- Av. João Crisóstomo, nº69 (1914)
- " Visconde Valmor, nº23 (1913)

Silva, Joaquim da

- Praça Duque de Saldanha, nº4-8 (1906)
- Av. da República, nº21 (1907)
- " " , nº43
- " " , nº60 (1909)
- " Cinco de Outubro, nº52 (1906)
- " de Berna, nº10 (1910)
- " Cinco de Outubro, nº295-299 (1915) (assina projecto)

Silva, José da

- Av. da República, nº37 (1917) (1º projecto)
- " " , nº44 (1904)
- " Duque d'Ávila, nº84 (1920)
- " " " , nº171 (1919)
- " Visconde Valmor, nº40 (1928) (projecto Manual P. Nunes)
- " " " , nº49-51 (1913)
- " Elias Garcia, nº78 (1926) (com J. Baptista Mendes)
- " Barbosa du Bocage, nº101 (1926)

Soares, Fernando

- Av. da República, nº40 (1911)
- " " , nº60 (1910) (2º projecto)
- " Praia da Vitória, nº14 (1910) (assina projecto)
- " Júlio Dinis, nº6-8 (1910-12)
- " " " , nº10-20 (1910)

Soares, Guilherme d'Anunciação

- Av. Cinco de Outubro, nº36 (1913)
- " " " , nº71 (1909)
- " Duque d'Ávila, nº185-203 (1928)
- " João Crisóstomo, nº67 (1914)

Soares, João Amaro

- Av. Defensores de Chaves, nº31 (1906)
- " Duque d'Ávila, nº14-18 (1906)

Sousa, José Tomás

- Av. da República, nº15 (1919)
- " Cinco de Outubro, nº100 (1914)
- " " " , nº309 (1920)
- " " " , nº319 (1920)
- " " " , nº321 (1921)
- " João Crisóstomo, nº57 (1913)
- " " " , nº59 (1913)
- " Miguel Bombarda, nº52 (1918)
- " Elias Garcia, nº112-118 (1920)

Tojal, Diamantino

- Av. da República, nº54 (1928) (arg. Pardal Monteiro)
- " Cinco de Outubro, nº107 (1925)

Tojal, Joaquim Francisco

- Av. da República, nº23 (1911) (arq. Miguel Nogueira)
- " " , nº46 (1906)
- " " , nº85 (1916) (arq. Norte Júnior)
- " Defensores de Chaves, nº2 (1908)
- " " " , nº28 (1909)
- " " " , nº41 (1908)
- " Praia da Vitória, nº16-20 (1910)
- " Duque d'Ávila, nº63 (1910)
- " " " , nº73 (1905)
- " " " , nº79 (1905) (é proprietário)
- " " " , nº129 e 135 (1908)
- " " " , nº143 (1907)

Torres, António Pedro

- Av. João Crisóstomo, nº65-87 (1914)
- " Cinco de Outubro, nº55-59 (1906)

Anexo III

Nota sobre Frederico Ressano Garcia

Sem que tenhamos realizado uma investigação específica exaustiva, as três notas biográficas sobre o engenheiro Frederico Ressano Garcia que aqui reunimos documentam suficientemente a visão que o criador da Lisboa das Avenidas Novas deixou nos homens do seu tempo. Minuciosamente descritiva a de Portugal, Dicionário Histórico(...), brilhantemente breve a de Portugal à 1ª Exposition, respeitosamente evocativa a da Ilustração Portuguesa, publicada aquando da sua morte, todas convergem em salientar o que certamente foram as qualidades maiores do homem: o gosto do trabalho, o entusiasmo pela sua profissão nova e civilizadora, o rigor de uma carreira conquistada nas numerosas provas documentais a que se submeteu. Ainda uma certa auréola de heroicidade algo romântica pela sua juvenil participação na defesa de Paris em 1870. E, finalmente, os trunfos merecidos, traduzidos nos cargos desempenhados na vida política, na aquisição do Parilato e, muito particularmente, na divulgação do seu nome que baptizou a grande Avenida da cidade nova.

Doc. 20
21
22

Todavia, sabemos que no desenrolar da história nem sempre Ressano Garcia colheu louvores. Recordaremos, por exemplo, a já citada polémica que o opôs à Comissão Administrativa da Câmara Municipal em 1907 e que, por iniciativa do vereador Mário Pinheiro Chagas, conduziu mesmo à sua demissão compulsiva que, na prática, parece no entanto não se ter verificado. Então o seu opositor apresentou, com evidente intenção, a grandiosa lista de cargos desempenhados pelo Engenheiro-Chefe da Câmara Municipal que justificaria a sua não "assiduidade que é de exigir num tal cargo". Acusação que deveremos considerar grandemente injusta, tal como ele própria a considerou, dirigida a um empregado que "(...) se sacrificou pelo Município e cujas funções se exerciam cumulativamente nas Repartições internas da Câmara e nas variadas obras a cargo da 3ª Repartição (1) e que então, a quatro anos da morte, padecia "de crises dolorosas e perturbações dispécticas que me obrigavam a dieta láctea absoluta" (1).

Doc. 23

De modo mais ligeiro e sem preocupações de justificação, também Rafael Bordalo Pinheiro parece não ter sido grande ad-

345
1
Ilust.246
mirador de Ressano Garcia, homem político: nos anos de 1897 e 1898 em que é Ministro da Fazenda de José Luciano de Castro, é diversas vezes glosado, com a evidente intenção de o mostrar bem envolvido e comprometido no meio corrupto e sem horizontes da política nacional em que Burnay continuava a imperar.

Tendo já destacado a sua obra urbanística no decurso do nosso trabalho, parece-nos que também acerca da sua personalidade política valerá a pena recordar um dos seus últimos, senão o último discurso proferido em 1908,⁽¹⁾ na Câmara dos Pares. A propósito do Franquismo a que sempre se opusera afirma que "a revolta do poder tem o povo o sagrado direito de responder com a revolta na rua". Interrogar-se-á depois sobre a "concentração monárquica" que governava após o assassinato do rei: "sem rumo nem norte qual navio sem governo no mar agitado pelo temporal onde é que nos levará?". O velho engenheiro que recusara quase quarenta anos antes participar na Comuna por considerar que os estrangeiros não podiam envolver-se numa guerra civil, vê-se, no fim da vida, de novo espectador da história que pressentia passar, mas agora no seu próprio país, na sua cidade onde nascera e ia morrer e que, entretanto, quisera promover à civilização. Viverá ainda o suficiente para assistir à mudança de nome da sua Avenida, o que talvez intimamente apoiasse, homem pragmático que sabia quanto a era da técnica destronava os homens. Os reis como os conselheiros. Afinal o que ficava era a obra concreta, os corpos audazes das novas Avenidas de pele macadamizada.

1. Ver Actas das Sessões da Comissão Administrativa, C.M.L., 5/12/1907, pag.446 a 451 e 19/12/1907.
2. Ver A Lista Civil, discursos do Par do Reino Frederico Ressano Garcia, nas sessões de 29/7 e de 3 e 22/8/1908, Câmara dos Dignos Pares do Reino, Lisboa, Imprensa Nacional, 1909.

BIBLIOGRAFIA

I - Autores estrangeiros

ALEXANDER, Christopher e outros

Urbanismo y participación el caso de la Universidad de Oregón, Barcelona, Ed. Gustavo Gili, 1978.

AYMONINO, Carlo

Lo studio dei fenomeni urbani, Roma, Officina Edizioni, 1977.

BARTHES, Roland

"Semiologia e Urbanística", conferência, publicada in Arquitectura, 3ª Série, nº105-106, 1968.

BENEVOLO, Leonardo

History of modern architecture, 2 volumes, London, Rontledge & Kegan Paul, 1971.

Diseño de la ciudad, 5- El arte y la ciudad contemporanea, Barcelona, ed. Gustavo Gili, 1977.

CHASTEL, André

"L'homme de la ville et l'horizon urbain" in Medécine de France, nº214, Julho, 1970, pag.52-54.

CHOAY, Françoise

La règle et le modèle, sur la théorie de l'architecture et de l'urbanisme, Paris, ed. du Seuil, 1980.

L'urbanisme, utopies et réalités, une antologie, Paris, Ed. du Seuil, 1965.

CULLEN, Gordon

El paisaje urbano, tratado de estética urbanística, Barcelona, Ed. Blume, 1974.

ECO, Umberto

La estructura ausente, introducción à la semiótica, Barcelona, Ed. Lumen, 1972.

FRANCASTEL, Pierre

Arte e Técnica nos séculos XIX e XX, Lisboa, Ed. Livros do Brasil, s/d (1963).

GIEDION, S.

Espace, temps, architecture, Paris, Denöel/Gonthier, 1978.

JENCKS, Charles

The language of post modern architecture, London, Academy Editions, 1978.

Mouvements modernes en architecture, Bruxelles, Pierre Mardaga ed., s/d (1ª ed. 1973).

KUBLER, George

Formes du temps, Paris, Ed.Champ Libre, 1973.

LINCH, Kevin

L'image de la cité, Paris, Dunod, 1976.

NAGY, Sibyl Moholy

Urbanismo y sociedad, História ilustrada de la evolución de la ciudad, Barcelona, Ed. Blume, 1970.

NORBERG-SCHULZ, Christian

Existence, Space & Architecture, Londres, Studio Vista, 1971.

La signification dans l'architecture occidentale, Bruxelles, Pierre Mardaga ed., 1977.

PEHNT, Wolfgang

Expressionist architecture, Londres, Thames and Hudson, 1973.

PORTOGHESI, Paolo

Depois da arquitectura moderna, Lisboa, ed. 70, 1982.

La présence de l'histoire, L'après modernisme, Catalogue, Festival d'automne à Paris, La Biennale di Venezia, Paris, L'équerre, 1981.

RASMUSSEN, Steen Eiler

Architetture e città, Milão, Gabriele Mazzotta ed., 1969.

ROWLAND, Kurt

The shape of towns, Oxford, Ginn and Company Ltd, 1975.

SICA, Paolo

Storia dell'urbanistica, 4 volumes, Roma, Ed. Laterza, 1977.

TAFURI, Manfredo

Teorias e História da Arquitectura, Lisboa, ed. Presença, 1979.

VAGO, P. e outros

"Doctrines" in L'Architecture d'aujourd'hui, nº158, 1971.

VÁRIOS

Art Nouveau, Arts and Crafts, Modern Style, Secession, Paris, Academy Ed., 1980.

VENTURI, Robert

De l'ambiguïté en architecture, Paris, Dunod, 1976.

VENTURI, Robert e outros

Aprendiendo de Las Vegas, El simbolismo olvidado de la forma arquitectónica, Barcelona, Ed. Gustavo Gili, 1978.

846

La ville n'est pas un lieu, Révue d'Esthétique, nº3-4, Paris, Union Générale d'ed., 1977.

ZEVI, Bruno

Apprendre à voir l'architecture, Paris, Les ed.s Minuit, 1959.

História da Arquitectura Moderna, 2 volumes, Lisboa, Ed. Arcádia, 1970.

Le langage moderne de l'architecture, Paris, Dunod, 1981.

II - E Autores portugueses

A.B.C., revista, 1920-1927.

ACÁCIO, Abel

"A arte architectónica em Portugal" in Museu Ilustrado, 1878, pag.103-108.

Anuário Comercial de Portugal, 1930, Oficina tipográfica da Empresa do Anuário, 1930, pag.1019 e 1242.

ABRANTES, António Emídio

Elementos para o estudo do plano de urbanização da cidade de Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1938.

ACCHIAIUOLI, Margarida

Os cinemas de Lisboa, um fenómeno urbano do século XX, Tese de Mestrado em História de Arte, Universidade Nova de Lisboa, 1982.

ALMEIDA, J.V.Fialho de

Os Gatos, volume VI (1889-1892), edição revista e prefaciada por Costa Pimpão, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1947-1951.

Lisboa Monumental, Câmara Municipal de Lisboa, 1957 (pb., pela primeira vez, in Ilustração Portuguesa, 29/10 e 19/11/1906, recolhido no volume póstumo Barbear, Pentear, 1911).

Vida errante (livro póstumo), Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1925.

ALMEIDA, Mário de

Cidade formiga, Lisboa, Empresa Lusitana, 1918.

Lisboa do romantismo, Lisboa, Rodrigues e C.^a Livreiros, 1917.

ALMEIDA, Pedro Vieira

"Raul Lino, arquitecto moderno", in Raul Lino, Exposição retrospectiva da sua obra, catálogo, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, Outubro/Novembro, 1970.

ALMEIDA, Virgínia de Castro e

Como devo governar a minha casa, modificação e adaptação do livro italiano de C.Ferraris Tambarini, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1906.

AMEAL, João

Noctívagos, scenas da vida lisboeta, Coimbra, Oficinas Lumen, 1924.

ANDRESON, João

Para uma cidade mais humana, Porto, 1962.

Annaes do Município de Lisboa nos anos de 1856 a 1859, nº39-1859, Câmara Municipal de Lisboa, 1859.

António Maria, jornal, 1896-1898.

Anuário da Sociedade dos Architectos Portuguezes, 1905-1911.

ARAÚJO, Norberto

Peregrinações em Lisboa, livro XIV, 3º volume, Lisboa, Parceria A.M. Pereira, s/d (1938-39).

ARCHER, Maria

Aristocratas, Lisboa, Ed.Avis, s/d (1945?)

Eu e elas, apontamentos de romancista, Lisboa, Ed.Avis, 1945.

ARGUS e Comp.a

Lisboa à vol d'oiseau, Lisboa, Tipografia Portuguesa, 1882.

Arquitectura, revista, 1927-

A Arquitectura Portuguesa, revista, 1ª Série: 1908-1925; 2ª Série: 1929-1938.

Arte & Vida, Revista d'arte, crítica e sciencia, 1904.

ATHAÍDE, Maria da Graça

Uma vida qualquer I-Quando o tempo era rio, Lisboa, Ed.Pax, s/d.

BAIRRADA, Eduardo Martins

"Antecedentes da A.N.B.A. no Prémio Valmor de Arquitectura da cidade de Lisboa. Académicos-arquitectos no seu júri (documentação inédita, 1902-1935)" in Belas-Artes, Revista e Boletim da A.N.B.A., 3ª Série, nºs 4-6, Lisboa, 1982-84.

BAIRRADA, Eduardo Martins

Arquitecto Rosendo Carvalheira (1863-1919) um filho adoptivo de Alexandre Herculano na arte de construir, Lisboa, 1981.

BASTOS, J.T. da Silva

"A Casa dos Patudos" in Ilustração Portuguesa, 23/7/1906.
Perfis de intelectuais (visitas e passeios), Lisboa, Tipografia do Anuário Comercial, 1908.

BERMUDES, A.R. Adães

"Carta" (sobre o Parque Eduardo VII, resposta à entrevista com Diogo Peres, engenheiro-chefe da 3ª Repartição) in A Capital, 17/5/1912.

Projecto para a organização d'uma sociedade promotora de habitações económicas destinadas às classes laboriosas e menos abastadas, Lisboa, 1897.

BLASCO, Mercedes

Tagarelices, Lisboa, Liv. Aillaud e Bertrand, s/d.

Vagabunda, Lisboa, J. Rodrigues & C.ª Ed.s, 1920.

Boletim da Associação dos Condutores de Obras Públicas, 1897-1913.

Boletim da Real Associação dos Architectos e Archeólogos Portugueses, tomo VIII, 1898.

Boletim da Sociedade Propaganda de Portugal, 1906.

BRITO, F. Nogueira de

Roteiro ilustrado de Lisboa e arredores, Lisboa, Ed. do Guia de Portugal Artístico, 1935.

BRITO, Raquel Soeiro de

Lisboa esboço geográfico, separata do Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa, 3ª Série, nº 82, 1976.

BRUN, André

O condado do Redondo, Lisboa, Livraria Popular de Francisco Franco, 1929.

Os meus domingos, 2ª Série, Lisboa, Livraria Guimarães Editores, 1925.

Praxêdes, mulher e filhos, cadastro de uma família lisboeta, Lisboa, Guimarães e C.ª, 1916.

CABRAL, Manuel Villaverde

Portugal na alvorada do século XX, Lisboa, A Regra de Jogo, 1979.

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Actas das Sessões da Comissão Executiva da Câmara Municipal, Lisboa, Câmara Municipal, 1888-1889, 1914-1926.

Actas das Sessões da Comissão Municipal, Lisboa, Câmara Municipal, 1892-1895.

Actas das Sessões da Comissão Administrativa da Câmara Municipal, Lisboa, Câmara Municipal, 1891, 1901-1903, 1908, 1918 e 1926.

Actas das Sessões, Lisboa, Câmara Municipal, 1888-1890, 1892-1900, 1904-1917, 1919-1922 e 1925.

Boletim da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, Câmara Municipal, 1927-1933.

Boletim da Câmara Municipal de Lisboa, ano X, nº505 (Sessão da Comissão Administrativa realizada em 20/8/1936), Lisboa, Câmara Municipal, 1936.

Contrato celebrado com Mr. Henri Lusseau em 7 de Fevereiro de 1895 para a construção do Parque da Liberdade e das Ruas da 1ª zona. Pareceres e mais documentos relativos a este assumpto, Lisboa, Imprensa Nacional, 1895.

Parque da Liberdade, Memória descritiva que acompanha o novo projecto do Parque da Liberdade elaborado pela 2ª Repartição do Serviço Geral de Obras Públicas da Câmara Municipal, Lisboa, Imprensa Nacional, 1901.

Carta de Lei de 18 de Julho de 1885 aprovando a reforma administrativa do Município de Lisboa, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886.

Bases para a construção do Hotel-Palace no Parque Eduardo VII (aprovadas em Sessão de 10/1/1929), Lisboa, Câmara Municipal, 1929.

CHAGAS, João

Homens e factos, Coimbra, França-Amado Ed., 1905.

A Construção, órgão dos mestres da construção civil, 1893-1899.

A Construção, propriedade da Cooperativa Geral dos industriais da Construção Civil, 1938-1940.

A Construção Moderna, revista, 1900-1919.

Diário da Câmara dos Senhores Deputados, ano 1888.

Diário da Câmara dos Dignos Pares, ano 1888.

CÂNCIO, Francisco

Coisas e loisas de Lisboa antiga, s/l., 1951.

CASTELO-BRANCO, Fernando

Breve história da Olissipografia, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1980.

DIAS, Augusto Costa

A crise da consciência pequeno-burguesa I-O nacionalismo literário da geração de 90, Lisboa, Portugália, 1962.

DIAS, Carlos Malheiro

Cartas de Lisboa, 1ª Série (1904), Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1905.

Em redor de um grande drama, subsídios para a História da da Sociedade Portuguesa, 1909-1911, Lisboa, Liv. Aillaud & Bertrand, s/d.

DIAS, Manuel Graça

"Amar Lisboa" in Expresso-Revista, 20/8/1983.

Depois do Modernismo, Catálogo, Lisboa, S.N.B.A., 7 a 30 de Janeiro, 1983.

Engenharia e Arquitectura, revista, s/d (1891?)

Estatutos da Companhia de Crédito Edificadora Portuguesa, Lisboa, Imprensa de J.G. de Sousa Neves, 1874.

Estudo e proposta da minoria socialista acerca da transformação da vida citadina nos seus aspectos de trabalho, comunicação, habitação, estudo, higiene, moral e economia, Lisboa, 1919.

Europa, revista, 1925.

Exposição comemorativa do cinquentenário do falecimento de Rosa Araújo, Catálogo, Lisboa, Câmara Municipal, 1943.

Exposição comemorativa do cinquentenário do Prémio Valmor, Catálogo, Lisboa, Palácio Galveias, Câmara Municipal, 1952.

FERNANDES, José Manuel

"Alguns apontamentos sobre urbanismo alfacinha (da Baixa ao Campo Grande, do século XVIII ao século XX)" in Arquitectura, nº138, ano II (4ª Série), Outubro, 1980, pag. 40-49.

"Dois aspectos de Lisboa" in Expresso-Revista, 20/8/1983.

"Efêmero Prazer Arquitectura", in Sema, ano 1, nº2, 1979.

FERNANDES, José Manuel

"Para o estudo da arquitectura modernista em Portugal" in Arquitectura, 4ª Série, nºs 132, 133, 137, 138, 1979-1980.

"Quem quer regressar ao urbano?" in Expresso-Revista, 20/8/1983.

"Prémios de arquitectura em Lisboa", in Arquitectura, nº 139, 1980.

"Breve passeio (foto)gráfico pelas imagens recentes", in Arquitectura, nº 139, 1980.

"A expropriação por zonas" in O Dia, 8/10/1889.

FIEQ, André

La maison portugaise à travers les âges, Lisboa, Secretariado da Propaganda Nacional, 1937.

FIGUEIREDO, José de

Portugal na Exposição de Paris, Lisboa, Empresa da História de Portugal, 1901.

FILIUS POPULI

Os construtores civis tomarenses e o desenvolvimento da construção urbana em Lisboa, Lisboa, 1946.

FRANÇA, José-Augusto

A Arte em Portugal no século XIX, Lisboa, Liv. Bertrand, 1966

A Arte em Portugal no século XX, Lisboa, Liv. Bertrand, 1974.

Lisboa Pombalina e o Iluminismo, Lisboa, Liv. Bertrand, 1977.

A Arte e a Sociedade Portuguesa no século XX, Lisboa, Livros Horizonte, 1972.

"Lisboa oitocentista" in Lisboa oitocentista, Catálogo, Exposição organizada pela A.N.B.A., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, Março/Abril, 1976.

Lisboa: urbanismo e arquitectura, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980.

O Romantismo em Portugal, 6 volumes, Lisboa, Livros Horizonte, s/d.

FREIRE, João Paulo (Mário)

Lisboa do meu tempo e do passado, 2 volumes, Lisboa, Parceria ANTónio Maria Pereira, 1932.

FUSCHINI, Augusto

Construção de casas económicas e salubres para habitação das classes pobres, Lisboa, Imprensa Nacional, 1884.

GALLIS, Alfredo

A baixa, Lisboa no século XX (a grande aldeia) Lisboa, Parceria Antônio Maria Pereira, 1910.

GANHADO, Jesuíno Artur

"O Passeio Público" in Revista Municipal, nos 28-29, 30-31, 34, Lisboa, Câmara Municipal, 1946-1947.

GASPAR, Jorge

"A dinâmica funcional do centro de Lisboa" in Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia, volume XI, nº 21, Lisboa, 1976, pag. 37-145.

GONÇALVES, Caetano

"Crónica" in Revista Ilustrada, nº 26, 30 de Abril de 1891.

Guia ilustrado de Lisboa e suas circumvizinhanças, coordenado por D. Tomás d'Almeida Manuel de Vilhena, Lisboa, Typ. da Compa Nacional Editora, 1891.

Guia ilustrado do viajante em Portugal ou Manual do viajante, coordenado por Santos Jr. (Santonillo) e A. Morgado, Lisboa, Empresa Editora do Almanaque Palhares, 1905.

GUIMARÃES, Luís de Oliveira

"A cidade de ontem" in Lisboa, oito séculos de História, organização e direcção de Matos Sequeira, Lisboa, Câmara Municipal, 1947.

"Habitações artísticas I- A casa do senhor Miguel Ângelo Lambertini" in Ilustração Portuguesa, 11 de Junho de 1906, pag. 502-511 (assinado Nullus)

A Ilustração, Revista de Portugal e do Brasil, 1886-1891.

Ilustração, revista, 1926-1931.

Ilustração Portuguesa, revista, 1903 - 1923.

Jornal dos Architectos, Jornal da A.A.P.-S.R.S., 1982-

LINO, Raul

A casa portuguesa, Exposição Portuguesa em Sevilha, Lisboa, Imprensa Nacional, 1929.

Casas portuguesas, alguns apontamentos sobre o architectar das casas simples, Lisboa, Edição Valentim de Carvalho, 1933.

Das cidades e do sentido humanista, Academia das Ciências de Lisboa, Biblioteca de Altos Estudos, Ed. Império L.da, 1969.

LINO, Raul

"O estilo da casa portuguesa no século XVIII" in Revista Municipal, nº16, 1943, pag.3-6.

"Lisboa que surge" in Diário Ilustrado, 11/3/1908

"Lisboa carece de uma urbanização condigna" in Diário de Lisboa, 7/7,10/7,14/7, 15/7,29/7, 7/8,10/8,21/8,25/8,29/8, 2/9,4/9, 11/9,18/9,25/9/1933.

"Lisboa capital do Império A sua valorização e o novo projecto de prolongamento da Av. da Liberdade", in Diário de Notícias, 4/6/1936.

"Lisboa do futuro" in O Jornal, 3/5/1915 (N.G.)

"Lisboa e as suas "colinas" in Binário, nº170, 1972, pag.492-495.

MACEDO, Luís Pastor

Lisboa de lês a lês, volume IV, Lisboa, Publicações Culturais da Câmara Municipal, 1942.

Magazine Bertrand, revista, 1927-1932.

MAIA, Samuel

Dona sem dono, Lisboa, Livraria Bertrand, 1935.

MARGIOCHI, Francisco Simões

Duas palavras acerca da Avenida da Liberdade, Lisboa, Tipografia Portuguesa, 1886.

MARQUES, Carlos e outros

"Ferro nas Avenidas Novas" in Arquitectura, ano II (4ªSérie) nº139, Dezembro, 1980.

MARQUES, Maria da Conceição Oliveira

Introdução ao estudo do desenvolvimento urbano de Lisboa, 1879-1938, tese de licenciatura, dactilografada, Faculdade de Letras de Lisboa, 1967 (pb. parcialmente in Arquitectura, nº112 e 113, 1969-1970.

Matos, Melo de

"Lisboa no ano 2000" in Ilustração Portuguesa, nos 5,6, 7,8, 1º Semestre, 1906.

"Melhoramentos de Lisboa" in Diário de Notícias, 9/10/1889.

"Melhoramentos de Lisboa" in Novidades, 2/1/1902.

MESQUITA, Alfredo

"Lisboa horrível" in A Ilustração, nº171, volume VIII, 15/6/1891.

Portugal pitoresco e ilustrado, Lisboa, Empresa de História de Portugal, 1903.

"Sensações da América" in Revista Literária, científica e artística, O Século, 6/2/1905.

MONTEZ, Paulino

A estética de Lisboa, Lisboa, 1935.

NEGREIROS, José de Almada

"Duas palavras de um colaborador" in Obras Completas, vol.6-textos de intervenção, Lisboa, Estampa, 1971.

NINY, H.J.

Inquérito habitacional, Lisboa, Ministério do Interior, 1941.

"Norte Júnior(Arquitecto)" in Vida Artística, nº40, 23 de Dezembro de 1911. (Luzia da Fonseca)

Notícias Ilustrado, 1929-1930

"As novas construções de Lisboa I- O palácio Sotto Maior" in Ilustração Portuguesa, 12/3/1906, pag.88-91.

O Ocidente, revista, 1878-1914.

Orgão Oficial do Sindicato Nacional dos construtores civis, 1939-1940.

ORTIGÃO, Ramalho

Arte Portuguesa, I,II, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1943.

As Farpas, 15 volumes, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1943.

PAES, Miguel Carlos Correia

Melhoramentos de Lisboa, Engrandecimento da Avenida da Liberdade, 3 opúsculos, Lisboa Tipografia Universal, 1885-1887.

PAÇO D'ARCOS, Joaquim

Memórias da minha vida e do meu tempo, Lisboa, Guimarães & Ca Ed.s, 1973.

O Parque Eduardo VII, entrevista com Diogo Peres, engenheiro - chefe da 3ªRepartição in A Capital, 17/5/1912, pag.1.

PEREIRA, Acúrcio

"Lisboa 1899" in Revista Municipal, Lisboa, nº43, 4º Trimestre, pag.5-16 e 43-52.

PORTAS, Nuno

A arquitectura para hoje, finalidades, métodos, didáctica, Lisboa, Livraria São da Costa, 1969.

"Cerdà e os traçados" in Arquitectura, ano II (4ªSérie) nº138, Outubro 1980, pag.18-25.

A cidade como arquitectura, Lisboa, Livros Horizonte, s/d (1969).

"A evolução da arquitectura moderna em Portugal: uma interpretação" in ZEVI, Bruno, História da Arquitectura Moderna, 2º volume, Lisboa, Arcádia, 1970.

PEZERAT, P.J.

Mémoire sur les études d'améliorations et embellissements de Lisbonne, Lisbonne, Imprimerie Franco-Portugaise, 1865.

Plano Geral das obras que convem levar a effeito nas margens do Tejo entre o Beato e a Torre de Belém para o melhoramento do Porto de Lisboa e engrandecimento da cidade, Lisboa, Imprensa Nacional, 1871.

Planta de Lisboa, Lisboa, Tipografia de Cristovão A. Rodrigues, 1880.

Planta da cidade de Lisboa, Lisboa, Câmara Municipal, s/d (1940?)

Le Portugal à l'Exposition, organe des Exposants portugais, 1900.

Problemas de urbanização, conferências, Lisboa, Câmara Municipal, Novembro 1934-Janeiro 1935, 1936.

RATTAZZI, Princese

Le Portugal à vol d'oiseau, Paris, A Degorce-Cadot ed., s/d (Prefácio 1879).

RATTON, Jacome

Recordações, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1920.

Raul Lino, catálogo, Exposição retrospectiva da sua obra, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Outubro/Novembro, 1970.

Relatório apresentado em 30 de Junho de 1907 à Ex.ma Comissão Administrativa nomeada pelo decreto de 5 do mesmo mês pelo chefe da 2ª Repartição, Comissão Administrativa do Município de Lisboa, Companhia Tipográfica, 1907.

Reporter X, revista, 1930-1931.

Revista Oficial do Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1938-1940.

RIBEIRO, M. Felix

Os mais antigos cinemas de Lisboa 1896-1939, Lisboa, Instituto Português do Cinema, Cinemateca Nacional, 1978.

ROBERT, E.

Souvenirs et saudades de Lisboa, Porto, Tip. da Empresa Literária e Tipográfica, 1901.

RODRIGUES, Maria João Madeira

Tradição, Transição e mudança A produção do espaço urbano na Lisboa oitocentista, Lisboa, 1979 (pb. in Boletim Cultural da Associação Distrital de Lisboa, III Série, nº84, 1978).

SANTOS, João dos

"Algumas considerações sobre urbanismo e saúde mental" in O Tempo e o Modo, nº34-35, Janeiro-Fevereiro, 1966.

Serões, revista, 1902-1903.

SERRÃO, Joel

Temas de Cultura Portuguesa, II, Lisboa, Portugália, 1965.

SILVA, Augusto Vieira

"Ligação costeira da Baixa com a parte ocidental da cidade", in Revista Municipal, nº8-9, 1941, pag.3-14.

"Os limites de Lisboa, notícia histórica" in Revista Municipal, nº5, ano II, pag.3-15

Plantas topográficas de Lisboa, Lisboa, Câmara Municipal, 1950.

A população de Lisboa, estudo histórico, separata da Revista de Obras Públicas e Minas, Lisboa, Tipografia do Comércio, 1919.

SILVA, José Ignácio Dias da

Proposta e esboço do plano geral de uma grande festa anual da cidade, Lisboa, Tipografia Lusitana, 1900.

"A situação económica, social e jurídica dos arquitectos de Portugal", conferência, in Primeiro de Janeiro, 3/6/1930.

TAVARES, Edmundo

A habitação portuguesa-casas modernas, cidade-campo-Beira Mar-Montanha. Lisboa, Liv. Bertrand, s/d.

324
TAVARES, Edmundo

A madeira na construção civil, janelas e acessórios,
Lisboa, Bertrand,s/d.

A madeira na construção civil, selecção de trechos de carpintaria. Lisboa, Bertrand,s/d.

Vivendas portuguesas, Lisboa, Bertrand,s/d.

TAVEIRA, Tomás

Discurso da cidade, Lisboa, 1973.

Martim Moniz, Lisboa, Ed. do autor, 1982.

